



23·1
2009

DIACRÍTICA

(N.º 23 • 1 – 2009)

Série CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

DIRECÇÃO

ANA GABRIELA MACEDO
CARLOS MENDES DE SOUSA
VÍTOR MOURA

COORDENADORA

PILAR BARBOSA

COMISSÃO REDACTORIAL

ÁLVARO IRIARTE
ANABELA LEAL DE BARROS
CRISTINA FLORES
EMÍLIA PEREIRA
HENRIQUE BARROSO
ISABEL ERMIDA
JOSÉ TEIXEIRA
MARIA ALDINA MARQUES
MARIA DO PILAR BARBOSA
SÍLVIA ARAÚJO

COMISSÃO CIENTÍFICA

ANTÓNIO MIRANDA (U. Aveiro), DIETER MESSNER (U. Salzburgo), EDUARDO PAIVA RAPOSO (U. da Califórnia, Santa Barbara), ERWIN KOLLER (U. Minho), FERNANDA BACELAR (U. Lisboa), HANS SCHEMANN (U. Minho), IVO CASTRO (U. Lisboa), JORGE MORAIS BARBOSA (U. Coimbra), JOSÉ LUÍS CIFUENTES HONRÚBIA (U. Alicante), JOSÉ LUÍS RODRIGUES (U. Santiago de Compostela), MARY KATO (U. Campinas), SÓNIA FROTA (U. Lisboa), MARINA VIGÁRIO (U. Lisboa), ANDREIA RAUBER (U. Minho), AUGUSTO SOARES DA SILVA (U. Católica Portuguesa), PEDRO SANTOS (U. Algarve), MARIA ANTÓNIA COUTINHO (U. Nova de Lisboa)

PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Os artigos propostos para publicação devem ser enviados ao Coordenador.
Não são devolvidos os originais dos artigos não publicados.

DEPOSITÁRIO:

LIVRARIA MINHO
LARGO DA SENHORA-A-BRANCA, 66
4710-443 BRAGA
TEL. 253271152 • FAX 253267001

CAPA: LUÍS CRISTÓVAM

ISSN 0807-8967

DEPÓSITO LEGAL N.º 18084/87

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

OFICINAS GRÁFICAS DE BARBOSA & XAVIER, LIMITADA
RUA GABRIEL PEREIRA DE CASTRO, 31 A e C — 4700-385 BRAGA
TELEFONES 253263063/253618916 • FAX 253615350
E-MAIL: barbosa.xavier@sapo.pt

ÍNDICE

NOTA DE APRESENTAÇÃO	5
SÍLABAS E TIPOS SILÁBICOS MAIS FREQUENTES: ANÁLISE DE <i>CORPORA</i> Joana Aguiar	7
SOBRE A NATUREZA COMPOSICIONAL DA CATEGORIA <i>ASPECTO</i> : DO PLANO NOCIONAL AO PLANO ENUNCIATIVO Sílvia Lima Gonçalves Araújo	23
QUANDO OS PORTUGUESES <i>CORREM</i> , OS POLACOS <i>NADAM</i> ? Hanna Jakubowicz Batoréo	55
BREVE REFLEXÃO SOBRE O GÉNERO DAS FORMAS NOMINAIS EM <i>-OR</i> , <i>-OL</i> , <i>-S</i> E <i>-NTE</i> DO SÉC. XIII AO SÉC. XVI Maria João Costa	71
“TO THE BARRICADES, OLD CODGERS”: REPRESENTATIONS OF AGEING IN THE BRITISH AND PORTUGUESE PRESS Isabel Ermida	85
BEING EARNEST AND BEING POLITE: APPLYING BROWN & LEVINSON’S THEORY TO WILDE’S PLAY Norma Ferreira	115
SOME NOTES ON INTER-ARBOREAL HEAD MOVEMENT: A RESPONSE TO BARRIE (2006) Maximiliano Guimarães	129

CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DE CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS NÃO-CANÓNICAS EM PORTUGUÊS EUROPEU CONTEMPORÂNEO Ana Cristina Macário Lopes	149
A NATUREZA E OS FINS DO CONHECIMENTO GRAMATICAL: ANÁLISE DE PROVAS DE EXAME DO PORTUGUÊS António Carvalho da Silva	171
DOSSIÊ TEMÁTICO <i>El español entre lo uno y lo diverso</i>	
NOTA PRELIMINAR	207
“OF THE PORTUGUES LANGUAGE OR SUBDIALECT” (1662): A CONSIDERAÇÃO DO PORTUGUÊS COMO DIALECTO DO CASTELHANO NA OBRA GRAMATICAL DE JAMES HOWEL Sónia Duarte	209
LA EXPRESIÓN PERIFRÁSTICA DE LA FUTURIDAD. TENDENCIAS ANALÍTICAS EM ESPAÑOL Y PORTUGUÉS. LA PERÍFRASIS <i>IR A / IR + INFINITIVO</i> Francisco José Fidalgo Enríquez	223
ESTÁNDAR, VARIACIÓN Y TRADUCCIÓN EN LA LENGUA ESPAÑOLA Oscar Díaz Fouces	243
VARIANTES LINGÜÍSTICAS EN LOS DICCIONARIOS: ¿SISTEMATIZACIÓN O INTUICIÓN DEL LEXICÓGRAFO? Álvaro Iriarte Sanromán	261
RECENSÕES	281

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O número 23 da revista *Diacrítica* – Ciências da Linguagem – contém, para além da colaboração habitual de investigadores do CEHUM e de professores e investigadores de outras universidades, um dossiê temático subordinado ao título «El español entre lo uno y lo diverso», que reúne uma selecção das comunicações apresentadas no âmbito das Jornadas de Estudos Espanhóis e Hispano-Americanos organizadas pela Secção de Estudos Espanhóis e Hispano-Americanos da Universidade do Minho, nos dias 16 e 17 de Abril de 2008.

Sílabas e tipos silábicos mais frequentes: análise de *corpora*¹

JOANA AGUIAR
(Universidade do Minho - CLUL)

Resumo

Drawing on the notion of syllable as a prosodic unit, we analyse the speech of 100 speakers of the *Terra Quente Transmontana*, henceforth *corpus TQT*, with the following goals: (i) to classify and quantify the most frequent syllabic types; (ii) to compare the results with other studies; (iii) to observe their distribution in terms of geographic location, age, education and sex of the speaker, according to the methods of Variationist Sociolinguistics.

Palavras-chave: sílaba, variação, frequência.

1. A unidade Sílaba

*Sillaba é ùa das quátro partes da nóssa Grammática
que corresponde à Prosodia que quer dizer acento e canto*

João de Barros (1540: 62)

Como podemos pressupor pela citação, as primeiras referências a esta unidade prosódica para o Português remontam às gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), tendo a primeira descrição dos seus constituintes para o Português sido apenas feita

¹ Este artigo faz parte da tese de Mestrado em Linguística *Unidades e Processos Fonológicos no falar da região da Terra Quente: Contributos para a Linguística Forense*. ILCH – Universidade do Minho. Esta tese foi desenvolvida no âmbito do projecto: Padrões de Frequência na Fonologia do Português – Investigação e Aplicações PTDC/LIN/70367/2006.

em 1883 por Gonçalves Viana². Já em 1942, Rodrigo de Sá Nogueira na sua obra *O Problema da Sílabas* analisa, critica e compara diversas abordagens teóricas para a explicação da noção de sílaba, desde a *teoria de base vocálica* de Dionísio de Trácia à *teoria da inexistência da sílaba* de Rousselot, passando por Saussure e Grammont, entre outros³. Em 1965, Morais Barbosa explora a distribuição dos fonemas do Português a partir da sua posição na sílaba, apesar de não definir teoricamente esta unidade, baseando-se apenas na sua delimitação *auditiva*. No final do século XX, os trabalhos de Mateus (1975) e d'Andrade (1977) analisam esta unidade fonológica a partir dos modelos generativos.

Apesar de os falantes terem, em geral, noção da existência da unidade *sílaba* e da sua delimitação⁴, a sua definição teórica não é linear. De facto, na obra matriz da Fonologia Generativa, *The Sound Patterns of English* de Chomsky e Halle (1968), apesar de ser feita referência a esta unidade, o seu conceito não é aprofundado. Talvez por essa razão, a unidade fonológica *sílaba* é largamente analisada no modelo generativo multilinear, nomeadamente na teoria autosegmental. Neste quadro, a sílaba é uma unidade prosódica hierarquizada e estruturada, sendo os seus constituintes maiores o Ataque e a Rima. Esta por sua vez divide-se em Núcleo e Coda. Todos os constituintes silábicos (Ataque, Núcleo, Coda) podem ser, ou não, ramificados. O único de preenchimento obrigatório é o Núcleo, que pode ser simples, i.e., preenchido apenas por uma vogal (V); ou complexo, i.e., preenchido por uma vogal (V) e uma glide (G). Apesar de todos os segmentos [+consonânticos] (C), no Português, poderem ocupar a posição de Ataque, havendo, no entanto, restrições fonotácticas à combinação destes segmentos, o preenchimento da Coda pode apenas ser feito por /l/, /r/ e /s/ (Mateus e d'Andrade, 2000; Freitas e Santos, 2001; Mateus, 2002; Mateus *et al.*, 2003). Ainda em relação a restrições fonotácticas na organização dos segmentos na sílaba, é salientar que, em PE, as estruturas silábicas do tipo CCV podem apenas ser preenchidas, em posição de ataque, por obstruintes (oclusivas orais e fricativas) e líqui-

² Para uma descrição mais detalhada sobre a presença dos aspectos prosódicos, nomeadamente a sílaba, nos textos gramaticais portugueses desde Fernão de Oliveira e João de Barros, veja-se Mateus (1996).

³ A discussão deste trabalho de Sá Nogueira pode ser consultada em Barbeiro (1986).

⁴ A capacidade de silabificar correctamente as palavras é, no entanto, superior em falantes alfabetizados. De acordo com Barbeiro (1986: 154), a taxa de sucesso em testes de segmentação feitos a crianças é inferior quando estas ainda não frequentam a escola.

das alveolares, respectivamente. Esta restrição vai ao encontro dos pressupostos teóricos do *Princípio da Sonoridade* Jespersen (1904), segundo o qual os sons, dentro da unidade sílaba, estariam organizados de acordo com a sua sonoridade: oclusivas < fricativas < nasais < líquidas < glides < vogais. Há, no entanto, combinações de elementos consonânticos em posição de Ataque, ao nível da realização fonética, que não obedecem ao *Princípio da Sonoridade*, como em *optar* ou *afta*. Estes casos foram assinalados, no PE, por Nogueira (1942: 70), que os definiu como *elementos vocálicos de consoantes*:

A meu ver não há, pois, consoantes vogais, o que há são elementos vocálicos de consoantes; uma consoante só por si pode formar sílaba, sim, mas apoiada no seu elemento vocálico, como em *optar*, por ex., cuja divisão silábica nem é *op-tar*, nem *o-ptar*, mas *o-p^e-tar*, visto que as oclusões do *p* e do *t* provocam inevitavelmente a solução de continuidade da corrente expiratória.

Se para Nogueira os casos de combinação de consoantes com a mesma sonoridade eram possíveis por um destes elementos consonânticos accionar o seu *elemento vocálico*, i.e., funcionar como núcleo, como pode ocorrer na estrutura silábica do Inglês, Mateus (2002: 13) propõe que, a nível fonológico, «existem núcleos de sílaba não preenchidos entre as duas consoantes, ou seja, **núcleos vazios**⁵ que não têm realização fonética». A análise dos resultados, apresentada no ponto 4, tem como um dos pressupostos a existência de núcleos vazios ao nível fonológico, aos quais nos referiremos como *V-Slots*.

2. Dados de Frequência

Os estudos de frequência silábica, baseados em *corpora* do Português Europeu, doravante PE: d'Andrade e Viana (1994), Vigário e Falé (1994) e Viana *et al.* (1996), baseados no *corpus Português Fundamental* (Bacelar *et al.*, 1987); e Vigário *et al.* (2005), Frota *et al.* (2006), Vigário *et al.* (2006), a partir de amostras do *corpus* do *Português Falado. Documentos Autênticos* (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e Instituto Camões), revelam que os tipos silábicos mais frequentes no PE são: CV, V e CVC, constituindo em conjunto mais de 70% do total de sílabas.

⁵ Negrito no original.

3. Metodologia

Para perceber se a distribuição percentual dos tipos silábicos mais comuns no PE sofre oscilações de acordo com as variáveis externas: origem geográfica, escolaridade, sexo e idade do falante, analisámos o discurso de 100 falantes provenientes da região da Terra Quente Transmontana, equitativamente divididos por concelho de origem (Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor), escolaridade do falante (Alfabetizado/Analfabeto), sexo (Feminino/Masculino) e idade, tendo sido considerados quatro intervalos etários: [20-35], [36-50], [51-65] e [>65], como vemos na Tabela 1.

Escolaridade		Alfabetizados								Analfabetos		
Idade		20-35		36-50		51-65		>65		>65		
Sexo		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	Total
Concelhos	Alfândega da Fé	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	20
	Carrazeda de Ansiães	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	20
	Macedo de Cavaleiros	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	20
	Mirandela	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	20
	Vila Flor	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	20
Total		10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	100

Tabela 1 – Relação de falantes

3.1. As variáveis externas

Consideram-se variáveis externas as características intrínsecas ao falante enquanto ser social: idade, sexo, proveniência regional, grau de instrução, classe social, entre outras. Neste trabalho considerámos apenas as variáveis: proveniência regional (identificada por concelho), grau de instrução (alfabetizado/analfabeto), sexo e idade, como podemos ver na Tabela 1. Optámos por não incluir a variável *classe social*, por esta não ser uma tarefa linear, uma vez que os limites e parâmetros a incluir na definição de classe sociais são imprecisos, mutáveis e discutíveis.

3.1.1. Origem Geográfica

O estudo da origem geográfica, reduzido a um conjunto de pontos de recolha linguística na tradição dialectal, tem assumido uma importância crescente nos estudos variacionistas. Entende-se por origem

geográfica não só a origem administrativa do falante, mas todos os aspectos demográficos, sociais, geográficos e económicos que caracterizam a área em estudo, seja ela uma freguesia, um concelho ou outra área administrativa. Neste trabalho centrar-nos-emos nos cinco concelhos transmontanos que constituem a Terra Quente, região marcadamente rural e demograficamente envelhecida. Apesar disso, é visível o peso demográfico da população residente nas cidades (Macedo e Mirandela), áreas dotadas de mais serviços e indústrias, acessos rodoviários e cultura. Note-se que a maioria dos habitantes dos concelhos da TQT está ligada ao sector primário. Por esta razão, o trabalho no campo e as culturas são tema recorrente nas recolhas linguísticas realizadas. O sector secundário emprega apenas uma minoria dos habitantes da TQT, centrando-se principalmente nos concelhos de Mirandela e Macedo. No caso do sector terciário, os serviços, é notória a importância destes no desenvolvimento concelhio, apesar de estar maioritariamente centrado nas sedes de concelho. Centremo-nos, agora, no acesso e incentivo a eventos culturais na TQT. De acordo com o Anuário Estatístico da Região Norte (2006), disponível em www.ine.pt, o município com mais despesa camarária em cultura, em 2006, foi o de Vila Flor (14,2%). Para os restantes municípios os valores foram os seguintes: Alfândega (6,3%), Carrazeda (9,4%), Macedo (6,8%) e Mirandela (11,9%). Quanto a publicações periódicas, apenas Alfândega e Vila Flor não têm publicação de jornais ou revistas. Em Carrazeda há uma publicação, Mirandela duas, e Macedo cinco. Dos cinco municípios apenas Vila Flor não possui rádio local. Finalmente, Mirandela e Macedo possuem estabelecimentos de ensino superior, importantes vectores de desenvolvimento, dinamismo e fixação de população.

3.1.2. *Escolaridade*

Quanto à variável escolaridade, optámos por dividir apenas os falantes com mais de 65 anos em alfabetizados e analfabetos, de forma a perceber se a escolarização interfere na realização das unidades e fenómenos fonológicos em análise. O nível de alfabetização dos informantes oscila entre a 4.^a classe e o 12.^o ano, tendo sido excluídos os falantes com licenciatura finalizada. Apenas cinco informantes se encontram a frequentar o Ensino Superior. Nestes casos, os falantes frequentam o Instituto Politécnico de Bragança e não residem fora dos concelhos em análise. À excepção destes cinco falantes, em nenhum

caso se recolheu a fala de falantes a trabalhar ou a estudar fora da região de Trás-os-Montes, nem a residir fora dos concelhos em análise. Todos os falantes com menos de 65 anos são profissionalmente activos.

3.1.3. *Sexo*

O primeiro registo de diferenças entre sexos na utilização da linguagem, nomeadamente na utilização de diferentes itens lexicais para o mesmo referente, remonta à época das descobertas quando os exploradores europeus chegaram às Caraíbas, mais precisamente à Pequenas Antilhas e registaram que homens e mulheres falavam diferentes línguas (Trudgill, 1974: 65). Também em Gros Ventre, uma língua indiana falada na América do Norte, a realização das oclusivas varia de acordo com a idade e o sexo do falante⁶. Enquanto variável externa, o factor sexo tem sido largamente analisado em trabalhos variacionistas, nomeadamente Labov (1990, 1991), Trudgill (1983, 1972, 1974, entre outros), Maclagan *et al.* (1999), Cheshire (2005) e Milroy (1999), entre outros; e não haverá, provavelmente, abordagem variacionista sem a inclusão da variável sexo/género⁷. As diferenças entre falantes do sexo feminino e masculino começam a ser notadas na infância ainda antes do desenvolvimento físico diferenciado do trato vocal⁸. Para além das diferenças fisiológicas que influenciam a produção verbal, segundo Foulkes e Docherty (2006), «To some extent, then, girls and boys *learn* to use distinct patterns of phonetic realization» (*ibidem*, 411-412), tendo o mesmo sido verificado em Watt *et al.* (2003). As diferenças entre as produções linguísticas de falantes masculinos e femininos abrangem, também, a escolha lexical⁹, e são mais

⁶ Por exemplo, para o referente *pão*, as mulheres pronunciariam /kjatsa/ e os homens /djatsa/.

⁷ A utilização dos termos sexo ou género tem sido objecto de discussão, por razões biológicas sociais, culturais ou formais, que não abordaremos aqui. Veja-se a este propósito Chambers (1995), Cheshire (2005), Foulkes e Docherty (2006), entre outros. No presente trabalho, optámos pela designação *sexo*.

⁸ Como refere Foulkes (2006), «Children are not differentiated by the obvious variation in anatomy and physiology that adults are, and yet it seems that gender-correlated patterns of phonological variation are learned relatively early in childhood».

⁹ Segundo Holmes (1995), as mulheres utilizam mais vezes formas afectivas e de cooperação na comunicação, como *you know* ou *sort of*. Também Lakoff (1973) refere que as mulheres utilizam mais itens lexicais para definir cores, como *magenta*, *lavanda* ou *azul-marinho*, e adjectivos como *querido*, *encantador* ou *adorável*, termos raramente utilizados por homens.

visíveis quando o estudo é feito tendo em consideração a variável *estratificação social*, apesar de Milroy e Milroy (1997: 56) considerarem que a variável sexo é mais importante que a condição social.

Apesar da importância da variável sexo na variação linguística (Labov, 1990; Cheshire, 2005; entre outros), não há, até à data, estudos para o PE que apontem esta variável como a mais importante em processos de variação. Neste trabalho importa analisar se as diferenças linguísticas entre falantes do sexo masculino e feminino são visíveis ao nível da produção silábica.

3.1.4. *Idade*

A variável *idade* é aquela que, de uma maneira geral, cataloga os indivíduos quanto ao seu papel na sociedade: dependente (<18 anos); activo (18-65 anos) e aposentado (>65 anos). No nosso estudo optámos por estudar apenas falantes adultos com mais de vinte anos¹⁰. Estes foram divididos, de acordo com a sua idade, em intervalos de quinze anos, com o objectivo de construir um estudo linguístico em *tempo aparente* (Labov, 1991), i.e., um estudo linguístico através de diferentes gerações, de forma a prever o comportamento diacrónico de um dado fenómeno. Assim, contemplámos os seguintes intervalos etários: [20-35]; [36-50]; [51-65]; e [>65]. Sabe-se que a idade é um factor importante na aquisição e desenvolvimento linguístico, na adopção de formas inovadoras, no caso dos adolescentes (Eckert, 1997); ou mais próximas do *standard*, no caso de adultos activos. Eckert (1997) refere, também, que as mulheres, à medida que envelhecem e deixam de ser profissionalmente activas, tornam-se menos «normativas». Neste trabalho importa perceber se esta alteração no comportamento linguístico é visível ao nível das estruturas silábicas.

3.2. *Transcrição e tratamento de dados*

Na transcrição das entrevistas (cf. Exemplo 1) optámos por transcreever ortograficamente os numerais, as datas e os acrónimos (e.g. GNR > gê nê erre). Nas palavras compostas por justaposição, optámos

¹⁰ A propósito da análise da variação em produções de crianças e adolescentes, veja-se Foulkes e Docherty (2006).

por manter o hífen, como aconselhado nas normas de Transcrição do CORDIAL-SIN. Relativamente a fenómenos fonológico-lexicais de supressão e adição, conservámos as formas reduzidas do verbo estar; a realização dos ditongos [ow] e [oj] em ouço/oiço, por exemplo; a realização de *a* protético em formas verbais, como em *arreceber*; a aférese em vocábulos como *ainda*, a síncope na preposição *para* e a contracção desta com artigos definidos; a contracção da preposição *em* com os artigos indefinidos; a ausência de vocalização na segunda pessoa do plural do Presente do Indicativo (e.g. *comedes*).

Transcrevemos, para além das realizações acima descritas, os seguintes fenómenos: (i) a realização de segmentos de ligação entre as palavras: *ficaram nos olhais* (VAM4); (ii) a semivocalização da lateral em pronomes (e suas contracções com preposições) masculinos de 3.^a pessoa do plural: *nasqueis anos* (AAF2); (iii) a centralização das vogais [- rec, - alt]: *presidente* (CAM3); (iv) a ausência de ditongo nasal no advérbio de negação não: *num me lembra* (VNF4); (v) a ausência de ditongo na contracção da preposição *a* com o artigo definido masculino: *a baltorno e ò moirão* (VNF4); (vi) a metátese e queda das vibrantes em sílabas CVC para CCV: borboleta > broboleta (INF4), e em sílabas CVC para CV: corporação > coporação (CAM3), respectivamente; (vii) o betacismo: *bíamos assim estas ruas difrentes* (MAF3); (viii) a síncope das vogais em sílabas fechadas por vibrantes, como em *diferente* e seus derivados: *estas ruas difrentes* (MAF3); (ix) outras marcas de oralidade: *e se lobábamos frio* (VNF4).

íamos a baltorno e ò moirão a casa do senhor ainda o oitro dia perguntei o nome agora num me lembra íamos ao chegar ao moirão habia umas gaieiras ao pra cima com um carreirão assim chegábamos à croa e medíamos o leite que a minha mãe de dezassete meses dezanove meses tebe nove e nove dezoito tebe dois filhos e depois tibemos de o criar ò biberão quando era grande num queria comer já bebia sete quartilhos de leite num habia ali perto tínhamos de ir ao moirão do zé da ribeirinha moraba mesmo na croa íamos pelo caminho acima e ela chamava-se o nome dela ele era zé da ribeirinha mas ela num me lembra era assim uma senhora forte e se lobábamos frio benham cá não nós bínhamos a andar mas íamos descalças num era calçadas eu tinha dezassete anos a senhora pode escrever e até pôr o meu nome tinha dezassete anos andaba com umas socas quando se acababam aquelas uma bez passei em baltorno e uma que lhe chamavam na rouca era quem lhe comprámos o leite deu-me umas pra meu pai mandar pregarmos uns paus comprabam-se os paus e depois mandaba-se pregar a soca pronto

Depois de transcrevermos as entrevistas, utilizámos a Ferramenta FreP¹¹ para listar e contabilizar os tipos de sílabas. Esta funcionalidade foi programada considerando os critérios teóricos para a divisão silábica de palavras do PE propostos por Vigário e Falé (1994); Viana *et al.* (1996) e Mateus e d'Andrade (2000).

Depois de tratarmos estatisticamente os dados produzidos pela Ferramenta FreP averiguamos se os valores obtidos variam de acordo com as variáveis externas em análise. Para tal, utilizámos o teste do Qui-Quadrado baseado na Tabela de Contingência. Este teste permite aferir a independência entre duas variáveis, ou seja, verificar se as duas variáveis estão ou não relacionadas (Guimarães e Cabral, 1997: 414-416). Quando o valor de prova, doravante v.p., for inferior a 5% (<0,05), as variáveis não são independentes. Quando o valor de prova for superior a 0,05, as variáveis são independentes.

4. Tipos Silábicos mais frequentes na TQT

4.1. Comparação de corpora

Os valores relativos dos tipos silábicos mais frequentes na TQT e os calculados em Frota *et al.* (2006) e Vigário *et al.* (2006) para um excerto do *Corpus do Português Falado* podem ser consultados na Tabela 2.

Tipos Silábicos	Corpus TQT	Corpus TA90PE
		Português Falado Frota <i>et al.</i> (2006) e Vigário <i>et al.</i> (2006)
CV	46,47%	46,36%
V	14,94%	15,83%
CVC	10,62%	11,01%
CVN	5,47%	5,37%
CVGN	5,12%	5,62%
CVG	3,69%	2,66%
VC	3,09%	3,03%
CCV	2,87%	2,18%
VN	1,85%	2,64%
CVGC	1,38%	1,21%
VG	1,60%	1,51%
Outros	2,91%	2,58%

Tabela 2 – Tipos Silábicos no *Corpus TQT* e *Corpus TA90PE*
(Frota *et al.* 2006 e Vigário *et al.* 2006)

¹¹ FreP v1.0010, (2004-2008, F. Martins, M. Vigário & S. Frota). Esta ferramenta é o resultado de um projecto desenvolvido por Fernando Martins, Marina Vigário e Sónia Frota, cuja descrição, aplicações e publicações daí resultantes podem ser consultadas em <http://www.fl.ul.pt/LaboratorioFonetica/FreP>.

Analisemos agora a distribuição percentual dos cinco tipos silábicos mais frequentes: os valores relativos para os tipos CV e CVC são semelhantes nos *corpora* TQT (46,47% e 10,65%, respectivamente) e TA90PE (46,36% e 11,01%, respectivamente). Para os tipos V e CVGN, ocorre o oposto: os valores do *corpus* TQT (14,94% e 5,12%, respectivamente) são inferiores aos calculados para o *corpus* TA90PE (15,83% e 5,37%, respectivamente). Apesar de os valores percentuais para os *corpora* TQT e TA90PE serem, nestes tipos silábicos, muito semelhantes, o teste de verificação das variáveis aponta para um valor de prova de 0,00, o que significa que estes dois *corpora* são diferentes, como verificamos nos tipos CVG (TQT- 3,69%; TA90PE- 2,66%), CCV (TQT- 2,87%; TA90PE- 2,18%) e VN (TQT- 1,85%; TA90PE- 2,64%).

4.2. Distribuição dos Tipos Silábicos por Variáveis Externas

Nesta secção analisamos a distribuição dos tipos silábicos mais frequentes por concelho, escolaridade, sexo e idade do falante.

Tal como tínhamos visto, a proveniência geográfica do falante poderá concorrer para o aumento ou diminuição dum tipo silábico em relação aos demais. Vejamos se a mesma tendência é verificada quando analisamos a distribuição dos tipos silábicos por concelho da Terra Quente (cf. Gráfico 1).

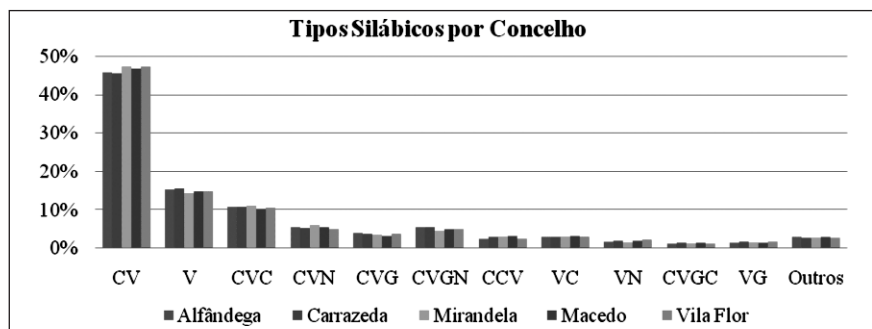


Gráfico 1 – Tipos Silábicos por Concelho:
Alfândega, Carrazeda, Mirandela, Macedo e Vila Flor

Como vemos, a distribuição dos tipos silábicos mais frequentes por concelho da TQT não revela oscilações significativas¹² (cf. Gráfico 1),

¹² A distribuição dos tipos silábicos por cada grupo de falantes pode ser consultada no Anexo A.

pelo que podemos afirmar que as escolhas silábicas não podem ser diferenciadas, dentro da mesma região, a partir dos concelhos de proveniência dos falantes.

Também a distribuição por sexo do falante não revela disparidades na realização dos tipos silábicos mais frequentes (Gráfico 2).

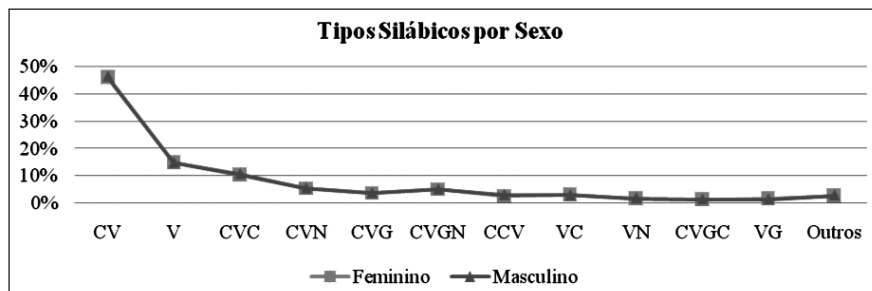


Gráfico 2 – Tipos Silábicos por Sexo: Masculino e Feminino

Apesar da análise da distribuição dos tipos silábicos mais frequentes por concelho e sexo do falante não revelar oscilações significativas, a sua distribuição por escolaridade do falante apresenta diferenças importantes a reter (v.p. 0,00). Assim, no Gráfico 3 podemos ver que os valores para os tipos CV, V e CVGN são mais altos nos falantes analfabetos; e os tipos CVC e Outros mais altos para os alfabetizados. O aumento das sílabas de tipo V (vogal) nos falantes analfabetos pode ter sido impulsionado pela frequência de a-protéticos, fenómeno mais frequente nestes falantes: *depois alebantaram* (INM4); *alebantabamo-nos às seis da manhã* (MNM4); e o aumento do tipo CV pela inserção de [i] em final de sílaba: *fize-te algum mal* (INF4); *dize-me* o meu filho (INM4).

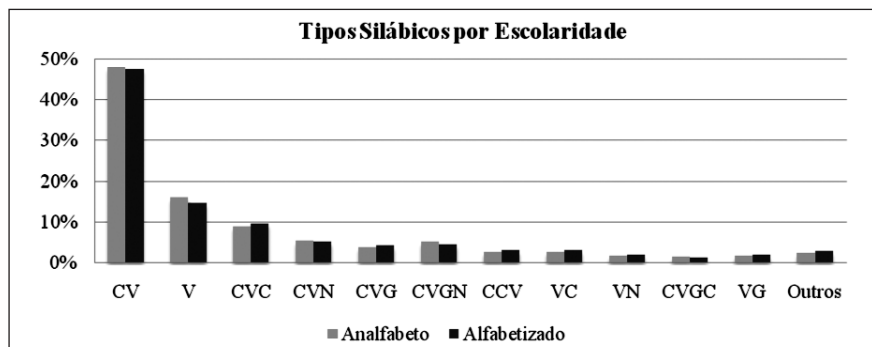


Gráfico 3 – Tipos Silábicos por Escolaridade: Falantes Analfabetos e Alfabetizados

No Gráfico 4 vemos a distribuição dos tipos silábicos por idade. As diferenças percentuais para cada intervalo etário são, uma vez mais, significativas (v.p. 0,00). Veja-se que a percentagem de ocorrência do tipo CV tem tendência para aumentar ao longo da idade (45% [20-35]; 45% [36-50]; 47% [51-65] e 48% [>65]), ao contrário do tipo CVC, cuja realização diminui ao longo dos intervalos etários (12% [20-35]; 12% [36-50]; 11% [51-65] e 9% [>65]).

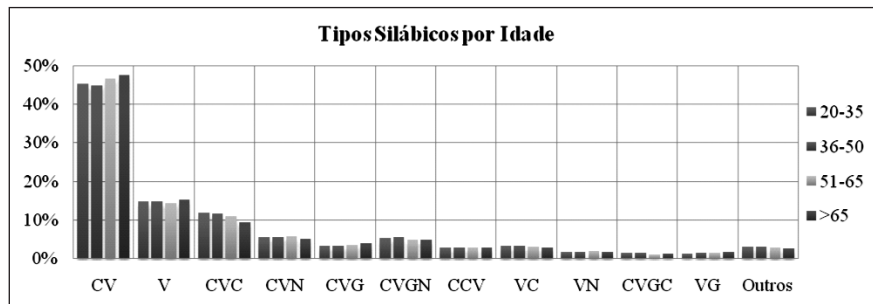


Gráfico 4 – Tipos Silábicos por Escolaridade

Para o aumento do tipo CV e diminuição do tipo CVC, nos falantes com mais de 65 anos, poderão contribuir as paragoges de [i] e [v] em sílaba final fechada por consoante, formando uma nova sílaba, como em: *andaba só com obelhas e cabras era **difícile*** (CNM4), ***dize-lhe** ele está calado* (INM4); ***fize-te** algum mal* (INF4); e *nem **sequera** sabe* (MAF4); ou de ***qualquera** maneira* (CNM4).

Conclusão

Em primeiro lugar, é de salientar a diferença de valores para os tipos silábicos mais frequentes no *corpus* TQT e noutros *corpora*, apesar de considerarmos que este aspecto necessitará de ser mais aprofundado, tendo em consideração a uniformização do tipo de transcrição e das ferramentas utilizadas para extracção e tratamento de dados.

Quanto à distribuição dos tipos silábicos mais frequentes por variáveis externas, verificaram-se diferenças significativas na sua distribuição pelas variáveis idade e escolaridade. Assim, nos falantes com mais de 65 anos há uma diminuição do tipo silábico CVC e um aumento do tipo CV, provocado, em parte, pela inserção de [v] e [i]

em final de sílaba. Já nos falantes analfabetos, há um aumento das sílabas do tipo V e uma diminuição das sílabas do tipo CVC. Quanto às variáveis *sexo* e *concelho*, a distribuição dos tipos silábicos mais frequentes é muito semelhante, não se podendo afirmar que estes factores influenciam a produção silábica.

Bibliografia

- BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda / Maria Lúcia Garcia Marques / Maria Luísa Segura da Cruz (1987), *Português Fundamental: Métodos e Documentos Inquérito de Frequência*, Tomo I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- BARBEIRO, Luís Filipe (1986), *Estrutura Silábica do Português. O Papel da Sílaba na Análise dos Processos Fonológicos e Fonéticos*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BARBOSA, J. Morais (1965), *Études de Phonologie Portugaise*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- BARROS, João de (1540), *Grammatica da Lingua Portuguesa*, Lisboa.
- CHAMBERS, Jenny (1995), *Sociolinguistics Theory*, Blackwell Publishers.
- CHESHIRE, Jenny (2005), «Sex and gender in variationist research», in Chambers, Trudgill e Schilling-Estes (eds.) (2005), *Handbook of Language Variation and Change*, Oxford: Blackwell, pp. 423-43.
- CHOMSKY / Halle (1968), *The sound pattern of English*, New York, Harper and Row.
- D'ANDRADE, Ernesto (1977), *Aspects de la Phonologie (Générative) du Portugais*, Lisboa, INIC, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- D'ANDRADE, e Viana (1994), «Sinérese, diérese e estrutura silábica», in *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL/Colibri, pp. 31-42.
- ECKERT, Penelope (1997), «Age as a Sociolinguistic Variable», in Florian Coulmas (ed.) (1997), *The handbook of sociolinguistics*, Blackwell, pp. 151-167.
- FOULKES, Paul (2006), «Phonological variation – a global perspective», in Aarts e McMahon (eds.) (2006), *Handbook of English Linguistics*, Oxford Blackwell, pp. 625-669.
- FOULKES, Paul / Gerard Docherty (2006), «The social life of phonetics and phonology», *Journal of Phonetics* 34, pp.409-438.
- FREITAS, Maria João / Ana Lúcia Santos (2001), *Contar (histórias de) sílabas*, Lisboa, Edições Colibri e Associação de Professores de Português. 7
- FROTA, Sónia / Marina Vigário / Fernando Martins (2006), FreP: An Electronic Tool for Extracting Frequency Information of Phonological Units from Portuguese Written Text. Acedido em 27/11/2006 em: <http://www.fl.ul.pt/LaboratorioFonetica/Fre/publications.htm>

- GUIMARÃES, Rui / José Sarsfield Cabral (1997), *Estatística*, Mc Graw-Hill.
- HOLMES, Janet (1995), *Women, Men and Language*, London, Longman.
- JESPERSEN, O. (1904), *Lehrbuch der Phonetik*, Leipzig, Berlin, Teubner.
- LABOV, William (1990), «The intersection of sex and social class in the course of linguistic change», *Language Variation and Change* 2, pp. 205-254.
- _____, (1991), *Sociolinguistic Patterns*, 11.^a edição, University of Pennsylvania Press, Philadelphia [1972].
- LAKOFF, Robin (1973), «Language and woman's place», *Language in Society* 2, pp. 45-80.
- MACLAGAN, Margaret / Elizabeth Gordon / Gillian Lewis (1999), «Women and sound change: Conservative and innovative behavior by the same speakers», *Language Variation and Change* 11, pp. 19-41.
- MATEUS, Maria Helena Mira (1982), *Aspectos da Fonologia Portuguesa*, 2.^a edição, Lisboa, Instituto nacional de Investigação Científica – Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, [1975].
- _____, (1996), «Factos prosódicos nas gramáticas portuguesas», in *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, pp. 123-142.
- _____, (2002), *A Face Exposta da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- MATEUS, Maria Helena Mira / Ernesto d'Andrade (2000), *The Phonology of Portuguese*, 2.^a edição, Oxford University Press, [1975].
- MATEUS, Maria Helena Mira / Ana Maria Brito / Inês Duarte / Ana Brito / Sónia Frota / Gabriela Matos / Fátima Oliveira, Marina Vigário / Alina Villalva (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, 5.^a edição (revista e aumentada), Coleção Universitária, Série Linguística, Lisboa, Caminho.
- MILROY, Lesley (1999), «Women as innovators and norm-creators: The sociolinguistics of dialect leveling in a northern English city», in WERTHEIM (eds) (1999), *Engendering Communication. Proceedings of the 5th Berkeley Women and Language Conference*, pp. 361-376.
- MILROY e Milroy (1997), «Varieties and Variation», in Coulmas (ed.) (1997), *The handbook of sociolinguistics*, Blackwell, pp. 47-64.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá (1942), *O Problema da Sílabas*, Lisboa, Livraria Clássica.
- OLIVEIRA, Fernão (1536), *Gramática da linguagem portuguesa*, Edição crítica, semi-diplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, estudo introdutório por Eugenio Coseriu, Lisboa, Academia das Ciências.
- TRUDGILL, Peter (1972), «Sex, covert prestige and linguistic change in the urban British English of Norwich», *Language in Society* 1, pp. 179-195.
- _____, (1974), *The Social Differentiation of English in Norwich*, Cambridge, Cambridge University Press.
- _____, (1983), *On dialect: social and geographical perspectives*, Oxford, Blackwell.
- VIANA, Gonçalves (1883), «Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne» *Romania*, tomo XII. Paris.

- VIANA / Trancoso / Silva / Marques / d'Andrade / Oliveira (1996), «Sobre a pronúncia de nomes próprios, siglas e acrónimos em Português Europeu», *In Duarte / Leiria (orgs.), Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, vol. III, Lisboa, Colibri/APL, pp. 481-517.
- VIGÁRIO, Marina/Isabel Falé (1994), «A sílaba no português fundamental: uma descrição e algumas considerações de ordem teórica», in *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL – Colibri, pp. 465-478.
- VIGÁRIO, Marina/Fernando Martins/Sónia Frota (2005), «Frequências no Português: a ferramenta FreP», in Duarte/Leiria (eds.) *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Acedido em 27/11/2007 em: <http://www.fl.ul.pt/LaboratorioFonetica/frep/publications.htm>
- VIGÁRIO, Marina/Maria João Freitas/Sónia Frota (2006), «A ferramenta FreP e a frequência de tipos silábicos e classes de segmentos no Português», in *Seleção de Comunicações apresentadas no XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Acedido em 27/11/2007 em: <http://www.fl.ul.pt/LaboratorioFonetica/frep/publications.htm>
- WATT/Docherty/Foulkes (2003), «First accent acquisition: a study of phonetic variation in child-directed speech» in *Proceedings of the XVth International Congress of Phonetic Sciences*, Universitat Autonomá de Barcelona, pp.1959-1962.

Anexo A – Tipos Silábicos – Distribuição por Grupos de Falantes

	Falantes	Sílabas										Outros	
	CV	V	CVC	CVN	CVG	CVGN	CCV	VC	VN	CVGC	VG		
Alfândega da Fé	AAF1	44,83%	12,27%	11,69%	6,54%	3,67%	7,75%	1,48%	4,08%	1,66%	0,94%	0,94%	4,16%
	AAM1	43,63%	15,31%	10,46%	4,08%	4,74%	6,64%	3,21%	3,32%	1,53%	1,96%	2,07%	3,05%
	AAF2	43,15%	16,90%	10,73%	5,52%	4,93%	4,42%	2,86%	3,07%	1,62%	1,38%	2,10%	3,31%
	AAM2	44,81%	14,18%	12,79%	5,09%	4,19%	5,73%	2,38%	4,03%	1,39%	1,19%	0,93%	3,29%
	AAF3	45,36%	14,79%	12,53%	5,62%	2,98%	4,81%	3,25%	3,02%	1,60%	1,07%	1,95%	3,02%
	AAM3	46,20%	16,70%	11,29%	5,01%	3,22%	5,81%	2,16%	3,18%	1,28%	0,88%	1,24%	3,03%
	AAF4	47,63%	14,92%	10,38%	5,54%	4,04%	5,31%	2,40%	3,66%	1,46%	1,03%	1,78%	3,85%
	AAM4	45,98%	15,80%	8,74%	6,32%	5,63%	3,46%	3,75%	2,22%	2,81%	1,68%	1,14%	2,47%
	ANF4	46,97%	19,14%	10,92%	5,48%	2,74%	4,81%	1,97%	2,38%	1,29%	0,83%	1,81%	1,66%
	ANM4	49,42%	15,46%	7,76%	5,78%	3,97%	6,24%	2,28%	2,04%	2,10%	0,82%	1,52%	2,63%
Carraceda de Ansiães	CAF1	42,48%	18,25%	10,42%	6,54%	4,01%	4,81%	3,27%	2,84%	1,60%	2,03%	1,17%	2,59%
	CAM1	41,87%	17,26%	11,84%	5,60%	3,79%	6,53%	3,09%	2,51%	2,04%	1,57%	1,69%	2,22%
	CAF2	43,10%	15,11%	10,40%	5,43%	3,04%	6,34%	2,38%	3,30%	1,72%	2,64%	2,18%	4,36%
	CAM2	43,16%	14,79%	12,82%	5,41%	2,64%	7,46%	3,44%	3,44%	1,70%	1,21%	1,30%	2,64%
	CAF3	44,98%	14,05%	10,47%	6,35%	4,07%	5,42%	4,00%	2,77%	2,09%	1,97%	0,86%	2,96%
	CAM3	47,67%	15,05%	10,93%	5,28%	3,20%	4,74%	2,70%	2,45%	2,12%	0,79%	2,04%	3,03%
	CAF4	45,48%	14,16%	12,25%	4,37%	3,46%	4,15%	3,24%	3,58%	2,37%	1,43%	1,79%	3,73%
	CAM4	47,94%	15,09%	10,92%	4,02%	3,54%	4,80%	3,08%	3,56%	1,67%	1,15%	1,98%	2,24%
	CNF4	48,33%	18,88%	7,69%	5,15%	4,22%	4,96%	2,85%	3,10%	1,92%	1,86%	2,11%	1,92%
	CNM4	49,31%	15,09%	9,28%	4,86%	4,55%	5,18%	2,27%	2,65%	1,70%	1,01%	1,70%	2,40%
Mirandela	IAF1	47,20%	12,50%	12,50%	5,72%	2,30%	5,72%	3,25%	4,32%	1,68%	1,18%	0,73%	2,91%
	IAM1	47,24%	14,41%	14,23%	5,96%	3,25%	3,56%	2,49%	2,49%	1,42%	1,42%	0,76%	2,76%
	IAF2	47,46%	14,17%	11,85%	6,57%	2,58%	4,89%	2,70%	3,22%	1,35%	0,90%	1,74%	2,58%
	IAM2	46,13%	12,89%	12,80%	6,56%	3,45%	4,72%	2,36%	2,97%	1,61%	1,65%	1,27%	3,59%
	IAF3	45,21%	15,87%	9,88%	6,80%	3,29%	5,73%	2,69%	3,34%	2,18%	0,77%	1,41%	2,82%
	IAM3	47,60%	13,74%	10,54%	7,45%	4,10%	3,62%	3,41%	2,72%	1,92%	1,49%	1,01%	2,40%
	IAF4	46,36%	15,51%	11,29%	5,18%	4,22%	4,37%	2,61%	2,82%	1,66%	1,06%	2,30%	2,61%
	IAM4	48,74%	14,19%	9,27%	5,66%	4,12%	4,68%	3,46%	2,34%	1,50%	1,26%	1,54%	3,23%
	INF4	49,08%	15,20%	8,34%	6,05%	4,02%	4,24%	2,77%	3,65%	1,33%	1,40%	2,03%	1,88%
	INM4	47,15%	14,38%	9,44%	4,95%	4,92%	4,66%	3,57%	3,12%	1,37%	1,83%	1,57%	3,03%
Macedo de Cavaleiros	MAF1	46,26%	14,97%	9,83%	5,32%	3,20%	4,78%	3,92%	2,71%	2,43%	2,07%	1,35%	3,16%
	MAM1	46,36%	13,79%	11,79%	5,96%	2,68%	5,70%	2,68%	3,58%	1,02%	1,53%	1,06%	3,83%
	MAF2	46,26%	15,64%	11,08%	5,78%	2,93%	5,11%	2,89%	2,56%	2,11%	1,00%	2,11%	2,52%
	MAM2	44,96%	13,44%	11,30%	5,38%	3,42%	6,05%	3,67%	4,46%	1,71%	1,16%	0,92%	3,54%
	MAF3	46,58%	14,28%	11,62%	5,63%	3,40%	4,42%	3,06%	3,15%	1,79%	1,11%	1,92%	3,03%
	MAM3	47,00%	14,15%	10,63%	6,23%	2,29%	3,99%	3,94%	3,34%	1,92%	1,47%	1,51%	3,53%
	MAF4	47,41%	14,95%	7,92%	5,37%	4,54%	3,64%	3,32%	3,51%	2,24%	1,73%	2,62%	2,75%
	MAM4	48,36%	14,54%	9,32%	4,20%	3,45%	5,33%	3,66%	3,24%	1,59%	1,59%	1,72%	3,00%
	MNF4	47,03%	15,56%	9,67%	4,10%	3,98%	5,97%	2,48%	2,88%	2,27%	1,75%	1,14%	3,17%
	MNM4	46,42%	17,05%	8,70%	6,08%	3,06%	5,49%	2,42%	3,06%	1,93%	1,48%	1,68%	2,62%
Vila Flor	VAF1	45,25%	15,56%	11,95%	5,01%	3,24%	5,14%	2,68%	3,36%	2,12%	1,21%	1,53%	2,96%
	VAM1	47,45%	13,12%	13,79%	4,74%	3,57%	4,08%	2,88%	3,21%	1,71%	1,30%	1,27%	2,88%
	VAF2	46,21%	15,72%	11,25%	4,47%	3,83%	5,63%	1,68%	3,27%	2,47%	1,12%	1,56%	2,79%
	VAM2	44,39%	16,06%	10,93%	5,28%	3,09%	5,33%	3,74%	2,56%	2,07%	2,03%	1,26%	3,25%
	VAF3	47,72%	12,66%	10,63%	3,99%	4,87%	5,70%	1,84%	4,18%	2,47%	1,33%	2,15%	2,47%
	VAM3	49,02%	11,97%	11,65%	5,69%	3,87%	4,23%	2,36%	3,07%	2,62%	0,85%	1,51%	3,16%
	VAF4	47,73%	15,45%	8,60%	5,69%	3,91%	5,20%	2,37%	3,21%	2,05%	1,38%	2,13%	2,27%
	VAM4	49,60%	14,83%	8,25%	4,92%	4,74%	4,62%	2,46%	2,03%	2,58%	0,68%	2,15%	3,14%
	VNF4	49,50%	14,50%	9,59%	4,68%	4,34%	5,17%	1,92%	2,84%	1,89%	1,35%	1,46%	2,76%
	VNM4	45,73%	17,76%	8,23%	6,06%	3,16%	4,76%	4,21%	1,92%	1,61%	2,29%	2,04%	2,23%
Total	46,47%	14,94%	10,62%	5,47%	3,69%	5,12%	2,87%	3,09%	1,85%	1,38%	1,60%	2,91%	

Sobre a natureza composicional da categoria *aspecto*: do plano nocional ao plano enunciativo

SÍLVIA LIMA GONÇALVES ARAÚJO
(Universidade do Minho)
saraujo@ilch.uminho.pt

Resumo

Dans cet article, est développée une **analyse compositionnelle de l'aspect** qui permet de définir la nature des rapports entre **ce qui est défini par les propriétés sémantiques primitives (plan notionnel)** et **ce qui est construit par l'énoncé (plan énonciatif)**. On sait que les lexèmes verbaux ne donnent que des indications partielles, qui peuvent se trouver modifier selon le contexte. En effet, l'assignation du type de procès (/dense/, /discret/ ou /compact/) résulte elle-même d'un calcul interprétatif, qui prend en compte non seulement le verbe lexical mais aussi le prédicat, le temps verbal, les adverbess temporels et le contexte discursif. Comme nous essayerons de le montrer, loin de toujours converger harmonieusement, les significations de tous ces éléments dans un énoncé donné peuvent **entrer en conflit**, ce qui amène le co-énonciateur à mettre en œuvre des **stratégies interprétatives** de construction de la signification globale de l'énoncé visant à résoudre ces conflits. Dès lors, on assiste parfois à des glissements de sens au niveau de la valeur globale du type de procès qui peuvent donner lieu à des glissements de sens locaux qui affectent les unités lexicales.

Palavras-chave: aspecto, tipologia nocional, tipologia enunciativa, fenômenos de recategorização, formatação discreta/densa/compacta.

I. Introdução

Tendo observado que os estudantes de «Letras» que chegam à Universidade ignoram – na sua grande maioria, para não dizer totalidade – o que seja o chamado «aspecto verbal», pareceu-nos oportuno percorrer, em traços largos, os problemas que se levantam à volta desta categoria gramatical, e comparar, de seguida, as potencialidades

descritivas de algumas tipologias de valores aspectuais para abordar, mais pormenorizadamente, na sua relação com a determinação nominal, com os tempos gramaticais e com os adverbiais aspectuo-temporais, as diferentes classes aspectuais.

Neste estudo, por razões que mais adiante se tornarão claras, apenas consideraremos a classificação proposta por Vendler (1967) para os verbos do inglês (por ser a mais conhecida) e a divisão triádica das categorias nominais propostas por Culioli (1973, 1974, entre outros) em discretos, densos e compactos que aplicaremos, na sequência de Franckel, Paillard & De Vogüé, 1988, De Vogüé, 1989 ou de Franckel & Paillard, 1991, ao domínio verbal.

O presente artigo, sendo o resultado de algumas reflexões particulares sobre as duas tipologias que acabámos de mencionar e sobre os problemas teóricos e metodológicos delas decorrentes, pretende, antes de mais, avaliar as novas possibilidades pedagógicas que oferece a classificação tripartida 'discreto-denso-compacto' acima referida para explicar, entre outros aspectos, a má-formação dos enunciados que resulta de incompatibilidades de natureza aspectual e equacionar novos modos, eventualmente mais produtivos, de conceptualizar as relações entre os mais variados meios linguísticos disponíveis para exprimir a categoria **aspecto** nas línguas românicas actuais, e mais especificamente em línguas como o francês ou o português.

II. Considerações gerais sobre a categoria gramatical *aspecto*

Como tem sido reiteradamente referido pelos investigadores que se ocupam do fenómeno linguístico (cf. Coseriu, 1980: 13-25 ou Borillo, 1991: 97-102), o aspecto constitui uma categoria complexa (pluridimensional), pois, em francês ou em português, as «different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation» (Comrie, 1976: 3) encontram-se gramaticalizadas em processos não gramaticais e/ou gramaticais (cf. Barroso, 1994: 78-81), registando-se nos primeiros as realizações aspectuais expressas pelo semantema verbal [realização lexical] e pelo contexto em que se encontra o verbo [realização contextual], e nos segundos as realizações aspectuais expressas pelos próprios morfemas flexionais [realização morfológica ou flexional] e pelas perífrases verbais (*cesser delfinir de + inf.*; *deixar delacabar de + inf.*, etc.) [realização perifrástica] que expressam outros tantos valores aspectuais.

A conjugação, num qualquer enunciado, de todas as manifestações aspectuais acima referidas determina o chamado **aspecto de frase** (esta é a designação utilizada por François, 1978: 70).

Deste modo, e de acordo com o que acabámos de dizer, afigura-se pertinente mostrar a possibilidade de se poder considerar o aspecto não apenas como uma categoria limitada aos *verbos*, mas também como «um **operador frásico**, ou seja, em terminologia generativista como um operador mais alto» (Peres, 1984: 108) cujo valor referencial resulta da convergência de vários factores que se situam em três níveis diferentes (cf. Bouscaren *et alii*, 1993): o *nível nocional*, no qual se definem e estruturam as propriedades semânticas primitivas dos predicados, o *nível predicativo* intimamente relacionado com a organização da relação predicativa que pode ser definida como uma relação («construir») entre objectos («o Pedro» e «casa») – construir, o Pedro, casa – ou como uma propriedade («(ser) amável») que caracteriza um objecto («o Pedro») – <(ser), o Pedro, amável> –, e finalmente o *nível enunciativo* que tem a ver com as operações de construção do enunciado.

Revela-se conseqüentemente importantíssimo o estabelecimento de uma tipologia nocional que atribua um lugar de relevo às determinações internas (isto é, às determinações relacionadas com as propriedades primitivas do predicado verbal que irão determinar a selecção preferencial de uma interpretação aspectual) e uma tipologia enunciativa que permita identificar, com alguma segurança, as determinações externas (i.e. o conjunto das determinações situacionais que resultam da localização abstracta («repérage») da relação predicativa em relação ao parâmetro **situação de enunciação**¹), e contextuais que resultam

¹ No quadro da Teoria Formal enunciativa de A. Culioli (para uma apresentação desta teoria, *vide* Gilbert, 1993: 63-96), quadro teórico onde se insere este trabalho, a passagem da *relação predicativa* (estrutura de origem que corresponde à relação entre termos que a constituem, isto é, entre o predicado e os seus argumentos) ao *enunciado* corresponde, como veremos, à construção de valores referenciais (de tempo, aspecto, modo, etc.), isto é, à construção de um acontecimento linguístico (ao qual se associa um tempo abstracto que passaremos a notar simbolicamente T_2) localizado em relação ao parâmetro enunciativo *situação de enunciação-origem* (S_0, T_0) – ou **Sit₀**, definido pelos parâmetros enunciativos *enunciador-origem* S_0 e *tempo da enunciação-origem* T_0 : trata-se de parâmetros abstractos e não de situações, sujeitos ou tempos historicamente determinados. Por outras palavras, partindo de uma estrutura abstracta à qual se associa um **sentido**, vai-se, por sucessivas operações de localização abstracta que incidem sobre um termo, o termo localizado («repéré») e o localizam em relação a um segundo termo, o termo localizador («repère»), atribuindo determinação a essa estrutura, que passa então a ser um enunciado dotado de **significação**.

de outros termos da relação (a importância do argumento com a função de objecto directo² na determinação aspectuo-temporal de um enunciado tem sido muitas vezes abordada em diversas propostas de análise do aspecto (cf. por exemplo, Franckel & Paillard, 1989, Campos, 1994), estando a diferença entre evento delimitado e evento não delimitado presente, por ex., nas distinções «accomplishment»/actividade (Vendler, 1967), télico/atélico (Comrie, 1976; Declerck, 1979), evento/processo (Desclés, 1991).

Define-se assim uma tipologia em que se articulam a natureza aspectual dos predicados e o valor aspectual do enunciado; mas, como observaremos adiante, nem por isso deixa de ser uma tipologia que perde de vista a distinção entre as expressões 'gramatical' do **Aspekt** (ou 'aspecto gramatical' que corresponde à oposição dos determinados tempos gramaticais) e 'lexical' das **Aktionsarten** (ou 'modos de acção', 'modalidades de acção', 'modos de processo' que são propriedades inerentes ao léxico), termos propostos, pela primeira vez, para o polaco, pelo aspectólogo S. Agrell.

Devido às acentuadas clivagens que se podem observar entre certos autores no tratamento da categoria gramatical **aspecto** (valores aspectuais considerados, meios de expressão do aspecto, terminologias usadas, entre outras), convém proceder ao estabelecimento de algumas distinções fundamentais. Particularmente relevante para o estudo dos fenómenos aspectuais é a distinção aceite por muitos autores (Garey, 1967, Pollak, 1976, De Both-Diez, 1985, Comrie, 1989, Campos, 1993, 1994a ou Co Vet, 1994) entre, por um lado, o **aspecto perfectivo** que encara o processo como um bloco que inclui os seus próprios limites (cf. Comrie, 1976: 16 e sqq, Campos, 1989: 379, Campos & Xavier, 1991: 304 e sqq) e o **aspecto imperfectivo** que remete para um processo encarado no seu desenvolvimento, sem limites (Comrie, 1976: 12, 24; Campos, 1989: 378) e, por outro, entre estes aspectos gramaticais considerados simultaneamente e a dicotomia estabelecida, por vários linguistas (cf. Garey, 1957, Campos, 1984, entre outros)³,

² Seguindo de perto a literatura recente, consideraremos o primeiro argumento de uma relação predicativa como o argumento de ordem 0 (C_0) e o segundo argumento (que desempenha geralmente a função de objecto directo) como o argumento de ordem 1 (C_1).

³ Note-se que, neste estudo, a propriedade **telicidade/atelicidade** se insere no semantema verbal, isto é, a parte do lexema verbal portadora de significação objectiva. Nem todos os linguistas procedem desta forma: Declerck (1979) ou Comrie (1976) por ex., defendem que a essa propriedade deve ser atribuída às **situações** (e não só aos verbos). Para mais pormenores sobre os conceitos de «telicidade» e «atelicidade», vide François (1983: 93-95).

entre **verbos télicos** ou **transitórios** (que implicam a passagem de um *limiar semântico*: *nascer, morrer, cair, chegar, matar*, etc.) e **verbos atélicos** ou **não transitórios** (que são independentes da ideia de limite, podendo teoricamente prolongar-se indefinidamente: *amar, andar, viver, dormir*, etc.) entendidos como aspectos lexicais.

Sem a pretensão que seria desmesuradamente ambiciosa de refazer, neste trabalho, o debate sobre as vantagens (cf. Campos, 1989: 379-380; 1993: 67-68) e/ou desvantagens (cf. por ex., Barroso, 1994: 39, 57, Dahl, 1985: 74-75) que residem na consideração bipolar (perfectivo/imperfectivo), própria das línguas eslavas, no sistema aspectual das línguas indo-europeias, parece poder-se concluir que o quadro aspectual básico no sistema verbal francês ou português é o seguinte: I. *Aspectos 'lato sensu'*: 1. perfectivo; 2. imperfectivo e 3. perfeito (marcando um valor aspectual imperfectivo); II. *Aspectos 'stricto sensu'*: 1. verbos télicos e verbos atélicos.

Interessante se torna verificar, no entanto, que nem todos os linguistas respeitam a distinção entre estes dois tipos de aspecto. Nas teorias aspectuais gerais de Comrie (1976) e de Lyons (1977), por ex., o aspecto e o modo de processo encontram-se reunidos numa categoria que engloba os dois conceitos. Parece-nos, ainda, que a este propósito se possa invocar o exemplo da classificação vendleriana a que temos vindo a fazer referência. De facto, uma grave deficiência metodológica e técnica que, à primeira vista, se pode detectar nesta classificação reside, concretamente, no tratamento conjunto e sem qualquer distinção explícita que o autor faz dos valores aspectuais inerentes à própria semântica lexical dos verbos, dos que se exprimem por meio de argumentos desempenhando a função de objecto directo. Embora a tipologia que este autor propõe seja uma tipologia de verbos, na sua exemplificação aparecem também verbos acompanhados dos seus argumentos internos⁴, quando a presença destes na predicação

⁴ Recorde-se que a classificação de Vendler (1967) define quatro tipos distintos de situações, a que correspondem predicados integrando quatro classes aspectuais: «achievements» (eventos instantâneos), «accomplishments» (eventos prolongados), «activities» (actividades) e «states» (estados). Se compararmos esta tipologia (para a qual é, efectivamente, a totalidade do *sintagma verbal* – e não só o verbo – que define a natureza da relação predicativa) com a de Garey (que é verdadeiramente uma tipologia de *verbos*), constatamos que duas das classes de Vendler são **atélicas** (os «states» e as «activities») ao passo que as duas restantes são **télicas** (os «accomplishments» e os «achievements»). Parece portanto poder-se concluir que os quatro tipos de classes propostos por Vendler reduzem-se a dois, se, abstraindo das diferenças entre eles, considerarmos que o único traço pertinente que os opõe é a existência, nos «accom-

determina alteração da classe a que o verbo pertence. Assim, por ex., o verbo *run* pertence à classe das actividades, mas já *run a mile* pertence à classe dos «accomplishments» (Vendler, 1967: 102). Ao introduzir variáveis relacionadas com a complementação, o autor mistura factores de ordem nocional com factores de ordem predicativa e enunciativa.

É tempo agora, após estes esclarecimentos sobre a categoria aspecto, de procurar elucidar, a partir das propostas da Teoria Formal Enunciativa de A. Culioli, as determinações internas que estão relacionadas com a existência de itens lexicais primitivos, definidos por determinadas propriedades semânticas.

2.1. Determinações internas definidas por propriedades semânticas primitivas

Como se depreende do próprio título desta subsecção, trataremos exclusivamente das determinações internas, i.e. do *Aktionsart* do predicado para analisar a construção da significação do enunciado, partindo do sentido da relação predicativa que lhe é subjacente, e mais especificamente do valor aspectual inerente à própria significação lexical do verbo que ocorre nessa relação.

É de salientar, desde já, que esta análise dos factores que se situam no nível nocional tem ainda a vantagem de explicar a compatibilidade e a incompatibilidade entre os valores que co-ocorrem numa dada sequência, convergindo para a sua significação global, e mais concretamente a incompatibilidade da relação predicativa com os diferentes tipos de adverbiais ou a incompatibilidade entre as restrições de selecção do predicado e os traços semânticos inerentes de um argumento.

Deste modo se compreende por que razão o estabelecimento de tipologias aspectuais fundamentalmente estruturadas em torno de normas sintácticas que regulam a ligação entre o próprio verbo, que é um elemento relacional, e o(s) seu(s) argumento(s) parece-nos ser atitude científica e pedagógica pouco aconselhável.

É importante insistir na ideia de que os critérios formais são apenas uma pequena amostra do conjunto de critérios que seriam

plishment» e «achievement», de um limiar semântico ou transição (cf. também Co Vet (1980 e 1981) que estabelece uma distinção entre situações não transicionais (estados e actividades) e situações transicionais (eventos prolongados e eventos instantâneos).

necessários para caracterizar – e, por extensão, agrupar – os predicados de uma língua com base nas suas propriedades semânticas.

O que faz sentido dizer neste caso, é que uma tipologia como a de Vendler não é satisfatória pela simples razão que dá pouca (para não dizer nenhuma) atenção ao papel da semântica dos predicados verbais na determinação dos valores aspectuais.

Os dois exemplos que a seguir apresentamos parecem corroborar a nossa suposição de que uma tipologia puramente formal parece não aceitar facilmente a possibilidade de dois predicados, equivalentes do ponto de vista sintáctico, darem origem a interpretações distintas, embora envolvidos em frases estruturalmente semelhantes:

(1) *ele consertou três carros*

(2) *ele seguiu três homens*

(exs. (1) e (2) de Bouscaren *et alii* (1993: 19) traduzidos do inglês).

Não há qualquer dúvida de que a (1) corresponde a construção de três ocorrências distintas da relação predicativa <consertar, ele, carros> (a confirmá-lo, verifica-se, por ex., que é possível combinar (1) com expressões adverbiais que ocorrem geralmente em frases descrevendo ocorrências disjuntas: *Ele consertou três carros **sucessivamente***, e que a (2) corresponde (certamente) a construção de uma ocorrência singular: é possível, por isso, dizer: *ele seguiu três homens **simultaneamente***, mas não: *?ele consertou três carros **ao mesmo tempo***⁵.

No par de frases que se segue, é evidente, mais uma vez, a distinção existente entre o plano da noção e o plano sintáctico:

(3) *Max hachure la feuille.*

(4) *Max dessine un cheval.*

(exs. (3) e (4) extraídos de Gross (1980: 76)).

À primeira vista, poderíamos pensar que estamos em presença de um *evento prolongado* (esta é a designação proposta por Campos (1989) para traduzir o conceito vendleriano de «accomplishment») em

⁵ Note-se que o plural dos argumentos seleccionados pelo verbo não confere necessariamente um valor iterativo a P. Pode haver multiplicidade de objectos sem que haja multiplicidade de ocorrências de P. Tudo depende da relação que o verbo estabelece com o seu argumento C₁. Em certos casos, o evento pode realizar-se em sequência sobre cada um dos objectos (cf. *supra*, ex. (1)) e/ou simultaneamente sobre a totalidade dos objectos (ex.: *ele viu três cães no jardim; ele atropelou três pessoas*).

ambos os casos. Ora, se observamos atentamente a forma como são construídas as ocorrências das noções⁶ que instanciam respectivamente o lugar de operador de predicação (/hachurer/, /dessiner/) e de argumento de grau 1 (/feuille/, /cheval/), logo concluiremos que estes operadores não apresentam as mesmas propriedades físico-culturais. De facto, é fácil ver que as duas construções (3) e (4) em que os predicados verbais coocorrem com dois argumentos nominais, com funções sintácticas tradicionalmente definidas como sujeito e objecto directo podem nominalizar-se (com a ajuda do auxiliar *faire*). Constatamos, de facto, que à sequência (3) corresponde necessariamente a forma nominalizada: *Max fait des hachures sur une feuille* (o determinante *des* que surge então aparece obrigatoriamente no plural: **Max fait une hachure sur la feuille*): o plural explicita o sentido intrinsecamente (ou nocionalmente) **iterativo** de *hachurer*. À sequência (4) corresponde, pelo contrário, a forma nominalizada: *Max fait un dessin de cheval*, que tem o mesmo sentido, e não *Max fait un dessin de chevaux* ou *Max fait des dessins de cheval*; inversamente, podemos estabelecer uma relação de equivalência entre *Max dessine des chevaux* → *Max fait des dessins de chevaux*: é o determinante plural (*des*) que confere à relação predicativa <dessiner, Max, chevaux> um valor iterativo.

Poderíamos mencionar outros casos de diferenças de interpretação dos fenómenos aspectuais que não podem ser explicados à luz de parâmetros sintácticos. De facto, se observarmos, por exemplo, os dois enunciados que se seguem:

- (5) *o João tem estado doente*
- (6) *o João tem ido à praia*

constatamos que a combinação do pretérito perfeito composto com um predicado verbal que pertence à classe aspectual dos estativos (cf. *estar doente* em (5)) corresponde à construção de um acontecimento único, com valor de continuidade enquanto que a utilização desse mesmo tempo verbal com predicados não estativos (do tipo: *ir à praia*) leva a que a situação descrita não seja encarada globalmente, mas

⁶ É de salientar desde já que uma **noção** é definida «como um feixe estruturado de propriedades físico-culturais e constitui (...) uma representação abstracta de natureza cognitiva» (Campos, 1994b: 140; ver também Culioli, 1981). Convém acrescentar que existem basicamente dois tipos de noções: as *noções lexicais* ou *predicativas* (lexicalizáveis e categorizáveis em substantivos, adjectivos, verbos, etc.) e as *noções gramaticais* (como o número, o género, o tempo, o aspecto, etc.) e que estas noções só são apreensíveis através das suas **ocorrências linguísticas** construídas na e pela enunciação.

como ocorrências periódicas de situação. De facto, o pretérito perfeito composto adquire, em (6), um valor claramente iterativo.

O que, no seu conjunto, os exemplos descritos parecem indicar, é que a semântica lexical dos predicados é determinante na forma como a referência verbal pode determinar a selecção preferencial de um valor aspectual. Bache (1982: 59) partilha da mesma opinião.

Daí considerarmos que é necessário dispormos de uma tipologia nocional e predicativa que preexista a todas as operações de determinação (qualificação/quantificação) de temporalidade, de aspectualidade ou de modalidade e de uma tipologia enunciativa que tenha como função explicitar quais as operações que estão subjacentes a um enunciado e que constituem a actividade enunciativa. A ideia que nós defendemos aqui é a de que a classificação dos lexemas verbais não deve esperar pela etapa da activação do verbo no enunciado, mas deve aplicar-se igualmente ao nível do dicionário, apenas no que respeita à classe lexical do verbo. De facto, sem termos em consideração este nível puramente nocional, não é possível explicar o que leva verbos inseridos em esquemas sintácticos idênticos a marcarem valores aspectuais diferentes.

A tipologia que apresentamos aqui para dar conta das propriedades semânticas dos verbos corresponde a uma representação topológica que permite diferenciar três categorias de predicados. De facto, por razões teóricas, a fim de concretizar um tratamento homogéneo da categoria da determinação⁷, propomos a hipótese, na esteira de

⁷ Na análise da construção dos valores de determinação verbal será introduzido o conceito de **determinação**, definida como uma operação complexa em que a quantificação (**Qnt**) se associa com a qualificação (**Qlt**) constituindo um operador complexo (**Qnt, Qlt**) que determina quantitativa e qualitativamente as diferentes noções (cf. Culioli, 1975, 1976, 1987, entre outros). O seguinte exemplo pode exemplificar a complexidade acima referida: *o que este rapaz come!* Este enunciado é ambíguo entre duas leituras: tanto pode haver um valor quantitativo ('este rapaz come muito' (**Qnt**)) como um valor qualitativo ('este rapaz come coisas estranhas' (**Qlt**)). A escolha de uma ou outra das interpretações será determinada pelo contexto em que ocorre a enunciação. Por ex., em *Hoje, comi demasiado*, **Qnt** sobrepõe-se a **Qlt** (formalmente: **Qnt (Qlt)**). Como veremos adiante, a componente qualitativa (que consiste em diferenciar as ocorrências com base em relações de **alteridade qualitativa**: por ex., *o cão* opõe-se ao *gato* ou ao *coelho*) e a componente quantitativa (que distingue as ocorrências de uma noção em função da sua localização espaço-temporal, definindo assim relações de **heterogeneidade**: neste caso, distinguimos os exemplares da noção /cão/) estão presentes na construção da determinação verbal, e mais especificamente na construção dos valores aspectuais do enunciado, podendo ser equiponderadas (formalmente: **Qnt, Qlt**) ou ser diferentemente ponderadas (formalmente: **Qnt (Qlt)** ou **(Qnt) Qlt**).

Culioli, que os tipos de predicados correspondem, no domínio verbal, às três classes propostas para dar conta dos fenómenos equivalentes na determinação nominal: **discreto-denso-compacto**.

Se adoptarmos, para explicar as diferenças entre os três tipos de predicados que acabámos de mencionar, esta classificação tripartida, podemos, numa primeira abordagem, cingir-nos a uma representação topológica cuja variável principal vai ser a existência ou não de limitadores («bornes») de início ou de fim do processo (que passaremos a notar **P**). Teremos, por um lado:

■ os predicados para os quais é impossível construir ocorrências diferenciadas quantitativamente; e daí a notação **(Qnt) Qlt**⁸ (Culioli, 1991-92: 11). Neste caso, seria mais justo não falarmos de ocorrências dado que, no que respeita a estes verbos, cada ponto é identificável a outro: não há construção do primeiro e último pontos. Tais predicados serão, por consequência, validados em um ou vários intervalo(s) aberto(s) sem que se possa isolar instantes iniciais ou instantes finais. Falar-se-á, neste caso, de predicados compactos: é compacto o que é indivisível⁹ no sentido estrito. Lembremos a definição de *compacto*

⁸ Como já dissemos atrás (cf. *supra*, nota 7), uma ocorrência representada por (Qnt) Qlt indica que a componente qualitativa é preponderante e portanto não é parentizada; não havendo qualquer construção de uma ocorrência quantitativa da noção na construção desta ocorrência, 'Qnt', que constrói, como vimos, a existência de uma ocorrência como uma ocorrência qualquer da classe, surge entre parênteses.

⁹ **Indivisível** deve ser interpretado como 'não quantificável' no sentido estrito: com um predicado /compacto/, não é possível construir uma ocorrência quantitativa de P. Como vimos atrás, no ex.: *A Maria é feliz*, não estamos perante uma ocorrência singularizada de *felicidade*. Dissemos que *A Maria é apenas o suporte* (aquilo que Milner (1986: 46) designa por «*hypokeimenon*») da propriedade que constitui a felicidade. Devemos salientar, contudo, que os predicados de tipo /compacto/ não são totalmente incompatíveis com uma quantificação de ordem temporal; por ex., em sequências como *Il a été sage toute la matinée* ou *Ele foi insuportável todo o dia*, os advérbios aspectuais *toute la matinée* e *todo o dia* introduzem uma delimitação temporal de P que não é retomada no plano notional. Um predicado /compacto/ também é compatível com algumas formas de quantificação iterativa. Para tal, é necessário que o predicado exprima uma propriedade instável e que a frase contenha um advérbio numeral: *Paul a été triste deux fois*, um advérbio de quantificação (frequencial ou genérico): *Paul est souvent/généralement/habituellement ... triste*, ou ainda, um marcador indicando os subintervalos em que ocorre o evento descrito: *Paul est triste le lundi/quand il n'a pas classe*. Os enunciados *Paul est triste*, *Paul a été triste*, *le mois dernier* / *Paul était triste*, *le mois dernier* não têm valor iterativo. Se é verdade que *Paul est triste* ou *Paul est grand* bloqueiam toda e qualquer leitura habitual, é também verdade que apenas o predicado /être/ triste/ admite uma interpretação iterativa. Recorde-se, de facto, que um predicado /compacto/ que exprime uma propriedade não transitória não pode, dada a estabilidade ou a dura-

dada por Culioli (1980: 191): «connexe, dense, insécable, sans complémentaire linguistique dans la classe d'occurrences des t»; faz com que estes verbos não sejam cindíveis no tempo; não têm desenvolvimento temporal. Dito de outro modo: os compactos (isto é, os nomes tradicionalmente tratados como nominalizados: *tristeza, paciência, alegria*, etc., e os predicados de tipo estado/propriedade) só podem fixar-se («s'ancrer») no tempo (-espaço) com a ajuda de um sujeito suporte da predicação (por ex., em *A Maria é feliz*, *A Maria* é o suporte através do qual se apreende a propriedade *ser feliz*) no qual eles se incarnam. Os nomes compactos apenas suportam intensificadores que conduzem à qualidade por excelência obtida quer directamente (*uma grande/pequena paciência*), quer através de um falso discretizador, marcador não de *quantidade* mas de *qualidade* (ex. *ele tem uma paciência de anjo*) que ajuda a resolver, por ex., agramaticalidades do tipo: **o João tem uma paciência* ou **o João tem a paciência* (cf. Campos, 1994a: 191).

No domínio verbal, o protótipo desta classe é constituída, como veremos, pelos predicados estativos em *ser (être)* seguidos de um adjetivo (ex. *ser agressivo, ser simpático*, etc.). Se é verdade que estes últimos podem ser qualificados como intrinsecamente compactos em virtude da sua estrutura predicativa, é também verdade que eles são, em certas condições, susceptíveis de uma «descompactização». Inversamente, bastantes outros verbos *a priori* não compactos podem sofrer uma compactização¹⁰.

tividade que o caracteriza, co-ocorrer com adverbiais frequenciais (ex. *frequentemente*) que especificam a frequência com que um acontecimento linguístico se repete. Não está, portanto, associado a valores habituais ou iterativos: *?Paul a été grand deux fois; ?Paul a été grand souvent; ?Paul est habituellement grand*. Os adjectivos não são todos, *a priori*, transitórios ou não transitórios: *sage, gentil, courageux*, etc., dado que podem funcionar como propriedades estáveis ou instáveis: a frase *Paul est heureux* autoriza uma leitura estável (*Paul est un être ou quelqu'un d'heureux*) e uma leitura episódica (*Paul est heureux, en ce moment*). Sabemos que o espanhol e o português dispõem de uma oposição aspectual **ser/estar** (cf. Riegel 1985: 149) para «exprimir a distinção entre predicadores de propriedades de individuais [**ser**] e predicadores de propriedades de manifestações temporalmente limitadas de individuais [**estar**]» (Mateus et alii 1989: 98): *O Paulo é feliz* (felicidade permanente), *O Paulo está feliz* (felicidade passageira). Estes exemplos mostram claramente a utilidade de distinguir os diferentes tipos de predicados estativos, pois se é verdade que os predicados compactos não se deixam normalmente singularizar ou pluralizar, é também verdade que alguns verbos estativos podem ser temporalmente delimitados.

¹⁰ Como já dissemos atrás, em enunciados do tipo *O Pedro é feliz*, o sujeito é o «suporte» de P. Há portanto uma articulação intra-enunciado de tipo **tema-rema** (para simplificar, poder-se-á dizer que o sujeito corresponde ao tema). Note-se que qualquer

■ e por outro lado, os predicados que podem ser considerados como predicados télicos cujo limitador da direita (do início de **P**) pelo menos é, obrigatoriamente, tido em conta, o limitador da direita (do fim) ficando disponível para indicar o término de **P**. Esta classe abarca, por consequência, as subclasses /discreto/ e /denso/ de Culioli que, como veremos adiante, diferem uma da outra pelo facto de implicarem ou não, na sua definição, a existência de uma transição que corresponda à passagem de um limiar semântico ou **transição** (cf. Campos & Xavier, 1991: 320).

Por esta razão, urge estabelecer, no interior desta classe, uma distinção fundamental entre:

– o **discreto** que corresponde a uma delimitação simultaneamente qualitativa e quantitativa. Passaremos a notar a configuração relativa a esta subclasse da seguinte maneira: **Qnt, Qlt**.

No domínio nominal, os elementos discretos (ex. *cão, lápis, carro*, etc.) deixam-se enumerar dado que são quantificáveis directamente por numerais; de facto, é possível dizer: *comprei uma mesa/duas mesas* e não: *comprei*um açúcar/*dois açucares* (exemplos de Correia, 1992: 103). Dizer que a noção *cão* tem um comportamento discreto significa que cada ocorrência da noção é provida de um **formato-tipo intrínseco** definido por uma formatação qualitativa pré-determinada (o *cão*-tipo); daí considerarmos que os cães são singularizáveis e pluralizáveis (domínio do quantitativo).

No domínio verbal, esta equiponderância entre Qlt e Qnt depende essencialmente da natureza aspectual do próprio predicado: tal é o caso de verbos como *matar* ou *construir* que têm *a priori* um comportamento discreto. É de salientar, a este propósito, que estes verbos ocorrem dificilmente sem um C_1 explícito: cf. *??ele mata/ matou!*; *??ele constrói/construiu*. Mas, como veremos adiante, esta solidariedade entre Qlt e Qnt pode resultar também da localização de um predicado

predicado pode ser interpretado como /compacto/ desde que lhe seja atribuído uma estrutura enunciativa deste tipo: por ex., *Pierre, il ment* [= 'c'est quelqu'un dont la propriété est de toujours mentir, c'est son habitude']. Inversamente, os predicados /compactos/ podem, em certas condições, sofrerem uma 'descompactização'; alguns deles podem, de facto, ser descritos pela introdução de uma forma de agentividade, com a ajuda das perífrases aspectuais **être en train de + inf.**, em francês (exs.: «*Il est en train d'être franchement désagréable*» ou ainda «*Il est en train de se montrer désagréable*» (exemplos de Franckel, 1989: 77) ou **estar a + inf.**, em português (ex.: «Bem. Acho que **estás a ser** grosseiro») que, como vemos, também podem co-ocorrer com predicados estativos, apesar do carácter indivisível (cf. *supra*, nota 9) que estes verbos denotam.

de tipo /denso/ em relação a um C_1 discreto. Falaremos, neste caso, de predicados discretizados (por ex., na sequência *ça y est, il a bu sa bière* (ex. de Franckel, 1989: 47) ou *estava com tanta sede que bebi duas águas* (ex. de Correia, 1992: 105), a determinação de *bière/água* contribui para a formação de uma ocorrência de bebida. Ao introduzir uma quantidade singularizada de bebida com a ajuda do objecto directo (*sa bière/deois copos de água*), procedemos a uma delimitação-quantificação de **P** que é retomada no plano temporal na medida em que o processo (p) e o seu complementar linguístico (p') encontram-se numa relação de **adjacência**: «le procès désigné, aussi "lointain" soit-il, devient comme adjacent au moment de l'énonciation, qu'il se trouve spécifier qualitativement» (De Vogüé, 1995: 253). De facto, a cada uma destas sequências corresponde um **estado resultante** que define uma delimitação qualitativa da ocorrência da noção: tanto em *a cerveja está bebida* (note-se que, em português, a forma composta pela combinação do verbo *estar* com o particípio passado de um verbo que exprime um evento representa o estado resultante desse evento (cf. Dabène, 1979: 62-66)) como em *la bière est (effectivement/bel et bien) bue* (em francês, aparece obrigatoriamente a forma composta pela combinação do verbo *être* com o particípio passado), são os limites do C_1 que determinam os limites de **P**. Se omitirmos o objecto directo responsável por esta formação, poder-se-à dizer que «*il y a eu (tout bonnement) de la boisson*» (o partitivo marca o denso) ou que «houve bebida» (o artigo \emptyset marca o denso): é o que acontece, por ex., numa sequência como *o Rui bebeu cerveja*, em que há manifestação de bebida no tempo, embora não se possa falar *a priori* de uma delimitação nocional de bebida; pois ao contrário do que se passa nos dois exemplos anteriores, o complemento C_1 (\emptyset *cerveja*) não é **construtor** da ocorrência de /beber/ nem delimitador de qualquer porção daquela actividade; apenas **especifica**¹¹ o objecto interno de *beber*, «entendendo por objecto interno o objecto inscrito no próprio predicado» (Campos, 1994a: 6; cf. também Franckel & Paillard, 1989: 117) e que, neste caso, poderíamos designar por «o bebível».

–o **denso**, que corresponde a uma delimitação qualitativa **ou** quantitativa, caracteriza-se por ser discretizável (apesar de não ser intrinsecamente discreto). É importante dizer-se que os nomes densos (ex.: *água, manteiga, farinha*, etc.), compatíveis com o artigo partitivo

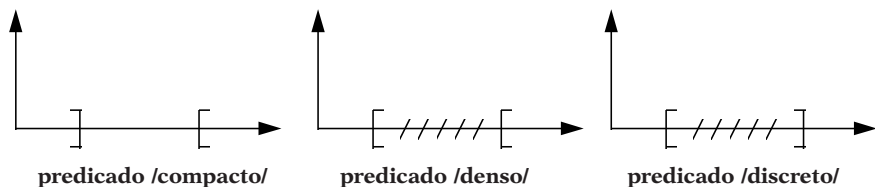
¹¹ Para mais pormenores sobre estes dois tipos de operações de localização (**especificação** e/ou **construção**), vide Franckel & Paillard, 1992, Paillard, 1992 e Campos, 1994a.

em francês ou com o **artigo** Ø que, em português, pode ser considerado como um indefinido com valor partitivo, deixam-se discretizar quer através de discretizadores do tipo [+numerável], formados com nomes discretos, e por tanto, com traços de quantidade (ex.: *bebo uma garrafa de água todas as manhãs*), quer através de uma qualificação, e por tanto, com traços de intensidade (ex.: *a água X é uma água muito pura*); mas em ambos os casos, verificamos que *água* aceita apenas discretizadores que lhe são extrínsecos, isto é, discretizadores marcados externamente pelo tempo e pelo espaço.

No domínio verbal, encontramos facilmente todos os verbos (como *correr, beber, ler, etc.*) que não implicam *a priori* restrições no que diz respeito à quantificação de **P**. Tratando-se de verbos que podem funcionar como compactos ou como discretos, é possível concluir que estamos em presença de verbos extremamente maleáveis. A este tipo de verbos corresponde, frequentemente, a construção de uma ocorrência singular (ex. *ontem à noite, o Pedro dançou, cantou e bebeu toda a noite*) que ocorre independentemente de qualquer delimitação qualitativa de **P**: a título de exemplo, podemos dizer que a sequência (*o Pedro*) *bebeu toda a noite* acima referida não releva nem do discreto (como anunciámos acima, precisaríamos de um objecto directo determinado para garantir a formatação de **P**), nem do compacto (o sujeito *o Pedro* não funciona como suporte de *beber*). No entanto, convém salientar que este tipo de predicados pode ser discretizado, à semelhança dos nomes densos, mediante uma formatação extrínseca feita através de um objecto directo (ex.: *ele bebeu uma/duas... cerveja(s)*) que determine os limites – ou **extensidade** – de **P** (ver, entre outros, Paillard 1992; Franckel & Paillard, 1992; Campos, 1994a). Como refere, a este propósito, De Vogüé (1990: 1), «la détermination de l'objet suffit à doter le procès d'une borne d'accomplissement (externe), et donc d'un format (extrinsèque)».

A título de ilustração e de recapitulação, pareceu-nos oportuno representar topologicamente¹² os três tipos de predicados supra-citados:

¹² Culioli foi, sem dúvida, um dos primeiros linguistas a propor a **topologia** como instrumento de análise da categoria aspectual. As suas primeiras análises foram rapidamente sistematizadas e aplicadas ao francês, ao inglês e ao búlgaro (ver, por ex., Fuchs & Léonard, 1979; Desclés & Guentchéva, 1980; Guentchéva, 1990). Recorde-se que a topologia «est une branche des mathématiques. Elle traite des relations de déformation qualitative entre figures» (Cintas & Desclés, 1988: 54). Como veremos, estas figuras, e mais especificamente essas representações diagramáticas são elaboradas com a ajuda



Não precisamos de dizer nada de especial sobre as representações diagramáticas acima, visto nos serem completamente familiares. Como podemos ver,

– os **compactos** não suportam, em princípio, qualquer tipo de discretização. Estes predicados são, como vemos, representáveis por um **intervalo aberto** (II), já que não há construção dos primeiro e último pontos.

– os **discretos** que, ao contrário dos densos e dos compactos, possuem um formato-tipo intrínseco, qualitativo e quantitativo, subdividem-se em:

□ os predicados estritamente discretos que implicam uma «auto-formatação», pela simples razão que têm valor «de transition non décomposable entre un état initial et un état résultant» (Bouscaren *et alii*, 1993: 4), independentemente da determinação de um objecto directo: encontramos, portanto, nesta subclasse, os predicados tradicionalmente designados por «predicados transicionais [+TR] (cf. Co Vet, 1980) atômicos [+ATOM] (cf. Co Vet, 1994: 6)», isto é, predicados de limitadores «con-fundidos» tais como *partir*, *explodir*, *chegar*, que, contrariamente aos predicados atélicos ou não transicionais (do tipo *viver*, *admirar*, *contemplar*), correspondem «à la transition proprement dite, qui est conçue comme étant de nature atomique (ponctuelle,

de conceitos topológicos simples como: os conceitos de **intervalo**, de **limitador** (de «borne»), aberto ou fechado e o de orientação. Apesar de mantermos todos estes conceitos para distinguir, de um ponto de vista puramente nocional, os diferentes tipos de predicados, não perdemos de vista que é nas diferentes etapas da determinação da noção (tudo depende, de facto, da localização de P na classe dos instantes, da relação entre o operador de predicação e o seu argumento de grau 0 ou de grau 1, etc.) que os limitadores revestem a sua pertinência, pois, como vimos, a construção dos valores referenciais de aspecto não dependem exclusivamente das propriedades nocionais dos predicados. Como já dissemos, em cada enunciação, a relação predicativa é construída como validada (ou validável) numa classe ordenada de instantes – o tempo T_2- , que, metalinguisticamente, pode ser representada como um intervalo, isto é, como uma sequência ordenada de pontos com uma configuração topológica específica que resulta da conjugação de vários factores (factores de ordem nocional, predicativa e enunciativa).

momentanéé)» (Co Vet, 1994: 5). Deste modo se compreende por que razão este tipo de verbos é compatível com adverbiais pontuais que «especificam a referência temporal de um acontecimento teoricamente **sem duração**» (Campos & Xavier, 1991: 309) mas incompatível com adverbiais durativos da forma **pendant/durante Q N de T** (em que 'Q' é uma variável de quantificador – cardinal ou indefinido –, e 'N de T' é uma variável de unidade de tempo – *dia, hora, tempo*, etc. (cf. Campos & Xavier, 1991: 310)) que, como veremos adiante, especificam a duração de um evento construída como homogénea, não sendo, portanto, compatível com predicados estritamente discretos que, por definição, incluem uma mudança semântica; de facto, não hesitaremos em considerar bem formadas as sequências: *a Maria chegou ao trabalho às duas horas* ou *Isabelle est arrivée/partie à huit heures* (verbos [+TR] e [+ATOM] em co-ocorrência com adverbiais pontuais); *a Maria viveu em Paris durante três anos* ou *Isabelle l'a admiré pendant de longues années* (verbos [-TR] e [-ATOM] em co-ocorrência com adverbiais durativos) e em rejeitar, por serem mal formadas, as duas sequências seguintes: **a Maria chegou ao trabalho durante duas horas* ou **Isabelle est partie/arrivée pendant deux heures* (verbos [+TR] e [+ATOM] em co-ocorrência com adverbiais durativos). É de referir, contudo, que o adverbial **durante Q N de T** pode co-ocorrer com um predicado do tipo /arriver/ desde que tal co-ocorrência permita a construção de um número indefinido de eventos instantâneos que se vão sucedendo, homogeneamente, ao longo da sequência de instantes que corresponde ao adverbial *pendant des années*: ex. ***pendant des années, Marie est arrivée en retard au travail***; verificamos, uma vez mais, que é a totalidade da relação predicativa, na qual os argumentos têm já um valor de quantificação determinado, que pode representar a natureza aspectual de uma sucessão homogénea de eventos. É também verdade que a existência de enunciados como *a Maria chegou a casa em duas horas* ou *a Maria levou duas horas a chegar a casa* parece contradizer as considerações semânticas que atrás fizemos acerca de *chegar*, pois o que seria de esperar é a existência de uma incompatibilidade entre o verbo *chegar* que representa apenas a passagem (momentânea) de uma situação a outra situação (isto é, um evento instantâneo representável por um intervalo pontual) e o adverbial de realização *em Q N de T* que especifica «um período de tempo, **não nulo**, associado à realização integral de uma situação» (Campos & Xavier, 1991: 322). Pode aqui falar-se em recategorização do evento instantâneo em evento prolongado, uma vez que o adverbial *em Q N de T* «defines the length of this preparatory period» (Moens & Steedman, 1988: 21), isto é, a sucessão

de acontecimentos («partida», «caminho») que engendram o que poderíamos chamar, à semelhança de Moens & Steedman (1988: 16), a «**culmination**», ou seja, neste caso, o acontecimento «chegada», o último da sucessão. É ao conjunto dos acontecimentos que se sucedem, e não apenas ao último, que se associa geralmente a sequência de instantes que corresponde ao adverbial *em duas horas*, momento da chegada propriamente dita. Poderíamos tecer os mesmos comentários acerca do enunciado seguinte: *Pierre a atteint le sommet en dix minutes*, pois há, num caso e noutro, um «caminho» que é integrado no evento a atingir: «chegar», «atingir o cimo». Estes eventos «culminantes» representam, em qualquer dos casos, a mudança para uma nova situação de natureza estativa: *X chegou a casa em duas horas* significa «ao fim de duas horas, a Maria chegou (= ‘está chegada’); da mesma forma, *X a atteint le sommet en dix minutes* significa «au bout de dix minutes le sommet a été (est) atteint». Só assim se entende a compatibilidade destes verbos [+TR], [+ATOM] com adverbiais da forma **em Q N de T**. Mais uma vez, podemos concluir que é pertinente falar em classe aspectual da relação predicativa e não só de verbos ou de sintagmas verbais.

□ os predicados [+TR], [-ATOM], isto é, os predicados de limitadores disjuntos que incluem, na sua definição, um limiar semântico: por ex., *partir um prato* significa «fazer que um prato passe do estado de não partido ao estado de partido», e essa passagem inerente aos verbos télicos constitui uma transição que faz parte da própria definição do verbo (ou melhor, neste caso, do próprio sintagma verbal).

Como facilmente se pode deduzir, tem aqui grande importância o conceito de **(a)telicidade**. Se é verdade que alguns predicados (os predicados de tipo /discreto/) são nocionalmente télicos, é também verdade que bastantes outros (os predicados de tipo /denso/) não o são: a distinção releva, como vimos atrás, das propriedades primitivas que estão na origem da construção dos valores referenciais do enunciado.

Assim, se retomarmos, por ex., os dois enunciados (1) *ele consertou três carros* e (2) *ele seguiu três homens* acima transcritos, parece ser possível concluir que:

– os dois verbos (*consertar*, *seguir*) funcionam, em geral, como predicados de limitadores disjuntos,

– mas a diferença de funcionamento que existe entre eles decorre das propriedades primitivas que lhes são subjacentes. Ao contrário do que acontece com *consertar* que implica a passagem (ou mudança) de um estado (o carro está por consertar) a outro estado (o carro está consertado), que é o **estado resultante** do evento (se o enunciado *ele consertou três carros* é verdadeiro, então o enunciado *os três carros*

estão consertados também é verdadeiro), o predicado *seguir*, embora inserido num contexto semelhante, descreve uma ocorrência não quantificada nocionalmente, como em (1), mas espaço-temporalmente. De facto, é a localização espaço-temporal que constrói a ocorrência da noção, numa quantificação temporal cuja duração poderia ser especificada por marcadores temporais-aspectuais: *ele seguiu três homens (durante) toda a noite/até à meia-noite*. Estamos, neste caso, perante ocorrências de tipo denso, para cuja construção e quantificação do C₁ (*três homens*) não contribui.

Não é pois de estranhar que *suivre* seja compatível com a perífrase aspectual *cesser de + Inf.* (*il a cessé de me suivre* significa que ele não pode/já não quer seguir-me, isto é que, em T₀, já não há nenhuma relação entre *il* e P), que não suporta qualquer tipo de delimitação-quantificação nocional, mas incompatível com *finir de + inf.*¹³ que marca uma conformidade entre o que «(ainda) está por fazer» (delimitação fora do tempo: ‘não realização da acção verbal’) e aquilo que (já) está feito» (delimitação no tempo: ‘passiva de estado + acabamento’). Um exemplo como: *il a fini de réparer sa voiture* (ou *ele acabou de consertar o seu carro*) implica a construção de «à réparer» independentemente do «effectivement réparé», isto é, uma determinação de ordem nocional com a qual são incompatíveis *suivre* ou *seguir* que apenas se coadunam com perífrases aspectuais marcando uma determinação de ordem temporal (tal é o caso, como dissemos atrás, de *cesser de* ou de *deixar de*).

Para melhor analisarmos estas incompatibilidades de natureza aspectual, ocupar-nos-emos, na secção seguinte, de problemas que envolvem fundamentalmente as relações existentes entre os tipos de predicados supra-citados e os diversos tipos de adverbiais temporais e/ou aspectuais.

2.2. Determinações externas construídas no e pelo processo enunciativo

Recorde-se, desde já, que as predicções podem apresentar diversos níveis de complexidade, desde as mais elementares [nível predicativo]

¹³ Note-se, contudo, que a combinação de um predicado de tipo /denso/ como *suivre* com a perífrase *finir de + inf.* é possível em certos enunciados (ex.: *Tu n'as pas bientôt fini de me suivre partout comme un petit chien!*) em que o valor de intencionalidade (de teleonomia) inerente a *finir de* é construído pelo enunciador.

às que resultam da aplicação do que passaremos a designar por «processos de expansão de estruturas» por adjuntos quantificadores não-temporais e temporais-aspectuais.

De facto, assume-se como decisivo em todo este contexto insistir na ideia de que subjacente a qualquer enunciado há, como acima já dissemos, uma relação predicativa que corresponde à relação entre os termos que a constituem, i.e. entre o predicado e os seus argumentos. O nível predicativo poderá portanto ser definido com a seguinte fórmula:

NÍVEL PREDICATIVO

[predicado + argumento(s)]

por ex.:

[**adormecer** (o João)] ⇒ predicado de um lugar;

[**construir** (o João) (uma casa)] ⇒ predicado de dois lugares;

[**oferecer** (o João) (um refresco) (à Maria)] ⇒ predicado de três lugares;

[**vender** (o João) (o carro) (ao Pedro) (por três mil contos)] ⇒ predicado de quatro lugares.

Urge referir que cada uma destas estruturas abstractas é apenas um objecto metalinguístico que só passará a ser um enunciado quando lhe for atribuída valores referenciais, entre os quais os de tempo e de aspecto, que passaremos a notar **TEMP** e **ASP** (perfectivo [**PRF**] ou imperfectivo [**IPF**]), respectivamente. Obtemos então o nível enunciativo que resulta, já vimos, de operações de localização que incidem sobre o nível predicativo anterior:

NÍVEL ENUNCIATIVO

TEMP [ASP [nível predicativo]]

por ex.:

– pretérito perfeito simples [PRF [tocar (a Maria) (piano)]]

(7) *A Maria tocou piano.*

Como veremos adiante, a referência aspectuo-temporal é marcada basicamente nos morfemas de flexão verbal podendo ser, contudo, especificada noutros tipos de marcadores linguísticos: quer por um adverbial temporal [**ADV-TEMP**] que poderá manifestar-se sob a forma de um sintagma nominal [**SN**] (ex. *a semana passada, toda a manhã*), de um advérbio [**ADV**] (*ontem, amanhã*) ou de um sintagma de natureza proposicional [**SC**] (ex.: *quando eu cheguei, quando estava calor*), quer por um adverbial aspectual [**ADV-ASP**] que especifica a duração do acontecimento, independentemente da sua localização temporal.

NÍVEL ENUNCIATIVO (considerado num sentido mais lato):

TEMP [ASP [nível predicativo]] (ADV-TEMP, ADV-ASP)

por ex.:

– pretérito perfeito simples [PRF [tocar (a Maria) (piano)]] (ontem, (durante) toda a manhã)

(8) *Ontem, a Maria **tocou** piano (durante) toda a manhã.*

– pretérito imperfeito [IPF [tocar (a Maria) (piano)]] (quando eu cheguei)

(9) *A Maria **estava a tocar** piano quando eu cheguei.*

– presente do indicativo [IPF [tocar (a Maria) (piano)]] (quando estava aborrecida)

(10) *A Maria **toca** piano quando está aborrecida.*

Nos exemplos (8)-(10), encontramos dois tipos de adverbiais: *ontem, quando eu cheguei, quando estava aborrecida*, que especificam a localização temporal marcada na flexão verbal, e que correspondem, portanto, ao localizador T_3 (cf. Campos & Xavier, 1991: 303); *durante toda a manhã* que especifica a localização aspectual, isto é, a forma como o acontecimento linguístico é estruturado em T_2 .

Ao contrário dos exemplos (7), (8) ou (9) acima mencionados, que marcam a construção de um acontecimento linguístico único, ora perspectivado a partir de um localizador temporal que não coincide com nenhum dos instantes da sequência (T_2) associada ao acontecimento – este, sendo visto de um ponto que lhe é exterior (cf. Pollak, 1976: 294, Maingueneau, 1981: 48), é construído como um todo fechado, indivisível, representável por um **intervalo fechado** (I) (cf. *supra*, enunciados (7) e (8) aspectualmente perfectivos) –, ora perspectivado a partir de um localizador temporal intermédio (que designaremos, na sequência de Campos & Xavier (1991), por T_3) que coincide com um dos instantes da sequência T_2 em que o acontecimento é localizado – este é, neste caso, visto do interior, como um acontecimento aberto, ‘em curso’, representável por um **intervalo aberto** (II) (cf. *supra*, ex. (9) aspectualmente imperfectivo) –, o exemplo (10) marca a construção de uma classe não finita de ocorrências da relação predicativa, com *percurso* da classe (que é subjacente a valores genéricos). Em (10), este valor habitual é marcado pela combinação do presente linguístico com um predicado de tipo /denso/, e pela sua co-ocorrência com um adverbial temporal de natureza proposicional (‘quando está aborrecida’). É de referir também que este valor pode ser visto, em (10), como uma propriedade que o enunciador constrói como válida (i.e. como verdadeira) em Sit_0 . O tempo T_0 da enunciação é, portanto, um dos instantes da sequência T_2 associada ao acontecimento linguístico.

Podemos então dizer que, do ponto de vista aspectual, estamos perante um valor imperfectivo.

Deste modo se compreende por que razão o estudo dos marcadores adverbiais (aos quais correspondem, como vimos, diversos tipos de realização linguística) tem relações directas com a determinação aspectuo-temporal dos enunciados.

Em favor desta interacção entre marcadores adverbiais, tempos gramaticais e construção de valores aspectuais, abonam dois factos ilustrados nas frases que se seguem:

(11) *à midi pile, il déjeunait.*

(12) *il déjeunait depuis un quart heure.*

(13) *quand il faisait trop chaud, il déjeunait sous un grand chêne.*

—em primeiro lugar, a possibilidade do uso de adverbiais temporais para determinar o valor aspectual de um tempo verbal. Se é verdade que as informações extraídas do co-texto adverbial nem sempre permitem interpretar, com segurança, o valor aspectual de um enunciado (tal é o caso, por ex., da sequência (11) em que o *imparfait* de l'indicatif¹⁴ pode estar associado à construção de um acontecimento

¹⁴ À luz destes exemplos, é fácil ver que o 'imparfait' francês não funciona isoladamente, pois tudo indica que precisa de um localizador temporal intermédio marcado intratextualmente (sob a forma de um sintagma preposicional ou de um adverbial proposicional) ou recuperável no contexto (cf. Maingueneau, 1981: 65, 1994: 88 sqq; Tasmowski-De Ryck, 1985: 64; Swiatkowska, 1988: 38-39; Berthonneau & Kleiber, 1993: 53-73; Moeschler, 1993: 46 ou Lebaud, 1993). A confirmar esta ideia, que não podemos aqui desenvolver, veja-se o seguinte exemplo: *Tiens, il pleuvait* que é recebido com estranheza, ou até dificilmente interpretável; é interessante fazer notar que o exemplo que acabámos de mencionar deixa de ter um carácter anómalo se substituirmos o *imparfait* pelo 'passé composé' francês: *Tiens, il a plu* (exs extraídos de Co Vet, 1985: 40 sqq), pois, contrariamente ao 'passé composé' que pode ter dois valores aspectuais (cf. Waugh, 1987): ou valor de perfeito (= marcador do aspecto imperfectivo gramatical) ou valor de não-perfeito (= marcador do aspecto perfectivo gramatical), o 'imparfait' constrói aquilo que Laurendeau (1995: 341) chama uma «cataphore endophore» (já que este tempo gramatical **anuncia** uma sequência realizada linguisticamente ou definida situacionalmente). Deparamos aqui com um paralelismo entre o aspecto imperfectivo marcado pelo 'imparfait' e a não-autonomia dos enunciados escritos no 'imparfait'. Como refere, a este propósito, Campos, o 'pretérito imperfectivo' (que corresponde *grosso modo* ao 'imparfait' francês) não pode funcionar sem marcadores de localização suplementares. De facto, ao passo que *A Maria está a telefonar* é uma sequência perfeitamente aceitável, **A Maria estava a telefonar* não pode adquirir o estatuto de um enunciado sem a introdução de um tempo localizador, que designaremos por T₃, e que pode ser linguisticamente marcado por um adverbial proposicional como, por ex., *quando eu cheguei*. Como vemos, este localizador, que constitui um localizador translato em relação a To

único ou à construção de uma classe não finita de acontecimentos que correspondem a «un certain état de choses général, habituel ou courant» (Kuroda, 1973: 88), é também verdade que os marcadores adverbiais podem, pela sua co-ocorrência com os tempos gramaticais, modificar o valor aspectual de uma situação. Na sequência (12), o *imparfait (déjeunerait)* está nitidamente associado à construção de um acontecimento único que é construído aspectualmente como estando ‘em curso’ em T₃ (definido situacionalmente); em (13), procede-se à construção de uma classe de acontecimentos que se repetiram um número indefinido de vezes. Estes acontecimentos validam a relação predicativa <il déjeuner>, que é, assim, neste enunciado, afectado de um valor genérico¹⁵: é o adverbial frequencial *quand il faisait chaud* que marca o valor iterativo ou habitual do enunciado.

– em segundo lugar, a possibilidade de determinar o valor referencial de alguns adverbiais pelo valor temporal marcado no morfema de flexão verbal. Vejamos alguns exemplos: *em Junho, fui/vou a Londres; esta tarde, o Pedro esteve/está em casa.*

Como podemos constatar, os adverbiais *em Junho* e *esta tarde* são interpretados como tendo valor referencial de anterioridade ou de

(cf. Culioli, 1980: 186, Desclés, 1980: 216; ver também Wagner & Pinchon, 1962: 361-365; Martin, 1971: 89 sqq), é obrigatório quando a coordenada temporal T₂ associada à relação predicativa <Maria telefonar> é marcado pelo imperfeito (cf. Campos, 1993: 63).

¹⁵ Note-se que o **valor habitual** (construído como válido num tempo anterior a Sito) é também marcado, em português, pela combinação de predicados verbais com o tempo gramatical **pretérito imperfeito**: por ex., *Quando era jovem, ele corria cinco quilómetros todos os dias*. As formas verbais no imperfeito marcam aqui a construção de uma sucessão de situações que validam a relação predicativa <ele correr cinco quilómetros>. Em cada uma das sucessões construídas, as situações são, do ponto de vista linguístico, rigorosamente identificáveis entre si. Estamos, de facto, perante uma operação de percurso à qual corresponde então um valor iterativo ou habitual. Poder-se-ia acrescentar que este valor é também marcado, em português, pelo *pretérito perfeito composto*, que exprime, tal como o imperfeito, a iteratividade, quando combinado com predicados verbais de tipo [-compacto] e/ou em co-ocorrência com adverbiais que só podem, no contexto, ser interpretados iterativamente (cf. Campos, 1991): (a) *O João tem viajado muito (Jean a beaucoup voyagé ces derniers temps)*. Se o predicado verbal que co-ocorre com o pretérito perfeito composto pertence à classe aspectual dos predicados [+compacto], o enunciado corresponde à construção de um acontecimento único com valor de continuidade: por ex., (b) *O Pedro tem estado doente (Jean est malade depuis quelle temps)*. Mas a coocorrência com um adverbial frequencial, o exemplo (b) adquire exclusivamente valor de iteratividade: (b') *O Pedro tem estado doente algumas/muitas vezes*. Como podemos ver, o valor de iteratividade (cf. *supra*, ex. (a)) pode ser marcado, em francês, pelo ‘passé composé’ que, apesar de não exprimir por si só a iteratividade, pode exprimi-la quando combinado (obrigatoriamente) com adverbiais (por ex. *régulièrement, ces derniers temps, etc.*).

posterioridade em relação a um localizador (neste caso T_0) consoante co-ocorrem, na sequência linguística, com o pretérito ou com o presente, respectivamente.

Podemos, assim, concluir, que para o valor aspectual de um enunciado concorrem, de forma independente, os valores referenciais dos seus diferentes constituintes: como acabámos de verificar, urge não perder de vista o efeito produzido pela co-ocorrência de um advérbio com o tempo gramatical para vermos de que modo o resultado dessa combinação pode ter uma incidência sobre o valor aspectual de um enunciado.

Observemos agora um novo grupo de sequências em que a boa ou má formação resultam de compatibilidades ou incompatibilidades entre a relação predicativa localizada e o adverbial aspectual.

Como atrás já foi referido, o término (o último ponto) de alguns predicados só pode ser constituído pelas operações enunciativas: quer pela adição de um SN que exprime uma medida em termos de espaço (por ex.: *le/un cent mètres/os cem metros, dix kilomètres/dez quilómetros*, etc.,) ou de um complemento direccional de tipo limitativo (por ex.: *jusqu'à la gare/até à estação*):

- (14) *ele correu os cem metros/il a couru le 100m* (a não confundir com: *il a couru sur 100m*)
 (15) *ele correu até à estação/il a couru jusqu'à la gare* (compare-se com: *il a couru vers la gare*),

em que os complementos adverbiais *le 100m/os cem metros, jusqu'à la gare/até à estação* envolvem um término inerente no qual se esgota o acontecimento linguístico (cf. Melis, 1983: 81-82).

Alargando os conceitos de verbos télico e atélico (Garey, 1957), diremos que, nos enunciados (14) e (15), a construção do último ponto do evento não está associado a propriedades semânticas da noção: trata-se, nestes casos, da construção de um **telos enunciativo** de ordem espacial, que delimita e quantifica a ocorrência do predicado a partir do objecto directo (*os cem metros/le 100m*) ou do adjunto espacial (*até à estação/jusqu'à la gare*), e não de um **telos nocional**, pois, como já vimos, o predicado *courir* é de tipo /denso/.

Estes fenómenos de recategorização do conteúdo nocional do predicado provocados por diversos factores co-textuais podem, em nosso entender, serem teorizados de várias maneiras:

■ em primeiro lugar, podemos deparar com enunciados em que certos índices monosémicos fortes (cf. *supra*, os marcadores *os cem metros, até à estação*) dominam hierarquicamente o tipo de predicado

com o qual co-ocorrem, exercendo sobre este uma influência em favor de um valor aspectual específico: é o que acontece, por ex., com a locução temporal *en/em + Q N de T* que implica necessariamente a construção de um *telos*, tornando, assim, inaceitável todo e qualquer enunciado cujo predicado é de tipo /denso/. Observemos o par de exemplos seguinte:

- (16) *il a écrit pendant (*en) un quart d'heure.*
 (17) *il a écrit une lettre en (*pendant) un quart d'heure*
 (exs. de Fuchs *et al.* 1996: 149)

Como se depreende do exposto, constatamos que um predicado de tipo /denso/ (cf., *supra*, *a écrit* no ex. (16)) pode (em interpretações usuais¹⁶) ocorrer com adverbiais durativos (*pendant + Q N de T*), mas não com adverbiais de realização (*en + Q N de T*), enquanto com um predicado de tipo /denso discretizado/ (cf., *supra*, *a écrit une lettre dans* l'ex. (17)) se dá a situação inversa. Verificamos também que os tipos referenciais dos argumentos internos seleccionados pelo verbo determinam a constituição aspectuo-temporal dos enunciados que se seguem:

- (18) *Marie a mangé des frites pendant (?*en) cinq minutes*
 (19) *Marie a mangé un gâteau en (*pendant) cinq minutes*
 (exs. de Gosselin, 1996: 64)

pois os argumentos de tipo /discreto/ articulam-se com um predicado verbal télico e os argumentos de tipo /denso/ com um predicado atélico. É fácil ver, de facto, que um sintagma nominal como *des frites* em (18) denota algo sem limites precisos tal como o verbo *écrire*, que pertence à classe aspectual actividades, leva a que a situação descrita, em (16), seja encarada como [+homogénea], [-transicional]. Em contrapartida, um sintagma nominal como *une lettre* em (18) delimita o predicado, recategorizando-o em evento prolongado (os limites do objecto directo determinam os limites da actividade) tal como acontece em (19), com o sintagma nominal *un gâteau*. Por isso, não é de estranhar que os sintagmas verbais (de tipo /denso/ ou de tipo /discreto/) e sintagmas preposicionais (realizados linguisticamente por

¹⁶ Destas interpretações excluem-se, por ex., as interpretações iterativas que se podem obter em frases como: *ele correu cinco quilómetros todos os dias durante dois meses*, em que a iteratividade torna possível a aceitação de um adverbial durativo (*durante dois meses*), apesar de se tratar de uma expressão télica, e mais especificamente de um predicado /denso discretizado/ (*correr cinco quilómetros*).

adverbiais aspectuais) tenham de ser portadores do mesmo traço semântico (adverbiais de tipo [-discreto] para os sintagmas verbais de tipo [-discreto], adverbiais de tipo [+discreto] para os sintagmas verbais de tipo [+discreto]) para serem compatíveis; parece poder concluir-se que a este nível, a recategorização é excluída, uma vez que nenhum dos elementos (sintagma verbal ou sintagma preposicional) é recategorizável. Contudo, há enunciados que parecem funcionar como contra-exemplos ao que acabámos de dizer. Nesses enunciados, os predicados exprimem eventos de tipo /denso discretizado/ (cf. *infra*, por ex.: «manger + le biscuit» ou «ler + o livro») mas, no entanto, co-ocorrem com adverbiais durativos:

- (20) *Boris a mangé le biscuit à la noix de coco pendant un quart d'heure.*
(ex. de Fuchs *et al.* 1991: 151)
- (21) *leu o livro durante duas horas* (a não confundir com: *numa hora*).
(ex. de Sousa, 1996: 63)

A única significação que pode ser reconstituída é a seguinte: «durante um quarto de hora, o Boris esteve ocupado a comer a bolacha», «durante uma hora, ele esteve ocupado a ler o livro» mas isso não implica que: «ao fim de um quarto de hora, a bolacha esteja comida» ou que «ao fim de uma hora, o livro esteja lido». Da combinação do ‘passé composé’ (*a mangé*) com o adverbial durativo *pendant un quart d'heure* ou da co-ocorrência do pretérito perfeito simples (*leu*) com o adverbial *durante duas horas* resultam enunciados com valor imperfectivo. Isto é, em ambos os casos, o evento não se realiza completamente no tempo T_2 (especificado, neste caso, pela sua duração – «pendant un quart d'heure» ou «durante duas horas») que lhe é associado, já que a operação de quantificação que incide sobre o objecto directo (*le biscuit* em (20), *o livro* em (21)) é neutralizada pela co-ocorrência do adverbial («pendant un quart d'heure» ou «durante duas horas»). Note-se que, no ex. (20), é o sentido lexical de *manger* que desliza para uma significação do tipo «machouiller, grignoter» (cf. Fuchs *et al.* 1991: 161). Pode dizer-se que a recategorização **global** da sequência «manger + le biscuit à la noix de coco» é, neste caso, indissociável da recategorização **local** que afecta a unidade lexical *manger* (esta passa a funcionar como um predicado denso, apesar da formatação extrínseca introduzida pelo objecto directo inaugurado pelo determinante definido *le*: *le biscuit à la noix de coco*).

■ Mas também podemos deparar com enunciados em que vários índices «fracos» «se adicionam» para impor um valor que parece

anular o valor aspectual «ditado» por um índice co-textual «forte» (cf. Fuchs *et al.* 1991: 163). Veja-se a título exemplificativo a série de sequências que se segue:

- (22) *Jean s'est encore plaint.*
 (23) *Jean s'est encore plaint **après mon départ.***
 (24) *Jean s'est encore plaint **pendant une heure.***
 (25) *Jean s'est encore plaint **pendant une heure après mon départ.***
 (exs. de Fuchs *et al.*, 1991: 163-164)

No primeiro enunciado da série, o 'passé composé' constitui um índice forte que confere um valor iterativo à *encore*. O mesmo não aconteceria se substituíssemos o 'passé composé' pelo presente do indicativo (ou seja: *Jean se plaint encore*) que atribui visivelmente um valor durativo ao advérbio supra-citado. A adição, nos enunciados (23) e (24), de um só circunstancial não é, em nosso entender, suficiente para bloquear o valor iterativo destes últimos, se bem que não proíba totalmente a interpretação durativa, sobretudo em (24): as duas interpretações são possíveis, e correspondem a valores referenciais diferentes dos dois circunstanciais (*pendant une heure, après mon départ*) que gravitam à volta do verbo *se plaindre*. Em contrapartida, a combinação destes dois adjuntos aspectuo-temporais em (25) parece anular o valor aspectual preferencial normalmente induzido pelo 'passé composé' nos enunciados que precedem, uma vez que *encore* recebe então um valor durativo.

Não há dúvidas que estamos aqui em presença do caso que anunciávamos: vários índices fracos (no sentido em que nenhum deles é capaz, por si só, de contrabalançar o valor aspectual atribuído ao enunciado por um índice forte) colaboram activamente para «vencer» este último em favor de um valor oposto: tudo indica, de facto, que os sintagmas preposicionais (cf. *supra, pendant une heure e après mon départ*) recategorizam o conjunto da frase (cf. *supra*, (25)), que transmite então o seu traço [+durativo] ao sintagma verbal e ao advérbio *encore*.

III. Considerações finais

Após termos isolado, numa primeira etapa, o que diz respeito às propriedades primitivas dos verbos [nível nocional], tentámos mostrar que uma parte muito importante da construção dos valores aspectuais tem a ver com a estruturação sintáctica global [nível predicativo] e

com os diferentes parâmetros que intervêm ao [nível enunciativo]. Esta abordagem dos problemas aspectuais, embora de modo muito simplificado, reveste a sua pertinência porque permite que se pondere mais criticamente o modo como os diferentes constituintes de um enunciado concorrem para a construção dos valores referenciais de aspecto.

Uma rápida passagem pelos exemplos acima transcritos mostra, de facto, que as características dos verbos presentes ao nível nocional podem ser confirmadas (convergência) ou, pelo contrário, infirmadas (divergência) pelos restantes elementos co-textuais contidos no enunciado. Para podermos prever estas convergências e/ou divergências, parece-nos importante diferenciar os diferentes tipos de recategorização aspectual na co-ocorrência entre relação predicativa, tempo gramatical e adverbial aspectuo-temporal. Urge distinguir, de facto, os casos em que não ocorre nenhuma recategorização do verbo dado que todos os elementos contidos no enunciado **convergem** para um determinado valor (tal é o caso por exemplo no enunciado (16) *il a écrit pendant un quart d'heure* em que o adverbial *pendant un quart d'heure* confirma o carácter [+homogéno], [-transicional] do verbo) dos casos em que esses elementos **divergem** entre si. Como vimos, estes casos de divergência só podem ser resolvidos mediante um trabalho interpretativo por parte do co-enunciador que consiste em combinar os diferentes elementos de forma a obter uma significação global do enunciado que pareça coerente, plausível e pertinente. Este trabalho interpretativo dá geralmente origem a fenómenos de recategorização que parecem ocorrer, como vimos, quando a presença de um índice monosémico forte intervém na estruturação da situação impondo-lhe, por exemplo, um ponto terminal (é o que acontece, por ex., com o argumento interno *os cem metros* em (14) que delimita o verbo *correr*, recategorizando-o em evento prolongado) ou quando a presença de vários índices «fracos» num enunciado implica uma neutralização do valor aspectual marcado por um índice «forte» (cf. *supra*, o exemplo (25)). Também procurámos dar conta dos casos em que uma aparente incompatibilidade entre duas unidades de um mesmo enunciado portadoras de traços semânticos opostos (cf. *supra*, ex. (20) *Boris a mangé le biscuit à la noix de coco pendant un quart d'heure: manger le biscuit à la noix de coco* → [-denso], *pendant un quart d'heure* → [+denso] ou (21) *leu o livro durante duas horas: ler o livro* → [-denso], *durante duas horas* → [+denso]) só pode ser resolvida por uma operação de recategorização que leva uma das unidades (ex.: «manger + le biscuit» ou «ler + o livro») a receber o traço semântico de outra unidade

(ex.: «pendant un quart d'heure» ou «durante duas horas»), provocando assim um 'deslizamento' do sentido lexical do predicado recategorizado (pois, como vimos, *manger* pode adquirir o sentido de «grignoter»). Não podemos obviamente esquecer os casos em que existe realmente uma incompatibilidade entre os traços semânticos inerentes a duas unidades inseridas num enunciado (cf. *supra*, ex. (18) ?**Marie a mangé des frites en cinq minutes: manger des frites* → [+denso], *en cinq minutes* → [-dense] ou ex. (19) ?**Marie a mangé un gâteau pendant cinq minutes: manger un gâteau* → [-denso] → *pendant cinq minutes* [+denso]), isto é, os casos em que a recategorização é excluída e finalmente os casos em que ocorre uma pluralidade interpretativa sem conflitos (cf. *supra*, os casos de ambiguidades ilustrados pelos exemplos (11), (23) e (24) acima referidos).

Para dar conta destes diferentes tipos de recategorização, é necessário ter em conta os diversos operadores e estruturas susceptíveis de interagir com os três tipos de predicados (/discreto/, /denso/, /compacto/) acima referidos e justificar, de seguida, os valores semânticos resultantes destas combinações. Uma caracterização aspectual destas últimas não pode ser levada a cabo se não procedermos a um tratamento conjunto de alguns parâmetros que julgamos essenciais, a saber: (i) a complementação: a do verbo (e mais especificamente o papel crucial do argumento interno que desempenha a função de objecto directo na determinação dos valores referenciais); a dos determinantes (artigos, demonstrativos, numerais, etc.,) que acompanham os argumentos semanticamente seleccionados pelo verbo; (ii) os advérbios aspectuo-temporais (*en/pendant* + *Q N e T*, *em/durante* + *Q N de T*, *encore*, etc.,) que, como se pode depreender do exposto, têm um papel determinante na constituição aspectual dos enunciados, (iii) as especificidades aspectuo-temporais e modais do sistema da conjugação verbal da língua em estudo: os diferentes valores referenciais dos tempos simples, dos tempos compostos, e finalmente (iv) o papel dos verbos aspectuais (*finir de/cesser de* + *inf.*; *acabar de/deixar de* + *inf.*, etc.,) e a sua combinação com diferentes tempos gramaticais.

Numa perspectiva pedagógica, este tipo de abordagem intercategorial (que procura descrever e explicar a interacção entre parâmetros que se situam em diferentes níveis) pode reduzir o risco de atomização na análise e reflexão sobre o funcionamento da língua.

Referências bibliográficas

- BACHE, C. (1982), «Aspect and aktionsart: towards a semantic distinction», *Journal of Linguistics* 18, 57-72.
- BARROSO, H. (1994), *O Aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo, visão funcional/sincrónica*, Porto, Porto Editora.
- BERTHONNEAU, A.-M. & KLEIBER, G. (1993), «Pour une nouvelle approche de l'imparfait: l'imparfait, un temps anaphorique méronomique», *Langages* 112, Paris, Larousse, 55-73.
- BORILLO, A. (1991), «De la nature compositionnelle de l'aspect», in C. Fuchs (éd.) *Les typologies de procès*, Paris, Klincksieck, 97-102.
- BOUSCAREN, J.; DESCHAMPS, A.; MAZODIER, C. (1993), «Éléments pour une typologie des procès», *Cahiers de recherche en grammaire anglaise*, tome 6, Université de Paris 7, Ophrys, 7-34.
- BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J.-J.; ROBERT, S. (sous la dir. de) (1995), *Langues et langage. Mélanges offerts à Antoine Culioli*, Paris, P.U.F.
- CAMPOS, M. H. C. (1984), «Pretérito perfeito simples - pretérito perfeito composto: uma oposição aspectual e temporal», *Letras Soltas* 2, 11-53.
- _____, (1989), *Abordagem enunciativa de um subsistema do sistema modal português: os verbos **dever** e **poder***. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- _____, (1991), «Approche transcatégorielle et opérations énonciatives», *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, Tome II, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 137-149.
- _____, (1993), *Semântica e enunciação. Conteúdos programáticos, métodos, referências*, Universidade Nova de Lisboa.
- _____, (1994a), «Para uma reinterpretação de alguns fenómenos aspectuais», in *Actas do Congresso Internacional sobre o Português* (no prelo), Lisboa, Faculdade de Letras, Abril 1994, 1-21.
- _____, (1994b), «Abordagem semântico-enunciativa de alguns problemas gramaticais», *Mathesis* 3, 137-150.
- CAMPOS, M. H. C.; XAVIER, M. F. (1991), *Sintaxe e Semântica do Português*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- CINTAS, P. F. & DESCLÉS, J.-P. (1988), «Signification des temps grammaticaux», *Le Français dans le monde* 214, 54-59.
- COMRIE, B. (1976), *Aspect*, Cambridge University Press.
- _____, (1989), «Perfectif et téléitique», *Travaux de linguistique* 19, 57-66.
- CORREIA, N. C. (1992), «A determinação: quantificação e qualificação», in *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Colibri, 100-111.
- COSERIU, E. (1980), «Aspect verbal ou aspects verbaux? Quelques questions de théorie et de méthode», in J. David et R. Martin, (éds.), *La notion d'aspect*, Paris, Klincksieck, 13-25.

- CULIOLI, A. (1973), «Sur quelques contradictions en linguistique», *Communications* 20, Paris, Seuil, 83-91.
- _____, (1974), «A propos des énoncés exclamatifs», *Langue française* 22, 6-15.
- _____, (1975), «Notes sur 'détermination' et 'quantification': définition des opérations d'extraction et de fléchage», *Projet interdisciplinaire de traitement formel et automatique des langues et du langage (PITFALL)*, 4, Paris 7, D.R.L. et Rapport de l'ERA 642 du CNRS, 1-14.
- _____, (1976), *Notes du Séminaire de DEA 1975-1976* prises par les étudiants, Paris, Département de Recherches Linguistiques, Université de Paris 7.
- _____, (1980), «Valeurs aspectuelles et opérations énonciatives: l'aoristique», in David et Martin (éds.), *La notion d'aspect*, Paris, Klincksieck, 181-193.
- _____, (1981), «Sur le concept de notion», *BULAG* 8, Besançon, 62-79.
- _____, (1987), «Formes schématiques et domaine», *BULAG* 13, 7-15.
- _____, (1991-92), «Structuration d'une notion et typologie lexicale. A propos de la distinction dense, discret, compact», *BULAG* 17, 7-12.
- DABÈNE, L. (1979), «La relation «être + Vpp» et ses équivalents dans les différentes langues enseignées», *Études de linguistique appliquée*, 34, Didier-Erudition, Paris, 47-67.
- DAHL, O. (1985), *Tense and Aspect Systems*, Oxford Basil Blackwell.
- DE BOTH-DIEZ, A.-M. (1985), «L'aspect et ses implications dans le fonctionnement de l'imparfait, du passé simple et du passé composé au niveau textuel», *Langue française* 67, 5-21.
- DECLERCK, R. (1979), «Aspect and the bounded/unbounded (telic/atelic) distinction», *Linguistics* 17, 761-794.
- DESLÉS, J.-P. (1991), «Archétypes cognitifs et types de procès», in Fuchs, (ed.) 1991, *Les typologies de procès*, Paris, Klincksieck, 171-195.
- DESLÉS, J.-P.; GUENTCHÉVA, Z. (1980), «Construction formelle de la catégorie grammaticale de l'aspect», in J. David et R. Martin (éds.), in *La Notion d'Aspect*, Paris, Klincksieck, 195-237.
- DE VOGÜÉ, S. (1989), «Discret, dense, compact: les enjeux énonciatifs d'une typologie lexicale», in *La notion de prédicat*, collection ERA 642 (URA 1028), Université de Paris 7, 1-37.
- _____, (1995), «L'effet aoristique», in J. Bouscaren *et alii*, (sous la direction de), 1995, *Langues et langage. Mélanges offerts à A. Culioli*, Paris, P.U.F., 247-259.
- FRANCKEL, J.-J. (1989), *Etude de quelques marqueurs aspectuels en français*, Genève-Paris, Librairie Droz.
- FRANCKEL, J.-J., PAILLARD, D.; DE VOGÜÉ, S. (1988), «Extension de la distinction discret, dense, compact au domaine verbal», in J. David et G. Kleiber (éds.), *Termes massifs et termes comptables*, Acte du colloque de Metz, Nov. 1987, Recherches Linguistiques, Metz, Klincksieck, 239-247.
- FRANCKEL, J.-J. & PAILLARD, D. (1989), «Objet, complément, repère», in *Détermination, énonciation, référence*, *Langages* 94, 115-127.

- FRANCKEL, J.-J. & PAILLARD, D. (1991), «Discret-dense-compact; vers une typologie opératoire», in Fuchs (éd.), *Les typologies de procès*, Paris, Klincksieck, 103-136.
- _____, (1992), «Objet: construction et spécification d'occurrences», *Le Gré des Langues* 4, 29-43.
- FRANÇOIS, J. (1978), «La catégorie de l'Aktionsart dans la linguistique allemande. Exposé critique de travaux récents», *Quelques aspects de l'aspect*, DRLAV. Paris, Université de Paris VII, 69-100.
- _____, (1983), «La résurgence des catégories aristotéliennes "energeia" et "kinesis" dans les discussions actuelles autour du mode d'action téléique», *DRLAV* 28, 79-96.
- FUCHS, C. et LÉONARD, A.-M. (1979), *Vers une théorie des aspects: le système du français et de l'anglais*, Paris, Mouton, EHESS.
- FUCHS, C., GOSSELIN, L. & VICTORRI, B. (1991), «Polysémie, glissements de sens et calcul des types de procès», in C. Fuchs (éd.) *Les typologies de procès*, Paris, Klincksieck, 137-169.
- GAREY, H. B. (1957), «Verbal aspect in french», *Langage* 33, 91-110.
- GILBERT, E. (1993), «La théorie des opérations énonciatives d'Antoine Culioli», in *Les Théories de la Grammaire Anglaise en France*, Paris, Hachette Supérieur, 63-96.
- GOSSELIN, L. (1996), *Sémantique de la temporalité en français. Un modèle calculatoire et cognitif du temps et de l'aspect*, Louvain-la-neuve, Duculot.
- GROSS, M. (1980), «Deux remarques sur l'aspect», in J. David et R. Martin (éds.), *La notion d'aspect*, 69-81.
- GUENTCHÉVA, Z. (1990), *Temps et aspect: l'exemple du bulgare contemporain*, Paris, Éditions du CNRS.
- KURODA, S. Y. (1973), «Le jugement catégorique et le jugement thétiq: exemples tirés de la syntaxe japonaise», *Langages* 30, 81-110.
- LAURENDEAU, P. (1995), «Exploitation du cadre de la théorie des repérages énonciatifs en linguistique descriptive: le cas du tiroir de l'imparfait», in Bouscaren et alii (éds.) 1995, 331-343.
- LEBAUD, D. (1993), «L'imparfait: indétermination aspectuo-temporelle et changement de repère», *Le Gré des Langues*, n° 5, Paris, Éditions de l'Harmattan, 160-176.
- LYONS, J. (1977), *Semantics*, Cambridge University Press.
- MAINGUENEAU, D. (1981), *Approche de l'énonciation en linguistique française. Embrayeurs, «temps», discours rapporté*, Paris, Hachette.
- _____, (1994), *L'énonciation en linguistique française*, Paris, Hachette.
- MARTIN, R. (1971), *Temps et aspect. Essai sur l'emploi des temps narratifs en moyen français*, Paris, Klincksieck.
- MATEUS, M. H.; BRITO, A. M.; DUARTE, I. & FARIA, I. H. (1989), *Gramática da Língua Portuguesa* (Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual) 2.^a edição revista e aumentada, Lisboa, Editorial Caminho (Coleção universitária, Série LINGÜÍSTICA).

- MELIS, L. (1983), *Les circonstants et la phrase*, Louvain, Presses Universitaires de Louvain.
- MILNER, J.-C. (1986), *Introduction à un traitement du passif*, Université de Paris 7, Collection ERA 642 (UA 04 1028).
- MOENS, M. & STEEDMAN, M. (1988), «Temporal Ontology and Temporal Reference», *Computational Linguistics*, Volume 14, Number 2, June 1988, 15-28.
- MOESCHLER, J. (1993), «Aspects pragmatiques de la référence temporelle: indétermination, ordre temporel et inférence», *Langages* 112, 39-54.
- PERES, J. A. (1984), *Elementos para uma Gramática Nova*, Coimbra, Livraria Almedina.
- PAILLARD, D. (1992), «objet: construction et spécification», in *La théorie d'Antoine Culioli: Ouvertures et Incidences, Ophrys, Collection HDL, Actes de la Table Ronde «Opérations de repérage et domaines notionnels» de l'URA 1028*, Université de Paris 7, mai 1991, 75-88.
- POLLAK, W. (1976), «Un modèle explicatif de l'opposition aspectuelle: le schéma d'incidence», *Le français moderne* 44, 289-311.
- RIEGEL, M. (1985), *L'adjectif attribut*, Paris, Presses Universitaires de France.
- SOUSA, Otilia da Costa e (1996), *Construindo histórias: quando, então, depois. Marcadores aspectuo-temporais em narrativas de crianças*. Lisboa, Editorial Estampa.
- SWIATKOWSKA, M. (1988), «Temps verbal: catégorie déictique ou relationnelle?», in *L'information grammaticale* 38, 36-39.
- TASZMOWSKI-DE RYCK, L. (1985), «L'imparfait avec ou sans rupture», *Langue française* 67, 59-77.
- VENDLER, Z. (1967), *Linguistics and Philosophy*, Ithaca, N.Y., Cornell University Press.
- VET, C. (1980), *Temps, aspects et adverbes de temps en français. Essai de sémantique formelle*, Genève, Droz.
- _____, (1981), «La notion de «monde possible» et le système temporel et aspectuel du français», *Langages* 64, 109-124.
- _____, (1985), «Univers du discours et univers d'énonciation: le temps du passé et du futur», *Langue française* 67, 38-58.
- _____, (1994), «Petite grammaire de l'Aktionsart et de l'aspect», *Cahiers de grammaire* 19, Décembre 1994, (Equipe de Recherches en syntaxe et sémantique, CNRS URA 1033), Université de Toulouse-Le Mirail, 1-17.
- WAGNER, R. L.; PINCHON, J. (1962), *Grammaire du français classique et moderne*, Paris, Hachette Université.
- WAUGH, L. (1987), «Marking time with the passé composé: toward a theory of the perfect», *Linguisticae Investigationes* 11, 1-47.

Quando os portugueses *correm*, os polacos *nadam*?

Domínio de movimento em água (*AQUA-motion*) em Português Europeu e Polaco: Contribuição para Tipologia Lexical¹

HANNA JAKUBOWICZ BATORÉO²
(Universidade Aberta, Lisboa)

Resumo

In the present paper we survey and contrast lexicalisation patterns used in European Portuguese (EP) and in Polish focusing MANNER of MOVEMENT (cf. Talmy, 1985 and 2000; Batoréo [1996] 2000). In the present case we refer the movement of a non-liquid Figure in or on a liquid Ground. (cf. Batoreo *et al.* 2007). Our results are mainly based on non-elicited data from electronically available language corpora of native EP and Polish speakers. The results obtained are discussed within a lexical field *AQUA-motion*, as presented and characterised in Lander, Maisak & Rakhilina (2005) and Maisak & Rakhilina (2007). With the present analysis we pretend to show (cf. Newman, 2002) that languages may differ in predictable way not only in grammar but also in lexicon and its conceptualisation, which means that the differences shown in their lexicon are not arbitrary.

Palavras-chave: Aqua-motion, lexical typology, verbs of movement, lexicalisation patterns, (European) Portuguese – Polish contrastive linguistics.

0. Problema

Muitos são os casos em que o contraste entre duas línguas se torna surpreendente e uma tentativa de tradução de uma língua para outra surge, numa primeira etapa, algo frustrante. Para ilustrar uma

¹ O texto corresponde à comunicação apresentada no Colóquio dos 30 anos da Secção Luso-Brasileira do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibérico-Americanos, Universidade de Varsóvia, Varsóvia, 10-11 de Dezembro de 2007.

² Contacto com a autora: hanna@univ-ab.pt

situação dessas, propomo-nos olhar, no presente estudo, para a expressão de movimento efectuado em água e na literatura de especialidade denominado *Aqua-motion*, sendo a análise feita em duas línguas diferentes do ponto de vista da tipologia lexical: o Polaco e o Português Europeu. Vejamos os seguintes exemplos³ (exs. 1-10):

- (ex. 1) (Pl) *Patrzcie, jak **plynie** Anna!* (IAP 1)
(P) *Olhem, a Ana **nada**! / Olhem, a Ana já consegue **nadar**!*
- (ex. 2) (Pl) *Przez zatoczke **plynie**, kwacząc, Mama Kaczka, a z nią dwa kaczątko.* (IAP 2)
(P) *A Mãe Pata com dois patinhos **está a atravessar** a baía (**a nado**).*
- (ex. 3) (Pl) *Stado białych gęsi **plywało** trochę dalej.* (IAP 3)
(P) *Um bando de gansos brancos **nadava** um pouco mais longe.*
- (ex. 4) (Pl) *Jednak nawet gdyby umiała doskonale **plywać**, szanse na przeżycie w lodowatej wodzie były bliskie zeru.* (IAP 4)
(P) *Mesmo que soubesse **nadar** muito bem, as suas capacidades de sobrevivência na água gélida eram quase nulas.*
- (ex. 5) (Pl) *Statekt **plynął** wiele dni i nocy, aż w koncu marynarzom skoczyły się zapasy jedzenia.* (IAP 5)
(P) *O barco **navegou** noite e dia até que os marinheiros ficaram sem mantimentos.*
- (ex. 6) (Pl) *Jeden z żeglarzy miał poczucie, że na jachcie **plynie** z nim jego przyjaciel.* (IAP 7)
(P) *Um dos navegadores ficou com a sensação de **ter um amigo embarcado** no mesmo iate.*
- (ex. 7) (Pl) *Piotr **plywa** na łodziach z 1900 roku.* (IAP 8)
(P) *Piotr **anda** em barcos da época de 1900.*
- (ex. 8) (Pl) *Z prądem rzeki tylko śmieci **plyną**.* (IAP 9)
(P) *(?) Com a corrente do rio só **circula / navega** lixo. // A corrente do rio só **leva / arrasta** lixo. // Só lixo é que é **levado** pela corrente.*

³ Os exemplos em Polaco estão marcados com (Pl) e os em Português com (P). Quando, à direita do exemplo, surge a indicação (IAP), trata-se de enunciados adaptados do estudo de I. A. Prokofjeva (2007), provenientes, na sua maioria, de contextos autênticos e muitas vezes do discurso oral. Os restantes exemplos portugueses provêm, predominantemente, da *Linguateca*. Neste âmbito, agradecemos a colaboração de Margarida Casadinho.

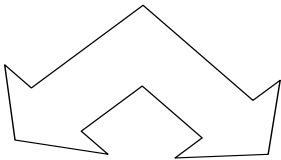
(ex. 9) (Pl) *Kwiaty mogą również **plywać** po powierzchni wody w płaskim naczyniu.* (IAP 10)

(P) *As flores também podem **flutuar** à superfície da água num recipiente plano.*

(ex. 10) (Pl) *W szklance w której poziom wody wynosi H **plywa** kostka lodu o objętości V.* (IAP 11)

(P) *Num copo com o nível da água H **flutua** / **bóia** um cubo de gelo com volume V.*

Uma análise dos enunciados apresentados acima (exs. 1-10) demonstra que para traduzir vários tipos de movimento na água (e, por extensão, em outros meios líquidos), o Polaco utiliza apenas uma palavra ou, melhor, dois itens lexicais provenientes do mesmo radical, formando um par de variantes aspectuais imperfectivas: iterativa ‘*plywać*’ e não-iterativa ‘*plynąć*’. Entretanto, nos mesmos contextos, o Português selecciona vários verbos de movimento em água como, por exemplo, ‘*nadar*’, ‘*navegar*’ ou ‘*flutuar*’, bem como os de carácter genérico como ‘*andar*’, ‘*passar*’, ‘*entrar*’, ‘*chegar*’, ‘*subir*’, ‘*descer*’, etc. ou deícticos ‘*ir*’ e ‘*vir*’ (cf. Quadro 1).

VERBOS DE MOVIMENTO EM ÁGUA (AQUA-MOTION)	
	
Polaco (Pl)	Português Europeu (P)
<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">‘<i>plywać</i>’ / ‘<i>plynąć</i>’</div>	<ul style="list-style-type: none"> - Verbos específicos: ‘<i>nadar</i>’, ‘<i>navegar</i>’, ‘<i>flutuar</i>’, etc. - Verbos gerais de movimento: ‘<i>andar</i>’, ‘<i>passar</i>’, ‘<i>entrar</i>’, ‘<i>chegar</i>’, ‘<i>subir</i>’, ‘<i>descer</i>’, etc. - Verbos deícticos ‘<i>ir</i>’ / ‘<i>vir</i>’

Quadro 1. Verbos de movimento em água (*Aqua-motion*) em Polaco (Pl) e em Português (P)

Um olhar mais apurado mostra, também, que o movimento a que se referem os verbos atrás exemplificados não é apenas físico. Pelo contrário, muitos são os casos em que o movimento é de carácter metafórico, tal como o ilustram os exemplos seguintes (exs. 11-16). Por um lado, estes exemplos referem a deslocação igualmente física, mas, desta vez, desenvolvida no meio aéreo (isto é, não líquido) (exs. 11 e 12). Por outro lado, trata-se de um movimento desenvolvido no meio abstracto: político, artístico ou financeiro (exs.: 13-16):

- (ex. 11) (Pl) *Wysoko nad lasami **plynęły** obłoki wiosenne.* (IAP 35)
 (P) *Lá no alto, por cima dos bosques, **navegavam / flutuavam** as nuvens primaveris.*
- (ex. 12) (Pl) *Pani Kawalerowiczowa **plynęła** w walcu.* (IAP 36)
 (P) *A senhora Kawalerowicz **flutuava** a valsar / quando valsava.*
- (ex. 13) (P) *'Era, era muito duro esse **flutuar** ora pelas planícies, ora pelas serras, de quarto alugado em quarto alugado.'*
(Linguatca, ext. 606173).
- (ex. 14) (P) *'Musicalmente tem fases de apaziguamento, em que parece **flutuar** ao acaso entre o oceano e a estratosfera, de que o caso mais flagrante é o tema de abertura "O"*
(Linguatca, ext. 1475293)
- (ex. 15) (P) *'... Sampaio pretendeu dizer aos lisboetas, e ao país, que não abandonava nenhum barco sem que ele tivesse todas as tábuas bem pregadas, para poder **flutuar**.'* (Linguatca)
- (ex. 16) (P) *'Em Lisboa, o marco/escudo abriu no nível dos 102,05/15 e **flutuou** numa banda muito apertada, entre 101,10 e 102,15 durante a sessão de ontem.'* (Linguatca, ext. 12612)

É importante observar, também, que, muitas vezes, o Polaco (tal como o Inglês, por exemplo) utiliza uma forma verbal simples, enquanto a forma correspondente em Português costuma ser perifrástica, tal como se pode verificar nos exemplos 17 (a-e):

- (ex. 17) (a) (Pl) *Jan **przeplłynął** (przez) rzekę*
 (b) (P) *O João **atravessou** o rio a nado*
 (c) (P) *?? * O João **nadou** através do rio*
 (d) (Inglês) *John **swam** across the river,*
 (e) (Inglês) *?? * John **crossed** the river **swimming**.*

No caso das línguas em apreço, observamos o fenómeno de lexicalização efectuada de modo diferente em cada um dos idiomas (Talmy, 1985, Batoréo, 2000, 2007). Enquanto em Polaco (ex. 17a) – tal como, aliás, em Inglês (exs. 17d e e) – a lexicalização é feita a nível do MOVIMENTO + MODO, como no verbo *‘przeplynąć’* (= ‘através’ + ‘nadar’), a lexicalização observada em Português (ex. 17b) abrange o MOVIMENTO + PERCURSO, tal como acontece no caso de *‘atravessar’*. Neste último exemplo, a expressão do MODO é efectuada numa expressão não-lexicalizada (*‘a nado’*) (cf. Quadro 2). A existência de padrões de lexicalização obrigatória – do MODO, por um lado, como em Polaco e em Inglês, ou do PERCURSO, como em Português, – resulta em comportamentos paradigmáticos reguladores: a sua não-observação gera frases incorrectas ou de difícil aceitabilidade (ex. 17c e 17e).

PADRÕES DE LEXICALIZAÇÃO



Polaco e Inglês

MOVIMENTO + MODO

ex. *‘przeplynąć’*
(‘através’) + *‘nadar’*

+ *‘przez’* (PERCURSO)
não-lexicalizado



Português (e outras línguas românicas)

MOVIMENTO + PERCURSO

ex. *‘atravessar’*
+ *‘a nado’* (MODO)
não-lexicalizado

Quadro 2. Padrões de lexicalização

1. À procura de uma explicação teórica

O movimento em água (*Aqua-motion*) e, por extensão, a deslocação contemplada noutros meios líquidos tem sido, nos últimos anos, analisada por vários autores (ver Bibliografia). Baseando-se na análise dos dados provenientes de cerca de 30 línguas que pertencem a famílias linguísticas tipologicamente diferentes (p. ex. a família Eslava, Germânica, Românica, Urálica, Turca, Semítica e Caucásiana), Lander, Maisak & Rakhilina (2005, 2007) defendem que – na área entendida em termos gerais como a do **movimento efectuado em água** – as línguas distinguem, prototipicamente, **três domínios lexicais**: (i) os verbos de movimento activo, do tipo NADAR, (ii) de movimento passivo, do tipo FLUTUAR, e (iii) os verbos de movimento efectuado pelas embarcações e por quem nelas se desloca, do tipo NAVEGAR, tal como facilmente se pode observar em línguas como Português ou Inglês. A proposta desta tipologia pode-se representar esquematicamente de modo seguinte (cf. Quadro 3):

(1) SWIMMING NADAR	(2) FLOATING FLUTUAR	(3) SAILING NAVEGAR
- humanos - peixes - pássaros	- madeira na água - destroços dos barcos no mar - pedaços de cenoura na sopa	- embarcações e quem as pilota

Quadro 3. Proposta de divisão em três domínios principais da autoria de Lander, Maisak & Rakhilina (2005)

Se, na maioria das línguas estudadas por Lander, Maisak & Rakhilina (2005, 2007), a distinção dos três domínios lexicais acima apresentados parece ser regra – tal como observado, além do Inglês e do Português, também, no Persa, Tamil, Mandinka ou Híndi – idiomas há que apresentam sistemas tipológicos mais ricos, com subdivisões mais especializadas (de um) dos respectivos três domínios gerais distinguidos. Assim, por exemplo, no âmbito dos verbos do tipo NADAR existem subdivisões realizadas em itens lexicais específicos – tal como acontece, por exemplo, em Coreano –, que surgem em função do carácter quer genericamente animado quer especificamente humano

da Figura que se desloca. Observam-se, igualmente, verbos do tipo NADAR, como o próprio item lexical '*nadar*', a funcionarem num outro domínio, o do tipo FLUTUAR, tal como acontece p. ex. em Francês ou em Português, em que, respectivamente, os verbos '*nager*' e '*nadar*' são utilizados para os seres animados que se deslocam activamente na água, mas também para, por exemplo, se designar o movimento efectuado pelos pedaços de cenoura a nadarem na sopa, os cubos de gelo num copo de água ou de bacalhau inundado em azeite.

No que diz respeito ao domínio de NAVEGAR, cita-se o Português como uma língua que apresenta basicamente – além de dispor dos verbos de emprego pouco frequente, tal como '*singrar*' e '*marear*' – um sistema mais especializado com o verbo geral de carácter neutral '*navegar*' a contrastar com um específico '*velejar*', verbo que refere concretamente, e tal como o nome indica, o movimento efectuado por embarcações navegadas à vela.

No domínio de FLUTUAR, cita-se também o Português como um idioma que distingue entre o movimento passivo efectuado com a corrente, no caso do verbo '*flutuar*', e o movimento passivo efectuado à superfície, com o verbo '*boiar*'. A mesma distinção efectuada no âmbito de FLUTUAR é igualmente proposta para outras línguas, tal como o Francês, com o contraste entre '*flotter*' e '*surveiller*' ou como o Neerlandês com '*drijven*' vs. '*dobberen*'. Outras línguas há, no entanto, que no mesmo domínio distinguem entre o movimento efectuado ao sabor da corrente, por um lado, e um outro efectuado quer à superfície quer no espaço fechado, como acontece, por exemplo, no caso do Hebreu. Existem também divisões em três do mesmo domínio, em que se faz distinção, por exemplo, entre o movimento passivo ao sabor da corrente, um flutuar «direccionado» e, ainda, um movimento de emersão a fim de ficar à superfície da água (por exemplo em Japonês).

Se existem línguas com sistemas tripartidos simples ou com sistemas mais enriquecidos em que a especificação é efectuada em função de características da conceptualização do movimento em água e a subsequente lexicalização desta distinção, existem, por outro lado, idiomas que dispõem de sistemas tipologicamente mais pobres, nos quais ocorre neutralização das oposições prototípicas inicialmente observadas. Quando a lexicalização não ocorre, é frequente o emprego dos verbos gerais de movimento, sobretudo os deícticos '*ir*' e '*vir*' (cf. a não-lexicalização dos verbos do tipo NAVEGAR na família Turca das línguas). Excepcionalmente, existem também idiomas (como os Eslavos, por exemplo, Russo ou Polaco) que utilizam a mesma raiz verbal nos três domínios referidos (cf. '*plavat*'/'*plyt*', em Russo, e

'*plywać*' / '*ptynąć*', em Polaco, – tal como podemos observar nos exemplos atrás apresentados de 1 a 10 – efectuando a especialização de cada um dos domínios pela derivação a partir da forma aspectualmente iterativa no sentido de FLUTUAR e admitindo tanto a iterativa como a não-iterativa no caso dos domínios de NADAR e de NAVEGAR. Para se ilustrar este fenómeno, vejam-se os seguintes exemplos (ex. 18 a e b):

- (ex. 18) (a) (Pl) *Liść pływ*a*' / *Liść pływ*ie**
 ITER. / *NÃO-ITERAT
 (P) *A folha flutua*
- (b) (Pl) *Łódź / statek / człowiek pływ*a*ł pływ*ie**
 ITER. + NÃO-ITERAT.
 (P) *O barco / o navio flutua / navega*
 (P) *O homem nada*

No exemplo (18a), o verbo polaco é formado a partir da raiz obrigatoriamente [+] iterativa (isto é, não admite a forma não-iterativa), contrastando, assim, com os exemplos (18b), em que o movimento pode ser expresso quer pelo verbo derivado da forma iterativa quer da não-iterativa.

2. O caso dos verbos do tipo FLOW (FLUIR)

A proposta de Lander, Maisak & Rakhilina (2005) atrás apresentada não dá, contudo, conta dos casos em que se trata do movimento da própria água (ou, por extensão, de um outro líquido), tal como ilustrado no exemplo 19:

- (ex. 19) (Pl) *Topiec (rzeka) pływ*ie* doliną, która zaczyna się na zachód od wsi Mołoszyna.* (IAP 13)
 (P) *O rio Topiec corre pelo vale que se estende a oeste da aldeia de Mołoszyna.*

Esta lacuna é suprimida apenas pela proposta de Divjak e Lemmens (2007), na qual se defende a inclusão tipológica no âmbito da análise alargada de *AQUA-motion* dos verbos do tipo FLOW (FLUIR), que referem o movimento do próprio líquido. Tal como demonstram os exemplos seguintes (exs. 20-24), também nestes casos o Polaco continua a utilizar preferencialmente os verbos '*plywać*' / '*ptynąć*', enquanto, em

Português, o equivalente preferencial, nestes casos, é o verbo ‘*correr*’. Assim, «**quando os polacos nadam, os portugueses correm**», conforme reza o título da presente comunicação.

É apenas ao referir movimentos de características muito específicas em que, por exemplo, é sublinhada a escassez do líquido que se desloca que o Polaco opta por verbos mais restritivos, tal como ‘*saczyć się*’ (ex. 20). O equivalente português mais próximo, nestes casos, parece ser o verbo ‘*escorrer*’ (ex. 21 e 22), que permite referir (i) o movimento lento, (ii) a quantidade do líquido pequena e/ou (iii) o suporte de deslocação visivelmente perfilado. Alternativamente, nestes casos, surge também a expressão fixa ‘*correr um fio d(e água)*’ (ex. 23) e os seus equivalentes polacos ‘*saczyć się*’ e ‘*ciec*’.

- (ex. 20) (Pl) *Niespodziewanie przyszedł dzień gdy zaczęły topić się śniegi i woda zaczęła **saczyć się** między kamieniami i piaskiem.* (IAP 20)
- (P) *De repente, chegou o dia em que a neve começou a derreter e a água começou a **correr** entre as pedras e a areia.*
- (ex. 21) (Pl) *Z gór **plynie** lawa, Co kilka metrów leżą ciała zwierząt i kości ludzkie.* (IAP 34)
- (P) ***Escorre** lava pela montanha. Cadáveres de animais e ossadas humanas encontram-se espalhados por toda a parte.*
- (ex. 22) (Pl) *Po ścianach **splywała** wilgoć.*
- (P) *A humidade **escorria** pelas paredes.*
- (ex. 23) (Pl) *(Prysznic) może być zimny, woda może ledwo ciurkiem **saczyć się** z kranu, ale mimo warunków, sprawia ona nierzadko niesamowitą przyjemność.* (IAP 19)
- (P) *Apesar de a água do duche estar fria e apenas **correr um fio** da torneira, a sensação é de um prazer indescritível.*
- (ex. 24) (Pl) *Dla ludzi, w domach których od lat z kranu **plynie** bez ograniczeń zimna i ciepła woda, takie marzenie może wywołać zaskoczenie.* (IAP 29)
- (P) *Este sonho pode causar estranheza para quem já há anos **tem** em casa água quente e água fria (onde água quente e água fria correm nos canos).*

Na expressão AQUA-motion do tipo FLUIR, um caso específico é constituído por um subgrupo de situações em que uma substância

líquida ou fluida desliza em determina direcção ou em determinado circuito, nomeadamente no caso das secreções ou fluidos corporais. As opções por ‘*pływać*’/‘*płynąć*’, em Polaco, e ‘*correr*’, em Português, continuam a ser preferenciais, tal como se observa no caso das lágrimas (exs. 25 e 26), do sangue (exs. 27 e 28), do suor (ex. 29) ou da saliva (ex. 30), apenas com excepção pontual do emprego das expressões idiomáticas (ex. 31):

- (ex. 25) (Pl) *Obaj chłopcy milczeli, łzy im **ciekły** po twarzy.* (IAP 21)
 (P) *Ambos os rapazes estavam calados com as lágrimas a **correrem-lhes** pelas faces.*
- (ex. 26) (Pl) *Łzy **płynęły** mu po policzkach.* (IAP 32)
 (P) *As lágrimas **corriam-lhe** pela face (**abaixo**).*
- (ex. 27) (Pl) *W rozgrzanych i elastycznych żyłach **płynię** bez przeszkód swobodnie krew.* (IAP 28)
 (P) *Nas veias quentes e elásticas, o sangue **corre / circula** sem obstáculos.*
- (ex. 28) (Pl) *Zygmunt stał błądy jak trup z pogruchotanym drzewcem w dłoni, z której **płynęła** krew.* (IAP 30)
 (P) *O Segismundo estava branco que nem cal com um pau espetado na mão, da qual **escorria** sangue.*
- (ex. 29) (Pl) *Pot **płynął** mu po plecach.* (IAP 31)
 (P) *O suor **escorria-lhe** pelas costas (**abaixo**).*
- (ex. 30) (Pl) *Panienka spała. Z kątów ust **sączyła się** / ***płynęła** ślina.* (IAP 33)
 (P) *A menina estava adormecida. Dos cantinhos da boca **escorria(-lhe)** um fio de saliva.*
- (ex. 31) (Pl) *Widze jak **cieknie** ci ślinka.* (IAP 22)
 (P) *Vejo que isto te faz **crescer** água na boca.
 (IDIOM.) (à letra: **correr a saliva**)*

Em Português, **correm** os rios, **corre** o sangue nas veias e **correm** as lágrimas. Mas, metaforicamente, o mesmo verbo é utilizado, também, em muitos outros casos, conforme ilustram os exemplos (32-36). O verbo ‘*correr*’ é utilizado metaforicamente, por exemplo, para referir a deslocação de grandes quantidades de pessoas (ex. 32), do movimento efectuado no ar (exs. 33 e 36) ou de elementos abstractos, tais

como a música (ex. 34) ou mentira (ex. 35). Por regra, a metaforização selecciona não só o verbo ‘correr’, mas também permite a alteração com outro tipo de verbos *AQUA-motion*, preferencialmente do tipo NAVEGAR ou FLUTUAR ou, ainda, com os verbos gerais de movimento ‘passar’ ou ‘andar’ e, também, com os verbos deícticos ‘ir’ e ‘vir’ (exs. 32, 34 e 35):

- (ex. 32) (Pl) *Głównym wejściem nieprzerwanie **plynął** potok ludzi.* (IAP 38)
 (P) *Pela entrada principal **corria** / **vinha** / **passava** ininterruptamente uma torrente de gente.*
- (ex. 33) (Pl) *Nad morzem panowała cisza, **plynęła** błękitna, przezroczysta mgła.* (IAP 41)
 (P) *Havia silêncio no mar; **flutuava uma neblina** azulada e transparente.*
- (ex. 34) (Pl) *Muzyka **plynie** ulicami.* (IAP 43)
 (P) *A música **corre** / **flutua** / **navega** / **paira** nas / pelas ruas.*
- (ex. 35) (Pl) *Przedtem **plynął** potok urzędowych i społecznych klamstw.* (IAP 45)
 (P) *Dantes **corria** / **vinha** um chorrilho de mentiras administrativas e sociais.*
- (ex. 36) (Pl) *Od bursztynowej fali włosów **plynęła** won upajająca.* (IAP 46)
 (P) *Das ondas âmbar do cabelo **vinha** / **flutuava** / **despreen-**
dia-se / **soltava-se** / **emanava** um perfume embriagante.*

O verbo ‘correr’ pode, em Português, adquirir um sentido específico de ‘desenvolver-se’, ‘progredir’ de determinada maneira, ficando, assim, próximo do sentido de ‘decorrer’, um outro verbo da sua família lexical. Isto acontece, sobretudo, em expressões com um certo grau de fixidez e em que o Polaco, curiosamente, não admite verbos do tipo *AQUA-motion* (ex. 37).

- (ex. 37) (Pl) *Jak ci **poszło** dzisiaj? Jak **leci**? *Jak **plynie**?*
 (P) *O dia de hoje **correu(-te)** bem?*

Este sentido está próximo da aceção temporal, em que um assunto tem andamento, isto é, decorre de uma certa maneira (ex. 38), desenvolve-se ou progride (exs. 39, 40).

- (ex. 38) (Pl) *Wiemy, że sprawy, które **wpływają** do sądów są długo rozpatrywane.*
 (P) *Todos sabemos que os processos que **correm** pelos tribunais são morosos.*
- (ex. 39) (Pl) *Czas **plynął** wolno.*
 (P) *O tempo **corria** devagar.*
- (ex. 40) (Pl) *Życie **plynie** ze wszystkimi bólaczkami, obowiązkami, szczęściem czy smutkiem. (IAP 47)*
 (P) *A vida **decorre / faz-se** com todos os sofrimentos, obrigações, felicidade e tristezas.*

Neste tipo de casos, é frequente o uso do verbo ‘decorrer’, tanto no uso genérico de desenrolar-se, passar-se, processar-se (ex. 41) como, sobretudo, em casos específicos de resultar, derivar e provir (ex. 42).

- (ex. 41) (Pl) *Zebranie **upłynęło** w atmosferze nieufności.*
 (P) *A reunião **decorreu** num clima de desconfiança.*
- (ex. 42) (Pl) *Siła światła demokracji i wolności nie **plynie** z technicznej zdolności do obrony, nie **plynie** z siły armii. Płyne z niezłomności. (IAP 49)*
 (P) *A força da democracia e da liberdade não **vem / decorre / resulta** da capacidade técnica da defesa, não **vem / decorre / resulta** da força do exército. **Vem/ decorre / resulta** da sua integridade.*

3. Conclusões

No presente estudo propusemo-nos analisar e contrastar alguns dos paradigmas de lexicalização que se observam em Português Europeu e em Polaco na descrição tipológica do MODO como o MOVIMENTO é efectuado (cf. Talmy, 1985 e 2000; Batoréo, 2000). Os referidos paradigmas dizem respeito a um campo lexical restrito de verbos que referem movimento efectuado em água – e, por extensão, em qualquer meio líquido –, designado na literatura de especialidade por *AQUA-motion* (cf. Lander, Maisak & Rakhilina, 2005, Maisak & Rakhilina, 2007).

Tendo por base os dados da oralidade, provenientes maioritariamente dos *corpora* linguísticos (p. ex. I. A. Prokofjeva (2007), para o

Polaco, e a *Linguatca*, para o Português), ilustrou-se contrastivamente o funcionamento de dois sistemas lexicais *AQUA-motion* tipologicamente diferentes: um pobre, em que a expressão do movimento em água é feita, predominantemente, por um par aspectual imperfeito +/- iterativo *'pływać' / 'płynąć'* e, um outro, prototipicamente dividido em três domínios lexicais NADAR, NAVEGAR e FLUTUAR, com alguma especificação mais pormenorizada em subgrupos.

No nosso estudo, é dado especial destaque ao caso específico da deslocação da própria água (ou outro líquido, por extensão semântica) no domínio de FLUIR. Aí, tal como nos outros domínios *AQUA-motion*, o Polaco mantém a opção já antes verificada pelo emprego do par *'pływać' / 'płynąć'*, a qual o Português contrapõe o uso predominante do verbo *'correr'*. Esta opção mantém-se além dos empregos referentes estritamente à deslocação física. **Correm**, assim, (em Polaco, *płyną*) não só os rios ou o sangue, mas também as nuvens, as mentiras e, mais genericamente, a vida e o tempo. Esta distribuição é feita de um modo muito regular: enquanto os Polacos *płyną*, os Portugueses **correm**.

Procurou-se contribuir, deste modo, para a demonstração de acordo com a qual as línguas naturais – mesmo que pertençam a tipos diferentes do ponto de vista da tipologia lexical – diferem de um modo estruturado e previsível quer a nível da organização do seu léxico (cf. Newman, 2002) quer a nível global da conceptualização do seu funcionamento.

Bibliografia

- ARAD, Maya (2007), «Some aspects of the Hebrew verb *saxah* (swim)». In: Maisak & E. Rakhilina (2007) *Glagoly dvizenija v vode: leksiceskaja tipologija*, Moscovo: Indrik, 498-508.
- ATKINS, Sue & Charles FILLMORE (2000), «Describing polysemy: the case of crawl». In: Yael Ravin & Claudia Leacock (eds.) *Polysemy: Linguistic and Computational Approaches*. Oxford: Oxford University Press, 91-110.
- BATORÉO, Hanna Jakubowicz (2000), *Expressão do espaço no português europeu: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Coleção Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas [Dissertação de Doutoramento, Lisboa: FLUL, 1996].

- BATORÉO, Hanna Jakubowicz (2007), «Expressão do Movimento em Água (AQUA-motion) em Português Euroepu: Contribuição para tipologia lexical». *Revista de Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: UFRJ.
- BATORÉO, Hanna Jakubowicz (2008), «Cognitive and Lexical Characteristics of Motion in Liquid Medium: AQUA-motion Verbs in Typologically Different Languages». *Psychology of Language and Communication*, 2008, vol. 12, n.º 2, 3-15.
- BATORÉO, Hanna Jakubowicz, Angelina PIRES, Isabel MACEDO e Margarida CASADINHO (2007), «Claro como água! – Contribuição para a tipologia lexical dos verbos de movimento em água (AQUA-motion)». In: *Textos seleccionados do XXII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 2007, 127-140.
- BYBEE, Joan (1985), *Morphology: A Study of the Relation between Meaning and Form*. Amsterdam: Benjamins.
- BYBEE, Joan; R. Perkins & William Pagliuca (1994), *The evolution of grammar: Tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: Chicago University Press.
- DIVJAK, Dagmar & Maarten LEMMENS (2007), «Lexical Conflation Patterns in Dutch Aquamotion Verbs». In: Maisak & Rakhilina (ed.) (2007), 152-174.
- KOCH, Peter (2001), «Lexical typology from a cognitive point of view». In: M. Haspelmath et al. (eds.) *Language Typology and Language Universals: An International Handbook*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 1142-1178.
- KRAMAROVA, S. G. & Yuri LANDER (2005), «Lexical typology meets Malay/Indonesian: the case of aqua-motion lexicon», ms.
- LANDER, Yuri; Timur, MAISAK & Ekaterina RAKHILINA (2005), «Motion in a liquid medium (AQUA-motion): towards lexical typology, Institute for Oriental Studies, Russian Academy of Sciences», ms. www.hf.ntnu.no/scl/abstracts/lander.pdf (Dez. 2007).
- LANDER, Yuri; Timur, MAISAK & Ekaterina RAKHILINA (2007), «Domains of aqua-motion: a case study in lexical typology». In: Emil van der Zee & Mila Vulchanova (eds.) (2007) *Motion encoding in Language and Space*, Oxford: Oxford University Press (in press).
- Linguateca* => <http://www.linguateca.pt/> (Dez. 2007)
- MAISAK, Timur (2007), «Glagoly peremesčenija v vode v portugalskom jazyke». In: Maisak & Rakhilina (ed.) (2007), 198-230.
- MAISAK, Timur & Ekaterina RAKHILINA (2003), «Tipologija sistem glagol'noj leksiki: dvizenie w vode». In: *Gramaticeskije kategorii: ieraxii, svjazi, vsajmodejstvie*, St. Petersburg.
- MAISAK Timur, & Ekaterina RAKHILINA (2007), «Glagoly dvizenija i nachizenija v vode: leksiceskije sistemy i semanticeskije parametry». In: Maisak Timur, & E. Rakhilina (ed.) (2007), 27-75.
- MAISAK Timur, & Ekaterina RAKHILINA (ed.) (2007), *Glagoly dvizenija v vode. Leksiceskaja tipologija*, Moskva: Indrik.

- NEWMAN, John (ed.) (1997), *The Linguistics of Giving*. Amsterdam: Benjamins.
- NEWMAN, John (ed.) (2002), *The Linguistics of Sitting, Standing and Lying*. Amsterdam: Benjamins.
- PROKOFIEVA, Irina A. (2007), «Peremescenije v vode i peremiscenije vody: flagoly 'plynąć'/'pływać' (plyt'/'plavat') v polskom jazyke». In: Maisak & Rakhilina (ed.) (2007) in: Maisak & Rakhilina (ed.) (2007). 305-314.
- TALMY, Leonard (1975), «Semantics and Syntax of Motion». In: John P. Kimball (ed.) *Syntax and Semantics*, vol.4, New York: Academic Press, 181-238.
- TALMY, Leonard (1983), «How Languages Structures Space». In: Pick & Acredolo (eds), *Spatial Orientation: Theory, Research and Application*, New York: Plenum Press 225-282.
- TALMY, Leonard (1985), «Lexicalisation Patterns: Semantic Structure in Lexical Forms». In: T. Shopen (ed.) *Language Typology and Syntactic Description*, vol. III, *Grammatical Categories and the Lexicon*, Cambridge: Cambridge University Press, 57-149.
- TALMY, Leonard (2000), *Toward a Cognitive Semantics*, 2 vols., Cambridge: The MIT Press.
- WIERZBICKA, Anna (1991), *Cross-cultural Pragmatics: the Semantics of Human Interaction*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- WIERZBICKA, Anna (1992), *Semantics, Culture and Cognition: Universal Human Concepts in Culture-specific Configurations*. New York: Oxford University Press.

Breve reflexão sobre o género das formas nominais em *-or*, *-ol*, *-ês* e *-nte* do séc. XIII ao séc. XVI

MARIA JOÃO COSTA

(Escola Superior de Educação,
Comunicação e Desporto da Guarda)

Resumo

This article aims to examine gender variation from the XIII to the XVI century throughout the traditionally called *Ancient Portuguese* (Português Antigo) in nouns and adjectives ending in *-or*, *-ol*, *-ês*, *-nte* and to help determine the moment of its stabilization.

Palavras-chave: Linguística histórica; História da língua portuguesa; Português arcaico; Género gramatical.

Introdução

A categoria gramatical de género, em português, tem vindo a ser alvo de alguma investigação ao longo dos anos.

Pretende este trabalho contribuir para essa reflexão sobre o conhecimento das variações de género que, ao longo do período tradicionalmente denominado português antigo, são perceptíveis nos nomes (substantivos e adjetivos) terminados em *-or*, *-ol*, *-ês*, e *-nte* e ajudar à determinação do(s) momento(s) da sua fixação. Ainda que por razões que se apresentam mais adiante, não se tenha a pretensão de esgotar o tema, começaremos por fazer um ponto da situação para depois apresentarmos os resultados obtidos e retirar as conclusões possíveis.

Foi seleccionado um *corpus* que, ainda que não sendo demasiado extenso em termos quantitativos, fosse por um lado representativo das

diferentes tipologias textuais¹ e por outro que abarcasse cronologicamente todo o período em causa.

Assim, a documentação analisada foi retirada do *Corpus Medieval Informatizado* (CIPM) bem como de outros recursos digitais² que permitiram um levantamento mais célere das formas a estudar.

Em cada documento foi feita uma pesquisa sistemática procurando recolher todas as formas terminadas em -or, -ol, -ês,³ e -nte, a este levantamento seguia-se uma primeira selecção: rejeitar as formas que não correspondessem ao que procurávamos, i.e., manter apenas substantivos e adjetivos; numa segunda fase verificava-se a sua utilização e registavam-se as que interessavam para o trabalho em curso.

Como a atribuição de género gramatical tem revelado a existência de hesitações não apenas na língua portuguesa mas já desde o próprio latim, faremos um breve excuroso sobre a categoria género desde o indo-europeu até ao momento actual da língua portuguesa. Há algumas questões em aberto na fase hodierna da nossa língua como a «(...) do problema das novas profissões exercidas por mulheres, problema esse que levanta questões de tipo linguístico, como a criação de femininos para palavras anteriormente invariáveis» (Gouveia, 1997: 339).

1. A categoria género

Sendo o género uma categoria gramatical que se pode encontrar em grande parte das línguas humanas, seria de supor que é fácil determinar a sua génese. Nada mais distante da realidade. Há, no entanto, alguns elementos que permitem considerar aceitável a ideia de que a expressão de género aparece ligada à cultura própria dos falantes de uma determinada comunidade linguística. É talvez a diferenciação cultural que pode ajudar a justificar nalguns casos a diferença de género de palavras que, tendo tido uma origem comum, adquiriram posteriormente género distinto nas várias línguas românicas. Mas não é esta a única explicação.

Ao longo do tempo tem-se assistido a alguma confusão entre género gramatical e género natural. Se muitas vezes se pode estabelecer uma correspondência – a um ser do sexo masculino corresponder

¹ Para a classificação da documentação analisada seguimos a proposta apresentada em Castro (1991: 178-192) e (2004: 96-106).

² Vide Bibliografia.

³ Contemplando todas as variantes gráficas: -es, -ês, -ez.

uma palavra do género masculino e a um ser do sexo feminino uma palavra do género feminino – nem sempre tal é possível. E que dizer de todos os conceitos cujo referente não se pode identificar ou enquadrar neste sistema de sexo masculino / sexo feminino?

Mário Vilela (1973) reconhece que na diacronia nem sempre se pode considerar a acção analógica como solução para a mudança de género. «(...) o critério que preside à distribuição das palavras na categoria género, apresenta-se duma maneira confusa, tornando quase improfícua a tentativa de averiguação da origem desta noção» (Vilela, 1973: 140).

Esta questão é também objecto de reflexão para Maria Carmen Gouveia (1997) que, relativamente à situação da língua portuguesa afirma:

As motivações gerais de uma mudança de género ou a razão que leva a empregar um vocábulo como masculino ou feminino são, como aponta Ana Maria Echaide num trabalho sobre o género em Espanhol (...) as seguintes: – distinção de sexo em palavras que designam pessoas, animais ou profissões; – forma da palavra e, sobretudo, a sua terminação; – conservação do género etimológico; – analogia (Gouveia, 1997: 342).

1.1. No Indo-Europeu e no Latim

No primitivo Indo-Europeu⁴ a atribuição de género encontra-se ligada ao carácter animado ou inanimado do referente, i.e., o traço + animado / – animado, respectivamente. Essa ligação conduziu à formação, em algumas línguas, de um sistema tri-membre (masculino, feminino e neutro), correspondendo o neutro ao traço – animado e o masculino e feminino ao traço + animado.

Esta mesma dualidade (animado ou inanimado) conduziu noutras línguas ao estabelecimento de um sistema bi-membre (como é o caso da língua portuguesa).

No Latim Clássico podíamos encontrar, no sistema nominal, três géneros gramaticais: masculino, feminino e neutro – sistema herdado do Indo-Europeu. Este sistema estava já no próprio Latim, longe de ser estanque e havia hesitações, ou seja, substantivos de género duvidoso.

⁴ «(...) o carácter masculino ou feminino de um substantivo indo-europeu só se reconhecia através dos adjectivos que se lhe referiam – tal como acontecia também em Latim – onde por vezes só a concordância do adjectivo ia marcar a diferença masculino / feminino». Cf. Gouveia, 2004: 447.

Gradualmente, e já no Latim Vulgar, o neutro⁵ vai desaparecendo, passando os substantivos a masculinos ou femininos:

O desaparecimento do género neutro latino no romance implicou a absorção das formas terminadas em *-o* (ou *-u*) no género masculino e a das formas terminadas em *-a* no feminino. Mas os substantivos que terminavam em outra vogal ou em consoante, ou tinham mais de um género em latim, originaram oscilação na escolha do género (Cardeira, 2005: 52).

havendo, como indica Lapesa (1991: 74) «no pocas vacilaciones y ambigüedades, sobre todo para los que terminaban en *-e* o en consoante (...) lac > fr. le lait, port. o leite, esp. la leche (...)».

Assim, este gradual «abandono» do neutro conduz à repartição dos nomes pelo masculino e pelo feminino. A explicação para esta alteração pode em parte encontrar-se no facto de haver coincidências entre as desinências do neutro e do masculino. Esta é a opinião, entre outros, de Paul Lloyd:

(...) un efecto de la reducción de los casos y de la unificación de todos los nombres y adjetivos en una clase, distinguida solamente por el tipo de vocal final, fue que ya no había distinción formal entre los nombres neutros y los masculinos en el singular (...) Puede ser también que, en la pérdida de este género, haya sido un factor importante la función que originariamente iba asociada al género neutro, es a saber, la función de expresar lo 'inanimado' (...) (Lloyd, 1993: 254-256).

Como na passagem às línguas romances essa distinção perdeu força, é natural que se tenha confluído para um sistema bi-membre (masculino e feminino). Esta mudança é apresentada por Carmen Gouveia como «uma das mais importantes ocorridas no Latim coloquial tardio» (Gouveia, 2004: 450).

É de destacar, no entanto, que nas diferentes línguas românicas não há sempre coincidência na escolha de género dos substantivos, o que pode indiciar que no Latim Vulgar já havia hesitação.

⁵ Na passagem para as línguas romances, ficaram apenas alguns vestígios por exemplo, em galego e em português, nas formas invariáveis dos demonstrativos isto, isso, aquilo.

1.2. Nas línguas ibero-românicas medievais

1.2.1. No castelhano medieval a situação era semelhante à vivida no galego-português, pelo que a uma fase inicial em que se usava uma só forma, seguiu-se a variação de género dos adjectivos concordando com os nomes como afirma Coloma Lleal (1990):

formas diferenciadas en función del referente para los nombres (*la infanta, la sennora*), o con variación de género en función del nombre al que determinaban para los adjetivos (*lança taiadora*). El paradigma de los elementos nominales quedo así regido por un mismo criterio, independientemente del uso que en latín pudiese tener el étimo correspondiente (Lleal, 1990: 242).

1.2.2. No catalão medieval verifica-se uma situação semelhante à ocorrida nas restantes línguas ibero-românicas, com as correspondentes hesitações na atribuição de género.

En los adjetivos que en latín tenían una misma terminación para el masculino y el femenino, se manifestaba una clara tendencia a equipararlos con los de dos terminaciones (*forta, pobra, verda*), continuando así una tendencia iniciada ya en el latín vulgar (cf. *Appendix Probi: «pauper mulier, non paupera mulier»*) y que se impuso en la zona galorrománica (Lleal, 1990: 262).

1.2.3. No português antigo

No Capítulo XLIV da sua *Grammatica* diz Fernão de Oliveira:

Os nomes se declinam em generos e numeros (...). As declinações dos generos são muitas e menos para compreender, porque, posto que os nomes acabados em hũa letra qualquer sejam mais d'hum genero que doutro, não por isso se pode dar regra universal, como nestas duas letras **a** e **o**, das quaes hũa é mais masculina e outra feminina. E contudo têm suas faltas, porque *isto, isso e aquillo* são acabados em **o** e não são masculinos, mas são de genero indeterminado, não neutro como o dos latinos (Oliveira, 1536 [2001]: 143).

Por sua vez, na *Gramática da Língua Portuguesa*, João de Barros apresenta assim a categoria género:

GÉNERO, em o nome, é ùa distincám per que conheçemos o mácho da fêmea e o neutro d[e] ambos.

Os Latinos conhecem o género dos seus nomes uns pela sinificação, outros pela terminação, dos quais fazem estes sete géneros: masculino, feminino, neutro, comum a dous, comum a três, duvidoso e confuso. Os Gregos, dão que tenham estas diferenças de género, conhecem-nô per artigos. Os Hebreos, per artigos e terminação. Nós nam somente conhecemos o nosso género per significação, como os Latinos, mas per artigo, como os Gregos.

As regras do qual sam as seguintes:

Todo nome que per sexo é conhecido, per ele será macho ou fema, como: homem e molhér.

Todo nome que convém a homem e a molhér será comum a dous, como: inventor, taful.

estes ajetivos forte, triste, alegre e outros semelhantes serão comuns a três porque dizemos: o homem forte, a molhér alegre, o pecar triste» (Barros, 1540[1971]: 308).

Na primeira fase do português antigo, tal como aconteceu nas línguas românicas, encontramos várias situações em que há oscilação de género e outras em que se apresentava uma só forma. Rosa Virgínia Mattos e Silva, quer na obra *Estruturas Trecentistas* (1989), quer em *O Português arcaico. Morfologia e Sintaxe* (1994) apresenta a seguinte classificação: nomes de género único, i.e., masculino ou feminino; nomes de dois géneros com flexão redundante (amigo/amiga; monje/monja) e nomes de dois géneros sem flexão redundante (senhor, pastor). Vemos que, do primitivo sistema latino (masculino, feminino e neutro), no período em apreço houve a redução a masculino e feminino. Assim,

exceptuando, portanto, o caso dos substantivos que em latim pertenciam ao género neutro, o português e o galego – aliás, já o galego-português – mantiveram, em geral, o género etimológico que possuíam os substantivos latinos (Maia, 1986: 655).

1.3. Na actualidade

Na actualidade considera-se tradicionalmente que o masculino é a forma não marcada, sendo os termos marcados aqueles que indicam o feminino. Relativamente aos substantivos estes são classificados em biformes (masculino e feminino) e uniformes. Dentro destes últimos incluem-se os substantivos epicenos, usados para designar nomes de animais, quando é necessário especificar o sexo junta-se macho ou fêmea; sobrecomuns, que têm um só género gramatical para designar pessoas de ambos os sexos (criança, pessoa, indivíduo) e os substantivos comuns de dois ou ambígenos que apresentam uma só forma

para os dois géneros mas distinguem o masculino do feminino pela anteposição do artigo (*o/a agente, o/a jovem*). Ainda que não esteja nos horizontes deste trabalho entrar nesta questão, não podemos deixar de destacar a posição defendida por, entre outros, Maria Helena Mira Mateus (2003) para quem,

contrariamente ao que se verifica relativamente ao número, nem todos os adjectivos e nomes admitem contrastes de género. (...) A não-obrigatoriedade de existência de contrastes de género (...) justificam a sua análise como uma categoria não flexional (...), contrariamente ao que a tradição gramatical portuguesa tem consagrado (Mateus, 2003: 930-931).

2. Análise do *corpus*

2.1. Palavras em **-or**

«Pois em *or* com *o* pequeno também são masculinos polla maior parte, como *ardor, fervor*; mas alguns são femininos, como *flor, cor e dor*» (Oliveira, 1536 [2000] Capítulo XLIV: 144).

Ao longo do período em análise foi possível constatar a grande flutuação que as formas terminadas em **-or** apresentavam, mostrando assim um comportamento ambíguo. Essa hesitação é, naturalmente mais perceptível nos textos mais antigos. Como não havia variação de forma, os substantivos terminados em **-or** tanto podiam ser masculinos como femininos, resolvendo-se a atribuição de género pelo adjunto. Fruto da análise efectuada foi possível encontrar, por exemplo, **morador, moradores, senhor, pastor, sabedor, suor, regedor, governador, pecador, pelleyador, profaçador, ajudador, uêcedor, fornigador, recebedor, caçadores**.

Vejamos algumas das abonações encontradas:

- (1) «(...) eu / Domīgas domīguiz **morador** (...)» (Doc. 121 de 1291. Martins, 2001);
- (2) «A uos Tareyía perez dita capos E a uos Aldonça mj'géz **moradores** ã Libbõa» (Doc. 153 de 1319. Martins, 2001);
- (3) «(...) s(er)uiço de D(eu)s e a **louuor** e aa onrra» (*Primeyra Partida*, Título 1, Lei 7, fólho 5 a);
- (4) «Que coita ouvestes, madr' e **senhor**» (D. Dinis, Biblioteca Virtual de Autores Portugueses).

Cabe destacar que, no século XIII, são numerosas as abonações para *senhor* como uniforme, embora haja que fazer referência à situação quase única, supomos, da conhecida Cantiga de D. Dinis «A pastor bem talhada», onde provavelmente por imposições de rima, nos aparece a forma *senhora*, a rimar com *agora*:

«Ai santa Maria, / que será de min agora? / E o papagai dizia: / «Bem, por quant'eu sei, **senhora**» (D. Dinis, Biblioteca Virtual de Autores Portugueses).

Ainda relativamente a estas formas é possível constatar que a ambiguidade era resolvida pela concordância com os adjectivos ou com os determinantes como em «fremosa *pastor*», «*senhor* fremosa», «mha *senhor*». Clarinda Maia (1986) encontra também algumas formas analógicas, chegando a encontrar, num documento do século XV, *senhor* ~ *senhora*. Concluiu também que «essa forma manteve-se em galego-português até bastante tarde» (Maia, 1986: 658-659 n. 3).

No que diz respeito aos nomes terminados em *-or*, a forma *senhora* parece ter sido determinante, como precursora, da evolução que consistiu na adunção de *-a* para marcar o feminino. De facto, surge assim já nos *Cancioneiros* (alternando, embora, com *a senhor*). (...) Pode pensar-se na hipótese de a adunção de *-a* ter-se iniciado em forma tão frequente na língua como *senhor* / *senhora* e que essa forma, precisamente pela sua frequência, possa ter contribuído para a expansão do fenómeno a nomes do mesmo tipo. Um caso de analogia, portanto (Cardeira, 2005: 54).

Esta hesitação perdura no tempo e aparece-nos por exemplo, no século XV, em documentos editados por Ana Maria Martins onde se utiliza **senhora**:

«Estando hj a mujto / honrrada **ssenhora** dona leonor de castel branco» (Doc. de 1447 Maço 43, 857 Martins, 2001)

«as honrradas Rellegiosas / *scilicet* a **ssenhora** dona ljanor» (Doc. de 1472 Maço 43, 846. Martins, 2001).

As formas estão também em concorrência e na *Crónica de D. Fernando* aparecendo quer a forma feminina «minha *senhora*» como ainda formas em *-or* para indicar o feminino:

(5) «(...) ou melhor se seer podesse, por ficar ella **regedor**» (*Crónica de D. Fernando*, cap. CXLVIII);

- (6) «(...) como esta molher he sages em muito mall e **sabedor** de grandes artes» (*Crónica de D. Fernando*, cap. C);
- (7) «(...) se tragiã sudairos com que sse alimpar d'aquella **suor**». (*Crónica de D. Fernando*, cap. CXXXIX);
- (8) «(...) ficou ha rrainha por **rregedor** e **governador** do reino (...)»⁶ (*Crónica de D. Fernando*, cap. CLXXIII).

No *Orto do Esposo* temos também:

- (9) «as jmagêes das aues **caçadores**» (*Orto*, livro 3, cap. 3, fólho 19 r)
- (10) «Porê diz Salamõ que a molher **pelleyador** he tal como a cassa (...)» (*Orto*, Livro 3, cap. 7, fólho 54 v);
- (11) «as uirgêes **sabedores** toma lanpadas cõ olio (...)» (*Orto*, livro 4, cap. 2, fólho 40 v)
- (12) «cõ **collores** desuayradas (...)» (*Orto*, livro 4, cap. 12, fólho 57 r)
- (13) «e nõ queyras ouuyr a lingoa **profaçador**» (*Orto*, Livro 4, cap. 20, fólho 71 v.);
- (14) «pellos afaagos da boa andança, ca he muy maliciosa **uêcedor** (...)» (*Orto*, Livro 4, cap. 33, fólho 94 v.);
- (15) «(...) de molher maa, **fornigador** ou adultera» (*Orto*, livro 4, cap. 51, fólho 124 r).

Mesmo em textos do século XVI se verifica que a generalização das formas com -a final não está ainda totalmente consolidada: «Oh ánima **pecador**» (Gil Vicente, *Barca da Glória*)⁷, embora na maioria das situações já se encontrem as formas femininas, «vós sois **Senhora / emperadora**» (Gil Vicente, *Auto da Alma*)⁸ é pois de supor que as formas variáveis caminhassem para a sua completa generalização.

2.2. Palavras em -ol

No *corpus* analisado não foram encontradas abonações pelo que, só dispomos de referências indirectas como as colhidas em Nunes

⁶ Neste caso e visto tratar-se da designação de cargos desempenhados essencialmente por homens, parece-nos mais compreensível a não adopção de uma forma marcada. Não esqueçamos que nos nossos dias há situações semelhantes. Cf. Carmen Gouveia, 1997, atrás citada.

⁷ Gil Vicente – *Todas as obras*. 2001. Coordenação científica de José Camões. Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portugueses. CD-ROM.

⁸ Gil Vicente, atrás citada.

(1989: 225, n. 2) referindo que André Falcão de Resende utiliza, em pleno século XVI, «a boa gente espanhol». É este também o ponto de vista de Carmen Gouveia (2004: 457) ao indicar que no estudo que realizou apenas pôde encontrar «abonações para “espanhol” (...)» pelo que, com ela, podemos «deduzir que a generalização do feminino analógico se deu numa época posterior» ao século XVI.

2.3. Palavras em **-es** (-ês, -ez)

Encontrámos essencialmente adjectivos invariáveis e tal como nas outras formas a situação resolve-se pelo género do substantivo que estão a qualificar. Gouveia (2004: 455) encontrou o feminino analógico já desde o século XIII por exemplo nas *Cantigas de Santa Maria* «dũa burguesa / nobr'e cortesã» (Huber, 1986). «nota-se já no português antigo, o empenho em distinguir o feminino do masculino pela terminação -a: assim encontramos por exemplo, no *Fabulário*, a par de cortesmente, também cortesamente (...)» (Huber, 1986: 169).

No *corpus* analisado encontrámos por exemplo *queyxumes*. Em relação a esta forma, tal como acontece noutros casos, foi desde cedo possível encontrar variação, inclusivamente no interior de um mesmo documento. É o que ocorre num documento do século XIII:

«todos los **queyxumes** ia l desuso ditos (...)» e
 «Et subre todas **queyxumes** q(ue) auja» (CIPM – Corpus Informatizado do Português Medieval HGP 002: séc. XIII, Coruña, Betanzos).

Outra forma encontrada, para o século XV, foi o adjectivo *franceses* com valor feminino:

- (2) «e outras moedas **franceses**» (*Crónica de D. Fernando*, cap. XLVIII)
- (3) «e jaque e coxotes e canelleiras **franceses**» (*Crónica de D. Fernando*, cap. LXXXVII).

Uma forma de feminino analógico é encontrada, no século XVI, em Gil Vicente: «infante **portuguesa**» (Gil Vicente, *Cortes de Júpiter*). É também a forma portuguesa que encontramos no título das gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros. Pelo que se pode supor que, no século XVI a alternância -es / -esa era já frequente e tinha conquistado a preferência dos falantes.

2.4. Palavras em -nte

Neste caso e recorrendo ao exemplo acima apresentado, «**infante** portuguesa», vemos que no século XVI a palavra *infante*, nas suas inúmeras variantes gráficas, ainda aparece como uniforme:

- (1) «(...) e trouverom a **iffante**, sua filha» (CIPM – Corpus Informatizado do Português Medieval *Crónica de Afonso X – Crónica Geral de Espanha*, cap.3, fólio 319 a);
- (2) «a **iffante** dona Lianor» (*Cónica de D. Fernando*, cap. XVI);
- (3) «Porque vai ãa princesa / alta **infante** portuguesa» (Gil Vicente, *Cortes de Júpiter*);
- (4) «À **ifante** dona Isabel» (Gil Vicente, *Fadas*).

No conjunto dos documentos analisados não foi possível encontrar nenhuma ocorrência de **infanta**, embora segundo «(...) Ramón Lorenzo, desde o século XII surge a forma analógica infanta, embora esporadicamente, em textos redigidos em Latim (...)» (Gouveia, 2004: 456).

No *Foro Real* (Edição de Azevedo Ferreira, 1987) aparece o «Titulo <VIII> dos que casan cū sas **parentas**», forma que, no conjunto da documentação exarada, é curiosa uma vez que surge numa obra do século XIII mostrando já a tendência analógica que irá consolidar-se gradualmente.

Encontrámos um exemplo de substantivo epiceno – *elefante*:

- (1) «(...) a **elifante** fêmea trage per dous (...) que o **elifante** he hũa animalia» (*Orto*, Livro 3, cap. 11, fólio 27v.)

Neste caso, encontramos o mesmo substantivo, comportando-se tal como na actualidade, especificando-se o sexo do animal pela junção da palavra fêmea, à qual ainda se acrescentou o artigo.

3. Conclusões

Da análise efectuada pode depreender-se que, tal como ocorre noutros fenómenos linguísticos, há desde os mais antigos registos escritos do português provas de variação e de hesitação. Datam do século XIII as primeiras atestações desse facto (lembre-se o caso de

senhor/senhora). Essa co-ocorrência revela a existência da variação conducente à posterior mudança. No entanto, parece que é só a partir da 2.^a fase do português antigo que se acentua a preferência pela criação de um sistema biforme.

Cabe ainda assim recordar que as formas femininas -ora, -esa, -nta, -ola não se generalizaram todas ao mesmo tempo embora se possa constatar que no século XVI a preferência dos falantes tende já para estas formas, encontrando-se ainda esporadicamente formas invariáveis, o que indicia que provavelmente a generalização irá ocorrer bem mais tarde. Aliás, como refere Cardeira (2005):

No que diz respeito aos nomes terminados em *-or*, a forma *senhora* parece ter sido determinante, como precursora, da evolução que consistiu na adição de *-a* para marcar o feminino. De facto, surge assim já nos *Cancioneiros* (alternando, embora, com *a senhor*) (...). Pode pensar-se na hipótese de a adição de *-a* ter-se iniciado em forma tão frequente na língua como *senhor / senhora* e que essa forma, precisamente pela sua frequência, possa ter contribuído para a expansão do fenómeno a nomes do mesmo tipo. Um caso de analogia, portanto (Cardeira, 2005: 54).

Atravemo-nos a terminar com as palavras de quem, de forma exaustiva, se dedicou a este assunto: «Não obstante o aparecimento das gramáticas da língua a partir do século XVI, não é possível falar da fixação do género contemporâneo antes dos séculos XVI e XVII e, nalguns casos, só posteriormente a estas datas (...)»⁹.

Bibliografia

- ALLIÈRES, Jacques (2001), *Manuel de Linguistique Romane*. Paris: Honoré Champion.
- BARROS, João de (1540), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Luís Rodrigues. (reprod. fac-similada org. por Maria Leonor C. Buescu, 1971. Lisboa: Faculdade de Letras).
- CANO, Rafael (coord.) (2004), *Historia de la lengua española*. Barcelona: Ariel.
- CARDEIRA, Esperança (2005), *Entre o Português Antigo e o Português Clássico. A elaboração da língua portuguesa no início do século XV*. Lisboa: INCM.
- CASTRO, Ivo (1991), *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

⁹ Maria Carmen Gouveia, «A categoria gramatical de género do português antigo ao português actual», inédito (cedido pela autora).

- CASTRO, Ivo (2004), *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri.
- COUTINHO, Ismael de Lima (1958), *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- FERREIRO, Manuel (1996), *Gramática histórica galega*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.
- GOUVEIA, Maria Carmen (1997), «Algumas mudanças de género em curso no português». Actas do XIII Encontro Nacional da APL, vol. I, Lisboa, 339-352.
- _____, (2004), «Considerações sobre a categoria gramatical de género. Sua evolução do Latim ao Português Arcaico». In: *Biblos* n.s. II, Coimbra, pp. 443-475.
- _____, «A categoria gramatical de género do português antigo ao português actual», inédito (cedido pela autora).
- HUBER, Joseph (1986), *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LAPESA, Rafael (1991), *Historia de la lengua española*. Madrid: Gredos.
- LAUSBERG, Heinrich (1981), *Linguística românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LLEAL, Coloma (1990), *La formación de las lenguas romances peninsulares*. Barcelona: Barcanova.
- LLOYD, Paul (1993), *Del Latín al Español. I. Fonología y Morfología Históricas de la Lengua Española*. Madrid: Gredos.
- LÜDTKE, Helmut (1974), *Historia del léxico románico*. Madrid: Gredos.
- MAIA, Clarinda (1986), *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: INIC.
- MARTINS, Ana Maria (2001), *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa. Da Produção Primitiva ao Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MATEUS, Maria Helena Mira *et alii* (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- NUNES, José Joaquim (1989), *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*. Lisboa: Clássica Editora.
- OLIVEIRA, Fernão (1536), *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Lisboa: Germão Galharde. (Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, 2000. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa).
- POSNER, Rebecca (1996), *The Romance Languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROHLFS, Gerhard (1979), *Estudios sobre el léxico románico*. Madrid: Gredos.
- SANTOS, Jayme Célio Furtado dos (2003?), «Categorias de género nos substantivos da língua portuguesa: uma abordagem morfossintática». In: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/6\(16\)26-36.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/6(16)26-36.html)
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (1989), *Estruturas Trecentistas*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (1994), *O Português Arcaico. Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Editora Contexto.
- VILELA, Mário (1973), «Considerações gerais sobre o género». In: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série Filologia. Vol. I, pp. 139-159.
- ZENENKO, G. P. (1983), «Acerca de la manifestación de género de los substantivos y adjetivos como categoría gramatical en las lenguas romances ibéricas». In: VERBA. Anuario Galego de Filoloxia. Vol. 10, pp. 231-247.

Corpus utilizado

Afonso X – *Foro Real* (1987), Edição de José de Azevedo Ferreira. Vol. I. Edição e Estudo Linguístico, Vol. II. Glossário.

CIPM – Corpus Informatizado do Português Medieval:

- *Notícia de Torto*
- *Testamento de Afonso II* ms. T e ms. L
- Textos Notariais editados por Clarinda Maia
- *Tempos dos Preitos*
- *Crónica de Afonso X* (Ms L) in *Crónica Geral de Espanha*
- *Foros de Garvão*
- *Alphonse X, Primeyra Partida*
- *Orto do Esposo*
- *Leal Conselheiro*

Biblioteca Virtual de Autores Portugueses (1998), Coordenação Científica de Ivo Castro, Teresa Amado, Cristina Almeida Ribeiro e Paula Morão. Lisboa: Biblioteca Nacional. Disco 1:

- *Crónica de D. Fernando*
Disco 2:
- *Cantigas de D. Dinis*

Documentos editados por Ana Maria Martins (2001), *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa. Da Produção Primitiva ao Século XVI*. CD-ROM

Gil Vicente – Todas as obras (2001), Coordenação científica de José Camões. Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses. CD-ROM

Demanda do Santo Graal (1988), (ed. Joseph Maria Piel-Irene Freire Nunes, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda) CD-ROM

Livro de José de Arimateia (Ed. Ivo Castro) CD-ROM

“To the barricades, old codgers”*: Representations of Ageing in the British and Portuguese Press

ISABEL ERMIDA
(Universidade do Minho)

Resumo

This paper seeks to draw a parallel between print media representations of ageing and aged subjects in the UK and in Portugal. It will analyse the linguistic and pragmatic ways in which the British and Portuguese press portray senior adults, so as to assess the power and status of this particular age cohort. It will address such questions as how far the press discourse on the elderly is ageism-free, the extent to which it is contradictory, and whether or not it reveals detractors to the ‘grey’ cause. More specifically, it will attempt to trace any signs of prejudice and ageism that might have escaped the straitjacket of political correctness and official anti-discrimination norms. These objectives will be furthered by applying a multi-disciplinary critical discourse analysis framework (van Dijk, 1991, 1998, 2001; Fairclough, 1996, 2001, 2003) to a corpus of news reports and opinion articles, selected from four newspapers, British *The Times* and *The Sun*, and Portuguese *Público* and *24 Horas*.

Palavras-chave: Discourse, Ideology, Power, Ageing, Ageism, Representation, Identity.

Introduction

It is expected that by the year 2050 three in 10 people in Europe, including Portugal, will be above the age of 65. The traditional demographic pyramid that used to represent the population structure – swollen (young) basis and thinned (old) top – has given way to a

* “...you are the last bastions of threatened liberty”. Title of an article by Raymond Tallis, *The Times*, July 31, 2006.

triangle pointing down. The causes are well-known and include progress in medical care, with consequent increase in life expectancy, and decline of birth rates. Conversely, the effects of this demographic phenomenon are yet to investigate fully. At first sight, it looks as though an aged population has had a negative impact on economy mostly: the announced rupture of the national pension system and well-fare services is but one recognized effect of the dramatic growth of a non-productive and often care-seeking age group. However, what I propose to analyse in this article is the impact of an ageing population on the values, interests and goals of the society at large. How does western society view the elderly, and how does it depict them?

The mass media in general and the press in particular provide us with a wealth of information regarding the status and the role of seniors in today's society. From situations of neglect by nurses and carers, through low pensions and dwindling social benefits, to problematic housing and the effects of winter, newspapers display a considerable amount of data concerning the negative effects of what it means to be old nowadays. At the same time, though, positive portrayals of mature adults are also to be found, hinting at profitable ways of coping with ageing by remaining active and productive. More drastically still, there is a number of news articles suggesting that the elderly are a powerful age cohort, whose capacity to influence decision making is not to be undervalued.

It is the purpose of this article to analyse how British and Portuguese newspapers render the issue of ageing and portray the ageing individual. More specifically, it aims at discussing how they represent events, actions and people involved in cross-generational social relationships from a lexical, grammatical and pragmatic point of view. As a follow-up on Ermida (2007), the present article wishes to draw a contrastive analysis between the 2007 selection of articles from the British press – namely *The Times* and *The Sun* – and a new (2008) corpus involving the Portuguese press. Using the dichotomy “quality vs. popular” paper, this new corpus is a set of opinion articles and news reports selected from a Portuguese quality paper, *Público*, and a tabloid, *24 Horas*. It remains to be seen whether or not the different cultural, economic and historical backgrounds of the two pairs of national newspapers produce equally different representations of ageing and of aged subjects. In particular, the article will try to assess how far the newspapers are ageism-free and the extent to which they are contradictory. Let us recall that in the UK there is an official norm of non-discrimination and tolerance, race-wise, gender-wise and

also age-wise, notwithstanding the existence of informal racism, sexism and ageism in society. More specifically, recent legislation against age discrimination is in force as of October 1, 2006.

These objectives will be tackled by applying a multidisciplinary critical discourse analysis framework (van Dijk, 1991, 1998, 2001; Fairclough, 1996, 2001, 2003), which aims at unveiling the ideological substratum that informs the various power representations to be found in the texts.

1. Gerontological linguistics: The deficit paradigm

Growing old in a society that celebrates youth, achievement and perfection is no easy endeavour for a start. What is more, the elderly have to face not only their own fears, doubts and problems but also other people's (un)conscious negative responses to old age. In social gerontology, a term echoing racism and sexism emerged to name negative societal reactions to growing old: ageism. Butler (1969: 243) defines it as "a deep-seated uneasiness on the part of the young and middle-aged – a personal revulsion to and distaste for growing older". A twin concept is that of 'gerontophobia' (Levin & Levin, 1980: 94), which roughly means fear of the elderly, of one's own ageing, and of association with death, all the while implying a tendency to blame the (elderly) victim.

In linguistics, the variable of age – along with race, gender and social class, among others – is believed to be a factor of prejudice and stereotyping in interpersonal, media and institutional discourse, as well as a particularly important variable to analyse vis-à-vis the problem of power and its linguistic expressions. An ageist slant has been reported in areas as diverse as humour (Palmore, 1971), doctor/patient interactions (Thompson, Robinson & Beisecker, 2004), institutional discourse in 'old folks' homes' (Grainger, 2004), political advertising (Kaid & Garner, 2004), TV broadcast characters (Robinson, Skill & Turner, 2004), and so forth.

What is paradoxical is that linguists themselves seem to trip over the prejudice trap. Indeed, gerontological linguistics has tended to view old age not as another phase in an individual's development and growth, but rather as a (final) stage of decrement and decline. As Coupland et al (1991: 13) claim, linguistic research on ageing has been largely dominated by a "deficit paradigm", according to which only those aspects of language use by the elderly that reveal decrement,

impaired competence, deviance and regression deserve attention. In other words, the tendency is to look at elderly language in terms of an *inverted-U* model: this implies, as Coupland et al (1991: 12) maintain, that elderly linguistic behaviour is understood as “not only moving towards lower levels of competence, but moving *back* to the levels and types of behaviour associated with the early years of life”. Examples of this standpoint are legion. For instance, studies of receptive processing and recall have highlighted a linear decline by age. Likewise, research on the acoustic and articulatory features of the aging voice has shown that 90-year-olds’ voices resemble those of Parkinson disease patients. Besides, sentence production and comprehension abilities, inference capacities and general communication skills have been proven to become more reduced as age progresses.

Of course, the elderly subjects’ performance in linguistic tests highly depends not so much on their age, but, as Hamilton (2001: 570) suggests, on their intelligence, education, life experience, sensory and mental integrity, health, personality and motivation. But this important detail has gone unaccounted for in most studies. Furthermore, many analysts tend to overlook the fact that when it comes to some interpersonal communication skills (like complex story-telling, or the use of small talk and support strategies – on the latter see e.g. Korolija, 2000) as well as knowledge of the lexicon and grammar, older subjects often outperform younger ones.

2. The anti-ageism paradigm

Another trend in gerontological linguistics adopts a reverse stance. Instead of focusing on deficit and decrement, the ‘anti-ageism’ framework analyses the language used both to address the elderly and to talk ‘about’ them, so as to deconstruct its ills. As a result, it tackles applied sociological concerns, such as seniors’ elderly care and social integration (Coupland et al 1991, Coulmas 2005). At the same time, this paradigm helps to highlight the fact that negative representations of old age affect seniors’ self-esteem and contribute to strengthening attitudes of prejudice and situations of neglect.

Within the area of conversation analysis, studies of verbal exchanges with the elderly have shown the extent to which such individuals are poorly addressed, and also how often the reality of ageism and asymmetrical power relations surfaces. Doctor/patient interactions are a case in point: physicians have been reported to engage in ageist

attitudes, regardless of their negative impact on the very success of health care. Thompson et al (2004: 454) point out that even though doctors are "egalitarian, patient, engaged, respectful, and likely to share decision-making with younger patients", they treat older ones in a "more condescending, abrupt, and indifferent" way. To make matters worse, physicians tend to spend less time talking to elderly patients, despite the fact that these older adults usually take longer to undress and to provide information about their condition.

Another illustrative situation is that of nursing home environments, which provide evidence for the patronising way in which staff and volunteers talk to elderly inmates. Two key concepts are so-called 'elderspeak' (Kemper, 1994) and 'baby-talk' (Carporel & Culbertson, 1986). Both are simplified addressee registers which boil down to a combination of shorter sentences and simpler syntax with extended use of repetitions and questions, often including such prosodic features as high and variable pitch. As Ashburn & Gordon (1981) remark, these addressing modes derive from the prejudiced assumption that the elderly suffer from physiological or neurological communication disorders, such as hearing impairments, dysphasia and dementia.

Similarly, studies of nurse-patient interaction in long-stay geriatric hospitals, such as Grainger's (2004), highlight the fact that such residential contexts are fraught with communication problems, mostly because the majority of talk to the elderly focuses on the goals of the care task rather than on interpersonal or relational objectives. Grainger explains that although geriatric wards are supposed to rehabilitate the inmates, what they turn out to do is induce dependency and feelings of powerlessness by means not only of 'baby talk', as mentioned above, but also of the so-called *non-baby talk* (baby talk 'without' affection), *superlative talk* (patronising, highly laudatory comments on a patient's performance of a fairly ordinary task – cf. also Ryan et al 1995) and persuasive talk (the nurses' verbal attempts at getting the elderly residents to cooperate in doing something).

Other studies, like the present article, concentrate on talk 'about' the elderly, instead of 'to' them. The object of these studies varies a great deal, ranging from education research to media research, including TV and newspaper representations of seniors, advertising, fictional portrayals of older adults in magazines and radio sitcoms, and so on. Before turning to some of these (cf. next section), let us briefly focus on the subtle ways in which daily vocabulary harms the (self-)image of senior citizens. According to Coupland et al (1991: 16), most people over 65 dislike and avoid the label *old*, as well as *aged* and

elderly, to refer to their age group, whereas phrases like *retired person*, *senior citizen* and *mature adult* tend to be positively rated. More drastically, many common everyday expressions perpetuate prejudice and reify stereotypes. Peccei (1999: 107) confirms that the lexicon is indeed laden with ageist input: “when we look at demeaning or insulting terms for older people, the choice is, unfortunately, vast”. Words like *crone*, *codger*, *hag*, *bidly*, *fossil*, *geezer*, *duffer*, *bag*, *fogey*, *wrinklies*, etc., are deprecating enough, but if they are preceded by the adjective *old*, they become even more disparaging, as my textual analysis will confirm.

3. The role of seniors in the media

With retirement comes a drastic increase in spare time, which largely explains why the elderly are more exposed to, and make more use of, the mass media. The numbers are quite revealing, especially as far as television is concerned. Robinson et al (2004) put forth an average figure of 40 as the amount of hours per week that mature adults devote to TV consumption in the US. When it comes to newspaper reading – which is central to the purposes of the present article – the same authors remark that it “steadily increases across the life span until the age of 70”, when eyesight quality gradually deteriorates. They also add, quite significantly, that “the vast majority of older adults read a daily newspaper” (2004: 433).

But if the mass media play a leading role in the lives of elderly citizens, the reverse is not the case: seniors do not play a leading role in the mass media. Of course, as the over-65-year-olds are retired or about to retire, they cannot be expected to contribute professionally to what happens on TV or in the press. What is striking is the poor quality and quantity of older people representations in the mass media. Indeed, not only are such representations manifestly scarce, but they are also prejudiced in that the roles they assign to seniors and the status they attribute to them are insidiously unconstructive. According to Robinson et al (2004), characters aged 65 and more are significantly underrepresented on TV (circa 13%), and when they do appear, they do not do so at prime time (rather, on daytime programs and soap operas) and they are likely to be cast in peripheral roles. The same authors point out that there is evidence of age stereotyping in press portrayals of mature adults as well, but they do not put forth any figures of news coverage of aged subjects.

Conversely, positive ageism can also be found in media representations, be they audiovisual or printed, especially as far as advertising goes. Perhaps this is due to the fact that positive images of potential elderly buyers are to the advertisers' benefit. Yet, political advertisers also seem to be well aware of this. Kaid & Garner (2004) confirm the occurrence of positive portrayals of older adults in political advertising in the US, despite significant differences along the political spectrum: in the latest presidential elections, Bush supporters gave out more optimistic images of senior citizens than the Democrats, who tended to be more alarmist and critical of the situation of the elderly.

A contradictory account of the political role of seniors in the American press is provided by Holladay & Coombs (2004). On the one hand, they claim, older citizens are portrayed "as dominating the policy-making process" and as being "the '800-pound gorilla' of politics" (2004: 383). On the other hand, many pieces about the elderly in the US mass media are framed in a negative light, depicting mature adults as "greedy geezers" and a "grey peril" benefiting from "an outrageous affirmative-action scam" (*idem*, 2004: 386). Whether or not the British and Portuguese newspapers also display such contradictory messages is a key question this article seeks to answer.

Be that as it may, it is curious to add that the elderly sometimes respond favourably to negative portrayals. According to Mares & Cantor (1992), sad and lonely older TV viewers do not mind programs that depict their age group in a negative light. Actually, they seem to prefer such depictions to those that render them as being happy and socially fit. Perhaps the ego-threatening information conveyed by positive portrayals of fellow seniors is, in accordance with social comparison theory, too hard to bear. Comparing oneself with equally unhappy characters or even with those in situations and conditions worse than one's own is maybe a safer deal.

4. Power, critical discourse analysis and the press

A study of newspaper discourse cannot eschew a discussion of power, a thriving concept in areas as diverse as philosophy, sociology and political theory. Also, since language is a central vehicle for the exercise of power, it is no wonder that linguistics, and especially critical discourse analysis, play an equally central role in its study. Yet, as Thornborrow (2002: 5) claims, power is, for discourse analysts, a "conceptual can of worms", involving contradictory definitions and

many theoretical implications. A brief review of some of these definitions will help to frame the present discussion.

Among philosophers, power has been recurrently understood as an intentional phenomenon. Hobbes (1651: 43), for instance, regards power as *potential*, inasmuch as it is a man's "present means to obtain some future apparent Good", be they 'natural' means of the body or mind, like strength and eloquence, or 'instrumental' means, like riches and friends. Likewise, Bertrand Russell (1938: 19) conceives of it as an *actual* concept, defined as the "production of intended effects", be they over matter or over human beings. In the latter case, exercising power entails "influencing individuals", by means of direct physical force over their body (e.g. military and police power), rewards and punishments (e.g. parental power), and devices to manipulate their opinion (e.g. propaganda – or even, we could add, media discourse).

Social theorists have mainly focused on the behavioural idea of 'power over'. According to Robert Dahl (1968: 51), power relations are based on legitimacy and they are exercised via positive or negative sanctions. In order to change the conduct of the "responsive units" (those who obey), the "controlling units" attempt to manipulate the information channels, such as the mass media. Along similar lines runs Max Weber's (1978: 29) definition of power, which implies the concepts of domination, authority and obedience: "power [is] the possibility of imposing one's own will upon the behaviour of other persons".

From a political theory perspective, Stephen Lukes (1979) draws a major distinction between two types of power. *Asymmetrical* power entails (actual or potential) 'conflict' and 'resistance', as well as such notions as 'control', 'dependence' and 'inequality', and it implies a view of social and political systems as competitive and confrontational. *Communal* power, on the other hand, means that it is "exercised 'with' rather than 'over' others" (1979: 90) and is illustrated by democratic and liberal systems, where the individual good is part of the common good.

With Michel Foucault (1976), a discursive conception of power first came to light. He argued that "relations of power cannot be established, consolidated nor implemented without the production, accumulation, circulation, and functioning of a discourse" (1976: 229). Power is a dynamic and plural concept which should be understood on the basis of a so-called "economy of discourses of truth" and "through a net-like organization" (1976: 234).

Critical discourse analysts have highlighted the centrality of the concept of power and the importance of language for its exercise. As Fairclough (2001: 3) puts it, "nobody who has an interest in relationships of power in modern society can afford to ignore language". In society, he claims, the capitalist class – the 'dominant bloc' – exercises power in two ways: by physically coercing individuals (e.g. through police force) and by ideologically manufacturing 'consent', or 'acquiescence'. Such institutions as education, the law, religions, the media and the family function as links along this power chain, as it were, insofar as they reflect and reproduce the dominant class's ideologies. By ideology, Fairclough means "practices which people draw upon without thinking" and which appear to be universal and commonsensical. Discourse is the vehicle of ideology, which works both by conveying and shaping it.

According to van Dijk, likewise, ideological power – which, he holds, has superseded coercive power in modern, democratic societies (1991: 37, cf. also 1998: 162) – functions on a dominant vs. dominated social basis. For a dominant group to rule over another group, it has to control their 'fundamental, attitude producing, ideologies' by making use of ideology – which amounts to a 'cognitive machine', or 'programme', or 'framework of representation and interpretation', that "generates the group attitudes which sustain optimal group reproduction" (1991: 36-7). For instance, a racist, sexist or ageist ideology generates racist, sexist or ageist attitudes, thus preserving the interests and goals of the white, male, and 'young' dominant group. As a result, ideologies are a perfect medium of prejudice and discrimination, especially because prejudice, according to van Dijk, is "a shared group-based attitude" rather than "a personal opinion" (1991: 38, see also 1998: 114, 163).

The question now is: what ideological role do the mass media play? Fairclough (2001: 43) is clear in stating that "the media operate as a means for the expression and reproduction of the power of the dominant class and bloc". Yet, this power may be 'hidden', insofar as it takes subtle and oblique shapes. One of these shapes is perspective (see below) and source selection, both of which are "overwhelmingly in favour of existing power-holders" (2001: 43). In the case of news discourse – my object of analysis in this article – one should look at it as a "heavily interpretative and constructive process, not simply a report of 'the facts'", thus being "part of the apparatus of governance" (2003: 85).

Van Dijk also claims that the media play a “decisive role in the development of the ideologies of the population at large”, which is why the various elite groups maintain their power by controlling the media, a “means of symbolic production” (1991: 37). In the case of the press, it produces ideological hegemony by providing “specially selected facts” and pre-formulating “preferred meanings and opinions”: for example, if the press supports a sexist, or an ageist, ideology, it will probably “ignore, discredit, marginalize, or problematize [feminist/anti-ageist] positions or groups” (1991: 39), thus achieving the readers’ ‘mind control’ (2001: 357-8). In a book published in 1991, *Racism and the Press*, van Dijk puts forward a framework of analysis that lends itself exemplarily to tackle other cases of *mediated* prejudice, like ageism, as we shall see next.

5. Representations of ageing and aged subjects in the British and Portuguese Press

The present section will apply a lexical, grammatical and pragmatic framework of analysis to a corpus of articles which deal with the issue of ageing at large, as well as with events, actions and subjects involved in cross-generational situations. It will be divided into two sub-sections, namely positive portrayals of seniors and negative ones, in an attempt to disclose the ideological scaffold that upholds the construction of local meanings. As stated above, the theoretical backdrop of analysis will be van Dijk’s (1991) three-fold model, which encompasses ‘perspective’, ‘implicit meanings’ and ‘semantic strategies’.

The selection of articles from the four newspapers – again, British *The Times* and *The Sun* and Portuguese *Público* and *24 Horas* – was random, therefore covering a variety of themes, which range from low pensions and housing difficulties, through health problems and neglect by nurses, carers and families, to the effects of winter and heat. Yet, as this list automatically suggests, the press seems to pre-select stories and situations that victimise the elderly – which not only “gives us a partial view of the world” (Fowler 1991: 11), but also is, by itself, a marker of prejudice. As Fairclough (2003: 85), points out, ‘selectivity’, or choice of topic, is ideologically made: in this case, if the topics of news stories about older adults repeatedly concern abuse in care homes and hospitals, declining health and dwindling social benefits, these representations will tend to be perceived as natural and commonsensical.

5.1. Positive Portrayals

The discursive construction of news actors in the media is first and foremost achieved via lexical choice. In this category, adjectives and nouns are selected according to the perspective – or point of view – of the author, or more broadly, of the newspaper. As van Dijk (1991: 179) claims, perspective is a very important feature in discourse meaning since it reveals the speaker's sympathy towards one news subject rather than another.

All the four newspapers under scrutiny show scattered marks of positive perspective. In the British papers, the role which the so-called "grey vote" is expected to play in the 2009 elections is often rendered in a favourable light, as is the seniors' cultural influence. Portuguese papers, meanwhile, refer to a new generation of grandparents as "more active and autonomous", and acknowledge the fact that older adults are healthier and hence capable of leading an active sexual life. Consider the use of adjectives next (highlighted in italics, henceforth):

- The grey vote is set to become an increasingly *important* electoral battleground as the birth rate drops and political parties compete for the approval of the 11-million baby-boomers soon to go into retirement. (*The Times*)
- In a rapidly ageing world, baby boomers have been a *key* cultural influence. (*The Sun*)
- Porque a esperança de vida é maior, os avós modernos são cada vez mais novos. Os poucos estudos que existem sobre as gerações mais velhas traçam um perfil dos avós que deita por terra a imagem tradicional do idoso aposentado, de bengala ou manta nos joelhos e com todo o tempo do mundo. Os avós modernos tendem a ser mais *ativos* e mais *autónomos*. [Because life expectancy is higher, modern grandparents are younger and younger. The sparse studies about the older generations that exist draw a picture of grandparents that undermines the traditional image of the retired elderly, with a cane and a blanket on their knees and having loads of time on their hands. Modern grandparents tend to be *more active* and *more autonomous*.] (*Público*)
- O Viagra provocou uma revolução sexual; a terceira idade é mais *saudável* mas não está preparada para os perigos da "movida". [Viagra has caused a sexual revolution; the elderly are healthier but unprepared for the dangers of night life.] (*24 Horas*)

The use of nouns also indicates traces of positive point of view. In *The Times*, the use of noun euphemisms to refer to seniors shows an attempt at avoiding derogatory labels, whereas in *Público* the direct

mention of the words “knowledge and experience” regarding “seniors” (instead of, say, the “old”) hints at a similar strategy. This may be due to the existence of an undeniably ageist lexicon in nowadays’ society, which people above 65 tend naturally to resent, preferring an alternative terminology (Coupland et al 1991: 16). In a similar vein, *24 Horas* provides a very interesting case in which seniors are referred to metaphorically, as the ‘foundations’ of a town:

- Why is radio still a haven for grizzled *veterans*? (...) You could argue that these cunning *survivalists* are a select band (...) (*The Times*)
- O ministro do Trabalho e Solidariedade Social, José Vieira da Silva, defende que o aproveitamento do *saber e experiência* dos *seniores* vai ser inevitável para a sociedade. “Daqui a uns anos não estamos a discutir a vantagem mas sim a inevitabilidade”, disse Vieira da Silva, um dos participantes na tertúlia “Velhos São os Trapos” que aconteceu quinta-feira à noite, na Figueira da Foz. [The minister of Labour and Social Solidarity, José Vieira da Silva, defends that taking advantage of the knowledge and experience of seniors will be inevitable for our society. “In a few years we won’t be arguing about the advantages but about the inevitability”, said Vieira da Silva, one of the participants in the workshop “Only rags are old” [a Portuguese saying], which took place Thursday night, in Figueira da Foz.] (*Público*)
- [Boas Festas para os idosos de Newark] “É uma forma de agradecer às pessoas de terceira idade desta cidade e dar-lhes um bocado mais de alegria, e agradecer também por eles terem sido os *alicerces* desta cidade, por terem trabalhado muito”, referiu Augusto Amador ao nosso jornal. [Season’s Greetings for the elderly of Newark. “This is a way to thank the senior citizens of this town, and to make them a little happier, for having been the foundations of this town, for having worked very hard”, Augusto Amador told our newspaper.] (*24 Horas*)

A second major category in the semantic construction of a newspaper text is, apart from lexical choice, that of implicit meanings, most of which tend to be negatively rendered in the corpus under focus. Yet, two interesting positive occurrences are worth considering. The first one, in *The Times*, bears on a case of ‘overcompleteness’, or irrelevance (van Dijk, 1991: 185), by way of a non-defining relative clause which, as such, works as an aside, conveying the idea that seniors are respected in national politics. The second occurrence is in *24 Horas*, and it provides an embedded clause that contains a positive judgment of the elderly:

- Speakers at today's rally [National Pensioners Convention's Parliament rally] include MPs Kate Hoey and Kelvin Hopkins, *who are among 96 MPs to have signed an Early Day Motion in support of the NPC's demand.* (*The Times*)
- Os dois idosos, dando mostras de um grande sentido cívico, interpelaram o jovem [que agredira a namorada]. [The two elderly citizens, showing a great sense of justice, approached the young man (who had attacked his girlfriend).] (*24 Horas*)

A third category on van Dijk's list is that of 'semantic strategies' –goal-directed properties of discourse used to further implicit or explicit argumentation (van Dijk, 1991: 187). Scarce though its positive usage may be in the corpus, some cases related to establishing comparisons and setting contrasts deserve attention, both in the British and in the Portuguese press. All three examples, next, favourably compare the elderly with young people:

- [On the radio being a "haven" for elderly figures] By contrast, most of the media's bright young things don't have any personality worth talking about, or can't decide which one to wear on any given day. (*The Times*)
- Thousands of [elderly] people made to stop working have a great store of knowledge and skill and they are exactly *what today's youngsters are not* – reliable. (*The Sun*)
- Contrariamente aos jovens de hoje, os velhos sabem do que falam –porque lêem jornais, estão informados e têm uma grande bagagem de vida. [Unlike today's youth, old people know what they are talking about – because they read the papers, they are informed and they have come a long way.] (*24 Horas*)

5.2. Negative Portrayals

The amount of examples to illustrate this section is, not surprisingly, very high, the following being but a sample. Starting with lexical choice, the prejudiced perspective underlying most texts becomes apparent upon a quick glance. Adjective usage, in particular, provides a largely unfavourable and dismal portrait of seniors, in the newspapers from both nationalities:

- [The elderly] are regularly *starved* and *dehydrated* in countless care homes and hospitals, assumed to be *idiot* faux cockneys, *ignored* while out and about. (*The Times*)

- Paulo Portas exige medidas urgentes para proteger da crise idosos *carenciados*. O líder do CDS-PP exigiu hoje medidas urgentes para “melhorar as condições de vida” dos idosos mais *desfavorecidos*, destacando que os reformados estão a ser os mais *prejudicados* com a crise. [Paulo Portas demands urgent measures to protect the *needy* seniors. Today the leader of CDS-PP demanded urgent measures to “improve the living conditions” of the most *deprived* seniors, highlighting the fact that the pensioners are the ones that are the most *harmed* by the crisis.] (*Público*)
- [António Braga durante uma visita ao Lar dos Idosos da comunidade portuguesa, em S. Paulo] O governante considerou que a “esmagadora maioria dos portugueses no estrangeiro está bem, mas há dificuldades sobretudo nos mais *velhos e abandonados*”. [During a visit by António Braga to an Old Folks’ Home of the Portuguese community in S. Paulo] The politician considered that the “overwhelming majority of the Portuguese abroad are all right, but there are difficulties regarding mostly the ones that are *older and abandoned*.” (24 Horas)
- Todos os dias a Segurança Social recebe pedidos de ajuda dos hospitais para encontrar lares para idosos que tiveram alta e não têm quem os acolha ou casa para onde ir. São histórias *tristes* de quem já não consegue viver *sozinho*, porque está *doente* ou simplesmente é *velho*. [Every day Social Security receives requests for help from hospitals to find homes for older people who were released from hospital and have no one to receive them and nowhere to go. These are *sad* stories of people who can no longer live *alone*, because they are *sick* or are simply *old*.] (24 Horas)

Sometimes, the adjectives used do not qualify the seniors directly, but their situation or condition, as is the case with the following passage:

- Em matéria de apoio a idosos, “o panorama é *negro* em todas as valências – centros de dia, apoio domiciliário e mesmo em lares de idosos, onde existem listas de espera em quase todas as instituições”, diagnosticou. [With regard to elderly care, “the scenario is dark in every aspect – day-care centres, home support, and even old folks’ homes, where there are waiting lists in almost every institution”, he diagnosed.] (*Público*)

An important aspect to bear in mind is that the apparently factual and neutral character of the adjectives above is, actually, quite the opposite. By recurrently rendering the elderly in this negative light the reporters assume a biased and ideologically-laden stance, conveying the message that the seniors are a powerless social group. According to Fowler (1991: 125), if a newspaper describes “[elderly] patients as

inherently powerless, and the surgeons and politicians as inherently powerful, (...) it tends to reproduce the power differential as if it were natural". Actually, if reporters repeatedly highlight frailty, vulnerability and ill-health, they convey the idea that *all* seniors are *naturally* frail, vulnerable and ill.

Noun selection is also marked with an ageist slant. What is more, even quality papers (*The Times*) employ terms of abuse, contrary to Fowler's (1991: 110) claim that only the tabloids go down that path. Indeed, it is not rare to spot the use of belittling, even openly insulting, terms, whose supposed affective tinge is not convincing at all. In the two first examples shown next (from *The Times*), the informality of the noun phrases 'old codgers' and 'coffin dodgers' is accentuated by the addition of the pronoun 'you'. In the former example, the employment of the adjective 'old' makes the noun phrases even more disparaging, as Peccei (1999: 18) claims (cf. above). In the Portuguese press, the use of the noun *velhos* (*the old*) is rather common, but no less negatively marked than in English. Alternative terms, like *velhotes* and *velhinhos*, both of which appear in the following extracts, carry a sympathetic tone, but are nonetheless patronising:

- To the barricades, old *codgers*: you're the last bastions of threatened liberty. (*The Times*)
- Age law is working a wheeze on all you *coffin dodgers*. (*The Times*)
- A Elisabete, que, durante as férias, trabalhou num hotel algarvio, contou-me que conheceu um *velhote* muito simpático com poderes mágicos. [Elizabeth, who during her holidays worked at a hotel in the Algarve region, has told me that she met a very nice *old fogey* who has magical powers.] (*Público*)
- Casal de idosos assaltado em casa. Larguem os *velhotes*! [Elderly couple mugged at home. Let go of the *old fogeys*!] (*24 Horas*)
- Alarme inovador disponível para já na grande Lisboa. *Velhinhos* têm novo aliado. [Innovative alarm system is now available in the Lisbon area. The *old people* have a new ally.] (*24 Horas*)
- Ladrão de *velhinhos* apanhado no Porto. Em três meses assaltou dezenas de octogenários. [A burglar of *old people* was caught in Porto. In three months he robbed dozens of 80-year-olds.] (*24 Horas*)

Verb choice is perhaps a very easy way to ascribe negativity to a certain age cohort, since verbs describe actions and, by extension, convey what that group *does* in society, the role it plays and the clout it carries. The following list is significant evidence that the aged are often reported as committing crimes of different sorts, from sexual

abuse, through murder and arson, to drug use. Interestingly enough, this is one of the few situations in the corpus where seniors are not described as victims but as aggressors. The verbs are all direct action verbs, such as *abuse, cause, inflict, circulate, shoot, hit, inflict, use*, etc.:

- Um homem de 71 anos de idade foi detido por suspeita de ter *abusado* sexualmente de um bebé de 18 meses, anunciou hoje a Polícia Judiciária de Coimbra. [A 71-year-old suspect of having sexually *abused* an 18-month-old baby was arrested, the Polícia Judiciária of Coimbra announced.] (*Público*)
- Dois idosos suspeitos de terem *provocado* incêndios urbanos nas áreas de Loulé e São Brás de Alportel por vingança foram detidos pela Polícia Judiciária. [Two elderly suspects of having *caused* urban fires in the areas of Loulé and São Brás de Alportel for revenge were arrested by Polícia Judiciária.] (*Público*)
- António Moreira, de 77 anos, que ontem foi condenado pelo Tribunal de Vimioso a 14 anos de cadeia, por um crime consumado de homicídio qualificado, praticado contra uma sobrinha da mulher. A vítima, Maria de Lurdes, tinha 59 anos e estava sentada, a fazer croché, na sala de estar da sua residência quando o tio, “de surpresa”, lhe *infligiu* na cabeça três golpes com um machado que lhe provocaram morte imediata. [António Moreira, 77, was sentenced to 14 years in jail by the Court of Vimioso for a first-degree murder case, perpetrated on his wife’s niece. The victim, Maria de Lurdes, 59, was knitting on the couch of her living-room when her uncle, “out of the blue”, *inflicted* three axe blows on her head which caused her immediate death.] (*Público*)
- O Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT) estima que o número de “adultos mais idosos” que *consomem* estupefacientes irá aumentar para mais do dobro até 2020, previsão que classifica de “inquietante”. [The European Drug Addiction Observatory estimates that the number of “older adults” who *use* drugs will double until 2020, a forecast which he classifies as “disturbing”.] (*Público*)

If even a quality paper publishes pieces like the above, it comes as no surprise that the Portuguese tabloid under focus provides a similar sample:

- Um condutor de 71 anos foi hoje parado pela GNR, perto das 12h00, quando *circulava* em contramão no acesso à Auto-Estrada do Sul (A2), na zona de Castro Verde, no sentido Sul-Norte, informou a corporação. [A 71-year-old driver was pulled over by GNR, around noon, when he *circulated* on the wrong side of the road near the Auto-Estrada do Sul (A2), in the area of Castro Verde, north-bound, the corporation informed.] (*24 Horas*)

- Um homem de 70 anos, de apelido Santana, *sentou* a mulher, Olívia, também de 70, no sofá da sua casa, *cobriu-a* com uma manta e *disparou-lhe* um tiro de caçadeira na cabeça. De seguida, *saiu* de casa, *apontou* a arma à sua cabeça e *pôs* termo à vida na entrada da residência. [A 70-year-old man, surnamed Santana, made his wife, Olívia, also 70, sit down on the couch of their home, covered her with a blanket and shot a rifle bullet into her head. Afterwards, he stood outside his house, pointed the gun at his own head and put an end to his life.] (24 Horas)
- A cidade do Peso da Régua estremeceu ontem de manhã com o som de dois tiros, disparados a dois passos do posto da GNR. Um homem *atirou* contra uma mulher, que ficou gravemente ferida no abdómen, e depois *enfiou* uma bala na cabeça. Ele morreu imediatamente. [Yesterday morning the town of Peso da Régua jumped at the sound of two shots, right outside the police headquarters. A man shot a woman, who was seriously injured in her abdomen, and then he stuck a bullet in his head. He died instantly.] (24 Horas)

But sometimes lexical choice seems to be the very focus of the news. Actually, the next examples, both from *The Times*, call attention to the importance of selecting the words to refer to the elderly. However, both of them perfectly exemplify the perverse effect of verbalising derogatory terms while advising against their use:

- Doctors and health managers should be banned from referring to patients as *crinklies* and *bed blockers*. Harry Cayton, the national director for patients and the public, said that using a term such as 'dement' to describe someone with Alzheimer's disease, or referring to people by their ailments – such as 'hip' or 'joint' – was alienating and dehumanising. (*The Times*)
- There will be officially sanctioned euphemisms and only the elderly will be allowed to refer to one another, with knowing irony, as *coffin dodgers* and *old scrotes*. (*The Times*)

A very interesting grammatical strategy used in one of the Portuguese newspapers also bears on lexical choice and concerns the use of negative sentence constructions. In fact, the employment of *never* and *not* concerning positive propositions is so pervasive in the following passage that the resulting depiction of the elderly could not be but 'negative':

- *Nunca* houve um Conselho de Ministros sobre envelhecimento em Portugal, *não* há políticas integradas, *não* se reconhece a necessidade de haver formação para os profissionais, a saúde *não* trabalha em articulação com a segurança social... As famílias, que é o que verda-

deiramente existe, *não* cumprem, claro. [*Never* was there a Minister Council on ageing in Portugal, there *aren't* any integrated policies, there *isn't* any acknowledgement of the need for professional training, health services do *not* work side by side with social security... Families, which are all there really is, do *not* succeed, of course.] (*Público*)

All four of van Dijk's (1991) categories of negative 'implicit meanings' are present in the corpus – namely, implications, presuppositions, vagueness and overcompleteness. It should not be forgotten that newspapers do not wish to face prejudice or discrimination charges, which is why reporters weigh their words carefully. As far as implications go, the use of the verb 'claim', which "implies the usual belief-suspension by the journalist" (van Dijk, 1991: 181), also carries a negative implication – that the news actors (in this case, the elderly) may be lying:

- Older staff *claim* to have been sacked without warning in recent weeks. They *claim* companies are "cutting the grey hairs" so they can, at least temporarily, keep their workforce youthful and avoid being sued. (*The Times*)

In the case of the Portuguese press, a curious occurrence of implication is present in an article about a well-known British character – the Titanic survivor, Elizabeth Dean, who miraculously escaped alive from the ship-wreck and became a famous person only to end her days in poverty. The story, briefly rendered in the following extract, implies that *any* senior can face a similar fate:

- [Última sobrevivente do "Titanic" vende bens para pagar lar de terceira idade.] Elizabeth Gladys Millvina Dean tem hoje 96 anos. Em 1912 tinha apenas dois meses e foi embarcada no "Titanic". Conseguiu sobreviver a um dos piores desastres marítimos de sempre e hoje é a única pessoa ainda viva a poder dizer que estava lá quando o navio embateu contra um icebergue e se afundou. Mas Elizabeth Dean tem por estes dias outro drama. Vai desfazer-se dos seus objectos pessoais a fim de poder pagar o lar onde vive. [Last "Titanic" survivor sells property to pay for Old People's Home.] Elizabeth Gladys Millvina Dean is now 96. In 1912 she was only two months old when she was taken aboard "Titanic". She managed to survive one of the worst maritime disasters of all time and today she is the only person alive who can say she was there when the ship crashed against the iceberg and sank. But Elizabeth Dean is facing yet another drama these days. She is going to let go of her personal possessions in order to be able to pay for the Home where she lives. (*Público*)

Another case of implication takes place in the following extract, also from *Público*, where the idea that seniors *are*, in reality, a burden is implied by a statement which paradoxically denies it – “Being aged does not have to be a burden”:

- As escolas deviam dar aulas de gerontologia aos jovens para explicar-lhes que “ser idoso não tem de ser um fardo” e educá-los para uma velhice activa, defende uma especialista em políticas sociais, que lembra que já existem 112 idosos por cada 100 jovens. [Schools should give gerontology classes so as to explain to youngsters that “being old does not have to be a burden” and prepare them for an active old age, a specialist in social politics defends, and recalls that there are as many as 112 older citizens for each 100 youngsters.] (*Público*)

Presuppositions make it possible for the journalist to convey controversial pieces of information without assuming overt responsibility for them. In other words, if a reporter wishes to transmit a negative portrayal of seniors without explicitly assuming it, s/he can safely resort to presuppositional devices. In *The Sun*, a curious passage apparently assumes an elderly-friendly stance, but on a second reading discloses an ageist presupposition. In fact, the verb *stop* presupposes, like other ‘change of state’ verbs (see Sellars, 1954), that the abuse of the elderly is an actual state of affairs which is thus, to some extent, unchallenged and reified:

- Stop abuse of the elderly. (*The Sun*)

So as to grasp the existence of a presupposition logically, one applies the ‘constancy under negation’ test by denying the sentence. If the proposition remains unaltered, it constitutes the sentence’s presupposition: ‘*Do not stop abuse of the elderly*’ therefore presupposes that *there is* abuse of the elderly. The same happens in *The Times*, which reports that David Cameron sympathetically said that the elderly “need to be airbrushed *back* into society”. The use of the adverb ‘back’ presupposes that the elderly were once part of society but, alas, they are not anymore (on the presuppositional use of particles like *back*, *too*, *in return*, see Lakoff, 1971). If Cameron had said that “the elderly do *not* need to be airbrushed back into society” the presupposition would have remained unaltered. Again, the seniors would have been portrayed as an outcast group.

Factive verbs, like *know*, *ignore*, *regret* (cf. Kiparsky & Kiparsky, 1971), and relative clause constructions (cf. Keenan, 1972) are another

two ways to convey presuppositions, as exemplified below with instances from the Portuguese corpus (the presuppositions, i.e., the propositions whose truth-value the speaker takes for granted, are italicised):

- Hoje sabe-se que *mais de metade dos idosos em Portugal sofre de depressão geriátrica*. [Today it is acknowledged that more than half of the elderly in Portugal suffer from geriatric depression.] (*Público*)
- No entanto, na opinião de 84 por cento dos médicos portugueses entrevistados, a doença [Alzheimer's] está subdiagnosticada no país, uma situação que consideram contribuir para a ideia de que *a perda de memória faz parte do envelhecimento*. [However, according to 84% of Portuguese doctors interviewed, (Alzheimer's) disease is underdiagnosed, which they think contributes to the idea that memory loss is part of growing old.] (*Público*)
- Porque se suicidam certas pessoas de idade? A doença, a falta de recursos, a consciência *de que é um peso*. [Why do certain seniors commit suicide? Disease, deprivation, awareness of *being a burden*.] (*24 Horas*)
- Os idosos, *que ocupam um grande número das camas nos hospitais portugueses*, recorrem frequentemente às urgências. [Seniors, *who occupy a large number of hospital beds in Portugal*, resort to emergency services often.] (*24 Horas*)

Vagueness, the third category of implicit meaning, is useful, according to van Dijk (1991: 184), “when it is essential to conceal responsibility for negative actions”. Two major grammatical strategies are used to resort to vagueness: passive voice and nominalizations. Examples of the former category, both in the British and Portuguese corpus, are listed next. All the cases represent older citizens as victims of abuse, discrimination, or neglect, but they cunningly conceal the agency of such actions, i.e., the identity of whoever committed the wrongdoings:

- Concerns by senior consultants about patient welfare *were routinely ignored*. (*The Times*)
- An elderly heart patient *was kicked off* a bus in the rain for carrying a tin of paint. (*The Sun*)
- At any time it is estimated that half a million older people in Britain could *be being abused*. (*The Sun*)
- Há muitos idosos que se queixam de *estar a ser maltratados*. [There are many older citizens that complain about *being ill-treated*.] (*24 Horas*)

Nominalizations constitute another way to obscure agency, by turning those responsible for the reproachable actions into vaguer and

more difficult targets to single out (on nominalizations and passives, see also Fairclough, 2001: 92-3). Again, both British and Portuguese papers provide examples:

- After an RTE exposé about the *mistreatment* of residents at the home forced its closure in August last year (...) (*The Times*)
- Há lares apoiados pelo Estado que se recusam a aceitar idosos seropositivos. Só no ano passado, a Segurança Social recebeu três queixas. As associações que trabalham no terreno garantem que a *discriminação* é generalizada e denunciam a existência de "guetos" para pessoas infectadas. [There are Homes supported by the State which refuse to take HIV-positive seniors. Last year alone, Social Security received three complaints. The associations working in the field guarantee that *discrimination* is pervasive and they denounce the existence of ghettos for infected people.] (*Público*)
- Um português que sofra de doença mental ou que se confronte, de forma súbita ou progressiva, com uma diminuição das suas faculdades mentais, pode ser vítima de *atropelos* vários na gestão dos seus bens. [A mentally affected Portuguese person, or one who faces, in a sudden or progressive way, a shortening of his/her mental skills, may be a victim of several types of *irregularities* in the management of their properties.] (*Público*)

The fourth category of van Dijk's implicit meaning is, as said above, overcompleteness, or irrelevance, which also conveys biased perspective (van Dijk, 1991: 185). By providing extra, irrelevant information, the journalist may pass judgements furtively. *The Times* illustrates this point rather clearly when a reporter writes that "Lishman has worked for Age Concern since 1974, and took over his £112,000-a-year post in 2000". Here, the copulative clause conveys a veiled criticism by referring to an apparently extraneous detail which is, nevertheless, quite significant: the Age Concern leader may take the side of the old and poor, but he himself is quite rich. Similar negative opinions underlie the following cases of 'overcomplete' representations of the elderly:

- [On the Age Law] This most bad-tempered and forgetful sector of our population will now be herded into the service industries, *where they will fail to hear the phones ringing or the desperate entreaties of shoppers standing 2ft in from of them.* (*The Times*)
- Age Concern said 60 per cent of older patients – *who occupy two-thirds of general hospital beds* – were at risk of becoming malnourished or seeing their health get worse. (*The Sun*)

- Os idosos, um de 75 e outro de 83 anos, *mostrando alguma teimosia e irresponsabilidade*, recusaram-se a deixar o edifício e acompanhar os agentes. [The elderly men, one aged 75 and the other 83, *showing some signs of stubbornness and irresponsibility*, refused to leave the building and accompany the police officers.] (24 Horas)

Mitigation, ridicule, reversal, comparison and division are among the so-called ‘semantic strategies’ (van Dijk, 1991: 190-7), which contribute to conveying unfavourable portrayals of seniors as opposed to favourable portrayals of the young. The first of these categories – mitigation, or excuse – concerns situations in which journalists have to acknowledge obvious wrongdoings committed by carers or relatives of older adults. More often than not, they choose to deny the latter’s responsibility by mitigating or lessening the seriousness of the charge, and by presenting excuses for the (young) subjects who perpetrated the offence:

- [On medical staff’s use of insulting terms for the elderly] Mr Clayton (...) said that *he understood that health workers needed to create a certain detachment from their patients because of the stresses of the job.* (The Times)
- Muitas das situações de maus-tratos aos mais velhos, da violência à negligência, *acontecem por causa do “stress do cuidador”*, constata Paula Guimarães, representante da Rede Internacional de Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas. [Many of the situations involving abuse of the elderly, ranging from violence to neglect, happen because of the “carer’s stress”, Paula Guimarães, representative of the International Network for Prevention of Violence Against Elderly People, holds.] (Público)
- Como é que acha que resiste uma ajudante familiar que *é mal paga, sem formação, que tem dez utentes a cargo, alguns em situação de demência, que começa a distribuir o almoço às 11 da manhã, acaba às quatro da tarde, tem de deixar a marmita, fazer a higiene pessoal, fazer a higiene do quarto?* E ainda era suposto que fizesse alguma interacção com a pessoa. Chega ao último esgotada. [How does a family carer who is *ill-paid, has no training, has ten users to look after, some of whom with an insanity condition, who begins distributing lunch at 11 AM, finishes at 4 PM, has to leave their dinner ready, take care of their hygiene, clean up their room, endure all this?* Plus, she is supposed to do some interacting with them too. By the end of the day she is exhausted.] (Público)

Excusing the culprits of misconduct against the elderly is one side of the problem; the other is to blame the very victims of abuse. This strategy of ‘reversal’, or ‘blaming the victim’, changes the focus of the

piece of news by attributing the guilt to the innocent (elderly) parties, as if they deserved to be the target of abuse. All four extracts, next, put forth negative characteristics of the elderly which are purportedly the cause of other people's ill-treatment. Let it be noted that this, of course, is done cautiously, by means of hedges – like *sometimes* and *seem* – which again suggest the speakers' attempt at not assuming full responsibility for what they claim, possibly due to lack of evidence too:

- They [older people] care a lot about the fate of future generations, and worry greatly about educational standards, global warming and other things that will never affect them personally. *But they sometimes seem to feel rather less compassion towards their contemporaries.* (*The Times*)
- Com empregos das 9 às 5, trânsito engarrafado, crianças para levar e buscar às escolas, as famílias não têm tempo para tratar de idosos acamados ou com necessidades específicas, *sobretudo quando eles pouco ou nada contribuem para a logística familiar.* [Working 9-to-5, facing traffic jams, having children to take to and fetch from school, families have no time to look after seniors who are bed-stricken or have specific needs, *especially when they hardly contribute, if at all, to home logistics.*] (*Público*)
- Se isto [situações de maus-tratos] acontece na família, devemos chamá-la com uma carta registada, com aviso de recepção, confrontá-la: "Temos provas de que a pessoa está a ser maltratada (porque não comeu, porque está escariada...). Precisa da nossa ajuda? É porque não sabe lidar com a situação?" Porque *as pessoas idosas também são complicadas, não são uns anjinhos* e os outros uns demónios. Se a pessoa diz sim, está desesperada, então a instituição deve redobrar o apoio. Se a família se fecha, então deve ser denunciada. [If this [ill-treatment] takes place in the family, we should write them a letter and confront them: "We have proof that the person is being ill-treated (because s/he hasn't eaten, because s/he has chronic pressure sores...) Do you need our help? Do you not know how to handle the situation?" Because *older people are also complicated, they are not angels* whereas the others are demons. If the family says yes, they are desperate, then the institutions should double their support. If the family shuts us out, then we denounce them.] (*Público*)
- O idoso, *que não olhou ao atravessar a passadeira*, foi colhido por um ligeiro de mercadorias. [The elderly man, *who did not look before stepping onto the zebra-crossing*, was run over by a commercial vehicle.] (*24 Horas*)

Nothing is more successfully derogatory than making a certain target look ridiculous. The corpus under analysis abounds in examples of texts that ridicule the elderly. Actually, all four of the papers engage in ageist derision, be it obvious or combined with a condescending

note. In the British articles, ludicrous details concern the seniors' physical decline, their purported childishness and their fading sexual appeal:

- Soon our big businesses will be spoilt for choice as to which tranche of the population they can mercilessly exploit: sullen and ignorant young Britons covered in acne, (...) or, now, *people who watched the Queen's coronation on the shop TV in the high street*. One way or another we will find ourselves required to *shout even louder* in shops, or on the phone to the call centre. Meanwhile, our shops and businesses *will be awash with weak tea and urine, and the pervasive whiff of Werther's Originals*. (*The Times*)
- The former friends' feud – *which echoes the 1993 film Grumpy Old Men* – has seen insults traded, property wrecked and even retired builder Gordon, 69, beating 80-year-old ex-miner Keith unconscious with a pickaxe handle. (*The Sun*)
- An 80-year-old man died after riding on a supermarket trolley *like a schoolboy and yelling "Whee-ee-ee!"* as he shot past startled shoppers. (...) Shoppers who earlier heard *his whoops of joy* said ex-railman Dennis, who had no children, was conscious after the accident *and asked for his hat*. (*The Sun*)
- *Grannies lust after Sawyer*. (...) Lost hunk Josh Holloway is being bombarded with *sexy photos from OAPs*. (*The Sun*)

In the Portuguese corpus, cases of ridicule often involve black humour, with regard to themes as disparate and sombre as death, disease, neglect, and even cannibalism. Scatological and sexual notes are also common material:

- [Funeral em Leiria para idoso que afinal estava vivo.] Uma alegada troca de camas no Serviço de Urgências do hospital de Leiria “matou” um dos pacientes e só duas horas antes do funeral é que a família descobriu que o corpo dentro do caixão era de outra pessoa. [Funeral service for senior who was alive after all. An alleged bed switch at the Emergency Service of the Leiria Hospital ‘killed’ one of the patients, and only two hours before the service did the family discover that the body in the coffin was someone else’s.] (*Público*)
- Por cá, o tema é ainda “quase um tabu”, admite a psicóloga clínica e sexóloga, Ana Carvalheira. “Quando os mais novos imaginam os seus avós a terem sexo, soltam risos e caretas, como se fosse uma coisa patética, no mínimo, difícil de imaginar”, afirma. [Around here, the theme is still ‘almost a taboo’, clinical psychologist and sexologist Ana Carvalheira admits. “When younger people imagine their grandparents having sex, they burst out laughing and making faces, as if it were something pathetic, at least, difficult to imagine”, she declares.] (*Público*)

- O velhote teve alta do hospital com o termómetro ainda enfiado no ânus. [The old fogey was released from hospital with a thermometer stuck into his anus.] (24 Horas)
- Doug Morgan, 75 anos, foi surpreendido pela loucura de Jan Ometak [um canibal eslovaco] e *sofreu literalmente na pele com isso*. O canibal arrancou o dedo polegar de Doug e comeu-o, isto após sovar selvaticamente o idoso. Para *'sobremesa'*, arrancou à dentada um mamilo do senhor. Não satisfeito, Jan Ometak decidiu também saciar-se com pedaços da cara e do tronco da vítima. [Doug Morgan, 75, was suddenly attacked by mad Jan Ometak (a Slovak cannibal) and literally *suffered it in his bones*. The cannibal pulled out Doug's thumb and ate it, but only after having savagely beaten him. For *'dessert'*, he bit out one of the man's nipples. Unsatisfied, Jan Ometak decided to feast on pieces of the victim's face and torso.] (24 Horas)

A quick look at the figures of speech used in the articles will close this discussion. If metaphors do show up in the corpus from time to time (as in *The Times*, where the reporter denounces the existing ageism in British society by saying that "George Hook (...) and Eamon Dunphy have had remarkable success *in swimming against the tide of ageism*"), it is similes that are used more often, as far as rhetorical devices go. Like all the discursive strategies analysed so far, the next three examples also help to construct a negative image of the process of ageing and of aged subjects:

- On retirement, one sort of locks the bikes in the garage and throws away the key. (*The Times*)
- Com a terceira idade, é como se acabassem as pilhas. [With old age, it is as if batteries ran out.] (24 Horas)
- "Aquilo eram tantas queixinhas [por parte dos residentes do lar] que parecia um infantário", relatou a auxiliar. [They (Old People's Home's residents) complained so much that it looked like kindergarten", the carer reported.] (24 Horas)

6. Conclusion

The analysis of the articles from the four newspapers just presented has produced a few major conclusions which, in view of the questions I asked at the outset of this article, require underpinning.

To begin with, the corpus under scrutiny has revealed a range of ideological contradictions, akin to conflicting generational agendas, the most obvious of which is that it provides, sometimes in the same

text, both positive and negative representations of seniors. On the one hand, although more seldom, the elderly are portrayed as a powerful voting group, as “guardians of freedom” and relevant cultural agents, with “a great store of knowledge and skill”, as committed citizens, who stage Parliament rallies, as “reliable” individuals, with a sound outlook on life. On the other hand, nevertheless, older adults are depicted in a negative light – and this adverse representation is so pervasive that it ends up taking the upper hand in terms of the subliminal message of the press, British and Portuguese alike. In this omnipresent view, seniors are defenceless and fragile, ill and deprived, surviving on scanty pensions and depending on flagging benefits, abused at care-homes and neglected in hospitals, dismissed and humiliated by everyone, hopeless, desperate and condemned to a depression-prone end of life.

The second major contradiction which the press voices is that these negative portrayals, whose prevalence gives them the façade of normality and inevitability, are conveyed in a discourse that is officially pro-elderly and ageism-free. In the British case in particular, there is an evident divergence between established norms against age discrimination (cf. Oct. 2006 Age Law) and generalised, even if masked, symptoms of ageism. Even though no such norms have ever been promulgated in Portugal, the Portuguese press also puts across a contradictory message along the same lines as its counterpart's. Indeed, the newspapers of both nationalities outwardly support a pro-elderly posture, for instance by staging politically correct calls for help and affirmative action, all the while disclosing a biased perspective, by selecting news in a prejudiced way and reproducing unfavourable views on seniors, which incite anti-elderly reactions. One of the best pieces of evidence that the press discourse on ageing and aged subjects is contradictory is perhaps its performative character, insofar as by stating what *we* should not do to *them*, we are actually doing it, that is, by condemning certain practices, the press (again, both on the Portuguese and British sides) paradoxically reproduces and reinforces them.

Two final notes on these global contradictions are in order. First, the signs of ageism just pointed out vary in degree and refinement, to such an extent that sometimes the commonsensical nature of the statements makes the reader doubt their prejudice-laden character: it is as though, as Fowler (1991: 110) ventures, some journalists were doing it unconsciously. However, ideology amounts exactly to the “practices which people draw upon without thinking” and which “legitimise unequal power relations” (Fairclough, 2001: 27). In the present case,

this power differential is between the 'young' (fit, robust) majority and the 'old' (feeble, infirm) minority.

Secondly, journalists (or newspapers) can safely curb their ageist skew and put on the appearance of observing official non-discrimination norms by resorting to alternative values, which is the case of 'truth'. As van Dijk (1991: 199) remarks, "the fundamental value of defending the 'truth' can be powerfully applied as a strategic defence move". For instance, it is against the norm (and, in the UK, against the law) to use derogatory terminology to refer to older adults in a newspaper, let alone to insult them, but it is tolerable, qua truthful, to report that other people do so. Likewise, it is against the norm for a reporter to refer to older adults as 'bed-blockers', but s/he can safely write that they occupy two thirds of all hospital beds. Similarly, it is against the norm to state that all elderly people are frail, powerless and ailing, but it is acceptable to recurrently tell stories of elderly people who are indeed frail, powerless and ailing.

In short, the newspaper discourse analysed in the present article discloses a dialectical interaction between anti-ageist principles, which entail a norm of so-called political correctness, and pervasive ageist practices, which surface 'between the lines'. It also confirms the existence of an inter-generational split which disenfranchises the elderly and unites the young (i.e. non-old), thus imposing a 'young agenda'. Because the media sphere of ideological age representation, and of its symbolic reproduction, is in the hands of young elites, the age portrayals which the newspapers convey (be they quality or tabloid specimens) overwhelmingly serve 'young' interests and contribute to maintaining the power differential of the status-quo.

Bibliography

- ASHBURN, G. & GORDON, A. (1981), "Features of a simplified register in speech to elderly conversationalists". *International Journal of Sociolinguistics*, 8, 7-31.
- BUTLER, R. N. (1969), "Age-ism: another form of bigotry". *Gerontologist*, 9, 243-6.
- CARPORAE, L. & CULBERTSON, G. H. (1986), "Verbal response modes of baby talk and other speech at institutions for the aged". *Language and Communication*, 6 (1/2), 99-112.
- COULMAS, Florian (2005), *Sociolinguistics: The Study of Speakers' Choices* (esp. Section 4 "Communication across generations: age as a factor of linguistic choice"). Cambridge: C.U.P.

- COUPLAND, Nikolas, Justine COUPLAND & Howard, GILES (1991), *Language, Society and the Elderly*. Oxford: Blackwell.
- DAHL, Robert A. (1968), "Power". Reprinted as "Power as the Control of Behaviour" in Lukes, Stephen (ed.) (1986), 37-58.
- ERMIDA, Isabel (2007), "Grey Power in the Press: British Media Discourse on the Aged". In: *O Poder das Narrativas e as Narrativas do Poder – Actas do VIII Colóquio de Outono [The Power of Narratives and Narratives of Power – Proceedings of the 8th Autumn Colloquium]*. Braga: University of Minho, pp. 275-302.
- GRAINGER, Karen (2004), "Communication and the Institutionalized Elderly". In: Nussbaum & Coupland (eds.) (2004), 479-497.
- FAIRCLOUGH, Norman (1995), *Media Discourse*. London: Edward Arnold.
- FAIRCLOUGH, Norman (1996), "Critical Discourse Analysis in the 1990's: Challenges and Responses". In: *Discourse Analysis*, ed. Emília Ribeiro Pedro. Lisbon: Colibri, 289-302.
- FAIRCLOUGH, Norman (2001), *Language and Power*. 2nd ed. (1st ed. 1989). London: Longman.
- FAIRCLOUGH, Norman (2003), *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. London-NY: Routledge.
- FOUCAULT, Michel (1976), *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings*. Extract reprinted as "Disciplinary Power and Subjection" in Lukes, Stephen (ed.) (1986), 229-242.
- FOWLER, Roger (1991), *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. London-NY: Routledge.
- HAMILTON, Heidi E. (2001), "Discourse and Aging". In: D. Schiffrin, D. Tannen & H.E. Hamilton (eds.), *The Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell, 568-589.
- HOBBS, Thomas (1651), *Leviathan*. London, New York: Everyman, 1973.
- HOLLADAY, Sherry J. & COOMBS, Timothy W. (2004), "The Political Power of Seniors". In Nussbaum & Coupland (eds.) (2004), 383-406.
- KAID, Lynda Lee & GARNER, Jane (2004), "The Portrayal of Older Adults in Political Advertising". In Nussbaum & Coupland (eds.) (2004), 407-422.
- KEENAN, Edward L. (1972), "Two Kinds of Presuppositions in Natural Language". In: Kasher, Asa (ed.) 1998. *Pragmatics. Critical Concepts*. London and New York: Routledge. Vol. IV, 8-15.
- KEMPER, Susan (1994), "Elderspeak: speech accommodations to older adults". *Aging and Cognition* 1: 17-28.
- KIPARSKY, Paul & Carol (1971), "Fact". In: Steinberg & Jakobovitz (eds.), *Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics, and Psychology*. Cambridge: C.U.P., 345-69.
- KOROLJA, Natascha (2000), "Coherence-inducing strategies in conversations amongst the aged". *Journal of Pragmatics* 32, 425-462.

- LAKOFF, George (1971), "Presupposition and relative well-formedness". In: Steinberg & Jakobovitz (eds.), *Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics, and Psychology*. Cambridge: C.U.P., 329-40.
- LEVIN, J. & LEVIN, W. C. (1980), *Ageism: Prejudice and Discrimination against the Elderly*. Belmont: Wadsworth.
- LUKES, Stephen (1979), "Power and Authority". Reprinted as Chapter 6 of *Moral Conflict and Politics* (1991). Oxford: O.U.P.
- LUKES, Stephen (Ed.) (1986), *Power*. Oxford: Blackwell.
- MARES, M, & CANTOR, J. (1992), "Elderly viewers' responses to televised portrayals of old age: Empathy and mood management versus social comparison". *Communication Research*, 19, 459-478.
- NUSSBAUM, Jon F. & COUPLAND, Justine (Eds.) (2004), *Handbook of Communication and Aging Research*. 2nd ed., London: Lawrence Erlbaum.
- PALMORE, E. (1971), "Attitudes towards aging as shown by humour". *The Gerontologist*, 11, 181-6.
- PECCEI, Jean Stilwell (1999), "Language and Age". In Thomas, Linda & Wareing, Shân (Eds.), (1999), *Language, Society and Power – An Introduction*. London and New York: Routledge, 99-115.
- ROBINSON, James D., Tom SKILL & Jeanine W. TURNER (2004), "Media Usage Patterns and Portrayals of Seniors". In Nussbaum & Coupland (eds.) (2004), 423-450.
- RUSSELL, Bertrand (1938), *Power: A New Social Analysis*. Extract reprinted as "The Forms of Power" in Lukes, Stephen (ed.) (1986), 19-27.
- RYAN, Ellen Bouchard, Mary Lee HUMMERT & Linda H. BOICH (1995), "Communication predicaments of aging: patronizing behaviour toward older adults". *Journal of Language and Social Psychology*, 14, 144-66.
- SELLARS, W. (1954), "Presupposing". *Philosophical Review* 63, 197-215.
- THORNBORROW, Joanna (2002), *Power Talk: Language and Interaction in Institutional Discourse*. London: Longman.
- VAN DIJK, Teun A. (1991), *Racism and the Press*. London & New York: Routledge.
- VAN DIJK, Teun A. (1998), *Ideology*. London: Sage.
- VAN DIJK, Teun A. (2001), "Critical Discourse Analysis". In: D. Schiffrin, D. Tannen & H. E. Hamilton (eds.), *The Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell, 352-371.
- WEBER, Max (1978), *Economy and Society*. Extract reprinted as "Domination by Economic Power and by Authority" in Lukes, Stephen (Ed.) (1986), 28-36.

Being Earnest and Being Polite: Applying Brown & Levinson's Theory to Wilde's Play

NORMA FERREIRA
(Docente na ESTM¹/IPL²)

Resumo

Este artigo baseia-se na aplicação da teoria da cortesia de Brown e Levinson (1987), *Politeness: Some Universals in Language Usage*, à obra *The Importance of Being Earnest*, de Oscar Wilde. Começa por fazer uma descrição da teoria da cortesia ao longo da história; contudo, a análise textual posterior baseia-se, fundamentalmente, no trabalho de Brown e Levinson (1987). Tal como nós, no nosso quotidiano, usamos estratégias discursivas de acordo com quem interagimos e de acordo com os efeitos que queremos causar nos outros, também as personagens desta peça o fazem. E de um modo muito interessante e divertido, dado que se trata de uma comédia de costumes que satiriza os hábitos e a conduta da classe alta da época Vitoriana, escrita com a argúcia própria deste brilhante autor. Em paralelo com um discurso irreverente e até indelicado, encontramos um discurso respeitoso e polido pelas mesmas personagens, essencialmente quando pretendem algo, o que reflecte a hipocrisia e a falsa moralidade desta sociedade ridicularizadas por Oscar Wilde.

Palavras-chave: Politeness theory; face-threatening acts (FTAs); redressive action; bald-on-record; negative politeness; positive politeness; politeness strategies.

¹ Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar.

² Instituto Politécnico de Leiria.

Introduction

A little sincerity is a dangerous thing, and a great deal of it is absolutely fatal. (Oscar Wilde)

In everyday communication, there are several ways to get the things we want, that is, in different social situations we are driven to adjust our use of words to fit the occasion. The theories of the cooperative principle and politeness principle have provided interesting insights into these person-to-person interactions.

This article starts by presenting a theoretical account of the politeness theory throughout history. Goffman, Lakoff and Leech influenced the creation of a politeness theory and contributed to its development. However, this essay focuses mainly on the work of Penelope Brown and Stephen Levinson. *Universals in language usage: politeness phenomena* (1978), reissued in 1987 with a new introduction and revised bibliography as *Politeness: some universals in language usage*, is considered by many the most successful work on linguistic politeness.

The objective of this essay is, therefore, the application of this theoretical issue to a given corpus and the conclusions taken from it. The corpus selected is Oscar Wilde's masterpiece *The Importance of Being Earnest*, a comedy of manners that satirizes Victorian manners and customs, written with a light, witty style, typical of this author. I have chosen this play not only because it is one of my favourites, but also because, in my opinion, it suits the objectives proposed. Actually, it can be an interesting challenge to apply the theory of politeness to a play that concentrates on the necessity of telling lies in order to keep a polite society... polite.

Basically, I aim at analysing the different characters' utterances in terms of Brown and Levinson's theory of politeness, and, bearing in mind the characters' idiosyncrasies, draw some conclusions regarding the way their behaviour affects the plot.

Theories of Politeness

Verbal communication is not only aimed at exchanging information but also at shaping interpersonal relationships. So, speakers make many choices when speaking, including the politeness level of their utterances: "One socialization goal is to learn how to behave politely, linguistically and otherwise" (Kasper, 1990: 193). In other words, being polite means not only showing good manners and consideration

for other people, but it is also related to the way people choose to speak and how the hearers react to their speech:

From a pragmaticist's point of view (...) 'politeness' is the term we use to describe the relationship between how something is said and the addressee's judgement as to how it should be said. Under this definition, a theory of politeness is potentially capable of accounting for pragmatic uses of language, but will always risk being confused with a prescriptive approach to linguistic etiquette. (Grundy, 1995: 139)

Going back in time, one text that influenced the creation of politeness theory was "On Face-Work: an Analysis of Ritual Elements in Social Interaction"³, by Erving Goffman (a Canadian sociologist and writer), first printed in 1955 for the *Psychiatry: Journal for the Study of Interpersonal Processes*, where he first created the term "face". In "On Face-Work", Goffman articulates how people negotiate face in everyday social interaction, that is, he discusses face in reference to how people present themselves in social situations and to the fact that our entire reality is constructed through our social interactions:

The term 'face' may be defined as the positive social value a person effectively claims for himself by the line others assume he has taken during a particular contact. Face is an image of self delineated in terms of approved social attributes – albeit an image that others may share, as when a person makes a good showing for his profession or religion by making a good showing for himself. (Goffman, 1967: 306)

Besides, for Goffman face saving is not just a process of the social actor, but of the audience as well, as face is for him a mask that changes depending on the audience and the social interaction.

Nevertheless, "it was not until the late 1970s that politeness became a major concern in pragmatics" (Kasper, 1990: 193). First, with Robin Lakoff and Geoffrey Leech.

Robin Lakoff is a professor of linguistics at the University of California, Berkeley, whose writings have become the basis for much research on the subject of women's language. She also developed the 'Politeness Principle': "Lakoff (1973) was the first to adopt Grice's construct of Conversational Principles in an effort to account for politeness" (Fraser, 1990: 123). She devised three maxims that are usually followed in interaction, which are: don't impose, give the

³ In *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*, Doubleday, Anchor Books, 1967.

receiver options and make the receiver feel good. Clearly, each of these is oriented to make the hearer 'feel good'. Moreover, Lakoff "distinguishes three kinds of politeness: polite behaviour, (...) non-polite behaviour, (...) and rude behaviour" (Kasper, 1990: 208).

According to Geoffrey Leech, there is a politeness principle with conversational maxims similar to those formulated by Paul Grice (a British-educated philosopher of language who spent the final two decades of his career in the U.S. and whose work is one of the foundations of the modern study of pragmatics). Hence, Leech "proposes six maxims deriving from his Politeness Principle, each associated with specific types of illocutionary acts" (Kasper, 1990: 197). His series of maxims are a way of explaining how politeness operates in conversational exchanges: "Apart from the Tact Maxim, there are a number of maxims dealing with polite behaviour" (Leech, 1983: 131). These other maxims are the Generosity maxim; the Approbation maxim; the Modesty maxim; the Agreement maxim; and the Sympathy maxim. He also gives an account for Negative and Positive Politeness: "Negative Politeness (...) consists in minimizing the impoliteness of impolite illocutions, while Positive Politeness consists in maximizing the politeness of polite illocutions" (*idem*: 80).

According to Grundy (1995) and many other authors, the most successfully elaborated work on linguistic politeness is Brown and Levinson's. For them, politeness is defined as "redressive action taken to counterbalance the disruptive effect of face-threatening acts (FTAs)" (Kasper, 1990: 194). That is, they suggest that in most encounters our face is put at risk, so, when we perform such actions they are typically accompanied with redressive language to compensate for the threat to face.

Adapted from Goffman (mentioned earlier in this work), their concept of face is linked with "notions of being embarrassed or humiliated, or 'losing face'" (B&L, 1987: 61) and defined as "the public self-image that every member [of a society] wants to claim for himself" (*ibidem*). According to them, face is something that can be lost, maintain, or enhanced, and any threat to face must be continually monitored during an interaction. And, since face is so vulnerable, and since most participants will defend their face if threatened, the assumption is that it is generally in everyone's best interest to maintain each other's face and to act in such ways that others are made aware that this is one's intention.

Brown and Levinson characterize two types of face in terms of participant wants: negative face – "the want of every 'competent adult member' that his actions be unimpeded by others", and positive face –

“the want of every member that his wants be desirable to at least some others”. (*idem*: 62) In other words, negative face is the desire to be autonomous and not to impinge on the other person whereas positive face is the desire to be liked and appreciated.

As said above, Brown and Levinson argue that in human communication, either spoken or written, people tend to maintain one another's face continuously. In everyday conversation we adapt our discourse to different situations. For instance, we avoid being too formal when talking to our friends, in fact, among friends we say things that would seem impolite or even rude among strangers. The fact is that we try to avoid making the hearer embarrassed or uncomfortable, being s/he a friend or a stranger. Face-threatening acts (FTAs) are acts that menace the hearers' need to maintain his/her self-esteem, and be respected: “certain kinds of acts intrinsically threaten face, namely those acts that by their nature run contrary to the face wants of the addressee and /or of the speaker.” (*idem*: 65)

Politeness strategies are developed in order to deal with these FTAs: “any rational agent will seek to avoid these face-threatening acts, or will employ certain strategies to minimize the threat.” (*idem*: 68) Brown and Levinson sum up human politeness behaviour in four strategies: bald on record, negative politeness, positive politeness, and off record indirect strategies. The first three are ‘on-record’ strategies, meaning that “it is clear to participants what communicative intention led the actor to do A [the action]” (*idem*: 68). On the contrary, if a person does an action off-record “there is more than one unambiguously attributable intention so that the actor cannot be held to have committed himself to one particular intent” (*idem*: 69). That is, the off-record strategy uses indirect language and requires a more complicated inference because it may allow the act to have more than one interpretation. It consists of all types of hints, insinuations and metaphors. An example of an off-record strategy is: “It's so hot, it makes you really thirsty.” In this case, one is trying to avoid the direct FTA of asking for a drink. Instead, one would prefer it to be offered by the hearer, once s/he perceives one's wish.

Moreover, Brown & Levinson divide the on-record strategies into two categories: with or without redressive action:

By redressive action we mean action that ‘gives face’ to the addressee, that is, that attempts to counteract the potential face damage of the FTA by doing it in such a way, or with such modifications or additions, that indicate clearly that no such face threat is intended or desired (...). (*Idem*: 70)

The 'bald-on-record' strategy does nothing to minimize threats to the hearer's face: "Doing an act baldly, without redress, involves doing it in the most direct, clear, unambiguous and concise way possible" (*idem*: 69) For example: "Give me those!".

The 'positive politeness' strategy shows you recognize that your hearer has a desire to be respected. It also confirms that the relationship is friendly and expresses group reciprocity: "Positive politeness is oriented toward the positive face of H [the hearer], the positive self-image that he claims for himself" (*idem*: 70). The three broad strategies of positive politeness according to Brown & Levinson are: claiming common ground, which divides into eight sub-strategies⁴; conveying cooperation, which divides into six sub-strategies⁵; and fulfilling the hearer's wants by giving gifts to him or her, which can be goods, sympathy, understanding, cooperation... (*idem*: 102). One example of positive politeness is: "So, when are you coming to see us?" (in which there is a strategy of assuming agreement).

The 'negative politeness' strategy recognizes the hearer's face, but it also recognizes that you are in some way imposing on them, and the potential for awkwardness or embarrassment is greater than in bald-on-record and positive politeness strategies: "Negative politeness, on the other hand, is oriented mainly toward partially satisfying (redressing) H's negative face, his basic want to maintain claims of territory and self-determination" (*idem*: 70). According to Brown and Levinson there are ten negative politeness strategies: be conventionally direct; question/hedge; be pessimistic; minimize imposition; give deference; apologize; impersonalize; state the FTA as a general rule; nominalize; and go on record as incurring a debt, or as not indebting H (*idem*: 131). One example of negative politeness is: "I just want to ask you if I could use your computer" (in which there is a strategy of minimizing imposition – so that the hearer doesn't feel constrained or inhibited).

Once the off-record strategy has already been pointed out, the last strategy is not performing the FTA at all. So, the question is not only 'how should I perform the FTA?' but also if I should perform it.

⁴ Notice/attend to hearer's wants; exaggerate interest/approval/sympathy; intensify interest; use in-group identity markers; seek agreement; avoid disagreement; presuppose/raise/assert common ground; joke.

⁵ Assert/presuppose knowledge of hearer's wants; offer/promise; be optimistic; give (or ask for) reasons; assume/assert reciprocity; include speaker and hearer in the activity.

The most important point about B&L's five strategies is that they are ranked from [1], which has no linguistically encoded compensation, through a sequence of escalating politeness strategies to [5], where the face threat is too great to be compensated for by any language formula so that the most appropriate politeness strategy is not to do the act. (Grundy, 1995: 135)

One challenging line of criticism of Brown & Levinson's model is that the politeness usage they describe is not universal. In fact, the claim to universality has been contested by researchers studying politeness in non-Western societies, although occidental cultures too are far from homogeneous: "We need to distinguish cross-culturally variable estimates of power, distance, and imposition from the strategies and linguistic representations which a universal account of politeness would need to capture"⁶ (*idem*: 128). However, Grundy concedes that

what is really important about their work is that their approach is potentially capable of accounting not only for pragmatic uses of language but maybe also even for the more abstract notion of pragmatic usage, i.e. it might form the basis of a pragmatic grammar. (*ibidem*)

Some authors, like Bruce Fraser (1990: 219-220), also talk about lack of consistency regarding what politeness is, and stress that Brown and Levinson don't even give a definition of politeness in the entire book. In fact, and according to Fraser, "pessimists (...) take the position that while we all know polite behaviour when we see it, we will never be able to speak definitely about it" (*idem*: 235).

Textual analysis: Politeness strategies in Wilde's characters

The Importance of Being Earnest is a comedy of manners on the seriousness of society written by Oscar Wilde, a well-known playwright, poet, essayist and wit. The play treats humorously serious issues and conflicts that existed within Victorian Society (marriage and courtship, sexual double standards, the class structure, money

⁶ "It was originally proposed by Brown and Levinson that the weightiness of FTAs, and hence the degree of politeness investment, was computable by adding the values of social power, social distance and degree of imposition involved in the FTA." (Grundy, 1995: 201)

and property, attitudes towards illness and death, politics, and even food). Nevertheless, in this play Wilde is principally concerned with the difference between conventional and actual manners and morality. This brings us to the title which relies on “Ernest” and “earnest” being homophones in English, a clever play on words. After all, while the title suggests that sincerity (earnestness) will be the rule of the day, the plot focuses on the telling of (white) lies. Each of the play’s aristocrats (Jack, Algernon, Gwendolen, Cecily, and Lady Bracknell) contributes to this moral decay, the “shallow mask of manner,” as Cecily calls it, that aristocratic Victorians wore.

Algernon Moncrieff and Jack Worthing

The plot revolves around two men in Edwardian England, Algernon (Algy) Moncrieff and John (Jack) Worthing. To avoid family duties, Algernon, a bachelor who lives in town, has invented Bunbury, a sick relative who frequently calls him away. His friend Jack has invented a wicked brother called Ernest to disguise his own misdemeanours and go to town whenever he wants to. Although both friends lead double lives, they are different characters or perhaps, they look like two different characters from the outside. Jack Worthing is a seemingly responsible and respectable young man who represents conventional Victorian values: he wants others to think he is an honourable and respectable man, but he breaks these very notions hypocritically. In fact, he uses Ernest, his alter-ego, to keep his worthy image intact, because Ernest enables Jack to escape from real life and act as he wouldn’t dare under his real identity.

On the other hand, Algernon is witty, selfish, amoral, and makes wonderful paradoxical and epigrammatic assertions. He is closer to the figure of the dandy (a man who pays excessive attention to his appearance) than any other character in the play, and we can say that Algernon is actually a promoter of aestheticism and a substitute for Wilde himself. Although he appears to obey propriety, he has no moral convictions at all, and regards life as something to be lived intensely, following an ideal of beauty.

But, despite these differences in character, their use of politeness strategies is very similar. When talking to each other they are direct (bald-on-record) although they use some in-group identity markers to address each other frequently, which, in my opinion, make their

speech look artificial. As said earlier in this work, the use of in-group identity markers is used to produce positive politeness utterances. These same utterances as well as the negative politeness ones are also used by both characters when they want something from each other.

Examples of these strategies used by Algernon are: "How are you, my dear Ernest?" (Wilde, 1994: 8) – notice/attend to the hearer + in-group identity marker (Positive Politeness); "My dear fellow, the way you flirt with Gwendolen is perfectly disgraceful. It is almost as bad as the way Gwendolen flirts with you." (*idem*: 9) – besides the in-group identity marker, which seems to counterbalance what he is saying afterwards, this seems like a bald-on-record strategy (in other words, an FTA performed in a direct and concise way without redressive action.). Other clear examples of bald-on-record passages are: "What a fearful liar you are, Jack. I have not been called to town at all" (*idem*: 38). And: "Well, I don't like your clothes. You look perfectly ridiculous on them. [...] I never saw anybody take so long to dress, and with such little result" (*ibidem*).

A clear example of Negative Politeness takes place when Algernon gives deference, because he is interested in something and so treats his friend with great respect: "I'll reveal to you the meaning of that incomparable expression as soon as you are kind enough to inform me why you are Ernest in town and Jack in the country" (*idem*: 12). Another example of interest or even 'blackmail' is shown in this use of a Negative Politeness strategy, by mitigating imposition, addressing Jack's negative face wants: "Now, if I get her out of the way for ten minutes, so that you can have an opportunity for proposing to Gwendolen, may I dine with you tonight at Willis's?" (*idem*: 14).

Jack uses the same strategies in a similar way. He exaggerates (Positive Politeness), as in the expression: "How perfectly delightful!" (*idem*: 9) after Algy tells him that Aunt Augusta and Gwendolen are coming to tea, which interests him a great deal; he minimizes the imposition in "I simply want my cigarette case back" (*idem*: 11) -he is again interested in something, thus he continues doing the act with redressive action so that no face is threatened, this time using a Negative Politeness strategy; and he is direct several times: "Well, produce my cigarette case first." (*idem*: 12), "You are not going to be invited" (*ibidem*); "You young scoundrel, Algy, you must get out of this place as soon as possible. I don't allow any burburying here." (*idem*: 37); "Your vanity is ridiculous, your conduct an outrage, and your presence in my garden utterly absurd" (*idem*: 39) - doing the act without redressive action (bald-on-record).

Concluding, when talking to each other both Algernon and Jack do the act with redressive action when they have interest in getting something, and without redressive action in their usual speech with each other, or when they want to affect or ridicule one another.

Yet, both Algernon and Jack use different discourse strategies when talking to Lady Bracknell (Algernon's aunt), which is completely understandable not only because she is an older woman but due to the fact that both want her approval. However, I will not consider Algernon's white lies as having the objective of avoiding and damaging the hearer's face. From my point of view, they are pure deceit... But let us verify the examples of Positive and Negative politeness in their speech when talking to Aunt Augusta (Lady Bracknell): "I am greatly distressed, Aunt Augusta, about there being no cucumbers, not even for ready money" (*idem*: 15). Here, besides telling a lie, Algy seems to be exaggerating, at the same time as he seems to be attending to the hearer, so I consider this as an example of Positive politeness. Afterwards, he appears to engage in her small talk/gossip about Lady Harbury: "I hear her hair has turned quite gold from grief" (*ibidem*); Algernon proceeds with the talk using a kind of apology and showing respect/deference: "I am afraid, Aunt Augusta, I shall have to give up the pleasure of dining with you tonight after all" (*idem*: 16). And he continues this type of discourse using Negative Politeness with the following exaggeration: "It is a great bore, and, I need hardly say, a terrible disappointment to me, [...]" (*ibidem*).

Jack also uses a discourse of deference and apology – strategies of negative politeness – when talking to this lady: "I beg your pardon for interrupting you, Lady Bracknell, but this engagement is quite out of the question" (*idem*: 60); "It pains me very much to have to speak frankly to you, Lady Bracknell, about your nephew, but the fact is that I do not approve at all of his moral character." (*ibidem*); "Pray excuse me, Lady Bracknell, for interrupting you again, [...]" (*idem*: 61).

This means that both characters use the strategy of redressive action by claiming common ground, conveying cooperation or minimising the imposition by attempting to soften it when talking to Lady Bracknell. In other words, they are complimentary and gracious to her at the same time as they try to mitigate any sort of imposition just because they want to be in her good graces.

Lady Bracknell

Lady Bracknell is Algernon's arrogant, materialistic, narrow-minded and authoritarian aunt and Gwendolen's mother. Lady Bracknell makes humorous pronouncements and hilarious statements which have a tremendous impact on the reader (not to mention the audience). In fact, Wilde manages to satirize the hypocrisy and stupidity of the British aristocracy through her, more than through any other character.

Bearing in mind her character profile, the conclusions were not a surprise in terms of politeness strategies used. She uses bald-on-record sometimes, when talking to her daughter Gwendolen, Miss Prism and occasionally to Algy, people to whom she feels superior and so not very interested in minimizing the FTAs, so I believe. However, most of the time she uses Positive and Negative Politeness strategies, not because she wants to counteract or soften the FTA, but because she is a hypocrite. Examples of bald-on-record are: "Gwendolen, you will accompany me" (*idem*: 17); "Come here. Sit down. Sit down immediately." (*idem*: 56); "Prism! Come here, Prism! Prism! Where is that baby?" (*idem*: 63).

I shall proceed with examples in which she uses redressive action to do the acts. The first quotation shows negative and positive politeness strategies, negative in the opening apology and positive in the gossip/small talk that follows (presuppose a common ground): "I'm sorry if we are a little late, Algernon, but I was obliged to call on dear Lady Harbury. I hadn't been there since her poor husband's death. I never saw a woman so altered; she looks quite twenty years younger [...]" (*idem*: 15). Again positive and negative politeness, the first by the in-group marker and the second by being conventionally direct: "Good afternoon, dear Algernon. I hope you are behaving very well" (*ibidem*). More examples of Negative Politeness are: "Won't you come and sit here, Gwendolen?" (*ibidem*) – in which there is a disguised order that constrains and inhibits Gwendolen's autonomy and self-determination; and "Mr. Worthing, is Miss Cardew at all connected with any of the larger railway stations in London? I merely desire information" (*idem*: 57) – in which there is a strategy of minimizing the imposition and, at the same time, some pretence. An example of Positive politeness is: "Miss Cardew seems to me a most attractive young lady, now that I look at her. Few girls of the present day have any really solid qualities, any of the qualities that last, and improve with time. We live, I regret to say, in an age of surfaces." (*idem*: 58) – showing exaggeration/hypocrisy.

Cecily Cardew and Gwendolen Fairfax

Cecily Cardew, Jack's ward, is obsessed with the name Ernest. Like Algernon and Jack, she has enormous imaginative capacities. In fact, she has invented her romance with Ernest in such an elaborated way, that we can say that her charm lies in her ingenuity and fantasist capacity. Although brought up in a natural and less sophisticated environment than Gwendolen, Cecily also regards appearances and style as very important matters.

Gwendolen Fairfax, Algernon's cousin and Lady Bracknell's daughter, is in love with Jack, whom she knows as Ernest. Just like her mother, Gwendolen speaks with categorical authority on matters of taste and morality. Smart, persistent, cosmopolitan, sophisticated and entirely pretentious, she is a model and arbiter of high fashion and society, suggesting the qualities of conventional Victorian womanhood. Actually, she gives Wilde the opportunity to satirize marriage and courtship, and discuss the absurdities of life due to her pronouncements on trivialities and her many contradictions. Gwendolen is also fixated on the name Ernest and says she will not marry a man without that name, an obsession that shows the preoccupation of the Victorian middle- and upper-middle classes with the appearance of honour and virtue.

Thus, as women of high society, sophisticated and intellectual, they use redressive action in their discourse, although the subject of their conversations is trivial and superficial. Examples of Positive and Negative politeness are: "Thanks, mamma, I'm quite comfortable where I am" (*idem*: 15), says Gwendolen after her mother has asked her to come and sit near her. This way, she avoids disagreement by saying this instead of a plain 'no' (Positive Politeness). After an interesting argument between Cecily and Gwendolen, due to the mistaken identities of their lovers, the confusion is cleared up and they take the same side. This will convey a discourse of cooperation and claim of common ground, for example: "Let us preserve a dignified silence." (*idem*: 54) – including both speaker and hearer in the action; "But we will not be the first to speak." (*ibidem*) – inclusive 'we' – "Then you think we should forgive them?" (*idem*: 55); "That certainly seems a satisfactory explanation, does it not?" (*ibidem*) – seeking agreement.

Miss Prism and Dr. Chasuble

Miss Prism is Cecily's puritan and severe governess. She also seems to have a softer side and has romantic feelings for Dr. Chasuble who is the rector in Jack's estate and also has romantic feelings for Miss Prism.

Bearing in mind the feelings they have for each other, it comes as no surprise that they notice and attend to each other: "And how are we this morning? Miss Prism, you are, I trust, well?" (*idem*: 30); "You are too much alone, dear Dr. Chasuble. You should get married. [...]" (*idem*: 33). The fact of being a reverend also influences Dr. Chasuble's discourse. Examples of deference are frequent, for instance, when he expresses condolences as Jack appears dressed in mourning with an air of tragedy, and explains he has returned earlier than expected owing to the death of Ernest, his (invented) brother: "Dear Mr. Worthing, I trust this grab of woe does not betoken some terrible calamity?" (*idem*: 34); "And now, dear Mr. Worthing, I will not intrude any longer into a house of sorrow. I would merely beg you not to be too much bowed down by grief." (*idem*: 36) – in which he shows high esteem and respect.

Conclusion

This analysis has allowed me to study some utterances of this play's characters and how they interact with each other in terms of Brown and Levinson's theory of politeness. By doing so, I drew some conclusions about the strategies they use in order to be, or not to be, polite.

Once the corpus used is a delightful comedy of manners about the English upper class in the late nineteenth century, and Oscar Wilde satirizes the conduct and fashions of this particular social set, it was not a surprise to verify that most characters use positive and negative politeness in their utterances. I say this because seriousness, arrogance, self-righteousness, and sense of duty were characteristics of Victorian society, constraints which encouraged hypocrisy and false morality. Thus, the characters avoid being rude and impolite in their speech, using redressive language to compensate for the threat to face, mainly to the ones they want to benefit from. Yet, they are also direct and bald-on-record when talking with each other showing an improper

behaviour, and are most of the time very irreverent. Indeed, one of the many paradoxes in the play.

Bearing in mind my initial objectives, I believe they were accomplished. The knowledge of the play, that is, my understanding of both the characters and the plot, helps to explain its language, in much the same way as its language helps to understand and confirm my comprehension of the play, mainly because much of *The Importance of Being Earnest's* comic potential stems from the eccentricity of the characters' discourse. By the way, another interesting complementary analysis would be the study of humour in this text, as a counter example of the theory of politeness.

Works Cited

- BROWN, Penelope & LEVINSON, Stephen (1987), *Politeness: Some Universals of Language Usage*, Cambridge: C.U.P., 1st ed. 1978.
- FRASER, Bruce, (1990), "Perspectives on Politeness" in Blum-Kulka, Shoshana & Kasper, Gabrielle (Eds.) *Journal of Pragmatics* 14/2 (Special Issue on Politeness).
- GOFFMAN, Erving (1967), "On Face-Work: an analysis of ritual elements in social interaction", in Jaworski, Adam & Coupland Nikolas (Eds.) (1999), *The Discourse Reader*, London and New York: Routledge.
- GRUNDY, Peter (1995), *Doing Pragmatics*, London: Edward Arnold.127-140.
- KASPER, Gabriele, "Linguistic Politeness: Current Research Issues" in Blum-Kulka, Shoshana & Kasper, Gabrielle (Eds.) (1990), *Journal of Pragmatics* 14/2 (Special Issue on Politeness).
- LEECH, Geoffrey (1983), *Principles of Pragmatics*, London and New York: Longman.
- WILDE, Oscar (1994), *The Importance of Being Earnest*, London: Penguin Books.

Some Notes on Inter-Arboreal Head Movement: a response to Barrie (2006)

MAXIMILIANO GUIMARÃES
(Universidade Federal do Paraná)

Resumo

The main goal of this paper is to respond to Barrie's (2006) objections to the idea that head movement involves head-to-head adjunction through inter-arboreal copy+merge, along the lines of Uriagereka (1998), Bobaljik/Brown (1997), Guimarães (1998), and Nunes (2004). Throughout the paper, I discuss some technical notions behind the concept of head movement, and reflect upon their consequences. In this context, the notion of Extension plays a crucial role. Special attention is paid to the inner workings of inter-arboreal head movement, viz-a-viz Barrie's (2006) criticism against that approach. Eventually, I arrive at the conclusion that nothing in Barrie's argumentation represents a real challenge to the hypothesis of inter-arboreal head movement.

Palavras-chave: Head Movement, Extension Requirement, Inter-Arboreal Movement, Lookahead.

0. Introduction

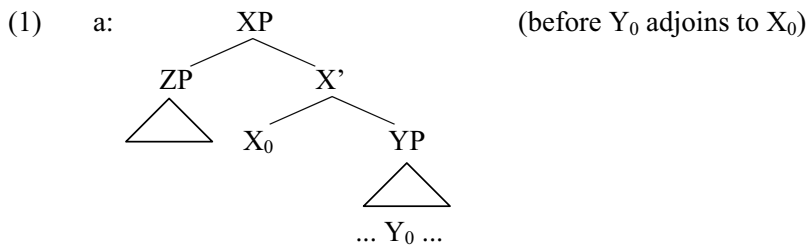
This paper deals with issues related to the formalization of head movement. For the most part, it consists of a response to Barrie's (2006) objections to the technical implementation of head chains in terms of inter-arboreal movement (Uriagereka, 1998; Bobaljik/Brown, 1997; Guimarães, 1998; Nunes, 2004). In section 1, the starting point is the acknowledgement that there is a conflict between the *Extension Requirement* (Chomsky, 1993, 1995; Watanabe, 1995) and the traditional concept of head-to-head adjunction, where the moving element targets a node that is already integrated in a larger phrase

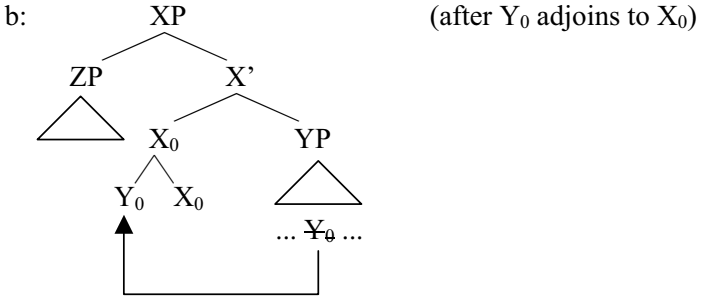
marker. In section 2, I distinguish three possible takes on the issue: (i) the one denying Extension; (ii) the one denying head-to-head adjunction; and (iii) the one attempting to reconcile both. Then, I focus on the inter-arboreal approach to head movement, according to which heads systematically move across distinct and unconnected phrase markers, obeying Extension at all steps of a derivation that eventually yields a representation where head movement is represented just like in standard GB analyses. In section 4, I discuss in detail each of the strong objections raised by Barrie (2006) to the inter-arboreal approach (and to head-to-head adjunction in general), and I argue that none of his arguments stands upon closer scrutiny. The discussion mostly deals with issues related to the role played by the adjunction/substitution distinction, and to derivational lookahead issues. Section 4 concludes the paper.

1. Head-to-Head Movement and the Extension Requirement

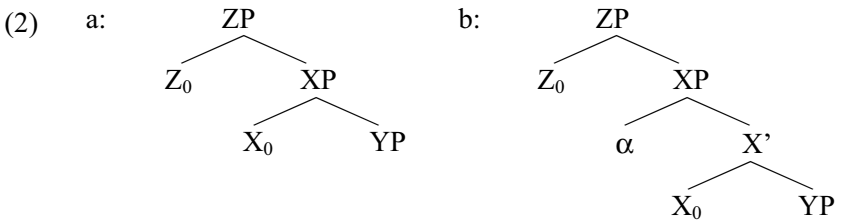
The idea that the syntax of natural languages involves head-to-head movement has been in the mainstream of the Generative-Transformational framework for decades. I think it is not an exaggeration to say that, through the whole GB era, the existence of head-to-head movement (constrained by a locality condition known as the *Head Movement Constraint* (cf. Travis, 1984)) was pretty much as consensual as the X'-theoretical assumption that every phrase has one and only one head.

The standard way of conceiving head-to-head movement is as illustrated in (1) below, where the moving head adjoins to the closest head c-commanding it, therefore creating a two-segmented category for that hosting head.



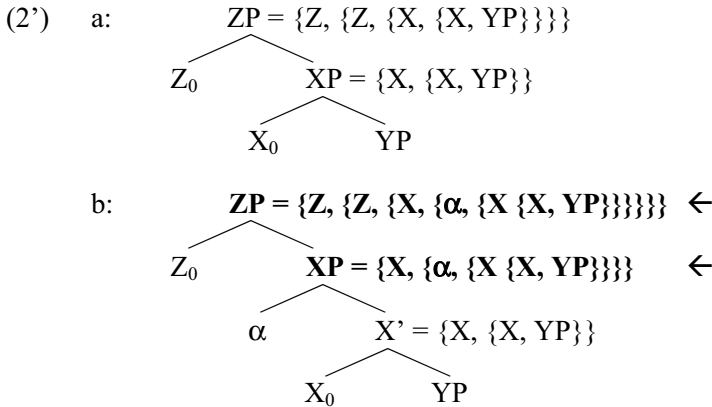


Along with the *Minimalist Program for Linguistic Theory* (cf. Chomsky, 1993, 1995, 2000; Uriagereka, 1998, 2002; Martin/Uriagereka, 2000; Hornstein, 2001: chapter 1; Lasnik/Uriagereka, 2005; Boeckx, 2006; *inter alia*), and, especially, along with the *Bare Phrase Structure* (BPS) approach to constituency (Chomsky, 1994, 1995: chapter 4), came the hypothesis that the basic structure-building mechanisms of natural language syntax are constrained by the *Extension Requirement*, a condition that prevents any two syntactic objects α and β from merging together if either one is already dominated by some constituent, hence a subpart of a larger phrase marker,¹ as in the arguably illegitimate derivational path in (2), where, from the first to the second stage, α is integrated to the structure by being ‘tucked-in’ inside the category XP, which was already ‘closed off’ at that point (cf. Chomsky, 1995: 248; 2000: 133-138; Watanabe, 1995).



¹ In the case of *Move* (recently conceived as *Internal Merge*, after Chomsky (2001)), the moving element is always already dominated by further material. However, by the standard approach, it is its copy that merges with the root node containing the c-commanding attracting head. And, at the point the copy is just created, its highest node also qualifies as a root node.

As argued by Watanabe (1995), the rationale behind the *Extension Requirement* is that it forces syntactic derivations to be monotonic, so that, at any derivational step, when new/larger structure is created by combining old/smaller pieces of structure, every constituent built in previous derivational steps is fully preserved. New constituents are created, but no old constituent is destroyed. Intuitively speaking, why bother building a constituent at one point if it will be destroyed later? Therefore, this monotonicity appears to be part of optimal design, given minimalist *desiderata*. Extension might, then, be taken as a trivial way of instantiating the general condition of Derivational Economy. Let us consider (2) again, letting the set-theoretical/BPS notation highlight its relevant formal properties.



The moment XP has its internal structure affected, its original structural description changes from $\{\text{X}, \{\text{X}, \text{YP}\}\}$ to $\{\text{X}, \{\alpha, \{\text{X}, \{\text{X}, \text{YP}\}\}\}\}$, which means that the structural description of ZP (i.e. $\{\text{Z}, \{\text{Z}, \{\text{X}, \{\text{X}, \text{YP}\}\}\}\}$) must be overwritten as $\{\text{Z}, \{\text{Z}, \{\text{X}, \{\alpha, \{\text{X}, \{\text{X}, \text{YP}\}\}\}\}\}\}$, the same being true of any constituent that might dominate/contain ZP.

In a nutshell, if merge applies only at the root, then every bit of structure built at any point is guaranteed to be in the final output (= LF). If merge applies 'within' a phrase marker, then constituency must be redefined for every node dominating the element recently integrated to the phrase marker.²

² According to Chomsky ([1993] 1995: 190), aside from this conceptual argument, the *Extension Requirement* is also motivated on empirical grounds, as it seems to be a

Attractive as this approach is, reformulating the whole theory along these lines is not straightforward, as there are at least two instances of structure-building mechanisms which, at first, seem to violate the Extension Requirement by their very definitions. One of them is covert movement, and the other one is head-to-head movement. In both cases, the operation arguably takes place within the phrase marker, rearranging its internal configuration, repositioning certain subparts of the overall structure by ‘tucking in’ the moving element below a node that was already built, and already integrated into the global structure.

This was explicitly acknowledged by Chomsky ([1993] 1995: 191). Along with the Extension Requirement itself, he introduced a stipulation that weakens the general constraint on structure-building, simply by taking for granted that the two cases just mentioned are exceptions. In his own words: “the *Extension Requirement* holds only for substitution in overt syntax.” This is certainly a statement of the problem, rather than a proposal of a consistent formalism. At any rate,

crucial mechanism to block the overgeneration of structures with violations of locality conditions on movement, such as (ii-b), which arguably loses the competition against the alternative (ii-a) as a possible continuation of the derivational step in (i).

- i: [^{CP} WH₁ C [^{IP} ... WH₁ [... WH₂ ...]]]
 ii-a: ✓ [^{CP} WH₁ C [^{IP} ... t₁ [... WH₂ ...]]]
 ii-b: * [^{CP} WH₂ C [^{IP} ... WH₁ [... t₂ ...]]]

Chomsky’s argument is that, without the *Extension Requirement*, nothing could prevent (i) from being built as in (i’), where the highest WH is not yet integrated into the phrase marker. Consequently, WH₂, being the only WH in the input to *Move*, would be the highest one, hence the one closer to the target spec/CP position, which wrongly predicts that, at step (ii’), WH₂ could move to spec/CP without violating *Shortest Move*, since WH₁ is not there yet as an intervener, being inserted only at step (iii’), yielding a structure identical to (ii-b), which is known to be impossible.

- i’: [^{CP} WH₁ C [^{IP} ... WH₁ [... WH₂ ...]]]
 ii’: [^{CP} WH₁ C [^{IP} ... t [... WH₂ ...]]]
 iii’: [^{CP} WH₂ C [^{IP} ... WH₁ [... t₂ ...]]]

Chomsky’s reasoning may very well be on the right track. However, we should not take premature conclusions based on it, since it rests on the assumption that the locality constraints on movement (i.e. *Relativized Minimality*) are prohibitions against long movements *qua* derivational steps (i.e. *Shortest Move Condition*). But, in principle, *Relativized Minimality* can be stated as a prohibition against long movements *qua* representations containing chains whose links are in a configuration where there is an intervening element of the relevant sort in between them (i.e. *Minimal Link Condition*). In the absence of a decisive argument against the second approach, the arguably ungrammatical structure (ii-b) can be ruled out without recourse to the *Extension Requirement* (cf. Guimarães, 2007 for discussion).

it clearly pinpoints what kind of 'homework' theoreticians have to do in order to achieve such consistency.

Of course, one way to approach this issue is to argue that the conceptual arguments and the empirical evidence presented in favor of the Extension Requirement are misguided to begin with, in which case no tension exists with regards to head-to-head adjunction or covert movement because the Extension Requirement wouldn't exist in the first place. That is a logical possibility which I will set aside in this paper. Obviously, defending such possibility demands extensive argumentation for it, showing that a model without the Extension Requirement is conceptually sound and empirically motivated. On this matter, I refer the reader to Phillips (1996, 2003), Drury (1998a, 1998b, 1999, 2005), Guimarães (1999, 2001, 2004, 2007), Boeckx (1999), Castillo/Uriagereka (2000), Chomsky (2000: 135-138), and Richards (2002).

On the other hand, adhering to the basic line of argumentation that the Extension Requirement plays a key role in UG involves rethinking both covert movement and head-to-head adjunction, in such a way that neither structure-building mechanism violates the Extension Requirement, in the relevant sense, or, alternatively, that the violation exists but the grammaticality of the relevant structures, despite such violation, is somehow explained away in a principled manner.

As for covert movement, I will leave the issue of how it can be reconceived in a way that is compatible with the Extension Requirement. Relevant discussion on the matter is found in Groat/O'Neil (1996), Guimarães (1998: 75-78), Nunes (2004: 152-154), Hornstein/Nunes/Grohmann (2005: 302-328), among others.

As for head movement, there are three basic lines of thought.

The apparently inescapable conflict lead some researchers to assume that head-to-head adjunction, as traditionally understood, does not exist. Chomsky (2000: 146, note 68), for instance, suggests that head adjunction is not part of the syntactic computation from the Numeration to LF, being rather an operation of the PF-component.

On a second type of approach, head-to-head adjunction, as traditionally understood, would also be impossible, with its effects being derived in terms of (remnant) movement of a maximal projection containing the relevant head. This is essentially what has been proposed by many researchers, such as Koopman/Szabolcsi (2000), Baltin (2001), Mahajan (2001, 2003), Müller (2004), and Barrie (2006), among others (cf. further references cited by these authors). This is an interesting logical possibility that should be appreciated in all its

virtues and problems both conceptually and empirically. Discussing it is outside the scope of this paper. Therefore, on this matter, I refer the reader to the works just cited, as well as to Lechner (2007) and Wiland (2008), who offer skeptical criticisms of that family of proposals.

The third approach consists of rethinking head-to-head adjunction in such a way that the resulting representation is the same as in the standard GB view (cf. (1b) above), derived by means of movement across unconnected phrase-markers, so that the Extension Requirement is satisfied at all steps. To the best of my knowledge, the first proposal along these lines was the one by Uriagereka (1998), seconded by Bobaljik/Brown (1997), and further revised by many others (e.g. Guimarães, 1998: 45-47; Nunes, 2004: 151-152; *inter alia*).³ In the remainder of this paper, I will discuss some potential weaknesses of this approach, focusing on Barrie's (2006) skeptical criticism against it.

2. Inter-arboreal Head-to-Head Movement

In the context of aiming to achieve a syntactic theory where the apparent conflict between head-movement and the Extension Requirement, Uriagereka (1998: 311-312) proposes that head-to-head adjunction is 'paracyclic',^{4/5} in the sense of obeying the *Extension Requirement on Merge/Move*.⁶

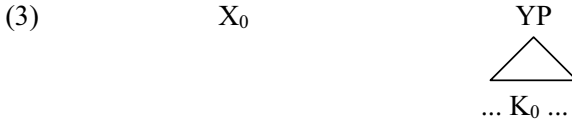
³ The actual chronology within this family of proposals is not transparent from the publication dates of the works. Uriagereka (1998) is a long book written in between 1994 and 1997. The basic idea of inter-arboreal movement was present right in the early manuscripts, which circulated in many academic environments. Around that time, Nunes (who was, then, one of Uriagereka's graduate students) started exploring the idea that there is movement across unconnected phrase markers (which he labeled *Sideward Movement*) for maximal projections, developing a whole novel conception of movement, with interesting and broad consequences for the grammar as a whole, which culminated with his Ph.D. dissertation (Nunes, 1995), where he adopted a more conservative approach with regards to head movement (which he eventually abandoned (cf. Nunes, 2004)). Bobaljik/Brown's (1997) paper was written after Nunes' dissertation and after Uriagereka's manuscripts where the idea of movement across unconnected phrase markers was first explored.

⁴ See also Bobaljik/Brown (1997), Guimarães (1998: 45-47, 77-78) and Nunes (2004: 151-154) for subsequent implementations of Uriagereka's idea, and further arguments.

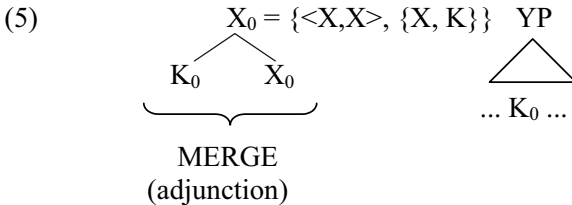
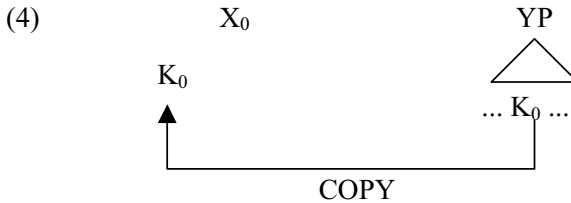
⁵ The terminology 'paracyclic' is taken from Uriagereka's early manuscripts. In the published version, the author refers to this concept as "parallel" movement.

⁶ Therefore, making it much more general than in Chomsky's ([1993] 1995: 191) original formulation, according to which "*the Extension Requirement holds only for substitution in overt syntax*".

That is, first there is the head X_0 and the maximal projection YP standing in parallel in the Derivational Workspace, as in (3).

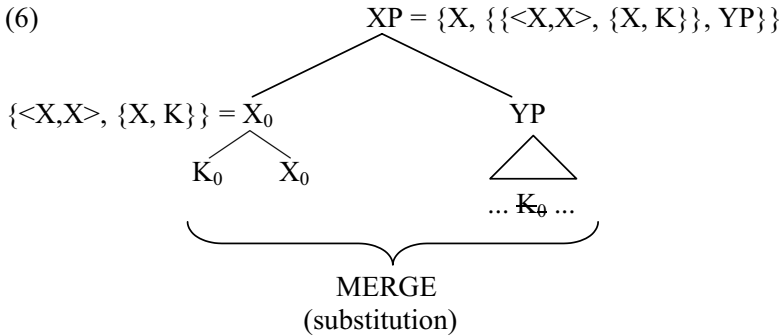


Then, (a copy of) the head K_0 adjoins to the head X_0 , forming the complex head $[^{X_0} K_0 X_0]$, as in (4) and (5).⁷



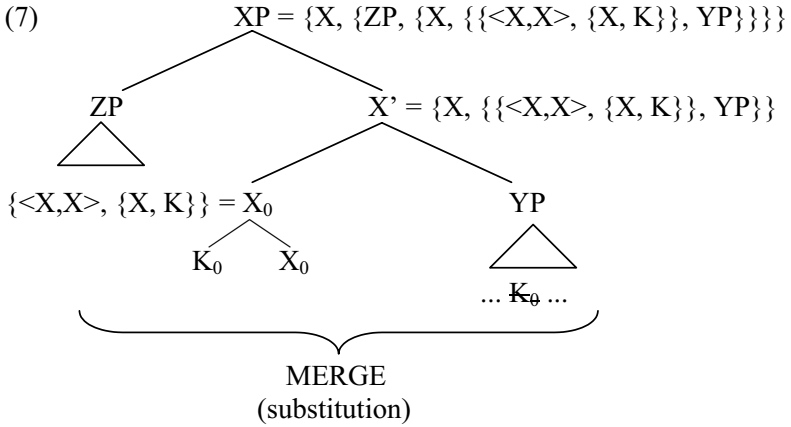
⁷ One may object to the derivational steps proposed in (4) and (5), based on the standard assumption that head movement requires that the attracting head must c-command the moving head. At first sight, it may look like that X_0 does not c-command K_0 in (3), therefore not being able to 'trigger' the copying of K_0 in (4) and the subsequent adjunction of K_0 to X_0 in (5). Under Nunes' (2004: 151-152) analysis, for instance, these instances of movement are possible because the c-command requirement on chain formation does not regulate Move (Copy+Merge) itself. Rather, there is an independent operation, *Form Chain*, which applies at a later stage of the derivation, identifying multiple copies of the same element, and licensing them as a well-formed chain if certain conditions are met, c-command being one of them. In my view (cf. Guimarães, 2004: 269-270), there is no need to appeal to a more complex architecture like Nunes' (2004), since, under the standard definition of c-command, X_0 already c-commands K_0 in (3) right after X_0 is taken from the numeration (hence, not connected yet to YP or anything inside it). This is so because the condition that 'every category dominating X_0 also dominates K_0 ' is vacuously satisfied, since there is nothing dominating X_0 to begin with, which makes X_0 c-command YP (symmetrically) and every minimal and/or maximal projection inside it (asymmetrically) in (3).

Next, this complex head previously formed by adjunction, $[^{X_0} K_0 X_0]$, merges with YP by substitution, yielding the head-complement configuration in (6).⁸



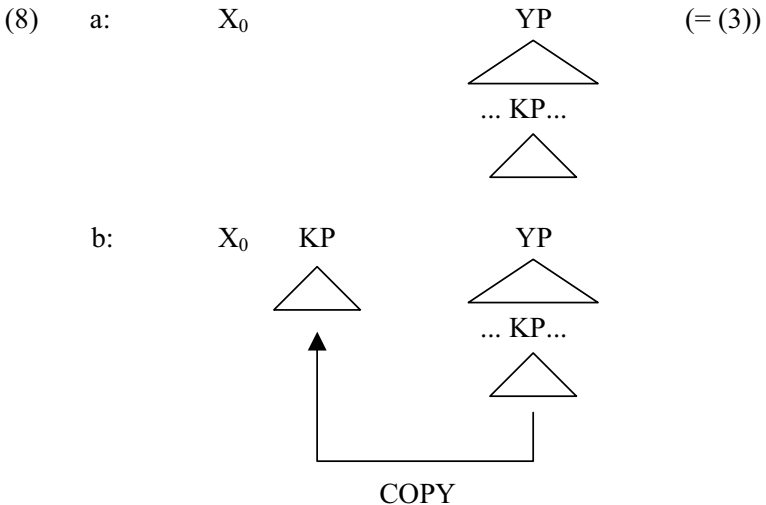
Finally, the head-complement structure of (6) merges, by substitution, with the constituent ZP independently built in parallel to XP, yielding the full phrase in (7), whose specifier is ZP, whose head is $[^{X_0} K_0 X_0]$, and whose complement is YP.

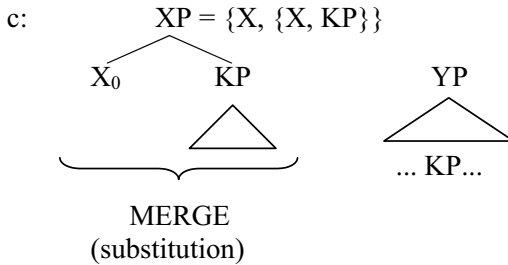
⁸ More recently, Chomsky (2000: 133-135) distinguishes between substitution and adjunction in terms of set-merge and pair-merge. Set-Merge corresponds to substitution, in which the output of merging X with Y is the set $\{X, Y\}$, where the label is not encoded in the set-theoretical object (but, rather, deduced from the properties of X and Y (along the lines of Colins (2002)). Pair-Merge, on the other hand, corresponds to adjunction, in which the output of merging X with Y is the ordered pair $\langle X, Y \rangle (= \{\{X\}, \{X, Y\}\})$, which encodes in its structure the asymmetry between the host of adjunction and the adjunct. This approach to the distinction between substitution and adjunction does not change the logic of what I am saying, because, in either approach, we have two slightly distinct set-theoretical objects, one for each type of merge (i.e. $\{X, \{X, Y\}\} \equiv \{X, Y\}$ for substitution, or $\{\langle X, X \rangle, \{X, Y\}\} \equiv \langle X, Y \rangle$ for adjunction). For a different view of the substitution/adjunction distinction, see Hornstein/Nunes (2008).



3. Potential Problems

Barrie (2006: 35-37) strongly objects to this type of approach to head movement. For him, at the moment the higher head X_0 attracts (a copy of) the lower head K_0 , it is unclear how the system would know it must move the relevant lower head K_0 rather than its maximal projection KP . He takes that, at the derivational stage in (3) – repeated below as (8a) – K_0 could “as easily” attract KP and merge with it, as in (8b) and (8c) below, as opposed to (4) and (3) above.



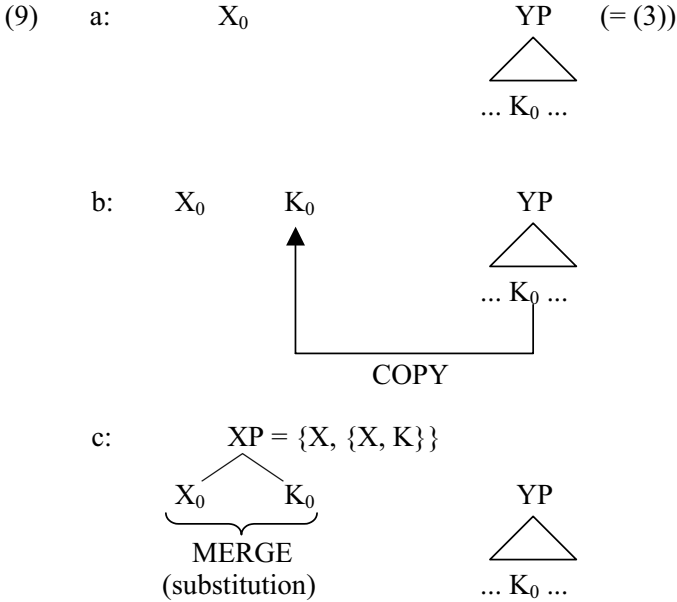


Notice, however, that, if the system does this, it becomes impossible for X_0 and YP to enter in a head-complement relation at a subsequent step, therefore making it impossible for all selectional requirements of X_0 to be satisfied. Also, in this alternative derivation, the two copies of the moved constituent KP fail to enter in a c-command relation, therefore failing to constitute links of a well-formed chain. And there is no potential derivational step that could subsequently be taken, which could possibly circumvent that (unless *Extension* is violated)⁹.

The question is: how does the system know how to avoid the derivational path in (8a-c) without too much lookahead? I will return to this issue shortly, after discussing two other points of Barrie's criticism.

Barrie further argues that, even if the system is able to know that X_0 must attract K_0 rather than KP, the same problem arises, since merging the moved (copy of) K_0 as a complement of X_0 (as opposed to an adjunct) would be the natural choice. As Barrie (2006: 36) puts it, "[u]nder normal circumstances, merging two heads creates an XP, not a complex head. Thus, if we merge a verb and a bare noun, we get a VP, not a complex verbal head." By this reasoning, the 'normal' outcome of the attraction of K_0 by X_0 would be as in (9a-c) below.

⁹ For instance, if, after (8c), YP merges with KP violating *Extension*, with the resulting constituent replacing the moved copy of KP as the new sister of X_0 , in such a way that YP projects via adjunction, making (that moved copy of) KP an adjunct/specifier of YP, whose complement is the lower copy of KP, so that the higher copy of KP c-commands the lower one. Aside from the issue of *Extension* being violated, a problem arises if YP already has a specifier/adjunct, making such maneuver impossible under Kayne's (1994) assumptions – which Barrie (2006) endorses – that there can be only one specifier/adjunct per phrase.



Just like in (8a-c) above, the problem with the alternative derivation in (9a-c) is that X_0 and YP cannot stand in a head-complement relation at a subsequent step; and the two copies of the moved K_0 cannot form a chain since they don't (and never will) stand in a c-command relation.¹⁰

Let us now consider Barrie's final remarks about the inter-areal approach to head-to-head movement (which extends to head-to-head movement in general).

This approach is problematic on two grounds. First, recall that I argued above that head adjunction conceived as just described is problematic in a Bare Phrase Structure framework. As soon as X_0 projects, it is no longer a minimal projection, and is thus indistinguishable from a maximal projection, regardless of one's view of adjunction.

(Barrie, 2006: 36)

¹⁰ Notice that the same issue raised about (8a-c) above is relevant here in (9a-c). That is, how does the system know how to avoid this derivational path without too much lookahead? I will address this point at the end of this section.

Here Barrie has pushed his reasoning a little too far. It is simply not true that, “*regardless of one’s view of adjunction*”, any projection of X_0 is “*indistinguishable from a maximal projection*”. Of course, one can come up with a particular view of adjunction such that what Barrie said would be true. But, given standard assumptions about phrase structure (compatible with BPS), if X_0 projects via adjunction, its mother node is a second segment of the category X_0 , not a new category. Therefore, despite the two-segmented category $\langle X_0, X_0 \rangle$ being a complex, ‘projected’, constituent rather than an atomic one, it does not dominate any material inside it, since it is not the case that all of its segments dominate whatever is below that node. And, by the standard definitions of minimal, intermediate and maximal projection in BPS, a complex head, formed by adjunction, remains a minimal projection precisely because it does not (irreflexively) dominate anything (cf. Nunes/Thompson, 1998: 505-510; 512-513). Therefore, Barrie’s overly skeptical view is not justified, since the standard view of head movement does not exhibit the kind of inconsistency he claims it does.

Barrie’s criticism continues as follows:

Second, head movement of this type does not seem to fit the usual notion of adjunction. Adjuncts do not satisfy any selectional restrictions of the host, nor do they check any features of the host. Indeed, when we explain the concept of an adjunct to novice students, it is usually described as “extra information not required by the sentence.” However, head movement is usually assumed to check a feature, such as a $[uV]$ feature on T_0 (Chomsky, 1995), or a focus feature (Aboh, 2004a). Thus, head movement, if it exists in the sense understood here, should be Set Merge rather than as Pair Merge, and the account proposed by Baker and Bobaljik would become untenable.

(Barrie 2006: 36-37)

Regardless of how one explains the concept of adjunction to novice students, it holds that taking adjuncts to be “*extra information not required by the sentence*” is simply incompatible with adopting the Kaynean view that every specifier is an instance of adjunction, as Barrie (2006) does. After all, under the standard assumption (tacitly assumed by Barrie) that thematic subjects of transitive verbs are generated as specifiers of vP , where they are assigned a theta-role (which is crucial for convergence at LF rather than some mere “*extra-information not required by the sentence*”), one simply cannot simultaneously say – without being inconsistent – that specifiers are “*optional information*” and that all specifiers are instances of adjunction.

Finally, Barrie reaches the radical conclusion that head-to-head adjunction (either inter-arboreal or not) does not exist.

Because of these problems with the sideward approach to head movement, I do not adopt it and assume instead that head movement is not available in UG.

(Barrie, 2006: 37)

Given the counter-arguments just presented, we see that Barrie's conclusion was, at least, premature.

Barrie further claims that, regardless of the adequacy of the inter-arboreal approach, there is something fundamentally wrong with the idea that what is traditionally called head movement involves head-to-head adjunction mechanics:

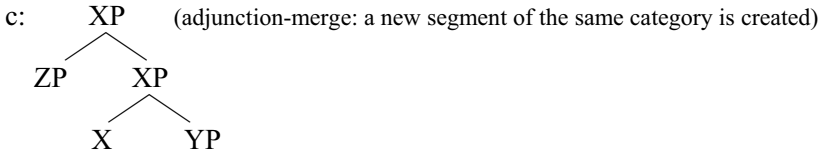
[T]here is no distinction between specifiers and adjuncts, indicating that a special type of Merge for adjuncts does not exist. This, of course, is immediately problematic for an analysis which treats head movement as adjunction. Under the view that adjunction does exist as a distinct operation, head movement is still problematic for the reasons described above.

(Barrie, 2006: 36, footnote 38)

The lack of distinction between adjuncts and specifiers is well understood, and it is drawn from Kayne's (1994) work. However, just like Kayne and Moro, Barrie also (tacitly) assumes that there is a distinction between specifiers/adjuncts on the one hand and complements on the other hand. And, under the same Kaynean assumptions that make every specifier an adjunct, no complement is a specifier/adjunct. This distinction is nothing but a reflex of the fact that combining a head and a complement creates a projection of the head, which is a new category, whereas combining that very projection of that head with a specifier creates a new segment of that very projection of that head, rather than a new category. In sum: there are, even for Barrie, at least two different types of syntactic combination operations: substitution and adjunction, as indicated in (10).

(10) a: X YP

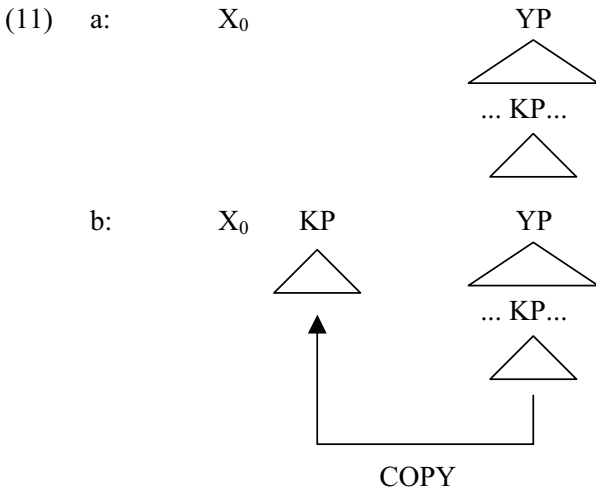
b:  (substitution-merge, a new category is created)

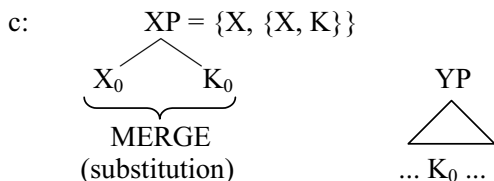
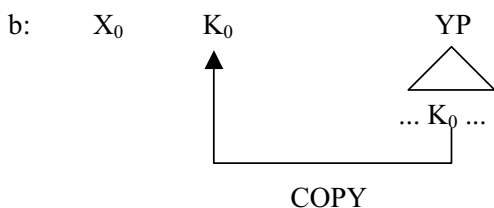
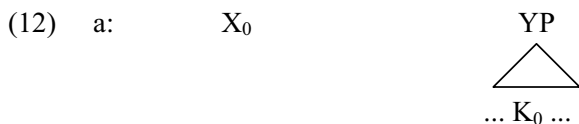
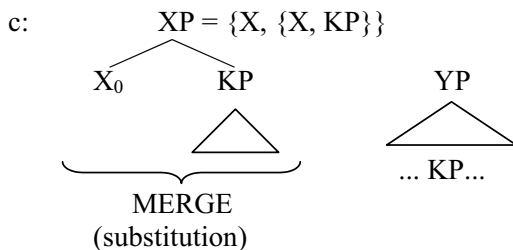


The distinction between specifiers adjoined to XPs and heads adjoined to Xs is dependent on whether the category of which the new projection will be a segment is a minimal projection or a maximal projection.

In a nutshell, the phenomenon traditionally analyzed in terms of head-to-head adjunction might eventually be something else (such as remnant movement of maximal projections, *à la* Koopman/Szabolsci (2000); or as movement of heads to specifier positions, like in Barrie’s own proposal); but it simply does not follow that the notion of head-to-head adjunction should be abandoned for the reasons Barrie suggests, since, upon closer inspection, none of them represents a real problem.

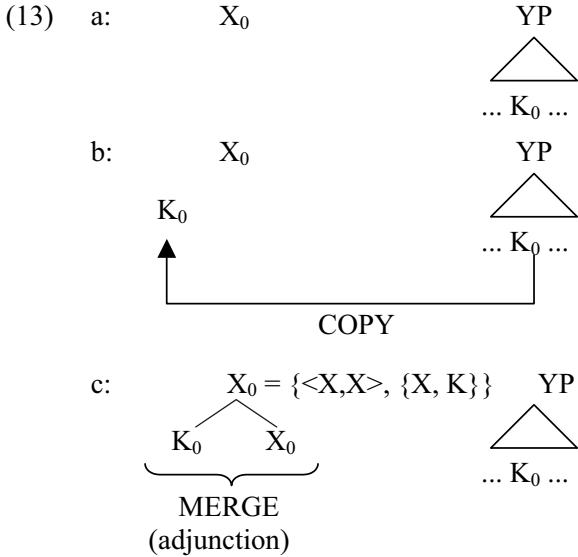
Finally, let us consider the lookahead issue mentioned earlier. Consider again the derivational paths in (8a-c) and (9a-c) above, repeated below as (11) and (12).





So, how does the system know how to avoid those derivational routes without too much lookahead? The input structure is identical in both cases. As already pointed out above, in either case, the output is such that the moved element adjoined to the head does not c-command its lower copy, therefore failing to form a chain with it. Moreover, no future operation could possibly repair that (cf. note 8 above).

That is enough of a reason for the system not to follow any of these paths. Notice that this is not the case when the head of K_0 moves and combines with X_0 via adjunction, as in (3-5) above, repeated below as (13).



Even before the complex, two segmented, head $\langle X_0, X_0 \rangle$ merges with Y_P (which would be the natural step after (13-c)), it is the case that the copy of K_0 adjoined to X_0 (vacuously) c-commands the copy of K_0 inside Y_P (cf. note 7 above).

How much lookahead is it necessary for the computational system to choose (13) over (11) or (12)? Basically, no more than what is necessary to foresee, one single step ahead, the set of potential outputs for the current input structure. Right before anything is actually attracted, the system can choose, with minimum lookahead, which constituent to attract so that the immediate output of that attraction is a legitimate object at the interfaces (for instance, does not violate any condition on chain formation).

4. Conclusion

After scrutinizing each of Barrie's (2006) arguments against inter-arboreal head movement, I conclude that none of them represents a real challenge to the view that heads systematically move across unconnected phrase markers, obeying the Extension Requirement throughout the derivation. Such view might turn out to be wrong, but certainly for other reasons, not for the ones Barrie suggests.

Works Cited

- BALTIN, Mark (2001), "Movement to the Higher V is Remnant Movement". *Linguistic Inquiry*, Vol. 33(4): 653-659.
- BARRIE, Michael (2006), *Dynamic Antisymmetry and the Syntax of Noun Incorporation*. Ph.D. dissertation. University of Toronto. <http://ling.auf.net/lingBuzz/000243>.
- BOBALJIK, Johnathan / Samuel Brown (1997), "Interarboreal Operations: head movement and the extension requirement". *Linguistic Inquiry*, Vol. 28: 345-356.
- BOECKX, Cedric (1999), *Programatic Notes for a Top-Down Syntax*. University of Connecticut. Unpublished.
- _____, (2006), *Linguistic Minimalism: origins, concepts, methods and aims*. Oxford: Oxford University Press.
- CASTILLO, Juan Carlos / Juan Uriagereka (2000), "A Note on Successive Cyclicity". *University of Maryland Working Papers in Linguistics*, Vol. 9: 1-3. Republished in: J. Uriagereka. 2002. *Derivations: exploring the dynamics of syntax*. London: Routledge. Chapter 7, pp. 136-146.
- CHOMSKY, Noam (1993), "A Minimalist Program for Linguistic Theory". In: K. Hale & S. J. Keyser (eds.), *The View from Building 20*. Cambridge: The MIT Press, pp. 1-52.
- _____, (1994), "Bare phrase structure". *MIT Occasional Papers in Linguistics*, 5. Cambridge: MITWPL. [Reprinted in G. Webelhuth (ed.) (1995), *Government and binding theory and the minimalist program*. Cambridge: The MIT Press, pp. 383-439.]
- _____, (1995), *The Minimalist Program*. Cambridge: The MIT Press.
- _____, (2000), "Minimalist Inquiries: the framework". In: R. Martin, D. Michaels & J. Uriagereka (eds.), *Step by Step*. Cambridge: The MIT Press, pp. 89-155.
- _____, (2001), "Derivation by Phase". In: M. Kenstowicz (ed.) *Ken Hale: a life in language*. Cambridge: The MIT Press, pp. 1-52.
- COLLINS, Chris (2002), *Eliminating Labels*. In: S. Epstein & T. D. Seely (eds.), *Derivation and Explanation in the Minimalist Program*. Oxford: Blackwell, pp. 42-64.
- DRURY, John (1998a), *Root-First Derivations: Multiple Spell-Out, Atomic Merge, and the Coreference Theory of Movement*. Doctoral Research Paper. University of Maryland.
- _____, (1998b), "The Promise of Derivations: atomic merge and multiple spell-out". In: W. Abraham (ed.), *Groninger Arbeiten zur Germanistischen Linguistik*, Vol. 42: 61-108. Rijksuniversiteit Groningen: Germanistisch Institut.
- _____, (1999), "The Mechanics of π -Derivations: an alternative 'direction' for syntactic theory". *University of Maryland Working Papers in Linguistics*, Vol. 9: 180-212.
- _____, (2005), *Alternative Directions for Minimalist Inquiry: Expanding and Contracting Phases of Derivation*. Ph.D. dissertation. University of Maryland. <https://drum.umd.edu/dspace/handle/1903/2500>

- GROAT, Eric / John O'Neil (1996), "Spell-Out at the Interface: achieving a unified syntactic computational system in the minimalist framework". In: S. Epstein, H. Thráinsson / C. Zwart (eds.), *Minimal Ideas: syntactic studies in the minimalist framework*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 113-139.
- GUIMARÃES, Maximiliano (1998), *Repensando a Interface Sintaxe-Fonologia a partir do Axioma de Correspondência Linear*. Master's Thesis. Universidade Estadual de Campinas.
- _____, (1999), *Phonological Cascades and Intonational Structure in Dynamic Top-Down Syntax*. University of Maryland. Unpublished.
- _____, (2001), "Syntactic Amalgams as Dynamic Constituency in Top-Down Derivations". *Proceedings of ConSOLE-X*. Universiteit Leiden. <http://www.sole.leidenuniv.nl/index.php3?m=14&c=11>
- _____, (2004), *Derivation and Representation of Syntactic Amalgams*. Ph.D. dissertation. University of Maryland. <https://drum.umd.edu/dspace/handle/1903/1815>.
- _____, (2007), "Considerações sobre Eficiência Computacional e Realidade Psicológica de Diferentes Propostas de Direcionalidade de Derivações Sintáticas". Invited Talk at the *Encontro Intermediário do GT de Psicolinguística 2007*. October 9th, 2007. Rio de Janeiro, PUC-RJ. <http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/anpoll/pdf/Guimaraes2007PUCRJ.pdf>
- HORNSTEIN, Norbert (2001), *Move! A minimalist theory of construal*. Oxford: Blackwell.
- HORNSTEIN, Norbert / Jairo Nunes / Kleantes Grohmann (2005), *Understanding Minimalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HORNSTEIN, Norbert / Jairo Nunes (2008), "Adjunction, Labeling and Bare Phrase Structure". *Biolinguistics*, Vol. 2 (1): 57-86. www.biolinguistics.eu
- KAYNE, Richard (1994), *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge: The MIT Press.
- KOOPMAN, Hilda / Anna Szabolcsi (2000), *Verbal Complexes*. Cambridge: The MIT Press.
- LASNIK, Howard / Juan Uriagereka (2005), *A Course in Minimalist Syntax: foundations and prospects*. Oxford: Blackwell.
- LECHNER, Winfried (2007), *A Puzzle for Remnant Movement Analyses of V2*. University of Stuttgart. Unpublished. <http://ling.auf.net/lingBuzz/000428>
- MAHAJAN, Anoop (2001), "Eliminating Head-Movement". *GLOW Newsletter* 44: 44-45.
- _____, (2003), "Word Order and (Remnant) VP Movement". In: S. Karimi (ed.), *Word Order and Scrambling*. Oxford: Blackwell, pp. 217-237.
- MARTIN, Roger / Juan Uriagereka (2000), "Some Possible Foundations of the Minimalist Program". In: R. Martin, D. Michaels & J. Uriagereka (eds.), *Step by Step*. Cambridge: The MIT Press, pp. 1-29.
- MÜLLER, Gereon (2004), "Verb-Second as vP-First". *Journal of Comparative Germanic Linguistics*, Vol. 7(3): 179-234.
- NUNES, Jairo (1995), *The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program*. Cambridge: The MIT Press.

- NUNES, Jairo (2004), *Linearization of Chains and Sideward Movement*. Cambridge: The MIT Press.
- NUNES, Jairo / Ellen Thompson (1998), Formal Appendix. In: J. Uriagereka. *Rhyme and Reason: an introduction to minimalist syntax*. Cambridge: The MIT Press, pp. 497-521.
- PHILLIPS, Colin (1996), *Order and Structure*. Ph.D. dissertation. Massachusetts Institute of Technology. <http://dspace.mit.edu/handle/1721.1/10666>
- _____, (2003), "Linear Order and Constituency". *Linguistic Inquiry* 34: 37-90.
- RICHARDS, Norvin (2003), "Very Local A' Movement in a Root-First Derivation". in: S. Epstein & T. D. Seely (eds.), *Derivation and Explanation in the Minimalist Program*. Oxford: Blackwell.
- TRAVIS, Lisa (1984), *Parameters and Effects of Word Order Variation*. Ph.D. dissertation. Massachusetts Institute of Technology. <http://dspace.mit.edu/handle/1721.1/15211>
- URIAGEREKA, Juan (1998), *Rhyme and Reason: an introduction to minimalist syntax*. Cambridge: The MIT Press.
- WATANABE, Akira (1995), "Conceptual Basis of Cyclicity". *MIT Working Papers in Linguistics: papers on minimalist syntax*, Vol. 27: 269-291.
- WILAND, Bartosz (2008), Circumstantial Evidence for Syntactic Head Movement. <http://ling.auf.net/lingbuzz/000804> [published in *Proceedings of WCCFL 27*]

Contributos para o estudo de construções condicionais não-canônicas em Português europeu contemporâneo

ANA CRISTINA MACÁRIO LOPES
(Celga/Faculdade de Letras de Coimbra)
acmlopes@fl.uc.pt

Resumo

The main goal of this paper is to analyse formal and functional aspects of a large set of *if-constructions* in European contemporary Portuguese which are not described or even mentioned in the Portuguese reference grammars available at present, nor in the more specialised and recent studies on conditionals by Portuguese linguists. I will label the constructions that are focused on in this paper “utterance conditionals”.

As a result of my research, a typology of utterance conditionals has been built. I will argue that utterance conditionals involve conditional clauses that operate on a pragmatic level, (i) specifying the cases where it is relevant to utter the main clause (“speech act conditionals”), (ii) expressing comments on the dynamics of the verbal interaction or on the form and content of the main clause (“metalinguistic/metadiscursive conditionals”); (iii) functioning as politeness devices (“politeness conditionals”).

Palavras-chave: utterance conditionals, speech acts, comment clauses, politeness.

Introdução¹

Neste trabalho, proponho-me estudar um conjunto de construções introduzidas pelo conector *se*, extremamente produtivas em Português europeu contemporâneo (doravante PEC), cuja caracterização envolve a tomada em consideração do plano pragmático-funcional da significa-

¹ Agradeço todos as sugestões e comentários críticos que foram feitos à primeira versão deste artigo pelo avaliador anónimo.

ção linguística. A análise dos dados empíricos, que envolvem exemplos recolhidos no sub-corpus oral do CRPC² e no Corpus do Português³ (doravante CdP), bem como exemplos construídos, levou-me a construir uma proposta tipológica destas construções não-canónicas que, embora tributária do contributo Declerk & Reed (2001), dele se distancia de forma significativa.

A estrutura do trabalho é a seguinte: num primeiro momento, deter-me-ei nas condicionais canónicas, aquelas que podem ser descritas num quadro estritamente semântico, e passarei em revista, de forma sucinta, as abordagens mais relevantes que têm presidido à sua análise. Este primeiro momento tem apenas como objectivo evidenciar, por contraste, a especificidade das condicionais não-canónicas, a que chamarei «condicionais de enunciação».

Num segundo momento, circunscreverei diferentes subtipos de condicionais enunciativas, a partir da análise das suas propriedades formais e funcionais. Num terceiro e último momento, abrem-se algumas pistas de trabalho futuro em torno de usos retóricos de algumas construções condicionais particulares, não subsumíveis nas condicionais de enunciação. Utilizarei ao longo do trabalho, como denominações sinónimas, *prótase/antecedente (p)* e *apódose/consequente (q)*.

1. Abordagens clássicas das condicionais canónicas

O conector *se*, na tradição filosófica de análise das línguas naturais normalmente designada por Filosofia Analítica e nas versões incipientes da semântica formal, foi assimilado ao operador lógico de implicação material (\rightarrow) da lógica proposicional. Nesta perspectiva, sendo o operador de implicação um operador verofuncional, considera-se que o valor de verdade da proposição complexa em que ocorre é exaustivamente determinado pelos valores de verdade das proposições atómicas que a compõem, de acordo com a definição da função de verdade do operador. Assim, a proposição complexa só é falsa quando o antecedente é verdadeiro e o consequente falso.

² Corpus de Referência do Português Contemporâneo, projecto desenvolvido no âmbito do CLUL (www.clul.ul.pt). Agradeço ao CLUL a disponibilização dos dados contextualizados do subcorpus oral do CRPC, que utilizo neste trabalho.

³ Davies, Mark and Michael Ferreira. (2006) Corpus do Português. Disponível em <http://www.corpusdportugues.org>.

É hoje em dia consensual que a semântica das condicionais das línguas naturais não é cabalmente captada pela tabela de verdade da implicação material «standard». Com efeito, o valor de verdade de uma condicional não depende dos valores de verdade dos seus antecedente e consequente.

Veja-se o exemplo (1):

(1) Se a Ana nasceu em Portalegre, é alentejana.

Independentemente de sabermos onde nasceu a Ana, poderíamos atribuir um valor de verdade a (1) desde que soubéssemos qual a situação geográfica de Portalegre.

Veja-se ainda o exemplo (2):

(2) ?? Se Eanes foi Presidente da República, a couve é um vegetal.

De acordo com a tabela de verdade da implicação material, a condicional expressa em (2) é verdadeira, independentemente de não existir qualquer nexos (de causa ou de consequência lógica) entre antecedente e consequente, isto é, mesmo quando os falantes são incapazes de atribuir intuitivamente um sentido ao enunciado em apreço⁴. Podemos, pois, afirmar que caracterizar as condicionais à luz da implicação material do cálculo proposicional não converge com as reais intuições dos falantes relativamente à semântica destas construções.

A proposta seminal de Ramsey (1929), posteriormente desenvolvida, entre outros, por Stalnaker (1968), Lewis (1973) e Veltman (1986), trouxe um novo ângulo de visão para a análise das condicionais. Com efeito, Ramsey sugeriu que a computação do valor de verdade de uma condicional envolveria as seguintes etapas: (i) acrescentar o antecedente ao sistema de crenças do falante, mesmo que para tal tenha de ser alterado o valor de verdade de uma ou mais proposições aí presentes; (ii) verificar se o consequente se segue deste último conjunto de crenças; se a resposta for afirmativa, a condicional é verdadeira, caso contrário é falsa.

Esta contribuição de Ramsey abriu as portas à introdução de uma perspectiva epistémica em semântica. Como afirmam Lopes & Santos (1991: 19), para além de não poder deixar de ser calculado senão no

⁴ Os pontos de interrogação em (2) sinalizam a dificuldade de se considerar a frase como semanticamente gramatical.

contexto de um certo estado de informação (que representa o corpo de conhecimentos/crenças do falante), o valor de verdade das condicionais parece depender da possibilidade de, dado um estado de informação/contexto *i*, o conseqüente ser *inferido* da informação contida em *i* acrescida do antecedente. Ou seja, é necessário que haja uma conexão modal entre antecedente e conseqüente: sempre que *p* é verdadeira, *q* *tem de* o ser também.

Uma outra abordagem produtiva das condicionais das línguas naturais, que de algum modo complementa a anterior, envolve a construção de uma tipologia de mundos possíveis (Declerck & Reed (2001), e.o.) ou, numa outra formulação, a consideração da modalidade que regula a asserção. É a perspectiva adoptada, por exemplo, em Mateus et al. (2003) e Montolío (1999). Assim, o modo como o falante encara as situações descritas dá origem a três sub-classes de condicionais: as factuais, as hipotéticas e as contra-factuais⁵. No primeiro caso, o modo utilizado é o Indicativo; assume-se que as situações representadas se verificam no mundo real, sendo o antecedente condição suficiente para a ocorrência do conseqüente, como se ilustra em (3):

- (3) Se há sol e chuva, aparece o arco-íris.

Nestes casos, *se* comuta livremente com *quando* ou *sempre que*: expressam-se tipicamente generalizações que resultam da observação de situações passadas recorrentes, ou leis da física.

Já as condicionais hipotéticas, como a própria designação deixa antever, remetem para um mundo possível epistemicamente não acessível no momento da enunciação, mundo esse no qual, a verificar-se o antecedente, se verificará também o conseqüente:

- (4) Se o Júlio vier a Coimbra tocar, vou ouvi-lo.
 (5) Se fizesse outra operação, pediria/pedia uma anestesia total.

O modo Conjuntivo aparece no antecedente, o que desde logo confere à situação aí descrita um estatuto de não factuality. O que distingue (4) de (5) é o facto de ser menos provável a ocorrência da

⁵ Apresento a proposta de Mateus et al. (2003), que pode naturalmente ser problematizada, nomeadamente no que diz respeito à obrigatoriedade de selecção do Conjuntivo na construção de condicionais hipotéticas em Português. Com efeito, a proposta em apreço não dá conta da possibilidade de formulação de uma hipótese relativa à esfera do passado. Não é, no entanto, objectivo deste trabalho discutir e/ou apurar a tipologia em causa.

situação descrita no antecedente de (5). Esta diferença de grau de probabilidade reflecte-se na selecção dos tempos do Conjuntivo: Futuro em (4), Imperfeito em (5).

Atente-se agora nos exemplos (6) e (7):

(6) Se a Lua fosse uma estrela, teria luz própria.

(7) Se tivesses estudado, não terias chumbado.

Trata-se em ambos os casos de condicionais contrafactuais, já que no mundo real se verifica a negação do antecedente. Daí a possibilidade de acrescentarmos à proposição expressa no antecedente a sua negação, como se atesta em (6') e (7'):

(6') Se a Lua fosse uma estrela, mas não é, teria luz própria.

(7') Se tivesses estudado, mas não estudaste, não terias chumbado.

Em Peres et al. (1999), propõe-se uma tipologia das construções condicionais algo diferente. Com efeito, a primeira distinção proposta reparte as condicionais em duas grandes classes: as monocondicionais e as bicondicionais. As primeiras envolvem uma relação de implicação simples ($p \rightarrow q$), em que o antecedente é condição suficiente para o consequente. Neste conjunto, os autores distinguem ainda as construções de condição suficiente fechada (8) das construções de condição suficiente aberta (ou incondicionais) (9)⁶:

(8) O Paulo vem se chover.

(9) O Paulo vem, mesmo que chova.

Em construções do tipo daquela que (8) ilustra, o antecedente remete para uma única proposição que é apresentada como condição suficiente para a verificação do consequente⁷.

Em (9), temos um exemplo de condicionais de condição suficiente aberta (ou incondicionais). Em casos como este, por muitos autores referidos através da expressão «condicionais concessivas», indica-se que a situação descrita no consequente se realiza incondicionalmente,

⁶ Exemplos dos autores.

⁷ Nesta classe, Peres et al. incluem exemplos que classificaríamos de factuais (i), hipotéticos (ii) e contrafactuais (iii):

(i) Se um indivíduo é juiz, tem uma licenciatura em Direito.

(ii) Se a estrada for arranjada, haverá menos acidentes.

(iii) Tivesse ele dito a verdade, tudo teria ficado resolvido.

independentemente da verificação do conjunto de opções relevantes expresso no antecedente. Note-se que se assume que pelo menos uma das situações referenciadas no antecedente poderia bloquear a ocorrência da situação descrita no conseqüente. Os autores, tal como aliás Quirk et al. (1985) e Montolío (1999), propõem ainda uma subdivisão no seio das condicionais de condição suficiente aberta, em função do modo como é identificado o conjunto de situações expressas pelo antecedente: (i) a enumeração de proposições coordenadas dá origem às incondicionais alternativas (10); (ii) a quantificação universal sobre situações dá origem às incondicionais universais (11); (iii) a aplicação do operador *mesmo* à proposição que se assume como adversa à ocorrência do conseqüente dá origem às incondicionais selectivas (12):

- (10) O Paulo sai, quer chova quer não (chova).
- (11) O Paulo sai, qualquer que seja a situação meteorológica.
- (12) O Paulo sai, mesmo se chover/que chova.

Fazem ainda parte da tipologia em apreço as condicionais de condição necessária. Neste caso, a oração subordinada condicional, introduzida por operadores como *só se*, *apenas se*, *somente se*, entre outros, veicula a proposição *q* e a principal veicula a condição suficiente *p*:

- (13) Só te curas se deixares de fumar.
- (13a) Só se deixares de fumar é que te curas.

Finalmente, são referidas as construções bicondicionais, nas quais o antecedente é condição suficiente e necessária do conseqüente, o que envolve uma relação de implicação mútua entre antecedente e conseqüente (14):

- (14) Desde que não chova, saio.

Para além de facultar uma tipologia semântica das construções condicionais bastante abrangente e granulada, o trabalho em questão tem ainda o mérito de elencar um conjunto plural de conectores que em PEC sinalizam um nexos de condicionalidade, para além da conjunção *se*.

Há, no entanto, um conjunto significativo de construções condicionais cujo comportamento se afasta de forma muito acentuada das construções até agora mencionadas e que não estão contempladas

nos estudos disponíveis sobre o PEC, embora apareçam referenciadas pontualmente em Lobo (2003). Refiro-me às condicionais de enunciação, que pretendo explorar neste estudo.

2. As condicionais de enunciação

Utilizarei genericamente a expressão ‘condicionais de enunciação’ para designar as frases/orações subordinadas condicionais que operam ao nível enunciativo-pragmático, quer identificando os casos em que é relevante enunciar a frase/oração subordinante, quer desempenhando funções que só no plano da interacção discursiva podem ser cabalmente caracterizadas. Por outras palavras, contrariamente ao que acontece com as condicionais canónicas prototípicas, nestas condicionais a condição não se relaciona com o conteúdo proposicional da oração/frase subordinante, antes opera ao nível do dizer⁸. Começarei por circunscrever as condicionais ilocutórias.

Como já referi na Introdução, os dados utilizados neste trabalho são essencialmente exemplos recolhidos no sub-corpus oral do CRPC e no Corpus do Português de Davies & Ferreira. Por vezes, recorri também a exemplos construídos por mim, ou a exemplos que são já clássicos na literatura, na ausência de material empírico nos referido corpora que me permitisse ilustrar um tipo de construção identificável por qualquer falante nativo.

2.1. Condicionais ilocutórias ou condicionais para actos de fala⁹

Atente-se no seguinte exemplo, já clássico, apresentado em Ducrot (1972):

(15) Se tens sede, há cerveja no frigorífico.

Em (15), a oração condicional identifica a situação (ou a circunstância potencial) que torna relevante o acto ilocutório que o conse-

⁸ Em Lycan (2001: 184-205), encontra-se uma sistematização das propriedades paradigmáticas das condicionais canónicas e uma análise contrastiva das condicionais de enunciação (chamadas «nonconditional conditionals»).

⁹ «Speech act conditionals» é a expressão utilizada, e.o., por van der Auwera (1986) e Sweetser (1990). Em Montolio 1999 aparece a expressão «condicionais para actos de fala».

quente realiza. Ou seja: a condicional estipula as condições em que a asserção do conseqüente pode ter relevância para o interlocutor. Assim, no enunciado (15), o antecedente não expressa a condição suficiente para o conseqüente: estamos, pois, longe das condicionais canónicas.

Do ponto de vista formal, construções deste tipo são incompatíveis com a explicitação de *então* no segundo membro da construção:

(15a) Se tens sede, (*então) há cerveja no frigorífico.

A oração principal/subordinante é factual, ou, dito de outro modo, construções deste tipo implicam a verdade do conseqüente. Este pode inclusivamente ocorrer como enunciado autónomo, seguido de um outro com um verbo declarativo e um sujeito de 1.^a pessoa, que explicita a circunstância potencial que torna a informação asserida pertinente:

(15b) Há cerveja no frigorífico. E digo isto caso tenhas sede.

A ocorrência do verbo declarativo na 1.^a pessoa evidencia que a condicional funciona não como modificador de predicado, mas como modificador do próprio acto ilocutório. Por esta razão, Haegeman, (1985) (*apud* Kortmann, 1996: 29)) fala de adjunção a uma categoria funcional superior, associada à «utterance», ou, na minha formulação, à força ilocutória.

Há testes de natureza sintáctica (ou sintáctico-semântica) que provam o carácter periférico destas construções condicionais¹⁰. Com efeito, não admitem clivagem (15c), não ocorrem no escopo de uma negação de foco (15d) ou de um operador de focalização como *só* (15e), não ocorrem como resposta a interrogativas-Q (15f) ou em interrogativas alternativas(15g):

(15c) *É se tens sede que há cerveja no frigorífico.

(15d) *Não há cerveja no frigorífico *se tens sede* (há noutras circunstâncias).

(15e) *Só há cerveja no frigorífico *se tens sede*.

(15f) – Em que condições é que há cerveja no frigorífico?

– *Se tens sede.

(15g) * Há cerveja no frigorífico *se tens sede* ou *se queres petiscar*?

¹⁰ Utilizamos o termo ‘periférico’ por oposição a ‘integrado’ (cf. Lobo, 2003), oposição que tem vindo a ser diferentemente designada na literatura: disjuntos vs. adjuntos (Quirk et al. 1985), adverbiais de frase vs. adverbiais de predicado (Bosque & Demonte, 1999).

Para além dos testes referidos, mencione-se ainda que as condicionais em apreço só podem ocorrer em posição final de frase se forem antecedidas por pausa ou quebra entonacional.

O que os diferentes testes nos mostram é o reduzido grau de integração da condicional na frase matriz.

Um outro aspecto interessante deste tipo de construções, que as afasta das condicionais canónicas, prende-se com o facto de excluírem a implicatura conversacional generalizada a que Geis e Zwick (1971) deram o nome de «perfeição condicional» e que corresponde à interpretação de uma monocondicional em termos de bicondicional. Por outras palavras, nas condicionais canónicas das línguas naturais, o operador *se* é frequentemente interpretado como *se e só se*, convidando a inferir *se ~p, ~q*. Ora, nas condicionais ilocutórias, este fenómeno da «perfeição condicional» não se verifica. De facto, a partir de (15) não se infere (15h):

(15h) Se não tens sede, não há cerveja no frigorífico.¹¹

Vejam-se agora os exemplos (16) e (17):

(16) Se ainda não o fizeste, assina o livro de ponto.

(17) Compra pão, se puderes.

Nestes exemplos, a oração condicional restringe as condições que devem presidir à efectivação plena do acto ilocutório directivo configurado na oração principal, circunscrevendo, assim, a validade desse mesmo acto. Por outras palavras, a frase condicional circunscreve as condições de felicidade que têm de ser preenchidas para que o acto ilocutório directivo seja interpretado como relevante/adequado. A única diferença relativamente ao exemplo anterior parece-me ser o facto de em (15) a frase condicional modificar/restringir uma asserção, enquanto nestes últimos exemplos é um outro tipo de acto ilocutório que está em jogo. Mas o que importa sublinhar é que, em ambos os casos, a frase condicional expressa a condição sob a qual é pragmaticamente relevante a realização de um acto discursivo: estamos ainda perante condicionais para actos de fala. A oração condicional funciona como modificador de um acto ilocutório¹².

¹¹ Note-se que o enunciado (15) configura uma autorização indirecta, ou seja, implícita, conversacionalmente, que o ouvinte pode beber a cerveja que está no frigorífico.

¹² Sobre orações adverbiais deste tipo, diz Kortmann (1997: 29): «[they] fall into an area of transition between subordinate and coordinate clauses as well as between sentence and discourse».

Os exemplos atestam a mobilidade destas condicionais, que tanto podem ocorrer em posição inicial como em posição final.

Note-se que em casos deste tipo, com apódoses imperativas traduzindo ordens, proibições, conselhos, pedidos (esquemáticamente: *se p, !q*, assumindo ! como marcador de uma força ilocutória directiva com diversos graus de impositividade), não é possível a ocorrência, na condicional, do Imperfeito ou do Mais-que-Perfeito do Conjuntivo:

(17a) * Se pudesses, compra pão.

(17b) * Se tivesses podido, compra pão.

Ou seja, em construções do tipo '*se p, !q*', os tempos verbais actualizados em *p* não podem expressar um valor de contrafactualidade, dado a incompatibilidade entre o imperativo e um valor modal desta natureza.

Vejam agora casos de ocorrência de orações condicionais com perguntas:

(18) Se não estás muito ocupado, qual é o número de telefone da Ana?

(19) Quanto ganha, se é que é possível facultar-me essa informação?

(20) Se quiser responder, costuma votar?

Penso que estamos de novo perante condicionais que especificam as circunstâncias em que a apódose é garantidamente apropriada. Ou seja, as condições de felicidade do acto de pergunta envolvem a verificação das circunstâncias expressas na frase condicional. Uma vez mais, diremos que se trata de uma condicional que opera ao nível do acto ilocutório expresso no consequente.

Há, no entanto, outras ocorrências de prótases condicionais combinadas com apódoses interrogativas que suscitam outro tipo de explicação, como veremos em 2.3.

2.2. Condicionais metadiscursivas e metalinguísticas

Atente-se nos exemplos (21) a (23):

(21) Se não estou em erro, a capital da Birmânia é Rankun.

(22) Se a memória não me falha, temos duas semanas para entregar o trabalho.

(23) Se não me engano, a consulta é amanhã às 11h.

Reunimos sob esta designação as frases condicionais que funcionam como comentários do locutor sobre a dinâmica interac-

cional¹³. Muitas vezes os falantes, quando consideram que não estão a aderir plenamente aos princípios reguladores da interacção verbal, assinalam-no através de «hedges» ou enquadadores discursivos. As frases condicionais desempenham frequentemente esta função discursiva: ao dizer «se não estou em erro», «se não me engano», «se a memória não me falha», o locutor não se compromete em absoluto com a verdade do que diz; assinala ao interlocutor que provavelmente não está em condições de observar de forma plena a Máxima da Qualidade, acautelando assim a sua face. Como assinala Montolíó (1999: 3685), trata-se de um mecanismo de auto-protecção, através do qual o falante procura acautelar e minimizar o potencial de conflito inerente às interacções humanas.

Do ponto de vista sintáctico, estas condicionais, tal como as ilocutórias, não admitem clivagem, não ocorrem no escopo de uma negação de foco ou de um operador de focalização como *só*, e não ocorrem também como resposta a interrogativas-Q ou em interrogativas alternativas. Estes testes provam que as condicionais em apreço não apresentam o comportamento típico das condicionais canónicas, funcionando antes como estruturas periféricas, sem efectiva integração sintáctica na construção global¹⁴.

O estatuto periférico ou de satélite destas frases condicionais impede-as de se coordenarem com condicionais típicas ou canónicas, como se ilustra em (23a):

(23a) *Se não me engano e se não chover, a consulta é amanhã às 11h.

Podem, no entanto, funcionar como «hedge» ou enquadrador discursivo de uma construção condicional típica:

(24) Se a memória não me falha, a Patrícia vai passar o próximo fim de semana à Serra da Estrela, se estiver a nevar.

¹³ Não incluo neste secção a expressão fixa, lexicalizada, «se calhar», dado que não me parece óbvio que ela desempenhe as mesmas funções. O falante utiliza-a ou para modalizar a sua asserção – e, nesse sentido, «se calhar» comuta com adjuntos modais como «provavelmente» ou «possivelmente» – ou para responder a uma pergunta total quando não tem certezas. No sub-corpus oral do CRPC, encontrei múltiplos exemplos de ocorrência de «se calhar»: «e se calhar não era uma prioridade» é um deles.

¹⁴ Apesar das afinidades formais, previsíveis dado que em ambos os casos se trata de condicionais enunciativas, as condicionais metadiscursivas/metalinguísticas distinguem-se das ilocutórias pela sua função discursiva. Com efeito, ao funcionarem como «hedges» as condicionais metadiscursivas configuram estratégias de protecção de face que, a meu ver, não são de todo produtivas para a caracterização das condicionais ilocutórias.

Por outro lado, estas construções condicionais periféricas, ao contrário do que acontece com as canónicas, não podem ser coordenadas por *mas*. Confrontem-se os exemplos (25) e (26):

- (25) Se não chover, vamos à praia, mas se chover, há programas alternativos.
 (26) #Se bem me lembro, a Maria vai ser mãe, mas se estou enganado, não vai.

Incluímos também nesta classe um subconjunto de estruturas formalmente idênticas à prótase condicional, que o falante produz para comentar a forma linguística e/ou o conteúdo do seu próprio discurso. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (27) «(...) é uma questão de predisposição que o professor tem de ter, eh, de vocação, se quisermos.» [CRPC]
 (28) «Trata-se agora de um destino de país de fronteira ou de articulação, se quiser.» [CdP]
 (29) «Depois temos trinta escritores de muito bom nível, se quiser, de uma mediania muito alta.» [CdP]
 (30) «(...) até nisso somos parecidos, se quiseres.» [CRPC]
 (31) «A localização na Maia foi apresentada e defendida essencialmente pelas universidades, ou se quiser, pelo Parque de Ciência e Tecnologia.» [CdP]
 (32) «Ou seja, ficou decidido um “rodízio”, se é que se pode usar essa palavra (...)» [CdP]
 (33) «Acho que o fotógrafo de natureza, se é que podemos chamá-lo assim, tem de fotografar (...)» [CdP]

Como características formais relevantes, de algum modo já rotinizadas na marcação de comentários metalinguísticos, assinale-se a ocorrência da expressão (*ou*) *se quiser* (com as variantes *se quiseres/se quisermos*, que dependem de parâmetros sócio-comunicativos) e *se é que* (*p*), sendo *p* tipicamente uma proposição em que ocorre o verbo modal *poder* seguido de um verbo (no Infinitivo), que denota o próprio processo de formulação linguística, e de um termo anafórico que convoca/evoca a formulação escolhida. Este tipo comentário só pode ocorrer depois da formulação que o falante se propõe matizar, acautelar ou reformular, pelo que ocupa uma posição (relativamente) fixa no enunciado.

Nos exemplos (27), (32) e (33), o falante produz um comentário metalinguístico que matiza a escolha lexical efectuada, assinalando a sua dúvida acerca da plena adequação dos termos usados, relativamente à denotação intendida.

Quando o falante opta por *ou se quiser*, como em (31), introduz explicitamente, através da conjunção disjuntiva *ou*, uma reformulação ou rectificação de uma expressão prévia, sinalizando igualmente um processo de monitorização da sua produção discursiva. Mas esta reformulação também pode ocorrer sem a presença da conjunção disjuntiva *ou*, como (29) atesta. Em ambos os casos, julgo que é ainda a tentativa de tornar explícito o compromisso conversacional que justifica estes usos: com efeito, trata-se de um mecanismo de auto-reparação que visa acautelar a observância da máxima griceana de Modo («Sê claro»).

Vejamos agora os exemplos (34) a (37):

- (34) «(...) naquela altura o maior partido político, se é que havia partidos,»
(...) [CRPC]
- (35) «E atrai e une muito as pessoas, independentemente das suas convicções – se é que as têm – políticas ou religiosas.» [CdP]
- (36) «(...) que levou a que este ano o número de queixas seja mínimo, se é que existe alguma queixa» [CdP]
- (37) «(...) para isso terá que resolver fundamentalmente três problemas, se é que eles existem todos.» [CdP]

Nestes exemplos, o locutor questiona e deixa em suspenso a pressuposição existencial activada por expressões nominais definidas. É ainda uma forma de retorno sobre a formulação linguística produzida – daí a impossibilidade de ocorrência da estrutura condicional em posição inicial no enunciado –, mas com incidência sobre o conteúdo pressuposto.

Por outras palavras, o locutor avalia o que disse, introduzindo um «post script», um «afterthought» cuja função é sinalizar ao interlocutor que não se compromete em absoluto com o conteúdo proposicional expresso na frase principal. Há afinidades entre este subconjunto de exemplos e aqueles que apresentámos no início desta secção, já que, em ambos os casos, o que motiva o comentário do falante é a observância da máxima de qualidade. No entanto, neste último subconjunto, o retorno sobre o enunciado produzido, ou seja, o carácter metalinguístico do comentário é o aspecto mais saliente, e o foco desse comentário é o questionamento de uma pressuposição anteriormente veiculada.

Atentemos agora num último subconjunto de casos que considero ainda subsumíveis nesta secção, embora com características específicas, e que envolve exemplos como os que se seguem:

- (38) «(...) Estas são pedras verdadeiras, estão aqui há nove ou dez séculos, se não mais (...)» [CdP]
- (39) «O jardim, uma sala do rés-do-chão e outra do primeiro piso, a capela, o refeitório e um pátio do Convento dos Inglesinhos, em Lisboa, mesmo ao lado da Escola em que os bacharéis estudaram, foram o cenário da representação, se é que não foram mais do que isso (...)» [CdP]
- (40) Vieram alguns alunos, se é que não todos.

Em (38), ocorre uma estrutura iniciada pela conjunção *se* sem núcleo verbal expresso (*se não* mais); em (39) e (40), há um núcleo verbal expresso e também um marcador enfático (*se é que não* V). Trata-se em ambos os casos de uma forma de suspender a implicatura conversacional generalizada baseada na assunção de que a máxima griceana da Quantidade¹⁵ está a ser respeitada. Em (38), esta implicatura seria «Não há mais de dez séculos»; em (39), seria «Foram só o cenário da representação»; em (40), seria «Nem todos os alunos vieram», uma implicatura escalar negativa desencadeada pela ocorrência de *alguns* no enunciado. Como assinala Levinson (2000), há testes diagnósticos para as implicaturas escalares, que envolvem o uso de certos sintagmas, em adenda, que suspendem ou cancelam a implicatura, sem no entanto tornarem o enunciado contraditório ou anómalo. Em inglês, tal adenda assume frequentemente a forma *if not x*; o mesmo acontece em português, com a estrutura *se não x*. Trata-se ainda de um comentário a posteriori sobre o que foi dito, mas a especificidade reside na suspensão de implicaturas, e não de conteúdos pressupostos.

2.3. Condicionais de cortesia

Nesta secção, vamos centrar-nos nalgumas fórmulas ritualizadas, formalmente idênticas a frases adverbiais condicionais finitas, que têm funções tipicamente identificáveis com as dos marcadores discursivos, operadores linguísticos que ocorrem basicamente na oralidade

¹⁵ Em vez da máxima da Quantidade poderíamos convocar uma heurística do tipo «Do not provide a statement that is informationally weaker than your knowledge of the world allows» ou «select the informationally strongest paradigmatic alternate that is consistent with the facts», formulada por Levinson (2000: 76). As heurísticas propostas por Levinson defluem de um trabalho de reavaliação crítica das máximas conversacionais griceanas.

dialógica, em situações espontâneas, informais e pouco controladas de interacção verbal, inscrevendo no discurso instruções relativas à gestão da interlocução, no plano da cortesia, e à distribuição dos turnos de fala¹⁶.

Vejam-se então os seguintes exemplos:

(41) Diga-me o seu nome, se faz favor.

(42) Pode repetir, se faz favor?

A expressão cristalizada ou fixa *se faz favor*, comutável por *se não se/te importa(s)*, está ao serviço de uma estratégia discursiva de atenuação ou mitigação da força ilocutória de actos directivos.

Estes são casos cuja explicação envolve claramente a convocação de um princípio de delicadeza ou cortesia, articulado com a noção de face (cf. Brown & Levinson, 1987). Na verdade, no plano da interacção verbal, os falantes tendem a minimizar os aspectos negativos que a realização de determinados actos discursivos acarretam. E isto porque, de acordo com uma perspectiva sociopsicológica da comunicação, os falantes tendem a gerir de forma adequada, através do discurso, a sua própria imagem social – a sua face – e também a face do outro. Ora um dos aspectos relevantes que a noção de face (nomeadamente a de face negativa) envolve prende-se com a necessidade que o sujeito sente, enquanto ser social, de autonomia, preservação de território e não coerção por parte do(s) outro(s). Sabendo nós que há actos discursivos que são claramente ameaçadores da face do interlocutor, nomeadamente os actos directivos impositivos, facilmente concluímos que há estratégias de cortesia linguística que, ao mitigarem a força ilocutória de um desses actos, tornando-a menos transparente, tendem a evitar disrupções comunicativas. Em Português, as estruturas condicionais assinaladas são mecanismos linguísticos ritualizados de cortesia, que visam preservar a face negativa do interlocutor, aproximando a ordem de um pedido.

Embora com um grau distinto de fixação, há em PEC outras expressões formalmente idênticas à prótase de frases condicionais que podem igualmente ser incluídas nesta secção, dada a sua função de

¹⁶ Brinton & Traugott (2005) consideram que estes marcadores discursivos, que derivam historicamente de orações adverbiais entretanto fossilizadas e rotinizadas, e que, sincronicamente, desempenham funções pragmáticas, ilustram um processo peculiar de gramaticalização. Já em Montolio, 1999 se considera que se trata de um processo de lexicalização. Não iremos discutir aqui esta questão controversa.

gestão da interacção no plano da cortesia. Vejam-se os enunciados seguintes:

- (43) «Estás a fazer o quê? se não é muita indiscrição.» [CRPC]
 (44) Se me permite, discordo frontalmente da sua opinião.

Em ambos os casos, a estrutura condicional sinaliza respeito pelo outro e suaviza actos discursivos que podem ser avaliados como lesivos da sua face, nomeadamente uma pergunta pessoal e a manifestação de discordância.

Para concluir esta secção, julgo que há ainda estruturas formalmente idênticas a condicionais que podem, no PEC, ser usadas na interacção conversacional como gestos verbais corteses ao serviço da gestão harmoniosa do sistema de «turn-taking»: Atente-se em (45):

- (45) Se me é permitido intervir / se posso interrompê-lo / se me dá licença, gostaria de pedir um esclarecimento.

Como traços formais, assinala-se a ocorrência do Presente do Indicativo neste conjunto de fórmulas, a impossibilidade da inserção de *então* e a total independência sintáctico-semântica destas construções particulares com *se* relativamente à frase com que se combinam, o que se reflecte na inexistência de qualquer correlação modo-temporal entre os dois membros do enunciado. A supressão destas fórmulas apenas afecta a gestão adequada das faces na interacção.

3. Outros usos de construções condicionais

Nesta última secção, propomo-nos abrir algumas pistas de investigação futura sobre condicionais, circunscrevendo alguns contextos específicos que legitimam usos particulares não subsumíveis nas condicionais de enunciação, usos esses que ainda não foram explorados no PEC, tanto quanto é do meu conhecimento. Como denominador comum destes usos, refira-se, por um lado, o facto de as prótases condicionais retomarem informação prévia, contribuindo, portanto, para a construção da coesão/coerência textual; por outro lado, são construções ao serviço de estratégias retóricas que importa desvendar. Começaremos pelas condicionais identificativas, expressão que recolhemos em Montolío (1999), que analisa com algum detalhe o seu funcionamento em espanhol.

3.1. Condicionais identificativas

Vejam-se os seguintes exemplos:

- (46) «–De quem é a culpa do processo de regionalização estar armadilhado? J. G. – Se alguém pode ser culpado pelo atraso da regionalização é, realmente, o Partido Socialista.» [CdP]
- (47) «–[O PS] e o Governo mostraram ou não alguma dose de inflexibilidade no processo de regionalização, demorando muito tempo até que aceitassem como válido um referendo com significado nacional? –A. C. – Se alguém demonstrou inflexibilidade neste processo foi o PSD.» [CdP]

Na prótase introduzida por *se*, introduz-se uma variável (*alguém*, *algo*) cujo valor é especificado na apódose, que configura uma frase clivada reduzida:

- (46a) «Se alguém pode ser culpado pelo atraso da regionalização é, realmente, o Partido Socialista [que é responsável pelo atraso da regionalização].»
- (47a) «Se alguém demonstrou inflexibilidade neste processo foi o PSD [que demonstrou inflexibilidade].»

Ou seja, em *q* identifica-se um elemento apresentado de forma inespecífica em *p*. Note-se que a construção ‘*se p, q*’ nos exemplos, funciona globalmente como resposta a uma pergunta. O segmento ‘*se p*’ retoma o discurso anterior, apresentando retoricamente como hipótese ou suposição informação que é de facto «taken for granted» pelo falante. Por outras palavras, *p* é uma asserção encoberta: ‘*se p*’ equivale a ‘*se, como assumo, p*’. O falante assume *p* e acrescenta em *q* informação que preenche e identifica a variável presente em *p*. A frase clivada reduzida funciona como uma estratégia retórica para focalizar a informação nova que o falante considera ser cognitivamente relevante. Nestas construções, a ordem das orações é fixa e está excluída a possibilidade de a apódose ser introduzida por ‘*então*’. Embora nos exemplos o tempo verbal seja o presente do Indicativo, não se exclui a possibilidade de ocorrência de outros tempos verbais do Indicativo, como a seguir se ilustra:

- (48) Se alguém teve culpa, foi o Presidente da Câmara.

Já o Conjuntivo parece inaceitável nestas condicionais identificativas:

(48a) ?? Se alguém tiver culpa, será o Presidente da Câmara.

(48b) ?? Se alguém tivesse tido culpa, teria sido o Presidente da Câmara.

Com efeito, o carácter factual das construções identificativas é incompatível com a ocorrência, na prótese, de tempos do Conjuntivo, tipicamente o modo da não-asserção, responsável pela marcação de uma modalidade hipotética ou contrafactual.

Em síntese, o falante que recorre a este tipo de construções «atenua» a informação factual que intende transmitir, transformando uma asserção categórica numa asserção condicionalmente modalizada.

3.2. Condicionais pleonásticas

Adoptamos a designação de Declerk & Reed (2001) para rotular um conjunto de condicionais que se caracterizam pelo facto de a apódose ser uma repetição em eco da prótase, como se exemplifica em (49):

(49) Se não podes ajudar-me, não podes ajudar-me.

Construções deste tipo, que flagrantemente derrogam a máxima griceana da Quantidade, não são de facto interpretadas como truísmos. O falante comunica, por implicatura, que aceita o que considera um facto inevitável. Porém, outras implicaturas podem ser contextualmente induzidas, pelo que só uma análise de exemplos devidamente inseridos em trocas verbais mais amplas poderá lançar alguma luz sobre a motivação que preside ao uso deste tipo de construções.

3.3. Condicionais comparativas

Nesta secção, avançaremos alguns exemplos de estruturas condicionais cujo uso parece ditado exclusivamente pela intenção de expressar algum grau de similaridade ou contraste entre entidades participantes nas situações descritas em *p* e *q*. Vejam-se os exemplos:

- (50) Se é doloroso para a Ana, também é doloroso para o irmão.
(51) Se o teu filho é irrequieto, o meu é hiperactivo.¹⁷
(52) Se Lisboa é a cidade mais bonita do país, o Porto é a cidade mais trabalhadora.

(50) pode ser parafraseado por «É tão doloroso para a Ana como para o irmão»; (51) admite a paráfrase «O meu filho é muito mais irrequieto do que o teu»; (52) aproxima-se de uma construção contra-argumentativa: «Lisboa é a cidade mais bonita do país, mas o Porto é a cidade mais trabalhadora».

Julgo que só num quadro interactivo é que estas construções podem ser cabalmente descritas e explicadas. De facto, ocorrem tipicamente em contextos dialogais, como intervenções reactivas/réplicas que retomam o que foi dito previamente, assumindo implicitamente a sua factualidade (*'se, como assumo, se verifica p.'*). Assim, submetem retoricamente a uma suposição informação que já foi contextualmente asserida e que (aparentemente) não é contestada. A frase condicional ocupa sempre posição inicial: ancora a réplica do falante na troca verbal em curso, retomando um conteúdo proposicional já verbalizado e funcionando tipicamente como ponte para a introdução de um novo tópico no discurso – o segundo pólo da comparação, referenciado na apódose. Para que o mecanismo comparativo funcione, parece ter de haver uma correlação lexical entre ambas as orações: é o que acontece nos exemplos: *irrequieto* e *hiperactivo* são adjectivos que, em graus diversos, expressam uma propriedade comportamental do ser humano; *bonita* e *trabalhadora*, denotam ambos propriedades avaliadas positivamente, embora pertencentes a esferas semânticas distintas; no exemplo (52), sendo o predicador adjectival o mesmo, nos dois membros da construção, a correlação lexical está automaticamente assegurada.

Um aspecto interessante a explorar, que deixamos em aberto, prende-se com os efeitos do recurso a uma condicional retórica: ao seleccionar uma estrutura condicional, o locutor parece convocar de algum modo a relação de implicação que tipicamente caracteriza as condicionais canónicas, para tornar irrecusável o conteúdo vazado em *q*. Mas com que objectivos ilocutórios e interaccionais?

¹⁷ Não contemplamos aqui uma outra possibilidade interpretativa, que passa pela não assunção, pelo locutor, da factualidade/verdade de *p*. Nesta leitura, o locutor visaria, se não refutar, pelo menos contestar uma asserção prévia, considerada algo exagerada ou pouco adequada/rigorosa na sua formulação.

4. Considerações finais

Sem qualquer pretensão de esgotar o complexo domínio da semântica e pragmática das construções condicionais, este estudo visa apenas contribuir para alargar a base empírica da pesquisa, o que acarreta, naturalmente, uma alteração do ângulo de visão e a consequente convocação de enquadramentos teóricos distintos dos da semântica clássica.

Propôs-se, neste trabalho, uma tipologia das condicionais de enunciação, baseada em critérios semântico-pragmáticos e formais. Assim, distinguem-se três grandes classes, que por seu turno admitem ainda uma análise mais fina e granulada, tendente à delimitação de subclasses substancialmente mais homogêneas: (i) condicionais ilocutórias ou para actos de fala, (ii) condicionais metadiscursivas e/ou metalinguísticas, (iii) condicionais de cortesia. Os dados apontam de forma muito clara para a necessidade de se convocarem parâmetros de natureza pragmático-funcional para a sua análise e evidenciam comportamentos observáveis interlinguisticamente¹⁸.

Na parte final do trabalho, abrem-se pistas futuras de reflexão, em torno de alguns usos retóricos particulares de estruturas condicionais não exploradas em Português, nomeadamente condicionais identificativas, pleonásticas e comparativas.

Referências bibliográficas

- BRINTON, L. & TRAUGOTT, E. C. (2005), *Lexicalization and language change*. Cambridge: CUP.
- BROWN, P. & LEVINSON, S. (1987), *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: CUP.
- DECLERCK, R. & REED, S. (2001), *Conditionals. A comprehensive empirical analysis*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- DUCROT, O. (1972), *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann.
- [HUDDLESTON, R. & PULLUM, G. K. (2002), *The Cambridge Grammar of English Language*. Cambridge: CUP.]
- LEVINSON, S. (2000), *Presumptive Meanings: the Theory of Generalized Conversational Implicature*. Cambridge, MA: MIT Press.

¹⁸ Cf. Lyncan (2001), Declerck & Reed (2001), Montolio (1999).

- LEWIS, D. (1973), *Counterfactuals*. Oxford: Basil Blackwell.
- LYNCAN, W. (2001), *Real conditionals*. Oxford: Clarendon Press.
- LOBO, M. (2003), *Aspectos da sintaxe das orações subordinadas adverbiais do Português*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
- KORTMANN, B. (1997), *Adverbial subordination. A typology and history of adverbial subordinators based on European languages*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- LOPES, A. C. M. & SANTOS, P. (1993), «A condicionalidade das frases genéricas». *Cadernos de Semântica*, 17. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MATEUS, M. H. M. et al. (2003), *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- MONTOLÍO, E. (1999), «Las construcciones condicionales». In I. Bosque & V. Demonte (orgs.), *Gramática descriptiva de la lengua Española*. Madrid: Espasa, 3643-3737.
- PERES, J. et al. (1999), «Sobre a forma e o sentido das construções condicionais em português». In I. H. Faria (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos, 627-654.
- QUIRK, R. et al. (1985), *A comprehensive grammar of the English language*. London: Longman.
- RAMSEY, F. P. (1929), «General propositions and causality». In Mellor (1990), *F. P. Ramsey. Philosophical Papers*. Cambridge: CUP.
- STALNAKER, R. (1968), «A theory of conditionals». In N. Resher (ed.), *Studies in logical theory*. Oxford: Basil Blackwell.
- SWEETSER, E. (1990), *From etymology to pragmatics*. Cambridge: CUP.
- VAN DER AUWERA, J. (1986), «Conditional speech acts». In E. Traugott et al (eds.), *On conditionals*. Cambridge: CUP, 197-214.

A natureza e os fins do conhecimento gramatical: análise de provas de exame do Português¹

ANTÓNIO CARVALHO DA SILVA
(Universidade do Minho)
acsilva@iep.uminho.pt

Aos (meus últimos) alunos das Licenciaturas em Ensino da UM

Apesar de ser quase unânime a ideia de que avaliação é uma prática indispensável ao processo de escolarização, a ação avaliativa continua sendo um tema polémico.

Teresa Esteban (2004)

Abstract

With this article, we intend to understand how the official regulation of teaching Portuguese operates and how grammar knowledge reconfigures itself on the exams, identifying the officially evaluated and validated grammar knowledge. So, the core aim of this work will be to characterize the grammar knowledge configuration in the portuguese “Provas de Aferição”² and the National Portuguese Language Examinations of the 9th grade, performed in seven consecutive years (from 2002 to 2008).

In that ambit and understanding the official evaluation as a constitutive factor of the Portuguese Language subject, we will try to discuss how the explicit knowledge about the mother tongue is represented and assessed. In order to discuss such questions, this work is developed in the following sections: *a)* framework of school assessment and identification of its nature in the Portuguese

¹ Texto produzido no âmbito da Linha de Investigação «Literacias – Práticas e Discursos em Contextos Educativos» do Centro de Investigação em Educação da UM - <http://www.iep.uminho.pt/literacias>.

² Exams taken by the students on the 4th, 6th, 9th grades, in order to evaluate if the essential aims and competences of each cycle are being reached by the educational system.

Language subject; *b*) presentation of the study dimensions of the Portuguese language external evaluation tests, justifying the *corpus* selection and discussing the analysis aims; *c*) definition of the analytic categories for each of the study's dimensions; *d*) discussion and analysis of the results, with the presentation of some conclusions.

Palavras-chave: avaliação formativa; avaliação aferida; exames nacionais; conhecimento explícito da língua; configurações (do ensino) da gramática; gramática escolar; regulação externa do ensino.

1. Introdução: objecto e objectivos

Um estudo que tenha como tema central o da avaliação externa na área do Português justifica-se não apenas pelas naturais razões enunciadas no texto da epígrafe, mas sobretudo porque, neste início de século, houve algumas alterações quanto ao tipo de provas de avaliação externa que se realizam no final do 3.º Ciclo³.

Não só em virtude de mudanças na política oficial de avaliação escolar, em que se passa de uma avaliação aferida externa do sistema para a avaliação sumativa dos alunos, mas também na sequência dos trabalhos de uma análise de manuais escolares de Português (Silva, 2008), iniciamos agora um estudo que nos permita compreender como se opera a configuração oficial do ensino do Português e como se vai (re)configurando o domínio programático da gramática ao nível das provas de avaliação externa, identificando-se o que é conhecimento gramatical oficialmente *validado e avaliado*.

Assim, o objectivo central deste texto será o de caracterizar a configuração do conhecimento gramatical em Provas de Aferição e em Exames Nacionais de Português do 9.º Ano, realizados em sete anos lectivos sucessivos (de 2001/02 a 2007/08), no sentido de retirar (indirectamente) ilações acerca da forma como a avaliação externa condicionará o ensino-aprendizagem do Português e, em especial, o da gramática⁴.

³ No ano lectivo de 2004/05, o Ministério da Educação anunciava que as provas de aferição seriam substituídas, no 9.º Ano, por um exame nacional, realizado, de facto, desde 2005.

⁴ Tendo já estudado (em Silva, 2008), os conteúdos e as actividades de gramática nos livros de Português do 7.º, do 8.º e do 9.º Anos, adoptados nos anos lectivos de 2002/03, 2003/04, 2004/05, pretende-se, desta feita, caracterizar as provas de avaliação externa de Português do final do mesmo Ciclo, no sentido de determinar os elementos caracterizadores do conhecimento gramatical oficial.

Aceitando o princípio de que os conteúdos gramaticais *nomeados* pelos Programas Oficiais, pelo Currículo Nacional, pela Nomenclatura Gramatical e, sobretudo, pelos Livros de Português são, deste modo, *criados* como elementos nucleares dos saberes relativos ao conhecimento explícito da língua, teremos de testar a hipótese de os domínios e os métodos de avaliação externa do conhecimento gramatical poderem determinar uma configuração específica da gramática escolar⁵.

Entendendo, assim, a avaliação oficial como um factor constitutivo da disciplina de Português, tentaremos discutir como são representados e avaliados os conhecimentos explícitos sobre a língua materna. Para aprofundar estas questões (1.), o artigo desenvolver-se-á de acordo com estes outros tópicos: (2.) enquadramento teórico sobre a avaliação escolar e caracterização da natureza da avaliação na área do Português; (3.) apresentação das dimensões do estudo das sete provas de avaliação externa de Português do 9.º Ano e das categorias analíticas de cada uma das suas dimensões; por fim (4.), discussão e análise dos resultados, fechando-se o texto com uma síntese e algumas conclusões preliminares (5.).

2. A questão da avaliação escolar na área do Português

2.1. *Conceito(s), fins e modalidades de avaliação escolar*⁶

Se aceitarmos como verdadeiro que «a avaliação é sinónimo de sucesso» (Pacheco & Zabalza, 1995: 7), ao estudar a problemática da avaliação na área do Português, estaremos a contribuir para uma melhor compreensão das condições em que se planifica, ensina, aprende e avalia no contexto do sistema de ensino português actual. Ao mesmo tempo, confirmamos se as mudanças políticas nos sistemas de ensino continuam a estar associadas a alterações em termos da avaliação escolar, tal como sustentava Pacheco (1995: 48): «O sucesso da reforma curricular depende muito do sucesso do novo regime de avaliação dos alunos dos ensinos básico e secundário».

⁵ Entretanto, ver-se-á ainda até que ponto o poder regulador da avaliação externa supera a regulação operada pelos textos oficiais e pelos próprios manuais escolares, à imagem do que sustentam estudos recentes como os de Alves (2007) e Rosário (2007), para o Português e a Matemática, respectivamente.

⁶ Sobre estas questões, veja-se o capítulo I do recente trabalho de Fernandes, Alves & Machado (2008).

Embora de modo não muito desenvolvido, há pois que determinar quais são os fins e as modalidades mais correntes de avaliação do currículo e das aprendizagens, ao mesmo tempo que precisamos o que se entende por avaliação escolar realizada ora por «Provas de Aferição» ora por «Exames Nacionais», enquadrando-a numa concepção de avaliação (a formativa) que contribua para a educação linguística dos alunos.

Nesse sentido, há que distinguir *classificação* de *avaliação*⁷, e diferenciar os três tipos fundamentais de avaliação: *diagnóstica*, *formativa*, *sumativa*. Pese embora o facto de, por vezes, se situar temporalmente estas três modalidades de avaliação ao longo do processo didáctico (*antes, durante, no fim*), a verdade é que são sobretudo as funções que as distinguem. Assim, no caso da primeira, «A função essencial é verificar se o aluno está de posse de certas aprendizagens anteriores que servem de base à unidade que se vai iniciar» (Ribeiro, 1990: 79). Por seu lado, «A avaliação formativa pretende determinar a posição do aluno ao longo de uma unidade de ensino, no sentido de identificar dificuldades e de lhes dar solução» (*Idem*: 84). Finalmente, «A avaliação somativa corresponde, pois, a um **balanço final**, a uma **visão de conjunto** relativamente a um todo sobre que, até aí, só haviam sido feitos juízos parcelares» (*Idem*: 89). Este último tipo de avaliação permite não só a aferição de resultados, mas também a classificação dos alunos, estando a ela associadas as provas de exame.

Abrecht (1994) define os objectivos, os usos, os níveis, as funções e os dilemas de uma avaliação formativa e, descrevendo as suas vantagens, afirma (pp. 131-132):

«Privilegiando o *processo* em relação ao *produto*, o método relativamente ao conteúdo, a avaliação formativa acentua o aspecto *qualitativo* da avaliação. Longe de ser a simples verificação de determinada quantidade de sucessos ou de erros, pretende ir ao *porquê*, [...], a fim de ter verdadeiro impacto no progresso da aprendizagem.»

Confrontando a avaliação sumativa com a formativa e a avaliação quantitativa com a qualitativa⁸, os teóricos atribuem um significado

⁷ Ribeiro (1990) define assim estes dois conceitos: «A avaliação é uma operação descritiva e informativa nos meios que emprega, formativa na intenção que lhe preside e independente face à classificação» (p. 75); «A classificação, em contrapartida, tem uma intenção selectiva e procede à seriação de alunos ao atribuir-lhes uma posição numa escala de valores» (p. 76).

⁸ No contexto deste artigo, não se justificará o aprofundamento de noções como as de avaliação *quantitativa* e *qualitativa*. Sobre a questão, veja-se, por exemplo, o texto

especial ao papel fundamental da avaliação no processo formal de ensino-aprendizagem, questionando a avaliação externa, como a que é realizada nas Provas de Aferição ou nos Exames.

É evidente que, por norma, nos sistemas de ensino, deveria privilegiar-se a avaliação formativa e contínua dos processos de aprendizagem, até porque esta última corresponde a «uma avaliação formativa permanente» (Ribeiro, 1990: 84). Carrasco (1989: 10)⁹ também afirma que «A avaliação educativa deve ser *sistemática, contínua e integral*», querendo com tal significar que ela terá de ser integrada no processo e avaliar todos os elementos. Entretanto, na sua essência, «a avaliação não deve ter um carácter *selectivo*» (associado à mera classificação), devendo apresentar «um sentido de *ajuda e orientação*» (*Idem*: 13), próprio de uma avaliação de tipo formativo.

Nesta linha, ora discutindo a avaliação educacional, ora analisando, em específico, a avaliação escolar, vários autores vêm problematizando os fins da avaliação, questionando quer a avaliação por exame quer a avaliação aferida. Ao discutir as implicações da *avaliação*, Lima (1995: 56) sustentava ser visível «um maior controlo do Estado sobre os processos e os agentes da avaliação», indiciado pela divulgação do princípio do «Estado-Avaliador» e pela introdução das avaliações de tipo «institucional», «da qualidade» e «aferida». Sobre esta modalidade de avaliação, o autor sustenta (*Idem*: 57):

«No caso dos ensinos básico e secundário emerge, comparativamente, a ideia de ‘avaliação aferida’ com a finalidade de controlar a qualidade do sistema educativo e de contribuir para a *confiança social* no sistema escolar, conforme palavras dos respectivos despachos normativos.»

A esta questão – a da possível influência da avaliação interna nas práticas de ensino e de avaliação escolares – responderam afirmativamente, por exemplo, os estudos de Rosário (2007) e de Alves (2007), o qual concluiu (p. 126) que, no âmbito do Português, «os exames nacionais exercem um efeito retroactivo sobre o currículo e, [...], acabam

de Esteban (2003), que defende (p. 26): «Entendo que a avaliação qualitativa configura-se como um modelo de transição por ter como centralidade a compreensão dos processos, dos sujeitos e da aprendizagem, o que produz uma ruptura com a primazia do resultado característico do processo quantitativo».

⁹ Carrasco (1989) define três formas de realizar a avaliação de acordo com os agentes que nela participam – *hetero-avaliação, auto-avaliação, avaliação mista* (p. 22) – e propõe três modalidades distintas de avaliação contínua: *avaliação inicial, avaliação progressiva, avaliação final* (pp. 35-36).

por serem eles a definir o currículo de facto, servindo de referências às práticas pedagógicas».

Cardoso (1995) considera que uma das manifestações de crise do sistema de ensino se relaciona com o fracasso dos exames de carácter nacional (prova geral de acesso, provas de aferição ou específicas). Afirma até que a «avaliação aferida» tem como intenção principal (não assumida) a avaliação dos alunos¹⁰. Por conseguinte, as reticências sobre a avaliação aferida e as dúvidas em relação às mais recentes avaliações por exame sugerem que a realização de exames é uma prática que contribuirá para a regulação dos saberes escolarmente válidos e, mesmo que de modo «oculto», para a demonstração de certas relações de poder, tal como sustenta Torres Santomé (1995: 46):

«Este [o exame] converte-se, desta forma, num veículo de imposição, definição e legitimação do saber autêntico; define não só aquilo que conta como conhecimento digno e aceitável, mas também quem é que tem a última palavra, ou, o que é a mesma coisa, o verdadeiro poder.»

Se são, pois, recorrentes as dúvidas em relação aos efeitos no processo de ensino-aprendizagem da avaliação sumativa externa (que até por isso deve ser estudada nas suas consequências), também em termos da avaliação formativa se desenvolvem tentativas para a sua reconceptualização, como a que apresentou Fernandes (2006), com uma «*avaliação formativa alternativa*» (p. 22)¹¹.

Distinguindo a «*avaliação formativa*» da «*sumativa*» e definindo a «*avaliação alternativa*», Fernandes (2006: 24-25) refere uma série de expressões que dizem respeito a «algum tipo de avaliação cujo prin-

¹⁰ Sobre a noção da avaliação aferida, o texto de Cardoso (1995), questionando-se sobre o «destino» desse tipo de avaliação, propõe a seguinte (re)definição: «Estou a defender para a 'avaliação aferida' um estatuto declarado, técnica e politicamente assumido, de **provas normalizadas e padronizadas**, que permitem recolher, ao nível da Administração Central, informação significativa, de alcance global, para a avaliação do sistema [...]». Exactamente sobre a avaliação aferida que foi sendo realizada no contexto português (até 2003/04), Alves (2007: 53-54) considera, a partir da sua análise, que «Esta modalidade de avaliação, apesar de aparentemente possuir objectivos diferentes dos da avaliação sumativa externa, parece adquirir a mesma função: obter informações sobre a prestação dos alunos de forma a estabelecer o nível de qualidade do ensino prestado nas escolas, [...]».

¹¹ Com o intuito de clarificar o próprio conceito de avaliação formativa, este autor (Fernandes, 2006: 22-23) começa por distinguir o entendimento clássico do termo («visão mais restritiva») da concepção actual: «Trata-se de uma avaliação interactiva, centrada nos processos cognitivos dos alunos e associada aos processos de *feedback*, de regulação, de auto-avaliação e de auto-regulação das aprendizagens».

cial propósito parece ser o de melhorar o ensino e as aprendizagens» («*avaliação autêntica*», «*avaliação contextualizada*», «*avaliação formadora*», «*avaliação reguladora*», «*avaliação educativa*»), sendo que:

«[...] todas elas se referem a uma avaliação mais orientada para melhorar as aprendizagens do que para as classificar, mais integrada no ensino e na aprendizagem, mais contextualizada e em que os alunos têm um papel relevante a desempenhar.»

Ora é este pressuposto que orientará a análise de conteúdo de Provas de Aferição e Exames Nacionais: qual a natureza e o(s) sentido(s) da avaliação externa do Português? Partindo do princípio de que essas provas escritas são formas de regular os objectos da educação linguística em Português, veremos como seleccionam os saberes pedagogicamente válidos e reconfiguram as práticas de ensino-aprendizagem da língua.

2.2. Normativos reguladores da avaliação no final do Ensino Básico

Passados mais de vinte anos sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei N.º 46/86) e continuando a vigorar os textos programáticos que, na sequência dela, foram aprovados (em 1991) e implementados (em 1992/93), pretendemos desenvolver dois olhares – um sobre a legislação e outro sobre os programas – que nos permitam ver em que sentido esteve ou está orientado o sistema de avaliação do final do 3.º Ciclo.

Num texto de 1992 (Despacho Normativo N.º 98-A/92), considera-se a avaliação «um elemento essencial para uma prática educativa integrada» (Art. 7.º) e que, como «elemento regulador da prática educativa», terá um «carácter sistemático e contínuo» (Art. 8.º). Estabelecem-se, para o Ensino Básico, quatro modalidades de avaliação (Art. 12.º): formativa, sumativa, aferida, especializada. A avaliação aferida é de tipo externo e visa «medir o grau de cumprimento dos objectivos curriculares mínimos» e controlar a «qualidade do sistema de ensino» (Art. 41.º)¹².

¹² O *Relatório Nacional das Provas de Aferição* de 2003 relembra que «O principal objectivo da realização das provas de aferição é o de fornecer informação sobre o desempenho dos alunos, face ao desenvolvimento de competências consideradas essenciais

Em 2001, apresenta-se um novo texto regulador das práticas pedagógicas – o *Currículo Nacional do Ensino Básico*. O Decreto-Lei N.º 6/2001, regulando a implementação do Currículo, estabelece normas relativas à avaliação das aprendizagens. É de notar que um dos princípios orientadores da gestão do currículo seja (Art. 3.º, b)) o da regulação pela avaliação: «Integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua o elemento regulador do ensino e da aprendizagem». Sublinhando a natureza reguladora, orientadora e certificadora da avaliação, este decreto estipula e define três modalidades de avaliação (Art. 13.º, 1) – diagnóstica, formativa e sumativa. É, ainda, neste diploma que se consagra a avaliação aferida (Art. 17.º, 1):

«As provas nacionais de aferição constituem um dos instrumentos de avaliação do desenvolvimento do currículo nacional e destinam-se a fornecer informação relevante aos professores, às escolas e à administração educativa, não produzindo efeitos na progressão escolar dos alunos.»

Assim, junto com as modalidades mais correntes de avaliação – formativa e sumativa – continua a prever-se a realização da avaliação aferida¹³ que, não classificando os alunos, servirá para regular o sistema, a escola e o currículo.

Por fim, em 2005, através do Despacho Normativo N.º 1/2005, o Ministério da Educação, introduzindo a realização de exames nacionais no 9.º Ano, vem estabelecer «os princípios e os procedimentos a observar na avaliação das aprendizagens e das competências, assim como os seus efeitos» (Art. 1.º). Salientando que a avaliação tem como finalidades «Apoiar o sucesso educativo [...]», «Certificar as diversas aprendizagens [...]» e «Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo [...]» (Art. 3.º), estabelecem-se princípios estruturantes da avaliação, donde se destaca o da «Primazia da avaliação formativa com valorização dos processos de auto-avaliação regulada [...]» (Art. 6.º, c)).

para cada ciclo de ensino. Neste sentido, permitem o levantamento de elementos de base para uma análise do funcionamento do sistema educativo, podendo conduzir e alimentar o debate público sobre a Escola» (Alves, 2004: 7).

¹³ O Decreto-Lei N.º 209/2002 introduz alterações no Decreto-Lei N.º 6/2001, em particular no Art. 13.º, passando a distinguir a avaliação sumativa interna da externa, a qual «compreende a realização de exames nacionais no 9.º ano, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática» (Art. 13.º, 4, b)).

Todavia, com a introdução dos exames nacionais (em 2005), era previsível que a avaliação sumativa externa tivesse um peso especial nas práticas escolares e na classificação dos alunos. De facto, este documento estabelece três modos de avaliação: diagnóstica (Art. 18.º), formativa (Art. 19.º), sumativa interna e externa (Art. 25.º). Na avaliação sumativa externa, feita pelo Estado, estipula-se «a realização de exames nacionais no 9.º ano, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática» (Art. 41.º).

Ficou, desta forma, consagrada a realização de exames finais. Segundo dados do Ministério, no exame de Português do 9.º Ano desse ano lectivo, num universo de 85.088 alunos, houve 403 com a classificação de 1 (0,5%), 19.287 com 2 (23%), 42.953 com 3 (50%), 21.107 com 4 (25%) e 1.338 com 5 (1,5%). Sendo aprovados 89% dos alunos¹⁴, pode considerar-se que, neste contexto, as classificações foram satisfatórias.

Os resultados das Provas de Aferição realizadas em 2003 e 2004 não se afastaram muito dos que os alunos obtiveram nos primeiros exames nacionais. Assim, segundo o relatório das provas de 2004¹⁵, num total de 95.344, no caso da Língua Portuguesa, houve 31% dos alunos que teve «respostas consideradas completamente correctas», 33% com respostas de nível intermédio, 11% de questões sem respostas e 25% de respostas «classificadas com o código zero» (Ucha, 2005: 120). Foi, em todo o caso, nos domínios da leitura (7% de questões sem resposta) e do conhecimento explícito (19% de respostas em branco) que se verificaram maiores dificuldades, já que 35% das respostas foram classificadas com código zero. Em suma, mesmo que os resultados da avaliação externa pareçam globalmente satisfatórios, a verdade é que a percentagem de alunos que alcança níveis elevados de desempenho se situa apenas nos 30% (provas de 2003), nos 31% (provas de 2004) ou nos 26,5% (exames de 2005)¹⁶.

¹⁴ Estes dados foram acedidos, em 15/07/2005, no sítio do Ministério da Educação (<http://www.min-edu.pt>). No caso da Matemática (cujo nível de aprovação foi de 74%), houve 41.214 alunos com a classificação de 2 (48,5%), 17.141 com 3 (20%), 6.747 com 4 (8%) e 1.008 com 5 (1%).

¹⁵ No relatório das provas de 2003, os resultados foram idênticos: «30% dos alunos alcançaram o nível máximo de desempenho»; «31% das respostas situam-se nos níveis intermédios»; «33% das respostas situam-se no nível mínimo»; «6% dos alunos não responderam» (Alves, 2004: 133). Só no caso do conhecimento gramatical (51% de respostas no nível mínimo) é que os resultados foram mais negativos.

¹⁶ A confirmar essa tendência estão os resultados que os nossos alunos de 15 anos (na sua maioria no final do Ensino Básico) vão obtendo nas avaliações internacionais do

2.3. *A perspectiva da avaliação segundo os textos programáticos*

Uma outra perspectiva de estudo da avaliação em língua materna é a da análise dos mais recentes textos programáticos do Ensino Básico naquilo que eles determinam em termos do domínio da avaliação: fundamentos e princípios, funções e modalidades.

Sabendo embora que «Não é fácil mudar nem os sistemas, nem os critérios de avaliação, nem os instrumentos usados habitualmente, nem as formas de organização, nem os formatos de apresentação dos resultados» (Zabalza, 1995: 13), devemos, pela observação atenta dos discursos oficiais, identificar a natureza e os fins das práticas mais correntes de avaliação. É precisamente com essa intenção que percorremos os textos programáticos de Língua Portuguesa do Ensino Básico (3.º Ciclo) desde 1991¹⁷.

Na *Organização Curricular e Programas* do 3.º Ciclo, depois de definidos os objectivos e a estrutura curricular, apresenta-se uma secção sobre «Avaliação». Aí se conclui estar subjacente aos textos legais «uma concepção de avaliação que implica o respeito pela individualidade de cada aluno» (Ministério da Educação, 1991a: 33).

Mesmo que a avaliação também tenha como função a de controlar a qualidade do ensino, estes programas destacam o princípio do que consideram uma «avaliação individualizada» e sublinham que «Tal avaliação diverge, portanto, da avaliação de carácter eminentemente

PISA (*Programme for International Student Assessment*). Segundo o relatório de 2000, os estudantes com 15 anos obtiveram resultados modestos quer na literacia em leitura, quer nas literacias matemática e científica. Entre 32 países, Portugal ficou em 26.º lugar. De acordo com esse texto (Ramalho, 2001: 12), «A situação mais preocupante, a dos alunos que não atingiram sequer o primeiro nível de literacia, corresponde a 10% de alunos portugueses com 15 anos [...]», quando a média na OCDE é de 6%. Decorridos três anos, os resultados do *PISA 2003* (que avaliou a literacia matemática), apresenta um panorama de desempenhos médios dos alunos portugueses idêntico, continuando Portugal a ocupar lugares modestos: 29.º lugar em literacia matemática; 28.º na literacia de leitura; 32.º na literacia científica (Ramalho, 2004: 14, 49, 55). Quanto aos resultados do *PISA 2006* e no que toca à literacia de leitura, há uma ligeira oscilação de valores: 470 em 2000; 478 em 2003; 472 em 2006 (Pinto-Ferreira, 2007: 43). Por fim, na literacia matemática, a situação manteve-se quase inalterada, com um valor médio de desempenho de 459, em 2000, e de 466, tanto em 2003 como em 2006 (*Idem*: 53).

¹⁷ Previamente, é preciso sublinhar que o programa de Português do Curso Geral Unificado (vigente a partir de 1980/81 para o 7.º, 8.º e 9.º Anos) não fazia referência aos processos de avaliação em língua materna. O item da avaliação será, pois, uma novidade nos programas de Língua Portuguesa de 1991.

selectivo, normativa e estandardizada [...]», apontando para a «dimensão formativa» deste conceito de avaliação (*Idem*: 33-34).

Entretanto, o texto programático sustenta que, mesmo no contexto da «avaliação formativa», se justifica a existência de «pedagogias universalizantes», isto para introduzir a necessidade de um outro conceito operatório – o de «classificação» (*Idem*: 37). Quase naturalmente, institui-se a possibilidade da avaliação final/aferida:

«Ainda numa perspectiva globalizante se integra a realização de provas finais ou exames no fim de um ciclo terminal e ou propedêutico, com a função de aferição do domínio dos saberes e das aptidões básicas ou do grau de consecução dos objectivos globais definidos para o respectivo nível de ensino» (*Idem*: 38).

Ficou, assim, aberta a porta à realização de Provas de Aferição ou de Exames. São de relevar, nestes programas, não só a emergência do domínio da avaliação, mas também a afirmação, em termos dos princípios pedagógicos, de uma avaliação individualizada e formativa. Entretanto, para cada um dos domínios do ensino língua materna (ouvir/falar, ler, escrever, funcionamento da língua), definem-se referenciais norteadores da avaliação. Destacando a pertinência da avaliação promotora de «autoconfiança» (*Idem*: 68) na avaliação do uso da língua, afirma-se, sobre a avaliação do saber gramatical, que:

«As aquisições de conhecimentos observadas nos **discursos orais ou escritos dos alunos** devem ser objecto de uma **avaliação global e construtiva** que não venha a inibir futuras realizações linguísticas» (*Idem*: 71).

Em suma, avaliar em língua materna será não só promover o desenvolvimento de competências verbais e de conhecimentos sobre o funcionamento da língua, mas, em simultâneo, permitir a formação de atitudes positivas face às práticas e às competências verbais, que vão sendo avaliadas e desenvolvidas.

No *Programa de Língua Portuguesa* (Ministério da Educação, 1991b), apenas na secção das «Indicações metodológicas» são apresentados «Referenciais para a construção de instrumentos de avaliação em língua materna» (*Idem*: 68). Quanto à avaliação do «Funcionamento da língua» (*Idem*: 70), dão-se indicações sobre técnicas de avaliação e sobre a adequação das mesmas à situação pedagógica e ao objecto a avaliar. Concluindo, há que sublinhar que, nestes programas, defen-

dendo-se a avaliação formativa, aceita-se a possibilidade de avaliações aqui ditas «universalizantes»¹⁸.

O *Currículo Nacional do Ensino Básico*, reforçando o princípio de que o ensino da língua materna se deve centrar na promoção de competências verbais, não faz referência ao processo de avaliação dessas mesmas competências (Abrantes, 2001: 3).

Por conseguinte, a partir do ano de 2001/02, uma avaliação coerente com estes reposicionamentos, mesmo que visando *regular o sistema*, deveria tender a avaliar as competências dos alunos¹⁹, que integram «conhecimentos, capacidades e atitudes», devem ser vistas como «saber *em acção* ou *em uso*» e aproximam-se do conceito de «*literacia*» (*Idem*: 9). Partindo desta conceptualização, seria de esperar que a avaliação central (nas Provas de Aferição) reflectisse esta forma nova de ver o currículo.

2.4. Apontamentos sobre a natureza da avaliação na área do Português

Tendo contextualizado teoricamente a questão da avaliação escolar; havendo caracterizado o tópico da avaliação no quadro dos documentos reguladores do ensino do Português; torna-se, agora, relevante discutir a natureza da avaliação na área específica da disciplina de Língua Portuguesa, ao nível do Ensino Básico.

Referimos já, no ponto anterior, que foram os textos programáticos de 1991 a introduzir o tema da avaliação. Ao analisar tais programas e comentando o facto inovador de eles reconhecerem a existência de «diferentes domínios de aprendizagem – recepção e produção do oral e do escrito e funcionamento da língua», Castro & Sousa (1992:

¹⁸ No estudo de Sim-Sim, Duarte & Ferraz (1997), apresentam-se seis «princípios orientadores do ensino da língua materna» (pp. 33-41). No domínio da avaliação, é nas «Reflexões finais» que se incluem indicações sobre avaliação, apelando-se à «*Necessidade de desenvolver e aplicar um processo de avaliação dos alunos ajustado à especificidade dos objectivos do ensino da língua materna*» (*Idem*: 103). Recordando que «o processo de avaliação em língua materna na educação básica visa orientar e regular o ensino e a aprendizagem das competências nucleares» (*Ibidem*), afirmam a necessidade de uma avaliação formativa que, próxima do aluno, contribua para o desenvolvimento dessas competências verbais.

¹⁹ As competências específicas a desenvolver em Língua Portuguesa são a «compreensão do oral», a «expressão oral», a «leitura», a «expressão escrita» e o «conhecimento explícito» (Abrantes, 2001: 32).

19) sublinham a necessidade de, no âmbito da avaliação das aprendizagens e porque esta foi instituída como «objecto programático», se fazerem «referências a práticas congruentes» e se sugerirem até «modalidades específicas de avaliação» para cada um daqueles domínios verbais. Estes documentos reguladores, porém, não avançam sugestões em termos de propostas práticas de avaliação na área do Português.

É reconhecida a importância destes saberes para o desenvolvimento do currículo e para o sucesso académico dos alunos. Tal como sustenta Amor (1999: 143), é possível «estabelecer uma elevada correlação entre insucesso linguístico e insucesso escolar», até porque, como refere, «o aluno é avaliado, no que diz respeito ao seu domínio linguístico, **em termos permanentes** (pelos seus desempenhos na aula de Português e nas restantes disciplinas)». Daí que a promoção de literacias, a avaliação de competências ou o ensino de aptidões linguísticas e comunicativas, associadas à área do Português, sejam pontos sensíveis no ensino da língua. Também aqui se foi operando uma passagem da concepção normativa da avaliação (como mera classificação) para uma sua visão formativa, através de uma pedagogia diferenciada, de uma progressiva autonomia e de uma gestão dos «erros» (*Idem*: 144).

Um dos primeiros estudos sobre a questão da avaliação (Sousa & Castro, 1989) instituiu como objecto de trabalho «as provas escritas de avaliação periódica» e justificou a sua escolha com o «facto de poderem dar informações relevantes sobre o modo como é concebida a disciplina de Português, quer quanto aos objectivos que lhe são cometidos, quer quanto aos conteúdos e às capacidades que nela são consideradas mais importantes» (p. 182). Sendo uma das dimensões de análise a «determinação dos domínios de avaliação representados», os autores puderam concluir «uma ocorrência quase sistemática dos vários domínios». Destaca-se, por um lado, o facto de todos os testes incluírem «perguntas de Gramática» e, por outro, a baixa frequência do domínio da escrita. De sublinhar, ainda, a elevada importância das perguntas (50%) que promovem actividades de «compreensão/interpretação» (*Idem*: 184-185). Daqui se deduz que os dois domínios privilegiados nas provas de avaliação de anos terminais do 3.º Ciclo (7.º e 8.º) são os da leitura e da gramática²⁰, constituindo esta uma

²⁰ Dado curioso é o que tem a ver com «um valor médio de sucesso mais elevado (61.3% dos pontos possíveis) que os alunos obtiveram no domínio da gramática, mesmo

hipótese a verificar na análise das provas de avaliação externa do 9.º Ano.

Entretanto, nos tempos mais recentes, vão surgindo alguns trabalhos académicos que analisam provas de avaliação (externa ou interna) de diferentes disciplinas²¹. Ao nível específico do Português, Alves (2007), analisando «testes escritos elaborados na avaliação externa e interna» (respectivamente, provas de aferição e exames nacionais; provas globais, exames de escola, testes periódicos), procurou «caracterizar as concepções ‘oficial’ e ‘real’ de leitor e de leitura» (p. ix).

Na sequência da análise diacrónica das provas de avaliação, Alves (2007: 83) considera ser possível «constatar alguma influência da avaliação externa sobre a avaliação interna, pelo que, mais do que o próprio currículo oficial, parece ser a avaliação externa a instituir o que deve ser ensinado e avaliado». Por conseguinte, ao estudar influências das provas de avaliação do 9.º Ano, o autor pôde concluir que a avaliação externa é, de facto, uma forma de regulação das práticas pedagógicas.

Também Cardoso (2005), com o objectivo de «caracterizar práticas e concepções de avaliação do professor» e de compreender os três domínios que são avaliados por escrito (leitura, conhecimento metalinguístico, escrita), analisou testes de avaliação de Português do 3.º Ciclo do Ensino Básico em diferentes perspectivas²², algumas das quais permitirão definir certas categorias deste nosso estudo das provas de avaliação.

que 58.3% dos professores tenha manifestado «uma opinião pouco favorável» quanto ao ensino da gramática (Castro & Sousa, 1989: 188).

²¹ Rosário (2007) estudou, em Matemática e no 9.º Ano, a influência do Exame Nacional nas práticas de ensino e de avaliação. Ao concluir o estudo (*Idem*: 111-112), sustenta que «a realização do Exame Nacional do 9.º ano teve um impacto objectivo nas práticas de ensino e de avaliação», produzindo três efeitos: teleológico (o exame torna-se o «único fim» do processo educativo), normativo (a prova traduz-se numa «norma’ absoluta» das decisões curriculares) e de controlo (exerce uma vigilância sobre o sistema).

²² Ao nível da gramática, Cardoso (2005: 194) concluiu que esta é um «objecto privilegiado de avaliação no teste escrito» sobretudo «em torno de dois níveis de descrição gramatical – a Morfologia e a Sintaxe».

3. Enquadramento do estudo das provas de avaliação

3.1. *Delimitação do corpus e definição de objectivos*

O *corpus* que será objecto de análise neste estudo corresponde ao conjunto das provas de avaliação externa de Língua Portuguesa do 9.º Ano de escolaridade realizadas desde o ano lectivo de 2001/02 até ao de 2007/08. Num total de sete provas, três são as Provas de Aferição [PA] de 2002, 2003, 2004 e quatro são os Exames Nacionais [EN] de 2005, 2006, 2007, 2008. Depois da caracterização dos testes, serão analisadas, em específico, as secções relativas à avaliação do domínio gramatical e as suas 46 questões.

Uma primeira razão que motivou a recolha das três Provas de Aferição foi o facto de elas corresponderem à fase da implementação do *Currículo Nacional*, a partir de 2001/02. Entretanto, com a introdução dos exames, em 2004/05, no 9.º Ano e nas disciplinas de Português e de Matemática, surgiu um outro motivo de interesse do estudo destas provas: o de compará-las com as provas escritas até então realizadas, pelo confronto dessas duas modalidades de avaliação externa – a aferida e a sumativa.

Há ainda uma razão de natureza contextual que fundamentou esta escolha, já que, de entre as várias dimensões de regulação do ensino do Português (desde os textos programáticos até aos manuais escolares), a avaliação externa é a que foi menos estudada num trabalho recente (Silva, 2008), no qual se analisaram as funções, a organização, os conteúdos e as actividades de ensino-aprendizagem da gramática em manuais escolares. Por isso, tendo por âmbito a regulação do ensino da gramática, pretende-se analisar a estrutura, os domínios, os conteúdos e as actividades de avaliação da gramática ao nível das provas de avaliação escrita de Português do final do 3.º Ciclo.

A opção pelo domínio da gramática tem a ver não apenas com o facto de ela constituir uma das áreas nucleares do ensino-aprendizagem do Português, mas também por ter sido alvo de questionamentos diversos aquando da introdução e da suspensão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (entre 2005 e 2007). De facto, é, sobretudo, nestes períodos mais conturbados que se conseguirá estabelecer a natureza e o papel do conhecimento gramatical escolar.

Finalmente, a opção pelo estudo das provas de avaliação do fim do Ensino Básico justifica-se porque aí se poderá ver espelhada uma

representação do domínio da gramática e a configuração do discurso oficial sobre o ensino do Português, quanto à sua avaliação, às suas actividades e aos seus conteúdos.

3.2. *Dimensões da análise das provas de aferição e dos exames nacionais*

A análise de conteúdo²³ das provas de avaliação será feita numa perspectiva de confronto entre as PA e os EN (na estrutura, nas questões e nos domínios avaliados), e no sentido de descobrir continuidades ou rupturas no que à avaliação do conhecimento linguístico diz respeito, tendo-se em consideração a hipótese de que a avaliação externa poderá funcionar como forma de regulação e de (re)configuração do ensino-aprendizagem no domínio da gramática e na área do Português.

Elegendo como objecto, primeiro, o enunciado das provas e, depois, as secções de gramática, este estudo desenvolve-se em cinco dimensões: *a*) a organização dos enunciados das provas e os domínios de avaliação; *b*) o enquadramento e a importância da gramática no quadro da avaliação em Português; *c*) a caracterização do tipo de perguntas utilizadas na avaliação dos alunos, quer nas Provas de Aferição quer nos exames; *d*) a categorização das operações cognitivas subjacentes à avaliação gramatical; *e*) a definição dos conteúdos gramaticais e a distribuição por áreas linguísticas.

Para descrever a organização das provas de avaliação, será analisada a sua estrutura, identificando-se as suas partes e definindo os domínios programáticos naturalmente avaliados em cada uma delas: *leitura, gramática, escrita*²⁴. Tendo em consideração que as provas escritas e a avaliação da compreensão escrita são feitas a partir de textos, foi necessário definir um conjunto de categorias para distinguir os tipos de texto. Assim, ao nível dos textos literários, seguiram-se as designações mais correntes no campo pedagógico (textos *narrativo,*

²³ Seguimos neste estudo a concepção de análise de conteúdo apresentada por Vala (1986), entendida como «técnica de tratamento de informação», cujo fim é «efectuar inferências, com base numa lógica explicitada» (p. 104), procurando pôr em prática as «operações mínimas» sugeridas pelo autor (p. 109).

²⁴ É significativo que o domínio da expressão oral, mesmo sendo enunciado nos textos programáticos, não conste ainda das provas de avaliação externa de Português (Provas de aferição ou Exames nacionais).

poético, dramático, épico). Quanto aos textos não literários, optamos por considerar só a categoria de textos *informativos*, pois são os que surgem nestas provas com uma frequência mais elevada. Ainda no âmbito da organização das provas, fez-se uma quantificação (e ulterior tipificação) das perguntas relativas aos domínios programáticos. No que toca à escrita, optou-se por orientar a análise segundo as categorias: *tipo de texto a escrever e tema do texto escrito*.

Depois da descrição global das provas, passou-se então ao enquadramento e à circunscrição do domínio da gramática, segundo três perspectivas: a sua posição relativa na estrutura das provas (ora na primeira parte, a seguir à leitura, nas PA; ora num grupo específico, nos EN); a pontuação atribuída às questões de gramática; o número e o tipo de perguntas que avaliam o conhecimento gramatical dos alunos.

No sentido de analisar o grau de complexidade apresentado pelos testes e para classificar os tipos de pergunta de avaliação, estabeleceram-se estas sete categorias, a partir das propostas de Abrecht (1994: 100), Carrasco (1989: 42) e Ribeiro (1990: 136): *a) resposta de desenvolvimento; b) resposta curta; c) completamento; d) escolha múltipla; e) verdadeiro/falso; f) associação; g) transformação*. Ribeiro (1990) distingue as respostas que o aluno constrói (*a, b, c*) daquelas em que ele apenas tem de seleccionar a(s) resposta(s) adequada(s) (*d, e, f*), sendo estas, em princípio, de menor grau de dificuldade. A última categoria proposta (*transformação*) foi definida a partir das próprias provas de avaliação²⁵, relacionando-se com a conversão de frases da forma activa para a passiva ou do discurso directo para o indirecto (*produção textual*).

Sabendo que, subjacentes às perguntas de avaliação, se encontram actividades específicas que implicam distintas tarefas metalinguísticas, definiram-se categorias para descrever tais operações e, igualmente, avaliar os níveis de exigência cognitiva das questões. Seguindo as propostas de Barbeiro (1999: 99-100), Cardoso (2005: 87-88) e Silva (2008: 284-285), foram usadas três categorias (*reconhecimento, produção, explicitação*), às quais se encontram associados verbos introdutórios das instruções. Como operações de *reconhecimento* consideram-se as que implicam a identificação (a partir de um conjunto) ou a delimitação (num enunciado) de unidades linguísticas,

²⁵ Nos «Critérios Gerais de Classificação» do EN de 2008 (p. 2) referem-se alguns tipos de pergunta de resposta fechada: «escolha múltipla»; «curta», «completamento», «verdadeiro/falso», «transformação».

através de verbos do tipo *assinalar*, *indicar*. Nas tarefas de produção (solicitadas por verbos como *reescrever*, *completar*), pede-se ao aluno uma produção textual ou a alteração de enunciados de acordo com princípios linguísticos²⁶. Em nosso entender, as operações de explicitação, sendo as mais exigentes do ponto de vista cognitivo, implicam não apenas «a exposição das características da unidade linguística», como as define Cardoso (2005: 87), mas sobretudo a fundamentação ou a justificação dos traços das unidades linguísticas ou das regras de funcionamento da língua.

Por fim, com o intuito de descrever os conteúdos gramaticais objecto de avaliação, optou-se por distribuí-los pelas áreas da descrição linguística (*fonética*, *morfologia*, *sintaxe*, *semântica* ou *outras*), sem se proceder à sua individualização²⁷.

4. Apresentação de dados e discussão dos resultados

4.1. A estrutura das provas de aferição e dos exames nacionais

De acordo com as dimensões descritas, inicia-se agora a apresentação dos dados da análise efectuada às provas de avaliação. Assim, no **Quadro I**, sintetizam-se os dados da estrutura das provas, segundo dois prismas: *a*) os tipos de texto que suportam as provas; *b*) as questões relativas aos domínios da avaliação – *leitura*, *funcionamento da língua*, *escrita* –, indicando-se, neste último caso, o tipo e o tema das produções escritas. Em termos da sua organização interna, podemos considerar que estas sete provas mantêm uma estrutura praticamente idêntica, incluindo, em média, dois textos e perto de 20 questões: doze de leitura, sete de gramática e uma de escrita.

²⁶ Não consideramos de *produção* as questões em que o aluno procede a um mero preenchimento de espaços ou à selecção, a partir de um conjunto de hipóteses fornecidas, da(s) forma(s) adequada(s). Segundo Barbeiro (1999: 100), «Para além de constituir uma manifestação do conhecimento sobre a língua, esta tarefa liga-se directamente à dimensão instrumental».

²⁷ Quando, em certas questões, estiverem implicados conteúdos de áreas diversas, como por exemplo da morfologia e da sintaxe, integra-se a questão naquela área que se considerar a mais significativa.

QUADRO I: Estrutura das provas de avaliação externa de Língua Portuguesa do 9.º Ano

CATEGORIAS PROVAS	Tipos de Texto	Compreensão Escrita/Leitura	Funcionamento da Língua/Gramática	Tipo de texto a escrever	Tema do texto escrito	TOTAL DE QUESTÕES DA PROVA
PA 2002	Narrativo Informativo	9 questões 3 questões	10 questões	Texto de opinião	Televisão	23
PA 2003	Narrativo Informativo	9 questões 3 questões	9 questões	Texto de jornal	Natureza	22
PA 2004	Dramático Poético Informativo	6 questões 3 questões 1 questão	6 questões	Texto de opinião	Violência	17
EN 2005	Narrativo Épico	10 questões 4 questões	7 questões	Texto de opinião	Descobri- mentos	22
EN 2006	Poético Informativo	5 questões 7 questões	5 questões	Carta	Educação	18
EN 2007	Narrativo Informativo	5 questões 4 questões	4 questões	Perfil	Pessoas especiais	14
EN 2008	Informativo Narrativo Épico	6 questões 6 questões 1 questão	5 questões	Texto narra- tivo	Valor do sorriso	19
TOTAIS <i>Médias</i>	16 2,3	82 11,7	46 6,6	7 1	- -	135 19,3

Os três exemplares das PA apresentam uma estrutura semelhante que se reflecte não só no número de páginas (17, 17 e 18), mas também na sua estruturação (cerca de 21 questões por teste): divisão em duas partes, apresentação de dois textos (ou três na PA de 2004), seguidos de uma secção de questões do domínio da leitura e outra de perguntas de gramática; a segunda parte das provas é sempre constituída por uma única questão de escrita. Assim, em termos globais e como é natural, esta avaliação centra-se apenas nos domínios programáticos da leitura, da gramática e da escrita, não se prevendo a avaliação da comunicação oral. Além disso, os enunciados, em norma, apresentam um texto narrativo e outro informativo, seguidos de questionários, com perguntas diversas. Nesta parte, surge uma série de questões sobre «funcionamento da língua». Quanto aos quatro EN, eles estão sempre divididos em três grupos, dedicados à avaliação dos domínios da leitura, da gramática e da escrita, o que, de algum modo, reflecte uma prática de avaliação autónoma dos domínios programáticos.

Remetendo para outros pontos a análise dos aspectos relativos às questões que avaliam, em separado, a leitura, a gramática e a escrita, não podemos deixar de fazer uma breve referência aos textos objecto de avaliação. Se, no conjunto dos textos *literários* (10 ou 62,5%), o predomínio dos textos *narrativos* (5) sobre os *poéticos* (2), *épicos* (2) e *dramáticos* (1), vem tão-só confirmar o que serão as práticas escolares

mais correntes, pelo contrário, tem muita relevância o facto de, no conjunto das sete provas, haver seis textos *não literários/informativos* (37,5%), que só não ocorrem no EN de 2005. Tal significa que, à imagem do que vem acontecendo nas avaliações internacionais como as do *PISA*, os alunos vão sendo colocados perante textos de natureza diversa (inclusive retirados na Internet: EN de 2007 e 2008) e não apenas textos narrativos (ausentes da PA de 2004 e do EN de 2006), seguindo-se assim o princípio de que o contacto com diferentes tipos textuais e a diversidade de experiências de leitura fazem do aluno um leitor cada vez mais competente.

4.2. A importância relativa do domínio da gramática²⁸

Se o conhecimento gramatical é objecto de avaliação nas oito provas em análise, constituindo mesmo um grupo específico na estrutura dos exames (Grupo II, nos quatro EN), convém ponderar, em confronto com a leitura e com a escrita, que importância relativa é atribuída ao domínio gramatical pelos avaliadores.

Estando sempre presentes nas provas de avaliação questões relativas à leitura, ao funcionamento da língua e à escrita, devemos sublinhar que estes domínios são os que, em termos da representação oficial da disciplina de Língua Portuguesa, se assumem como os mais relevantes para a avaliação dos conhecimentos e das capacidades dos alunos. Entretanto, se tivermos em consideração dois outros critérios (número de questões e pontuação total²⁹), veremos que é a leitura o domínio mais importante. Usando o critério da pontuação, a leitura surge em primeiro lugar (50 pontos); a escrita em segundo (30) e a gramática em terceiro (20), em todos os Exames Nacionais.

Ao optar pelo critério do número de questões por prova e sabendo que há uma média de 19 questões por teste, verifica-se que a leitura

²⁸ Observe-se que a secção das PA relativa à gramática se intitula «Funcionamento da língua» (PA de 2002 e de 2004; EN de 2005 e de 2006) ou não tem título (PA de 2003; EN de 2007 e de 2008). Nos critérios de classificação, surge sempre a fórmula «Conhecimento explícito da língua», salvo no EN de 2008. É significativa esta diferença, pois aquilo que, no enunciado dos alunos (avaliados), se designa «Funcionamento da língua», é, para os avaliadores (professores), «Conhecimento explícito da língua».

²⁹ A pontuação não pôde ser usada no confronto das Provas de Aferição, uma vez que, nos critérios de classificação dessas provas, não são reveladas cotações, mas simplesmente códigos de avaliação.

surge sempre no primeiro posto (ora com 14 questões no EN de 2005, ora com 10 na PA de 2004). A gramática aparece em segundo lugar, com uma média de sete questões por prova (dez na PA de 2002 e quatro no EN de 2007), notando-se, porém, neste domínio uma tendência para a diminuição do número de questões por prova, isto se compararmos as três PA (média de oito questões) com os quatro EN (média de cinco). O domínio da escrita aparece aqui em último lugar (uma questão), pese embora o facto de esta ser uma pergunta de desenvolvimento (redacção de um texto de 140 a 240 palavras) de dificuldade naturalmente acrescida, visível nas instruções/exigências da própria questão³⁰.

4.3. O tipo de perguntas das provas de avaliação

Sendo o domínio da escrita avaliado, nos sete testes, com uma *resposta de desenvolvimento* (tipo *a*), sempre acompanhada de instruções; se o domínio da leitura é avaliado ora com perguntas de resposta curta (categoria *b*) ora com questões de escolha múltipla (*d*) ou de verdadeiro/falso (*e*), é em especial na avaliação do conhecimento gramatical que se verifica maior diversidade quanto ao tipo de perguntas apresentadas aos alunos (categorias *b*, *c*, *d*, *e*, *f*, *g*), nunca implicando respostas de desenvolvimento.

Tanto nas três PA como nos quatro EN, na parte autónoma relativa à expressão escrita, os alunos têm de elaborar um texto opinativo longo (140 a 240 palavras), seguindo as instruções apresentadas no enunciado³¹, que têm efectivamente em conta as três dimensões do processo de escrita (planificação, redacção e revisão). Ao nível da avaliação da expressão escrita, não há, pois, diferenças significativas entre as várias provas, nem nas instruções, nem quanto ao tipo de texto a redigir, pelo menos até ao EN de 2005 (redacção de textos

³⁰ A dificuldade da questão sobre a escrita advém dos critérios de correcção. Isso se conclui dos nove parâmetros de classificação das PA (da «extensão» até à «ortografia») ou dos seis do EN de 2008 (tema e tipologia, coerência e pertinência do conteúdo, estrutura e coesão, morfossintaxe, vocabulário, ortografia).

³¹ Veja-se a semelhança entre as instruções de algumas das provas de avaliação: «[...] / Redige um texto em que apresentes a tua opinião sobre o papel que a televisão desempenha na sociedade actual» (PA de 2002, p. 16); «[...] / Redige um texto de opinião, que possa ser publicado no jornal escolar, em que, considerando as diferenças e as semelhanças entre estas duas aventuras, [...]» (EN de 2005, p. 13).

opinativos)³². Não só pela natureza destas questões, mas também pela exigência dos parâmetros da sua avaliação, poderemos afirmar que esta é uma das secções mais exigentes quer das Provas de Aferição quer dos Exames.

Quanto às perguntas que avaliam o domínio da leitura, há, em todos os testes, mais de uma categoria. De um total de 82 questões sobre a leitura³³, há 46 de resposta (mais ou menos) curta (56% do total; média de 6,6 por teste), 31 de escolha múltipla (38%; 4,4 de média) e 4 de verdadeiro/falso (5%; 0,6 em média).

4.4. *As categorias de resposta no domínio da gramática*

Quanto às questões que avaliam o conhecimento gramatical (**Quadro II**), há uma presença significativa de três categorias (*completamento, escolha múltipla e associação*) que perfazem um total de 38 questões (cerca de 83%). Os outros três tipos (*resposta curta, de verdadeiro/falso, de transformação*) são de ocorrência muito reduzida (média de um por teste). Sendo aquelas, por princípio, de um grau de exigência menos elevado e podendo estas ser entendidas como algo mais difíceis (ora por implicarem saberes mais específicos, ora por exigirem distinção de pormenores), cremos poder concluir que, a este nível, a avaliação da gramática parece apresentar-se como pouco exigente, sobretudo porque só três respostas (as de *transformação*) implicam uma efectiva produção textual, ao passo que as restantes traduzem o entendimento da gramática escolar como um saber exclusivamente declarativo.

³² É em termos temáticos que se nota maior diversidade, com a escolha de um tema da actualidade: a televisão, em 2002; a natureza, em 2003; a violência, em 2004; os descobrimentos, em 2005; a educação, em 2006; pessoas especiais, em 2007; valor do sorriso, em 2008.

³³ A título excepcional, no EN de 2008, há uma pergunta de desenvolvimento (redacção de um texto expositivo de 70 a 100 palavras) cujo tema é um episódio d'Os Lusíadas.

QUADRO II: Tipos de resposta no domínio da avaliação do saber gramatical³⁴

TESTES	CATEGORIAS DE RESPOSTA (GRAMÁTICA)					
	b) curta	c) comple- tamento	d) escolha múltipla	e) verdadeiro / falso	f) asso- ciação	g) transfor- mação
PA de 2002 (10)	2	3	3		2	
PA de 2003 (9)		2	3		4	
PA de 2004 (6)		5			1	
EN de 2005 (7)	1	2	3		1	
EN de 2006 (5)				1	3	1
EN de 2007 (4)	1		1		1	1
EN de 2008 (5)		1	2		1	1
TOTAIS (46)	4	13	12	1	13	3
<i>Percentagens</i>	8,70%	28,26%	26,09%	2,17%	28,26%	6,52%

4.5. As operações metalinguísticas na avaliação do saber gramatical

Estando o domínio da gramática presente em todas as provas de avaliação, importa desvendar funções subjacentes à avaliação do conhecimento gramatical, através da análise das operações metalinguísticas (*reconhecimento*, *produção* ou *explicitação*) que os alunos têm de realizar para responder às perguntas.

Analisando os critérios de classificação relativos à gramática da PA de 2002, verificamos que a seis (das dez) questões estão subjacentes actividades de *identificação*: «13. Identificar a forma dicionarizada de palavras; / 14. Identificar preposições num conjunto de palavras». Pese embora o facto de duas dessas actividades serem de análise mais complexa³⁵, as outras quatro são de puro *reconhecimento* do saber dos alunos.

Na PA de 2003, há cinco questões (em nove) cujos objectivos têm a ver com processos de *identificação* (questões 13.2., 15., 16., 17., 19.). Mesmo gerando dúvidas, também três outras questões (13.1. – ordenar alfabeticamente; 14. – classificar palavras quanto à sua for-

³⁴ O critério subjacente à contagem das questões está associado à sua classificação: quando as alíneas de uma pergunta têm cotações distintas são contabilizadas como se de questões diferentes se tratasse. Tal distinção justifica-se ainda mais quando são traçados objectivos diferentes para cada uma das alíneas.

³⁵ Na questão 16., o aluno tem de, dadas três hipóteses, seleccionar a forma adequada para completar uma frase. A questão 19. consiste em ligar sequências de modo a criar frases correctas. Porque são dados aos alunos os elementos gramaticais e eles têm apenas de seleccionar (ou de *reconhecer*) os mais correctos para certos contextos, também aqui consideramos serem estas actividades de mera *identificação*.

mação³⁶; 15. – utilizar proposições) constituem actividades de *reconhecimento*, pois implicam apenas a verificação do conhecimento do aluno, ao qual são dadas as hipóteses de resposta ou as formas a usar³⁷.

Quanto às seis actividades de avaliação da gramática presentes na PA de 2004, todas elas são, a nosso ver, de *reconhecimento*, como se comprova nestas duas questões: «15. Identifica a função sintáctica [...]»; «16. Classifica os verbos [...]»³⁸. Os resultados globais da análise das três PA (**Quadro III**) falam por si: todas as 25 questões têm subjacentes operações de *reconhecimento* ou de *identificação* do saber gramatical. As Provas de Aferição servem, apenas, para *aferir* o nível de conhecimento dos alunos, mas não avaliam as capacidades de produção ou de explicitação linguística.

QUADRO III: *Tipos de actividades de avaliação do conhecimento gramatical*

CATEGORIAS TESTES	<i>Reconhecimento</i>	<i>Produção</i>	<i>Explicitação</i>	TOTAL (actividades por teste)
PA de 2002	10	--	--	10
PA de 2003	9	--	--	9
PA de 2004	6	--	--	6
EN de 2005	7	--	--	7
EN de 2006	3	1	1	5
EN de 2007	3	1	--	4
EN de 2008	4	1	--	5
TOTAIS (46)	42	3	1	46
<i>Percentagens</i>	<i>91,3%</i>	<i>6,5%</i>	<i>2,2%</i>	<i>100%</i>

Passando à análise dos EN, o panorama não se altera muito. As sete questões de gramática do EN de 2005 são de reconhecimento, como o demonstram mais estes exemplos: «1. Lê a seguinte lista de

³⁶ Nos critérios de classificação da questão 14., considera-se «envidraçar» uma palavra derivada por prefixação e sufixação. Trata-se, porém, como se sabe, de um caso de derivação parassintética.

³⁷ Só a questão 20. dessa prova («Aplicar formas verbais condicionadas pela estrutura frásica») é mais exigente, já que o aluno tem de seleccionar, flexionar e integrar formas verbais, completando um texto.

³⁸ No caso da questão 12. («Explicitar o significado de cada um dos adjectivos, usando a palavra de que derivou, como nos exemplos»), os alunos poderão não reconhecer o significado, mas, seguindo os exemplos dados, conseguir identificar as formas de que derivam os adjectivos. Para responder à questão 13., basta flexionar os verbos nos tempos pedidos. Quanto à questão 14. («Forma três frases correctas [...]»), os alunos não têm de construir enunciados, mas apenas de associar os elementos frásicos dados.

palavras. Assinala com um **X** as três palavras graves»; «2. Classifica as palavras do quadro, quanto ao processo de formação».

Entretanto, das cinco questões do EN de 2006, três são de reconhecimento, uma de produção e uma de explicitação (avaliação de informações gramaticais de um verbete de dicionário). Mesmo com a progressiva diminuição do número de questões, esta prova de exame apresentou já uma gama mais variada de actividades. No EN de 2007, aquele que possui o menor número de perguntas (quatro), três são de *identificação* e uma de *produção* (reescrita de frase na forma passiva). Por fim, no EN de 2008, encontramos quatro questões de *reconhecimento* e uma de *produção* (reescrita em discurso indirecto).

Em suma e como se vê no **Quadro III**, há um predomínio claro das actividades de *reconhecimento* (91%) sobre as de *produção* (cerca de 7%) ou de *explicitação* (2%). Tal como defendera Barbeiro (1999: 99), o (mero) reconhecimento «Constitui um nível metalinguístico sobre que assenta uma parte significativa das actividades propostas nos manuais ou gramáticas escolares». Tal supremacia de actividades básicas de *identificação* vem confirmar o que já era visível, por exemplo, na análise de sequências didácticas dos livros de Português do 3.º Ciclo (Silva, 2008: 469): o conhecimento gramatical, tanto no ensino como na sua avaliação, é sobretudo configurado sob a forma de uma *reprodução*, funcionando como um fim em si mesmo e não como *instrumento* de desenvolvimento de capacidades comunicativas.

Quer as actividades de *produção* (que potenciarão práticas de escrita), quer as de *explicitação* (que tornam o aluno capaz de reflectir sobre conhecimentos linguísticos) ocorrem em número bastante reduzido, traduzindo, afinal, uma configuração menos exigente da gramática escolar. Indícios disso são os verbos introdutores das 46 actividades, em que os mais utilizados remetem para operações cognitivas simples, tais como: *assinalar* (11 ocorrências); *escrever* (6); *completar* (5); *classificar* (5); *indicar* (4); *agrupar* (3); *transcrever*, *preencher*, *reescrever* (2 ocorrências cada)³⁹.

4.6. Os conteúdos gramaticais predominantemente avaliados

O facto de o domínio gramatical ser objecto de avaliação em todas as provas é, já de si, significativo. Em todo o caso, para se perceber

³⁹ Há ainda mais seis verbos, de níveis cognitivos distintos, que ocorrem uma única vez cada um: *delimitar*, *explicitar*, *formar*, *ligar*, *identificar*, *ordenar*.

melhor como é configurada a «gramática oficial» (a dos exames) e como esta poderá (também) ajudar a construir uma nova visão ou a manter a concepção tradicional de gramática escolar, convém saber quais os conteúdos gramaticais que são avaliados nestas provas oficiais.

Definidas as grandes áreas da gramática que podiam ser objecto de avaliação (*fonética, morfologia, sintaxe, semântica*), analisaram-se as Provas de Aferição e os Exames Nacionais aplicando-lhe tais categorias. A principal conclusão a que se chegou (**Quadro IV**) é que o conhecimento gramatical que vem sendo objecto de avaliação se centra nas áreas da sintaxe e da morfologia, sendo a semântica (a mais) esquecida.

QUADRO IV: *Áreas da descrição gramatical objecto de avaliação nos testes*

TESTES ÁREAS	PA 2002	PA 2003	PA 2004	EN 2005	EN 2006	EN 2007	EN 2008	TOTAL (%)
Fonética		1		1	1			03 (6,5)
Morfologia	3	3	2	1	1	1	2	13 (28,3)
Sintaxe	6	4	3	5	1	2	2	23 (50)
Semântica			1		1			02 (4,3)
Outras	1	1			1	1	1	05 (10,9)
TOTAIS	10	9	6	7	5	4	5	46 (100)

Estando a avaliação gramatical centrada na sintaxe (exactamente metade – 23 – das questões tem a ver com essa área) e na morfologia (13 ou 28,3%), surgem ainda conteúdos de outras áreas, com ocorrências mais restritas: são os casos da fonética (três questões), da semântica (duas) e de outras áreas (cinco ou 10,9%). Em relação às questões incluídas nesta categoria aberta, elas são de natureza algo diversa: uso do dicionário (PA de 2002) ou ordenação alfabética (PA de 2003); conversão de frases em discurso indirecto (EN de 2006 e de 2008) ou transformação de uma frase na passiva (EN de 2007), relacionadas com a sintaxe. Se estas questões das PA avaliam destrezas específicas que, por vezes, nem são treinadas na escola, as perguntas dos EN são as três únicas (de 46) que se aproximam da área da enunciação e que promovem a realização de actividades de produção textual, o que, como já se referiu, terá esta explicação: a gramática escolar é puro reconhecimento, não funcionando como instrumento de promoção de competências nem de explicitação de saberes, em princípio, ensinados.

Além disso, a quase absoluta ausência da semântica na avaliação externa traduzirá este outro aspecto: a gramática escolar oficial é uma *gramática sem sentido*. Como pode acontecer que, em provas oficiais

de sete anos consecutivos, apenas por duas vezes (2004 e 2006) se avaliem explicitamente questões semânticas?⁴⁰ O que acontece é que a semântica ocupa aqui uma posição de segundo plano⁴¹: veja-se o caso da questão 13 da PA de 2002 (p. 11), em que a avaliação do uso do dicionário tem como motivação o (des)conhecimento do significado das palavras. Há, porém, outros indícios que nos fazem crer que a semântica (ou uma particular concepção da gramática e do seu ensino) não é tanto uma área *com sentido*, mas sobretudo uma visão do que estará *certo*. É nisso que nos fazem pensar questões como estas: *a*) escolher a forma adequada a um contexto; *b*) formar «três frases correctas e coerentes» (PA de 2002, pp. 12 e 13); *c*) preencher espaços para formar «um texto correcto e coerente»; *d*) completar um texto com formas adequadas de verbos (PA de 2003, p. 14); *e*) completar frases com a forma correcta do verbo (PA de 2004, p. 15). Mesmo que se possa ler nestas questões a presença implícita da gramática dos usos e do texto, a verdade é que ainda não estará totalmente revista a concepção tradicional de uma gramática da norma. Representativas de uma certa tradição de gramática são também as questões que se colocam no âmbito da fonética: identificar palavras agudas (PA de 2003) e graves (EN de 2005) ou, então, classificá-las quanto à sílaba tónica (EN de 2006).

Entretanto, os dados relativos à morfologia e à sintaxe apontam no sentido de uma representação predominantemente formal da avaliação gramatical. Na verdade, todos os testes incluem questões de morfossintaxe (o núcleo duro da gramática tradicional), sendo poucos os casos em que ocorre apenas uma única questão de morfologia (EN de 2005, de 2006 e de 2007) ou de sintaxe (EN de 2006)⁴².

⁴⁰ Mesmo quando o (re)conhecimento do significado está em causa, como sucede na PA de 2004 (p. 14) «12. Explícita o significado de cada um dos adjectivos, usando a palavra de que derivou, como nos exemplos», os alunos poderão até decompor acertadamente as formas das palavras, sem chegar a compreender explicitamente o seu significado.

⁴¹ Apesar de tudo, há uma situação na qual a semântica tem supremacia relativamente a outras áreas: é o caso da questão 4. do EN de 2006 (p. 10) em que, a partir de um verbete de dicionário, numa pergunta de tipo verdadeiro/falso, são feitas três afirmações da semântica, duas da morfologia e uma apenas da sintaxe. Foi, também, por esta razão que inserimos a referida questão na categoria «semântica».

⁴² Comparando as perguntas das diferentes provas, descobre-se inclusive haver conteúdos que são sistematicamente avaliados: ao nível da morfologia, a classificação de palavras (ausente apenas em 2005) e os processos de formação (ausentes em 2004 e em 2007); e, no campo da sintaxe, a análise sintáctica (que só não está em 2006 nem em 2008) ou a classificação de orações (ausentes em 2004 e em 2006).

Por fim, sublinhe-se que o teste mais completo é o EN de 2006 (inclui uma questão de cada uma das categorias linguísticas), logo seguido da PA de 2003 (que só não avalia questões de semântica). As cinco provas restantes são bastante semelhantes entre si: incluem sempre questões da sintaxe, da morfologia e de uma outra área.

5. Síntese da análise e conclusões finais

Se, como vimos no enquadramento deste estudo, os autores continuam a defender, em teoria, uma avaliação de tipo formativo – Fernandes (2006) propôs uma (nova) «teoria da avaliação formativa» (alternativa) e Abrech (1994) descrevera já as «vantagens e contributos» dessa avaliação – podemos considerar, pelo facto de se atribuir uma relevância significativa aos exames e à avaliação sumativa, que a avaliação externa exerce um poder significativo na regulação das práticas pedagógicas.

A verdade é que os programas oficiais de 1991 consagravam já a avaliação aferida, ao mesmo tempo que os textos reguladores (de 1991 a 2001) acentuam a importância de uma avaliação formativa e individualizada. Sabendo-se que o fim primeiro da avaliação aferida é avaliar o sistema (contribuindo, indirectamente, para a melhoria da qualidade do ensino), então a avaliação externa (correntemente, os *exames oficiais*) terá outras funções, como a de pôr em prática um modelo de «Estado avaliador» e uma «lógica de mercado» a que subjaz uma aposta «nos resultados ou produtos dos sistemas educativos» (Afonso, 2002: 49). Mesmo que os discursos possam não o evidenciar, as práticas não desmentem esta tendência para fazer da avaliação externa uma forma de *controlo central* e de *reconfiguração global (da gramática)*.

Ao nível específico da área do Português, estudos como os de Cardoso (2005) e de Alves (2007) confirmaram já o poder de regulação da avaliação oficial. Do seu estudo analítico e comparativo, destaca-se esta conclusão de Alves (2007: 77):

«Será importante salientar o grau de continuidade existente entre as opções realizadas nas provas de aferição e as provas de exame, uma vez que o texto literário e os textos não literários têm um peso semelhante nos dois tipos de provas. Esta continuidade configura a existência de linhas de orientação bem definidas no que concerne ao tipo de textos que devem ser abordados e avaliados [n]o âmbito da disciplina de Português.»

Se Sousa & Castro (1989) já haviam verificado que todos os testes avaliam os domínios da gramática, da escrita (em menor grau) e da leitura (com 50% de perguntas), também nesta nossa análise de provas de avaliação externa pudemos constatar a mesma estruturação das provas: em média, por teste, há doze perguntas de leitura, sete de gramática e uma de escrita. Em simultâneo, conclui-se não haver diferença significativa (em termos de estrutura, do tipo de questões, de conteúdos avaliados e de operações metalinguísticas) entre a Prova de Aferição e o Exame Nacional. No que se refere aos conteúdos avaliados (sobretudo das áreas da morfologia e da sintaxe), a ausência de diferenças nos dois tipos de prova sugere o peso que a tradição gramatical assume nas práticas de ensino do Português, particularmente se tivermos em conta que, ao estudar os exames do 5.º Ano (antigo) e do 9.º Ano (actual) ao longo do século XX, Rei (2004) identificou 50 perguntas de morfologia e 103 de sintaxe (num universo de 284).

Em simultâneo, comparando os resultados da análise de manuais do 3.º Ciclo (Silva, 2008) com este estudo das provas de avaliação do 9.º Ano, conclui-se ainda haver conformidade entre os textos lidos (narrativos e informativos), entre os conteúdos ensinados/avaliados (das áreas da morfossintaxe), entre as actividades sugeridas/implicadas (com claro predomínio do mero reconhecimento sobre a produção e a explicitação) tanto nos manuais referidos como nos exames analisados. Esta continuidade traduzirá um certo poder de (re)configuração dos livros e dos exames de Português sobre as práticas pedagógicas vigentes nas nossas escolas. Assim, porque o conhecimento metalinguístico funciona apenas como um saber em si mesmo, a gramática escolar constituirá uma aprendizagem inconsequente, sem valor instrumental, pois os alunos respondem a questões de reconhecimento ou identificação, através de perguntas de completamento, de associação ou escolha múltipla, sem ter de produzir enunciados linguísticos e sem obrigação de explicitar o (seu) saber gramatical.

Neste sentido, a promoção de competências verbais (desde a expressão oral até ao conhecimento explícito da língua), sugeridas pelo *Currículo Nacional* de 2001, texto que precede todos as provas aqui analisadas, acaba por não ser posta em prática nem potenciada nestas ou a partir destas provas. As formas actuais de avaliação (avaliação aferida e por exame) não conseguem ainda testar competências ou capacidades verbais dos alunos. A verdade é que Zabalza (1995: 31) já afirmara que «Na hora de proceder à avaliação, a ampliação dos conteúdos da formação, de modo a abarcar os procedimentos, as atitudes, os valores, etc., constituem novo desafio».

Sintetizando a configuração da gramática escolar, dir-se-á que a avaliação do conhecimento metalinguístico ocupa uma posição de menor relevo, indiciada pela diminuição das questões (10 na PA de 2002 e apenas 4 no EN de 2007)⁴³, mas sobretudo em termos do grau de exigência. Concretamente, essa menor exigência (apesar da dificuldade manifestada pelos alunos e relevada nos relatórios das PA de 2002, 2003 e 2004) pôde concluir-se a partir da caracterização do tipo de perguntas utilizadas na sua avaliação, da categorização das operações cognitivas subjacentes à avaliação gramatical e da definição dos conteúdos gramaticais ou das áreas da descrição linguística. Na verdade, as perguntas não são complexas, as operações cognitivas são básicas e os conteúdos avaliados apresentam-se repetidos com certa regularidade.

Em suma, se estas provas servem até para *aférir* ou para *examinar* o nível dos conhecimentos linguísticos dos alunos, elas não avaliam nem promovem a aprendizagem de capacidades de produção ou de explicitação linguística. Estamos, igualmente, perante uma concepção minimalista de gramática, que só atribui relevo a áreas como a sintaxe (da frase mas não do texto) e a morfologia (lexical e flexional), mas coloca de lado questões de semântica e de pragmática, ou seja, dos sentidos e dos usos linguísticos. Mesmo que o *nome* das provas se tenha alterado em 2005, a verdade é a *substância* da avaliação se mantém, sem descontinuidades nem na filosofia subjacente às provas de avaliação nem sequer na estrutura, nos domínios avaliados, nos conteúdos implicados ou nas actividades metalinguísticas subjacentes à avaliação dos alunos.

6. Referências bibliográficas⁴⁴

- ABRANTES, Paulo (coord.) (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico: competências essenciais*. Lisboa: Ministério da Educação.
- ABRECHT, Roland (1994). *A Avaliação Formativa*. Porto: Edições Asa.
- AFONSO, Almerindo J. (2002²). *Avaliação Educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez Editora.

⁴³ Rei (2004: 485) também concluiu que, de 1931 a 1996, «a gramática tem visto o seu espaço reduzido».

⁴⁴ Citaram-se estes textos legais: Lei N.º 46/86 (LBSE); Despacho Normativo N.º 98-A/92; Decreto-Lei N.º 286/89; Decreto-Lei N.º 6/2001 (CNEB); Decreto-Lei N.º 209/2002; Despacho Normativo N.º 1/2005.

- ALVES, Paulo J. C. (2007). *Concepções e Práticas Pedagógicas sobre a Leitura: uma análise de provas de avaliação* (Dissertação de mestrado). Braga: Universidade do Minho.
- ALVES, Vasco (dir.) (2004). *Provas de Aferição do Ensino Básico: 4.º, 6.º e 9.º anos. Relatório nacional*. Lisboa: Ministério da Educação.
- AMOR, Emília (1999⁵). *Didáctica do Português: fundamentos e metodologia*. Lisboa: Texto Editora.
- BARBEIRO, Luís (1999). «Funcionamento da língua – as dimensões activadas a partir dos manuais escolares». In R. V. Castro et alii (orgs.). *Manuais Escolares: estatuto, funções, história*. Braga: Universidade do Minho, pp. 95-110.
- CARDOSO, Abílio (1995). «'Avaliação aferida': que destino?» In José A. Pacheco e M. Zabalza (orgs.). *A avaliação dos alunos dos ensinos básico e secundário*. Braga: Universidade do Minho, pp. 83-88.
- CARDOSO, Maria H. G. (2005). *Práticas de Avaliação em Língua Portuguesa* (Dissertação de mestrado). Braga: Universidade do Minho.
- CARRASCO, José P. (1989). *Como Avaliar a Aprendizagem*. Porto: Edições Asa.
- CASTRO, Rui V. & SOUSA, Maria L. (1992). «Novos programas de Português: entre a ruptura e a continuidade». *O Professor*. Lisboa: Editorial Caminho, N.º 24 (3.ª série), pp. 18-26.
- CASTRO, Rui V. (1995). «Todos os professores são professores de Português: crítica de uma falácia comum». In José A. Pacheco e M. Zabalza (orgs.). *A avaliação dos alunos dos ensinos básico e secundário*. Braga: Universidade do Minho, pp. 97-102.
- ESTEBAN, Maria T. (2003). «Ser professora, avaliar e ser avaliada». In Maria T. Esteban (org.). *Escola, Currículo e Avaliação*. São Paulo: Cortez Editora, pp. 13-37.
- _____, (2004⁵). «A avaliação no quotidiano escolar». In Maria T. Esteban et alii (orgs.). *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro: DP & A Editora, pp. 7-28.
- FERNANDES, Domingos (2006). «Para uma teoria da avaliação formativa». *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: Universidade do Minho, Vol. 19(2), pp. 21-50.
- FERNANDES, José António; ALVES, Maria Palmira & MACHADO, Eusébio André (2008). *Perspectivas e Práticas de Avaliação de Professores de Matemática*. Braga: Centro de Investigação em Educação/Universidade do Minho.
- LIMA, Licínio (1995). «Avaliação e autonomia da escola». In José A. Pacheco e Miguel Zabalza (orgs.). *A avaliação dos alunos dos ensinos básico e secundário*. Braga: Universidade do Minho, pp. 51-58.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1991a). *Organização Curricular e Programas. Ensino Básico. 3.º Ciclo*. Lisboa: Direcção Geral dos Ensinos Básico e Secundário, Vol. I, pp. 47-72.
- _____, (1991b). *Programa de Língua Portuguesa. Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem. Ensino Básico. 3.º Ciclo*. Lisboa: Direcção Geral dos Ensinos Básico e Secundário, Vol. II.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DAS UNIVERSIDADES (1981). *Programa do Curso Geral Unificado: 7.º, 8.º e 9.º Anos*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- PACHECO, José A. & ZABALZA, Miguel (1995). *A avaliação dos alunos dos ensinos básico e secundário*. Braga: Universidade do Minho.
- PACHECO, José A. (1994). *A Avaliação dos Alunos na Perspectiva da Reforma: propostas de trabalho*. Porto: Porto Editora.
- _____, (1995). «Análise curricular da avaliação». In José A. Pacheco e Miguel Zabalza (orgs.). *A avaliação dos alunos dos ensinos básico e secundário*. Braga: Universidade do Minho, pp. 39-49.
- PINTO-FERREIRA, Carlos (coord.) (2007). *PISA 2006: Competências Científicas dos Alunos Portugueses*. Lisboa: Ministério da Educação.
- PIRES, Eurico Lemos (1987). *Lei de Bases do Sistema Educativo: apresentação e comentários*. Porto: Edições Asa.
- RAMALHO, Glória (coord.) (2001). *Resultados do Estudo Internacional PISA 2000. Primeiro Relatório Nacional*. Lisboa: Ministério da Educação.
- _____, (2004). *Resultados do Estudo Internacional PISA 2003. Primeiro Relatório Nacional*. Lisboa: Ministério da Educação.
- REI, J. Esteves (2004). «O ensino da gramática no liceu, através da análise dos exames nacionais, dos anos 30 aos anos 90 do século XX, em Portugal». In Aurora Marco et alii (edit.). *Actas del VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Didáctica de la Lengua y la Literatura*. A Coruña: Deputation Provincial de A Coruña, Tomo I, pp. 475-485.
- RIBEIRO, Lucie Carrilho (1990²). *Avaliação da Aprendizagem*. Lisboa: Texto Editora.
- ROSALES, Carlos (1992). *Avaliar é Reflectir sobre o Ensino*. Porto: Edições Asa.
- ROSÁRIO, Marília A. (2007). *Influência do Exame Nacional do 9.º ano de escolaridade nas práticas de ensino e de avaliação em matemática* (Dissertação de mestrado). Braga: Universidade do Minho.
- SILVA, António Carvalho da (2008). *Configurações do Ensino da Gramática em Manuais Escolares de Português: funções, organização, conteúdos, pedagogias*. Braga: Centro de Investigação em Educação/Universidade do Minho.
- SIM-SIM, Inês; DUARTE, Inês & FERRAZ, Maria J. (1997). *A Língua Materna na Educação Básica*. Lisboa: Ministério da Educação.
- SOUSA, Maria L. & CASTRO, Rui V. (1989). «Domínios de avaliação e sucesso escolar na disciplina de Português». In F. Sequeira, R. Vieira de Castro e M. Lourdes Sousa (orgs.). *Ensino-Aprendizagem do Português: teoria e práticas*. Braga: Universidade do Minho, pp. 181-192.
- TORRES SANTOMÉ, Jurgo (1995). *O Currículo Oculto*. Porto: Porto Editora.
- UCHA, Luísa (coord.) (2005). *Provas de Aferição do Ensino Básico: 4.º, 6.º e 9.º Anos. Relatório nacional*. Lisboa: Ministério da Educação.
- VALA, Jorge (1986⁷). «A análise de conteúdo». In A. S. Silva e J. M. Pinto (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 101-128.

ZABALZA, Miguel A. (1995). «A avaliação no contexto da reforma». In José A. Pacheco e Miguel Zabalza (orgs.). *A avaliação dos alunos dos ensinos básico e secundário*. Braga: Universidade do Minho, pp. 13-38.

7. Resumo

Com este artigo, pretendemos compreender como se opera a regulação oficial do ensino do Português e como se vai (re)configurando o domínio da gramática ao nível de provas de exame, identificando o conhecimento gramatical oficialmente avaliado e validado. Assim, o objectivo principal deste texto é o de caracterizar a configuração do conhecimento gramatical em Provas de Aferição e Exames Nacionais de Português do 9.º Ano, realizados em sete anos lectivos sucessivos (de 2002 a 2008).

Nesse âmbito e entendendo a avaliação oficial como um factor constitutivo da disciplina de Português, tentamos discutir como são representados e avaliados os conhecimentos explícitos sobre a língua. Para discutir tais questões, este trabalho desenvolve-se nas seguintes partes: *a)* enquadramento teórico sobre a avaliação escolar e identificação da sua natureza na área do Português; *b)* apresentação das dimensões do estudo das provas de avaliação externa de Português, justificando a selecção do *corpus* e discutindo os objectivos da análise; *c)* definição das categorias analíticas para cada uma das dimensões do estudo; *d)* discussão e análise dos resultados, com a apresentação de algumas conclusões.

Dossiê Temático

El español entre lo uno y lo diverso

Nota preliminar

Durante los días 16 y 17 de abril de 2008, tuvieron lugar por segundo año consecutivo las Jornadas de Estudos Espanhóis e Hispano-Americanos en el Campus de Gualtar de la Universidade do Minho, organizadas por la Secção de Estudos Espanhóis e Hispano-Americanos. En su segunda edición, y bajo el lema “El español entre lo uno y lo diverso”, las Jornadas prestaron atención a la variación en la lengua española desde múltiples perspectivas: la realidad dialectológica de español, su explotación en la enseñanza de ELE, el tratamiento de las variantes en los diccionarios, la variación y la traducción. El resultado de las sesiones de trabajo de esas dos jornadas se presentan a continuación en lo que respecta tanto a las conferencias pronunciadas, como a las comunicaciones presentadas.

La responsabilidad de la organización de estas II Jornadas cupo a una Comisión constituida por Asunción Serrano Rodríguez, Dolores Lerma Sanchis, Carlos Pazos Justo y, como coordinador, el que esto suscribe. Esta Comisión contó, en todo momento, con la colaboración de los restantes miembros de la Secção de Estudos Espanhóis e Hispano-Americanos, a quienes quiere agradecer la ayuda prestada.

No quería terminar esta brevísima Nota Preliminar sin recordar el apoyo recibido por parte de organismos como el Instituto Cervantes de Lisboa, la institución financiera Caja Duero, la editora enCLAVE/ELE y el Centro de Estudos Humanísticos de esta Universidad. Todos ellos realizaron una importante contribución, sin la cual no habría sido posible llevar a buen término esta segunda edición de las Jornadas.

PEDRO DONO LÓPEZ

Coordinador de la Comisión Organizadora

“Of the Portugues language or subdialect” (1662): a consideração do Português como dialecto do Castelhana na obra gramatical de James Howell

SONIA DUARTE
duarte.sonia@sapo.pt

Resumo

The discussion of the level of linguistic autonomy between Portuguese and Spanish lies on the basis of the so-called and well known “questão da língua” (Buescu, 1983; Vázquez Corredoira, 1998) – a major issue in the peninsular linguistic historiography of the 16th century and beyond. As a matter of fact, the thesis that presents Portuguese as a Castilian dialect is amongst the linguistic ideas conveyed during the 17th and 18th centuries (Gonçalves, 2006), as one can conclude from the analysis of the philological writings published in the peninsula and abroad. Moreover, as far as Iberian languages are concerned, this thesis anticipates, though incipiently, the dialectological studies, which develop themselves from the 19th century onwards. Assuming a diachronic perspective on the above mentioned thesis (Portuguese as a Castilian dialect), this essay aims to approach it by means of the available historiographical production on Spanish as a foreign language, focusing on the short piece “Of the Portugues language or subdialect” published by James Howell along with his *Grammar of the Spanish or Castilian Tounge* (London, 1662). After some brief and preliminary considerations on the concept of dialect, which attempt to contextualize it chronologically, the text tries to list the main distinctive features concerning each of the two systems and consider them taking into account their inclusion in a grammar with didactical purposes. Following a previous effort (Ponce de León e Duarte, 2005), it is now the purpose of this essay to underline the importance of what seems to be the only testimony of such a comparative study between Portuguese and Spanish previous to the publication by Rafael Bluteau of “Methodo breve, e facil para entender Castellanos la lengua portugeza” in his *Diccionario Castellano y portugez* (Lisboa, 1721).

Palavras-chave: historiografia linguística peninsular; estudos dialectológicos; gramaticografia do Espanhol LE; James Howell.

Embora os estudos dialectológicos propriamente ditos tenham início apenas no século XIX, anteriormente a essa data, a consciência do fenómeno de variação linguística já está patente em textos de diferente natureza que conformam a tradição historiográfica das línguas ibéricas. No prólogo àquela que é a primeira gramática vulgar publicada na Península Ibérica – a *Gramática castellana* (Salamanca, 1492) –, Antonio de Nebrija já adverte para o modo como o referido fenómeno afecta o Castelhana: «Ésta [a língua] hasta nuestra edad anduvo suelta | fuera de regla, | a esta causa a recebido en pocos siglos muchas mudanças; por que si la queremos cotejar con la de oi a quinientos años, hallaremos tanta diferencia | diversidad cuanta puede ser maior entre dos lenguas» (Nebrija 1989 [1492]: 112). Paralelamente, Fernão de Oliveira, na primeira gramática do Português – a *Grammatica da Lingoagem portuguesa* (Lisboa, 1536) –, já revela igualmente consciência dos factores de variação de um mesmo sistema linguístico, ao escrever sobre o que designa como «particularidades das dicções» e que hoje designamos como «variedades diastráticas e diatópicas»:

E esta particularidade ou se faz ãntre offiços e tratos como os caualeiros ã tẽ hũs vocabolos: e os lauradores outros: e os cortesãos outros: e os religiosos outros: e os mecanicos outros: e os mercadores outros: ou tâbẽ se faz ã terras esta particularidade porã da beira tem hũas falas i os Dalentejo outras: e os homẽs da estremadura são diferentes dos dantre douro e minho: porã assi como os tẽpos assi tâbẽ as terras criã diuersas cõdições e cõçeitos.

(Oliveira, 1536: [49])

Note-se que as variedades diacrónicas também não são esquecidas pelo gramático português: «Hũa mesma nação i gente de hũ tempo a outro muda as vozes e também as letras» (Oliveira, 1536: [11]).

Estas passagens permitem atestar que, quando se inicia o processo de codificação das línguas peninsulares, há já percepção de que se intervém sobre uma realidade pluriforme sujeita à mudança e de que esse é um processo pelo qual se institui o que é o padrão linguístico e o que, escapando ao mesmo, constitui uma variedade do sistema. No entanto, no contexto desta comunicação, importa particularmente vincar que, como dos supracitados textos se pode inferir, subjacente a este incipiente processo de codificação esteve também a noção do estatuto assumido pelos diferentes sistemas linguísticos peninsulares uns relativamente aos outros e, muito especialmente, o do Português relativamente a outros sistemas com os quais tinha e tem uma relação de maior proximidade. Nesse sentido, importa aqui recordar o modo

como a instituição do Português enquanto língua própria se alicerçou num processo de diferenciação e afirmação primeiramente face ao Latim e posteriormente, no contexto dos romances peninsulares, face ao Galego e ao Castelhana. Na relação com o Latim e o Castelhana, a afirmação do Português representou a superação de uma situação de superposição ou diglossia, sendo que, relativamente à língua castelhana, esse processo é configurado em termos de contexto historiográfico pelo que se convencionou denominar «a questão da língua» (Buescu, 1983), e, relativamente ao Galego, pelo que Fernando Vázquez Corredoira (1998) designa como «exemplo *a contrario*». Como é sabido, o processo de codificação do Português é desde cedo condicionado pela situação de bilinguismo resultante da instauração da monarquia dual em 1580 e, nesse contexto, reorienta-se defensivamente no sentido de se conformar com o Latim, afastando-se do Castelhana e reivindicando vantagem sobre a língua espanhola na preservação da herança latina e na proximidade à língua do Lácio. Ao mesmo tempo, conforme evidencia Vázquez Corredoira (1998), de um modo geral, ao discurso linguístico português dos séculos XVI e XVII, «o Galego não interessa, ou apenas de passagem para referir certas afinidades reprováveis com as falas de Entre-Douro-e-Minho» (1998: 16)¹.

Não obstante estas estratégias defensivas assumidas historicamente pelo ideário linguístico português, durante os séculos XVII e XVIII, a teoria do Português como um dialecto do Castelhana conta-se entre as ideias que marcaram o discurso linguístico dessa época²,

¹ Não se pretende, na presente comunicação, desenvolver os termos em que se instituiu historiograficamente a relação do Galego com o Português, não só por esta questão merecer por si só um tratamento particular, como também por já existirem estudos a este respeito, entre os quais, para além de um trabalho de Maria Filomena Gonçalves (2006) prioritariamente orientado para o tema de que se ocupa este estudo e, para além de outros dois trabalhos mencionados na bibliografia final (Vázquez Corredoira, 1998 e Duarte, 2007), se destaca o seguinte texto: Henrique Monteagudo (1988), «Portugués e galego nos gramáticos portugueses do quinhentos», in Dieter Kremer (publ.), *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, Université de Trèves Trier, T. V, Tübingen, Max Niemeyer Verlag: 144-158*. Aqui, apenas se pretende sublinhar que a referida relação está condicionada pela que o Português estabelece com o Castelhana, a qual constitui, essa sim, o escopo deste trabalho. Em García Martín (2006) pode ser encontrada uma visão panorâmica sobre o pensamento de alguns autores entre os séculos XVI e XVIII a respeito das línguas peninsulares.

² García Martín chama a atenção para o facto de que a preocupação quanto à relação entre as diferentes línguas peninsulares perde projecção entre as ideias linguísticas do século XVIII: «el siglo XVIII marca una ruptura con el anterior. Como podremos comprobar, las referencias a lenguas distintas del español son particulares de algunos autores» (García Martín, 2006: 682).

juntamente com a do Português como dialecto do Galego, como aponta Maria Filomena Gonçalves (2006). A referida autora, no estudo que dedica a esta questão, regista diferenças entre textos lexicográficos e textos filológicos de diferente teor, no que concerne à consideração por uns e outros do conceito «dialecto», observando que este ora é abordado dentro de uma perspectiva que hoje consideraríamos predominantemente linguística (de um ponto de vista estrito), ora dentro de uma perspectiva predominantemente «sociolinguística». Segundo a autora, os textos filológicos assumiriam esta segunda perspectiva e é sobre esses que a mesma desenvolve o seu trabalho, contando-se entre os textos comentados o opúsculo «Of the Portugues language or subdialect», texto que James Howell integra na sua *Spanish Grammar*³ (Londres, 1662), e do qual se ocupa a presente comunicação.

Sobre o autor em questão, não se conhecem muitos trabalhos. Dos estudos de Sofía Martín Gamero (1961), Leslie Stephen (1968), Javier Sánchez Escribano (1979) e Daniel Sáez Rivera (2007), foi recolhida a generalidade da informação de natureza biobibliográfica que aqui se apresenta⁴. De Howell se sabe ter nascido em Gales, por volta de 1594, e falecido em 1666 (Martín Gamero, 1961: 119-120), evidenciando ao longo da sua vida um manifesto interesse pela cultura espanhola, alimentado nas viagens à Península e materializado na sua polifacética obra, da que importa destacar aqui a vertente filológica, mas que também integra a ensaística, a epistolar, a historiográfica, a poética, etc. (Martín Gamero, 1961: 119-120). Convém, no entanto, chamar a atenção para o facto de que a vertente filológica não é aquela em que Howell se inicia nem tão-pouco a mais conhecida do seu percurso. Sabe-se que Howel, que estudou no Jesus College de Oxford (Sáez Rivera, 2007: 621), começou por se dedicar à actividade comercial e

³ O título completo é o seguinte: *A New English Grammar, perscribing as certain Rules as the Language will bear, for Forreners to learn English: ther is also another Grammar of the Spanish or Castilian Toung. with som special remarks upon the Portugues Dialect, &c. Whereunto is annexed A Discours or Dialog containing a Perambulation of Spain and Portugall, which may serve for a Direction how to travell through both countreys, &c.* Foi consultada a edição conservada na Biblioteca Nacional de Espanha com a cota DGMICRO/52319.

⁴ F. Javier Sánchez Escribano (1979), no resumo da sua tese de doutoramento, refere uma obra de Patricia Shaw que não foi possível consultar para este trabalho, mas que é oportuno mencionar aqui: Patricia Shaw (1976), «James Howell: un galés del siglo XVII curioso de las gentes y de las cosas de España», in *Archivum*, XXVI, Oviedo, Universidad de Oviedo.

diplomática e chegou a exercer como revisor, tradutor, professor particular de Espanhol e, inclusivamente, a solicitar o cargo de «Tutor of Languages» da rainha de Inglaterra, D. Catarina de Bragança. O cargo que lhe foi adjudicado por Carlos II, em 1661, foi, no entanto, o de «Historiographer Royal». A sua obra sobre o Castelhana – do qual, segundo Amado Alonso (1976: 218-219), não detinha um conhecimento muito sólido – resume-se a dois trabalhos: o *Lexicon Tetraglotton* (Londres, 1660) e a *Spanish Grammar* (Londres, 1662). Esta última, além de uma gramática inglesa bilingue e de uma gramática espanhola redigida em Inglês, integra também um apêndice composto por um diálogo que oferece aos viajantes notas sobre Espanha e Portugal, bem como cartas com provérbios e a sua tradução para Inglês ou Castelhana e, finalmente, o opúsculo de que se ocupa este estudo. «Of the Portugues language or subdialect» está constituído por quatro páginas com algumas notas contrastivas sobre o Português relativamente ao Castelhana, às que se adita um pequeno vocabulário de palavras especificamente portuguesas em edição trilingue: Português, Castelhana e Inglês⁵.

James Howell não é um autor cuja actividade como hispanista tenha alcançado grande projecção entre os estudos historiográficos, não obstante a referência entre outros nomes em alguns trabalhos de carácter abrangente desde uma perspectiva linguística ou didáctica, salientando-se os de Luis Cardim (1929, 1931), António Augusto Gonçalves Rodrigues (1951)⁶, Sofía Martín Gamero (1961), Roger J. Steiner (1970)⁷, Dolores Martínez Gavilán (1989), Javier Sánchez Escribano (1992⁸, 2006), Fernando Vázquez Corredoira (1998), Maria Filomena Gonçalves (2006) e Daniel Sáez (2007). Também não é muito extensa a lista de estudos especificamente orientados para a actividade linguística de Howell, destacando-se neste caso os de Javier Sánchez Escribano (1979, 1982⁹, 1983), Pilar Salas Quesada (2002-2004), Sónia Duarte (2006) e Pablo Segovia (no prelo). Específica e exclusivamente

⁵ O texto integral foi editado por Sánchez Escribano (1983: 126-132). Em Salas Quesada (2002-2004: 851-858) pode ser consultada uma edição do supracitado vocabulário.

⁶ Trata-se de uma referência encontrada em Sánchez Escribano (2006: 110), a qual, infelizmente, não foi possível consultar no âmbito da redacção deste trabalho.

⁷ Também neste caso se trata de uma referência obtida indirectamente em Sánchez Escribano (1983: 10).

⁸ Outra referência obtida indirectamente em Sánchez Escribano (2006: 117).

⁹ Outra referência obtida indirectamente em Sánchez Escribano (1983: 5).

dedicados às notas sobre o Português, apenas se conhecem os trabalhos dos dois colegas anteriormente citados (Salas, 2002-2004; Pablo Segovia, no prelo)¹⁰. Partindo destes contributos, a presente comunicação, sem descurar o conjunto da *Spanish Grammar*, centra-se nas notas gramaticais, para proceder à análise do discurso do autor galês relativamente à ideia de variação e estatuto linguístico no contexto da configuração conceptual da relação entre o Português e o Castelhana, bem como para levar a cabo o levantamento exaustivo dos traços distintivos que, segundo Howell, configuram essa mesma relação e a cuja exposição subjaz, como se pretende aqui demonstrar, uma intenção didáctica.

Em primeiro lugar, cumpre analisar as opções terminológicas para definir o estatuto do Português, plano no qual há que registar uma acentuada oscilação. Se bem que no corpo do texto, em referência ao título do mesmo, surjam como alternativos os termos «Language» e «Subdialect», já na folha de rosto, o estatuto do Português é expresso pelo recurso ao vocábulo «Dialect»¹¹. Embora tal oscilação possa sugerir certa imprecisão no uso metalinguístico, deve registar-se que, nos comentários com que o autor encerra estas notas, é observável um esforço de rigor terminológico na diferenciação entre as expressões «Subdialect» e «Dialect» entre as quais se estabelece uma relação hierárquica e historicamente diferenciada, como se pode concluir da seguinte passagem¹²: «Now, Though the *Castilian* and the *Lusitanian* language bee both derived from the *Latin*, the first *immediately*, the other *mediatly* by means of the *Castilian*, wherof shee is a *Dialect*, and therby a *Subdialect* to the *Latin*» (Howell, 1662: 84). Tal esforço vê-se reforçado quando considerado o que a respeito da origem da língua inglesa figura no «preâmbulo» ao leitor, com o qual se inicia o conjunto da obra e no qual o Inglês é apresentado como um subdialecto, como se pode comprovar pela leitura da passagem que seguidamente se reproduz:

It is a hard task to make a Grammar of a *Mother Toung*, A harder task to make one of a *Dialect*, But to make an exact Regular Grammar

¹⁰ Agradece-se a ambos os autores a amabilidade com que disponibilizaram os seus trabalhos no contexto da redacção desta comunicação.

¹¹ v. n. 2.

¹² Como demonstra Sáez Rivera (2007: 631), esta «visión histórica del término dialecto como derivación de una lengua» figura já no anteriormente referido *Lexicon Tetraglotton* de Howell.

for all parts of a *Subdialect* (as the *English* is) is a task that may be said to be beyond the reach of human understanding, the subject being not capable of it.

(Howell, 1662: 84)

A esta luz, as expressões «Language» e «Toung» assumem uma dupla aceção: ora como sistema linguístico, ora como diassistema, já que, umas vezes, são aplicadas indistintamente ao Português e ao Castelhano colocando-os ao mesmo nível e, outras, a sua aplicação ao Castelhano – por oposição à expressão «Dialect», reservada para o Português – imprime a este último o carácter de variedade linguística. A oscilação inicialmente referida não parece assim significar equiparação, ao contrário do que acontece – como em alguns casos comprova a respectiva tradução para o Castelhano – relativamente aos termos «Language» e «Toung», por um lado, «Castilian» e «Spanish», por outro, e ainda «Portugues» e «Lusitanian»¹³.

Como aponta Gustavo de Pablo Segovia (no prelo), o texto em estudo não oferece uma descrição exaustiva das especificidades do Português relativamente ao Castelhano. Em conformidade com o que Pablo Segovia afirma ser uma característica comum à generalidade dos tratados gramaticais ingleses seiscentistas, a maioria dos traços distintivos inventariados nestas notas respeitam à pronúncia e, cumpre acrescentar, na sua quase totalidade incidem em correspondências regulares de sons consonânticos entre os dois sistemas linguísticos, conforme se pode observar no quadro síntese que aqui se apresenta e que é constituído por exemplos de cada caso extraídos do texto em estudo e respeitando a orientação (do Castelhano para o Português) que prevalece no mesmo:

¹³ Embora esta questão não se levante a partir das expressões utilizadas no corpo do texto em análise, importa aqui referir o recurso, no prólogo da obra, ao termo «romance». Sáez Rivera (2007: 651) alerta para o facto de que, no recurso ao mesmo, Howell recupera ideias do *Lexicon Tetraglotton*, onde «romance» figura como sinónimo de «castellano» ou «español». O mesmo autor sublinha ainda que tal opção terminológica pode ter como fonte *Del origen y principio de la lengua castellana o romance* de Bernardo de Aldrete (1606) ou de alguma das fontes deste último (Sáez Rivera, 2007: 634). Sobre o tratamento deste termo em Aldrete ou sobre a consideração do Português pelo mesmo autor, consulte-se García Martín (2006: 678-682).

Castelhano	Português
<i>Noble, blando...</i>	<i>Nobre, brando...</i> ¹⁴
<i>Llamar, llama...</i>	<i>Chamar, chama...</i>
<i>Noche, ocho...</i>	<i>Noite, oito...</i>
<i>Delante, cielo...</i>	<i>Diante, ceo...</i>
<i>Hado, horca...</i>	<i>Fado, forca...</i>
<i>Abeja, oveja...</i>	<i>Abelha, ovelha...</i>
<i>Cenar, corona...</i>	<i>Cear, coroa...</i>
<i>Tener, venir...</i>	<i>Ter, vir...</i>
<i>Ganado, generar...</i>	<i>Gado, gerar...</i>
<i>Costumbre, cumbre...</i>	<i>Costume, cume...</i>
<i>Solamente, malamente</i>	<i>Somente, mamente...</i>
<i>Possible, insufrible...</i>	<i>Possivel, insufriavel...</i>
<i>Liberalidad, piedad...</i>	<i>Liberalidade, piedade...</i>

A única exceção às equivalências consonânticas é constituída por uma breve nota de carácter prosódico em que o autor aproxima a relação entre o Português e o Castelhana da relação entre o Escocês e o Inglês: «As *Scotland* is to *England*, so *Portugal* may be sayed to be in relation to *Spain*, in point of Speech. The *Scott* speaks somewhat broader and more gapping; so doth the *Portugues* compared to the *Castilian*» (Howell, 1662: 83<81>). Refira-se que, segundo Sáez Rivera

¹⁴ Neste ponto, o texto oferece explicitamente uma pista quanto às fontes consultadas, pois o autor refere-se à vibrante simples como «the snarling letter, as the Philosopher calls her». Tal como já comentou Sáez Rivera (2007: 648, n.269), essa designação como «letra canina» já figura em Pérsio e é depois recuperada por John Minsheu.

(2007: 668), o sistema por detrás da exposição destes traços é semelhante ao utilizado por autores como Jean Doujat, Bernardo Aldrete ou Claude Lancelot. O catálogo de palavras especificamente portuguesas que se segue a este opúsculo e sobre o qual se pronunciou já Pilar Salas (2002-2004) vem complementar, do ponto de vista lexical, esta informação sobre as particularidades do Português.

É apenas no último parágrafo das notas que o autor discorre sobre o estatuto do Português relativamente ao Castelhana, explicando as razões da classificação do primeiro como subdialecto. Essas razões remetem para a relação histórica da língua portuguesa com a latina – uma relação na qual o Castelhana teria desempenhado um processo de mediação. Há que observar que, se bem que ao longo da totalidade das notas sobre o Português o discurso assume um teor estritamente linguístico, no fecho da obra que as acolhe regista-se um carácter diferente. Efectivamente, após o supramencionado catálogo, o autor tece um breve comentário ao trabalho por si levado a cabo na descrição do Português e do Castelhana, comentário esse no qual as apreciações assumem uma natureza muito mais subjectiva¹⁵, incidindo sobre factores de ordem sociolinguística que condicionam a relação entre os dois sistemas: i) o carácter subsidiário em termos de história da língua; ii) o contexto de distribuição funcional que configurou a relação de diglossia vivida em Portugal durante o século XVII; iii) a representação negativa da língua portuguesa sedimentada quer entre portugueses, quer entre espanhóis. É para estes factores que nos remete a passagem aqui transcrita:

It may be sayed, as a *Castilian* was making of a Toledo blade, a *Portugès* came and taking up the fillings he made a *Toung* of them; Indeed it must be granted that the *Castilian* is in more esteem, yea in *Portugal* itself, where the best sort of the Gentry and Marchants speak it, with Church and cloysterd men; most of their sermons, their musical sonets, and madrigals, with their stage plays being in *Spanish*. Insomuch that as it is a saying in *Italy*, *Lingua Toscana in Lingua Romana*; So there is one among them: *Lingua Castelhana em boca Portugueza*; The *Spaniard* hath so little esteem of it, That he sayes there is but one good word in all the *Portugés* Tongue, and that is *Saudades*.

(Howell, 1662: 94)

¹⁵ Sáez Rivera regista igualmente uma apreciação subjectiva/valorativa sobre os dialectos peninsulares no *Lexicon Tetraglotton*, quando refere que, em determinado ponto do prefácio à referida obra, Howell «sitúa al português como el dialecto más importante, según la visión habitual de la época» (2007: 634).

Relativamente ao modo como Howell terá adquirido o seu conhecimento do Português, existe um desconfortável vazio de informação¹⁶. Não há registos concludentes de o autor ter viajado para Portugal nem rasto, na gramaticografia inglesa, de uma tradição do Português como língua estrangeira em que o mesmo se pudesse ter apoiado. Com efeito, como aponta Javier Sánchez Escribano (2006: 123), depois do *Guide into Tongues* (Londres, 1617) de John Minsheu¹⁷, os primeiros trabalhos sobre o Português publicados em Inglaterra são precisamente a obra de Howell sobre a qual se debruça o presente estudo e *A portugez grammar* de Monsieur de la Molliere, publicada no mesmo ano de 1662. A análise do trabalho de Howell tem, contudo, motivado notas bastante críticas sobre o seu conhecimento da língua portuguesa, conforme se pode ler em Sánchez Escribano (2006: 123).

Não obstante essas reservas e as mostras do seu deficitário conhecimento do Português, subjacente à redacção deste opúsculo, para além de motivações políticas consubstanciadas na dedicatória a D. Catarina de Bragança, reconhece-se igualmente uma intenção didáctica expressa no já aludido texto que encerra a Gramática, onde o autor torna manifesta a sua vontade de instruir outros na língua portuguesa, definindo quer o público alvo (falantes não nativos com um conhecimento mínimo do Castelhana) quer a metodologia (contrastiva por referência ao Castelhana): «Thus I have given a short Essay of the *Lusitanian* Toung, which by observing the *differential* precepts pointed at before, may be attained with much ease by any who hath but an indifferent knowledge of the *Spanish* from whom she is derivd but become somewhat mor rugged» (Howell, 1662: 94). Mesmo não havendo uma declaração de intenções a respeito dos propósitos didácticos do texto em estudo, haveria sempre que considerar o contexto de publicação do mesmo e que é o de inserção numa gramática de

¹⁶ A situação relativamente ao Espanhol é diferente. Já aqui se referiu anteriormente a apreciação por Amado Alonso (1976: 218-219) do grau de competência de Howell no domínio do Espanhol. Esse assunto, assim como o modo como o gramático galês se terá apropriado das leituras que fez de obras sobre a língua Espanhola, já foi focado noutros trabalhos (salientam-se os seguintes: Martín Gamero, 1961: 124-125; Sánchez Escribano, 1979: 8-9, 1982, 1983; Salas Quesada, 2002-2004: 1-2; Duarte, 2006; Sáez Rivera, 2007: 652-667; Pablo Segovia no prelo).

¹⁷ Sáez Rivera (2007: 667, n. 299) sugere que, nas suas notas sobre o Português, Howell desenvolve ideias que retoma do prefácio que acompanha a *Spanish Grammar* integrada no *Dicionário* de Minsheu: a equiparação da relação entre o Espanhol e o Português à relação entre o Inglês e o Escocês, partindo da análise dos traços distintivos no plano da pronúncia e do léxico.

Castelhano como língua estrangeira. Relativamente aos destinatários deste opúsculo, embora a referência anterior seja genérica, tratando-se de uma obra publicada em Inglaterra e escrita em Inglês, deduz-se logicamente que está orientada para os ingleses – uma ideia que é reforçada pelos paralelismos iniciais a respeito da relação entre o Escocês e o Inglês. O que não fica claro é, no entanto, a justificação pragmática do labor didáctico de Howell relativamente à língua portuguesa, tal como tem sido questionado por investigadores que sobre ele se debruçaram (Sánchez Escribano, 2006: 123; Pablo Segovia, no prelo). De facto, o próprio Howell, como se explicitou anteriormente, dá conta de uma funcionalidade superior do Castelhano relativamente ao Português, tanto no domínio socio-político, como cultural, dada a utilização mais prestigiada do primeiro no próprio território Português.

Apesar das fragilidades que este apêndice da obra gramatical de Howell possa apresentar, há que reconhecer o seu mérito e a sua relevância enquanto estudo contrastivo e enquanto material de orientação didáctica, já que parece tratar-se do primeiro estudo deste tipo entre o Português e o Castelhano a ser publicado em Inglaterra¹⁸, cinquenta e nove anos antes de sair à luz em Portugal o primeiro trabalho deste género: o *Methodo breve, y facil para entender Castelhanos la lengua Portuegeza* de Rafael Bluteau (Lisboa, 1721)¹⁹. No fecho desta comunicação, reveste-se de particular importância sublinhar ainda o seu valor documental enquanto suporte da teoria que, durante os séculos XVII e XVIII, circulou acerca do Português como dialecto do Castelhano.

Bibliografia

- ALONSO, Amado (1976), *De la pronunciación medieval a la moderna en español*. Col. Biblioteca Románica Hispánica. T. I, Madrid, Gredos.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalho (1983), *Babel ou a ruptura do signo. A Gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

¹⁸ Sem contar com o já referido contributo do próprio Howell no seu *Lexicon Tetraglotton*.

¹⁹ Texto para cuja semelhança formal e de abordagem com o aqui em estudo se adverte já em Ponce de León e Duarte (2005: 382-383).

- CARDIM, Luís (1929), «Portuguese-English Grammarians and the History of English Sounds», in *Estudos de Literatura e linguística*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 159-205.
- , (1931), «Gramáticas Anglo-Castelhanas (1586-1828)», Separata de *O Instituto*. Vol. 81, n.º 2, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- DUARTE, Sónia (2006), «Un tópico de la descripción pronominal en la *Gramática Española* de James Howell y sus modelos: la ambigüedad artículo/pronombre», in Antonio Roldán Pérez, Ricardo Escavy Zamora, Eulalia Hernández Sánchez, José Miguel Hernández Terrés y M^a Isabel López Martínez (eds.), in *Caminos actuales de la historiografía lingüística. Actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*, Murcia, Universidad de Murcia, v. 1, pp. 471-482.
- , (2007), «O Galego no discurso lingüístico portugués do século XIX», in G. Magalhães (coord.), *Actas do Congresso RELIPES III*, Covilhã/Salamanca, UBI/Celya, pp. 113-132.
- GARCÍA MARTÍN, José María, (2006), «Ideas sobre las lenguas de España en algunos autores de los siglos XVI a XVIII», in Antonio Roldán Pérez, Ricardo Escavy Zamora, Eulalia Hernández Sánchez, José Miguel Hernández Terrés y M^a Isabel López Martínez (eds.), in *Caminos actuales de la historiografía lingüística. Actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*, Murcia, Universidad de Murcia, v. 1, pp. 677-690.
- GAVILÁN, Dolores Martínez (1989), «Las ideas lingüísticas en España en el siglo XVII: los tratados gramaticales», Tese de Doutoramento (resumo), Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de León.
- GONÇALVES, Filomena (2006), «El portugués como dialecto del castellano: historia de una teoría entre los siglos XVII y XVIII», in Antonio Roldán Pérez, Ricardo Escavy Zamora, Eulalia Hernández Sánchez, José Miguel Hernández Terrés y M^a Isabel López Martínez (eds.), in *Caminos actuales de la historiografía lingüística. Actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*, Murcia, Universidad de Murcia, v. 1, pp. 729-741.
- HOWELL, James (1660), *Lexicon Tetraglotton, and English-French-Italian-Spanish Dictionary, whereunto is adjoined a large Nomenclature of the proper Terms (in all fowr) [...] divided to fiftie two sections; With another volume of the choicest proverbs in all the sayed toungs [...] by the labours and lucubrations of James Howell, Esq. [...] Londres, Thomas Leach.*
- , (1662), *A New English Grammar Prescribing as certain Rules as the Language will bear, for foreners to learn English. There is also another Grammar of the Spanish or Castilian Tounge, with som special remarks upon the Portugues Dialect, etc.*, Londres, T. Williams, H. Brome e H. Marsh.
- MARTÍN GAMERO, Sofía (1961), *La enseñanza del inglés en España: desde la edad media hasta el siglo XIX*. Col. Biblioteca Románica Hispánica, Madrid, Gredos.
- NEBRIJA, Antonio de (1989), *Gramática de la lengua castellana*. Antonio Quilis (ed. e estudio), Madrid, Centro de Estudios Ramón Areces.

- OLIVEIRA, Fernão de (1536), *Grammatica da lingoagem portuguesa*, Lisboa, e[m] casa d'Germão Galharde (documento electrónico disponível <http://purl.pt/120>).
- PABLO SEGOVIA, Gustavo de (no prelo), «El contraste de lenguas en el siglo XVII: la doble gramática de James Howell», in *Actas del VI Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (06-09/11/07), Cádiz, Universidad de Cádiz (documento electrónico).
- PONCE DE LEÓN, Rogelio e DUARTE, Sónia (2005), «O contributo da obra lexicográfica de Bluteau para a história do ensino do Português como língua estrangeira: o Methodo breve, y facil para entender Castellanos la lengua portuguesa», in *Revista da Faculdade de Letras*. Série «Línguas e Literaturas», 22, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 373-429.
- RODRIGUES, António Augusto Gonçalves (1951), «A língua portuguesa em Inglaterra nos séculos XVII e XVIII», BYBLOS, vol. XXVII, Coimbra.
- SÁEZ RIVERA, Daniel M. (2007), «La lengua de las gramáticas y métodos de español como lengua extranjera en europa (1640-1726)», Tese de doutoramento, Facultad de Filología, Universidad Complutense de Madrid.
- SALAS QUESADA, Pilar (2002-2004), «El pequeño Diccionario de James Howell», in *Archivo de Filología Aragonesa*, Vol. 59-60, 1, pp. 845-858.
- SÁNCHEZ ESCRIBANO, Francisco Javier (1979), «James Howell: un hispanista inglés del siglo XVII», Tese de doutoramento (resumo), Universidad de Zaragoza.
- _____, (1982), «La pronunciación del español según las gramáticas de James Howell. Sus Fuentes», in *Miscelánea 2*, Zaragoza, Departamento de Lengua y Literatura Inglesas, pp. 55-72.
- _____, (1983), «Los diccionarios políglotos de James Howell: fuentes y aportaciones personales», in *Atlantis: Revista de la Asociación Española de Estudios Anglo-Norteamericanos*, Vol. 5, N° 1-2, pp. 5-22.
- _____, (1992), «Learning Spanish in England in the 16th and 17th centuries» in M. L. Dañobeitia (ed.), in *Proceedings of the III International Conference of SEDERI*, Granada, Unversidad de Granada, pp. 277-291.
- _____, (2006), «Portuguese in England in the sixteenth and seventeenth centuries», in *SEDERI* 16, pp. 109-132.
- STEINER, R. J. (1970), *Two Centuries of Spanish and English Bilingual Lexicography, 1590-1800*, Den Haag-Paris, Mounton.
- STEPHEN, Leslie e Lee, Sidney (eds.) (1968), *The dictionary of National Biography*, Londres, Oxford University Press.
- VÁZQUEZ CORREDOIRA, Fernando (1998), *A construção da língua portuguesa frente ao castelhano – o galego como exemplo a contrario*, Santiago de Compostela, Edicións Laiovento.

La expresión perifrástica de la futuridad. Tendencias analíticas em español y portugués. La perífrasis *ir a / ir + infinitivo*

FRANCISCO JOSÉ FIDALGO ENRÍQUEZ
(Universidade da Beira Interior - UBI)

Resumo

A tradicional equiparação do tempo futuro como a única forma ou a mais certa da futuridade não só não é satisfatória como problemática pois nem sequer o tempo lingüístico futuro exprime unicamente conteúdos temporais, podendo dar cabida a valores modais. Deste jeito, houve estudiosos que adjudicaram ao futuro a categoria de modo. Outra prova da errônea identificação é que nos últimos tempos, tanto em castelhano como em português, a forma sintética *-rei/ré* decresce frente a forma analítica a perífrase *ir/ir a+infinitivo*. Em português chegou a tal ponto que há linguistas como Oliveira (2003) ou Vilela (1999) que defendem que a forma sintética quase desapareceu da linguagem coloquial. Neste artigo, defende-se que este processo de substituição do futuro sintético por formas perifrásticas se insere em um contexto muito mais amplo que abrange a todas as línguas e no qual as formas sintéticas são substituídas ciclicamente por formas analíticas. Finalmente discutimos a existência e uso em português da forma *irei+infinitivo*, ainda que raramente descrita em gramáticas e obras, desconhecida em espanhol e a cujo valor pretendemos abeirar-nos comparando-a com o castelhano.

Palavras chave: Futuridade, perífrase, português-espanhol, *ir+infinitivo*, *ir a+infinitivo*.

Introducción

El futuro no existe, anunciaba el movimiento punk de los años 70 y 80 y en algo tenía razón, por lo menos, como tiempo lingüístico, parece que es el más inestable. Si una lengua posee una forma particular para el futuro, dice una tendencia de carácter universalista, la tendrá también para el pasado y para el presente. Pero la existencia

de formas para el pasado y el presente no implica que las haya para el futuro, por ejemplo, no existe una forma morfológica en inglés o en vasco. Incluso lenguas que reconocen la categoría temporal de futuro como propia no tienen forma morfológizada particular y se deben servir de procedimientos analíticos como el estonio o el búlgaro (Kitova-Vasileva, 1992). Así el futuro es, en muchos casos, el *benjamín* (Ballester, 2003) de la división tripartida que del tiempo físico aplicado a la lengua hace el ser humano: el tiempo cronológico o absoluto. De esta juventud lingüística se infiere que ante la ausencia de formas específicas se use el presente por el futuro, *praesens pro futuro*, en muchas lenguas como en escocés o galés o que se den soluciones perifrásticas como en alemán o en inglés¹.

Dicen los antropólogos que para el salto evolutivo del ser humano fue crucial prever lo que estaba por desarrollarse, antever el futuro, predecirlo a fin de cuentas. Seguramente fue complicado para el hombre despegarse de la dualidad existencial de lo vivido anteriormente y lo vivido coetáneamente, para reflejar en la lengua una división ternaria donde también cabe el futuro, solo posible por medio de la palabra. La lengua es el medio para asir lo inalcanzable, para definir lo inefable que es el futuro y así intentar determinar la disposición de lo que vendrá y el grado de certeza solo asumible en términos lingüísticos y no vitales, pues la lengua no es reflejo de la vida sino símbolo, un medio eficaz para entenderla e intentar explicarla. En consecuencia, el ser humano modela el tiempo físico y lo convierte en un tiempo cronológico con base a su propia existencia, relativiza el tiempo en función de él mismo. Además de la partición ternaria del tiempo cronológico a partir de un determinado punto en el tiempo que sirve como ancla no inamovible, el ser humano ha de tener en cuenta el tiempo relativo o lingüístico² que hace que unos hechos sean ante-

¹ Ballester (2003). «En efecto, para la expresión de *tiempos* futuros resulta bastante usual el empleo de (derivaciones de las) nociones – normalmente verbos auxiliares en composición – como ‘devenir’ (alemán y para los futuros imperfectivos bálticos y la mayoría de eslavos), ‘ir (a)’ (acano, pipil; Campbell, *The Pipil...*, 67), ‘poder/ser permitido’ (lenguas germánicas en parte, lapón), ‘querer’ (lenguas germánicas en general y yidis, lapón, osetio, persa moderno, somalio, algunos dialectos franceses e italianos y, por otro lado, en albanés toscano, búlgaro, griego, rumano, serbocroata), ‘tener (que)’ (albanés, la mayoría de las lenguas latinas) e incluso ‘coger’ (húngaro) o ‘venir’ (retorromance)».

² Otras lenguas como el inglés disponen de términos especializados para tiempo lingüístico (*tense*), y tiempo cronológico (*time*), que deshace la ambigüedad creada por la confluencia de nomenclaturas. *Tense* generalmente expresa no el transcurso del tiempo ni su segmentación, sino simplemente la secuencia de eventos – anterioridad, simultaneidad, posterioridad (Fleischman, 1982, 8).

riores, simultáneos o posteriores a otros (Veiga/Rojo, 1999, 2877-2899), pudiendo ser perfectamente posteriores a un punto del pasado pero anteriores al momento de la enunciación «nunc», como en el caso del futuro histórico:

- (1) Magallanes cruzará el cabo de Hornos después de muchas penalidades en 1520³.

O posterior al *nunc* tanto en el tiempo lingüístico como cronológico.

- (2) La expedición cruzará el cabo de Hornos el verano de 2010⁴.

Esa necesidad humana de dominar el futuro, siquiera de forma modesta, por medio de la lengua propició y ha propiciado que el futuro sea tomado como un modo propio en muchas lenguas (en coreano), como una modalidad o como un modo propio junto con el condicional (Alarcos, 1994). Además, el hecho de que el aspecto en casi todas las lenguas y también en el indoeuropeo precediese a la expresión del tiempo, establece una mayor sintonía con una concepción dual de lo terminado, pasado (*perfectum* latino) y lo no terminado presente y futuro (*infectum* latino). Así, la expresión de la futuridad sería un aspecto marginal que podía ser abordado de diferentes modos conforme la posición del hablante, como deseo, como intención, como obligación, como posibilidad. Kitova-Vasileva (1992) recoge las consideraciones de varios lingüistas eslavos que afirman que el futuro del protoindoeuropeo se formó mediante perifrasis modales que luego se aglutinaron perdiendo la independencia formal, sintáctica y semántica para repetirse de nuevo el proceso y formar en las lenguas eslavas y también en las romances nuevos futuros a partir de perifrasis aspectuales que tardíamente se gramaticalizaron perdiendo parte de su contenido aspectual para adquirir un valor temporal de futuridad.

La expresión de la futuridad es, pues, el reflejo de los diferentes modos de acceso al porvenir canalizados por medio de un desplazamiento inceptivo «ir», «venir», de un deseo «querer, desear», de una obligación «haber de, tener que, deber», de una posibilidad «deber de» «poder». El aspecto define las formas de expresión de la futuridad, de aquí que este neonato tiempo en latín, como en otras lenguas, proceda

³ Todos los ejemplos no especificados son recogidos por nosotros.

⁴ *Idem*.

de perífrasis verbales y que cíclicamente, como veremos en los casos del portugués y el español tienda a recrearse mediante procedimientos perifrásticos aspectuales de contenido modal. En el caso que nos ocupa podemos ver que en (2) mientras que el verbo *cruzará* es intercambiable por la perífrasis de infinitivo: *va a cruzar*, no se puede decir lo mismo del caso de *cruzará* en (1). ¿Por qué?

- * (1a) Magallanes va a cruzar el cabo de Hornos después de muchas penalidades en 1520.

Sin embargo en portugués parece ya aceptable este uso sancionado en español.

- (3) Magalhães cruzará / vai cruzar o cabo de Hornos depois de muitas penalidades em 1520⁵

La concurrencia entre formas perifrásticas y sintéticas como formas de expresión de la futuridad se repite tanto en castellano como en portugués actualmente. No solo se enfrentan la forma *ir a+infinitivo/ir+infinitivo* con el futuro morfológico, sino que la vitalidad de las formas de gerundio como expresión de la futuridad⁶ en el portugués de Brasil es indudable. Incluso tanto en portugués europeo como americano ha surgido una tercera forma que acaba con la confrontación bipolar entre futuro morfológico y futuro perifrástico: *irei+infinitivo*.

Nuestro objetivo es analizar como ejemplo de la tendencia analítica en castellano y en portugués la perífrasis *ir a+infinitivo/ir+infinitivo* y más concretamente el caso de la forma analítica *irei+infinitivo*, solución inédita en castellano y que, supone, a nuestro modo de ver, una reedición de los cambios cíclicos a los que las formas que expresan futuridad se ven sometidas, pero con características muy particulares. El análisis contrastivo nos servirá para mostrar cómo lenguas de la misma familia románica han optado por soluciones parecidas para revitalizar la expresión de la futuridad, a saber, uso de formas perifrásticas y como el portugués, lengua tildada por algunos estudiosos de anacrónica (Zamora Vicente, 1967) por la conservación de las formas mesoclíticas para el futuro, nos ha brindado un salto evolutivo cualitativo nada conservador.

⁵ Ejemplo nuestro.

⁶ Véanse los siguientes casos a los que más adelante me referiré:

Estar+gerundio = *estou telefonando para você*. *Ir+estar+gerundio* = *vou estar telefonando para você*.

Futuro y futuros. Futuridad, modo, modalidad

Las categorías de tiempo, modo y aspecto en las lenguas romances, en muchos casos, se aglutinan en el mismo morfema lo que conlleva una complicada interpretación y deslinde de cada una de ellas. Si a esto sumamos que la distribución verbal en portugués y en español se organiza en torno a criterios temporales, obviando los valores modales, confundiendo modo con modalidad; la indefinición en cuanto al número de modos pues los tres modos canónicos, han sido dos, sin el imperativo, cuatro más el potencial formado por futuro y condicional (Alarcos, 1994), cinco con estos últimos como modos e incluso varios más como en las propuestas de Mariner Bigorra (1971) o García Calvo (1960); la indeterminación conceptual y terminológica entre tiempo y modo y la existencia o no del aspecto como categoría propia⁷. Intentar deslindar estos conceptos en breve lapso de tiempo y quizás, en amplio, es imposible. Nuestra posición, basada en criterios funcionalistas, concuerda en términos generales con lo defendido por (Veiga/Rojo, 1999) al constatar que tiempo y modo se entrecruzan en las formas de los tiempos verbales y que difícilmente, en muchos casos, son aislables, de aquí que debieran ser entendidas como categorías modo-temporales no como categorías aisladas.

El caso del futuro es una muestra clara de confluencia y con (fusión) de expresión temporal y modal. Fleischman (1982, 23-31) señala que las formas del futuro tienden a la renovación en base a cambios semánticos como una característica cuasi-universal y que además suelen estar asociadas con ciertas modalidades de diferente tinte semántico. De aquí que la condición del futuro ostente, por un lado, el carácter temporal y por otro, el valor modal.

La identificación exclusiva del tiempo verbal *futuro* con la expresión de la futuridad hace tiempo que se ha descartado. De hecho, el futuro morfológico casi nunca expresa futuridad, incluso las tendencias evolutivas actuales, tanto del español (Matte Bon, 2006, Hernández Alonso, 1996), y sobre todo del portugués (Vilela, 1999, Santos, 1997) parecen relegarlo a los valores modales:

- (4a) No lo sé, estará en la universidad. Probabilidad en el presente⁸
- (4b) Terá vinte anos. Probabilidad en el presente
- (4c) Amarás pai e mãe. Valor de mandato

⁷ Si es que el aspecto existe como categoría en español. Para algunos sí Alarcos (1994), pero para otros muchos no Veiga/Rojo (1999).

⁸ Ejemplos nuestros.

Y son más tanto en variedad como en número de ocurrencias las otras formas de expresar futuridad con un contenido modal más o menos preponderante dependiendo de contextos⁹ y de la lengua.

- (5) Hei-de tratar do assunto (¿Futuridad u obligación?)
- (6) Estou telefonando para você (Futuridad o acción en desarrollo?)¹⁰
- (7) Vou tratar do assunto (intención, futuridad, ingresividad)

Las formas gramaticales que expresan el concepto temporal del futuro son, en general, de carácter inestable y tienden a adquirir coloraciones modales, no obstante como bien indica Coseriu (1973, 161), el futuro como «categoría» no puede considerarse «débil» o «inestable». La categoría persiste y sólo se modifican su *forma* de expresión y su *orientación* semántica. La categoría de futuridad existe en casi todas las lenguas, lo que los hablantes modifican es la manera de interpretarla, que no es exclusiva ni mucho menos de un tiempo verbal, ni de una construcción perifrástica.

Futuro perifrástico / Futuro sintético

Si bien la expresión de la futuridad no es exclusiva ni del futuro morfológico ni de las formas perifrásticas, éstas se han convertido en las formas consagradas para expresar futuridad¹¹. No es nuestro objetivo dirimir si formas analíticas forman parte o no del paradigma verbal del español (Rojo, 1974)¹² o del portugués (Barroso, 1994, 175).

⁹ Tradicionalmente se ha soslayado la importancia del contexto para el cambio lingüístico, quizás por la dificultad exponencial de analizar cada caso concreto. Sin embargo, es determinante el análisis del contexto sintáctico como del pragmático para evaluar los valores de determinada forma:

– Querrá que se lo digas (Futuridad).

– Probablemente querrá que se lo digas (Futuridad, pero también probabilidad en el presente)

En todo caso, la modificación del contexto sintáctico determina el valor de la forma (probablemente). Pero ni siquiera de esta manera, si despreciamos el contexto pragmático podríamos dilucidar si el valor principal es el de futuridad o el de probabilidad.

¹⁰ En la norma brasileña del portugués la perífrasis *estar+gerundio* está siendo usada para expresar futuridad.

¹¹ En español de Hispanoamérica o en todo el portugués de Brasil por ejemplo.

¹² (Rojo, 1974, 66), «La aparición del elemento gramaticalizado como verbo independiente en otros contextos retrasa e incluso impide la definitiva asimilación de este tipo de complejos a los paradigmas verbales. De todos modos, el paso final puede ser dado en cualquier momento – siempre que se cumplan unas determinadas condiciones–,

En todo caso, solo el tiempo dictará si pasan a formar parte o no del paradigma verbal español o portugués. Nuestro interés radica en apuntar sucintamente caminos y reflexiones que sirvan para analizar en qué situación evolutiva está la perífrasis *ir a/ir+infinitivo* que expresa futuridad en el amplio contexto diatópico del portugués y del castellano. Para establecer el grado evolutivo de una perífrasis es determinante aludir al fenómeno de la desemantización o gramaticalización que caracteriza al verbo conjugado de una perífrasis verbal. La gramaticalización es un proceso cognitivo a través del cual un verbo de contenido pleno va desemantizándose paulatina y gradualmente hasta convertirse, normalmente, en mero marcador gramatical de carácter afijal, es decir, se convierte en verbo auxiliar de un verbo pleno, y refiere las categorías gramaticales de persona, número, tiempo, aspecto, voz y modo en relación con la acción verbal designado cuyo contenido semántico o lexical recae sobre el verbo auxiliado. Además de la pérdida de significado conlleva, conforme los presupuestos de la gramática cognitiva (Hopper, P. J. / Traugott, E., 1993), una reinterpretación del mundo extralingüístico partiendo de elementos lingüísticos previamente existentes, que pueden tener valores propios o adquiridos en el nuevo uso y que afectarán a la nueva forma, moldeados mediante herramientas cognitivas como la metáfora y la metonimia. Mediante estos útiles de lengua ponemos en contacto un mundo material o conceptual de mayor accesibilidad y comprensibilidad con otro abstracto y más complejo. Esta conexión solo es posible si se perciben las dos categorías puestas en contacto, la más material y la más abstracta, como poseedoras de rasgos comunes que las unen. En el caso de la perífrasis que nos atañe *ir (a) + infinitivo*, el paso del matiz espacial al temporal se ve facilitado por la noción de movimiento o desplazamiento común a ambos¹³.

ya que las perífrasis poseen una unicidad semántica y formal que las acreditan como procedimientos verdaderamente morfológicos. Se trata, en definitiva, de un proceso similar al que hemos de suponer para todas las formas incluidas en la conjugación. La única diferencia está en que las últimas se han hecho sintéticas, mientras que la mayoría de las perífrasis actuales permanecen en una fase analítica».

¹³ Bravo (2008, 380), disiente de esta interpretación y considera que el significado temporal de esta perífrasis deviene de un significado aspectual prospectivo previo que pone en contacto dos momentos temporales y por lo tanto no hay ningún movimiento generador del proceso de gramaticalización.

«La postura mayoritaria sostiene que la afectación del argumento interno, que normalmente se describe en términos de ‘un sujeto desplazándose hacia una meta’, es el rasgo que está en la base de los valores de posterioridad o progresión temporal. Para nosotros, en cambio, dicha afectación explica un componente del significado del aspecto

USO PLENO:

Agente

Partida —————> Destino

Movimiento o desplazamiento espacial*Voy a tu casa*

USO PERIFRÁSTICO:

Agente

PRESENTE —————> FUTURO

Desplazamiento temporal*Voy a pensar en el asunto.*

Aunque el proceso de gramaticalización ha avanzado mucho, aún no está concluido, a pesar de lo que pueda indicar la posibilidad de que el verbo *ir* en castellano se puede auxiliar a sí mismo¹⁴. La existencia de casos en los que el contexto es el factor clave para determinar el uso pleno o auxiliar parece indicar la no conclusión del proceso.

(8a) *Voy a hacer la cama (a mi casa)*->desplazamiento espacial

(8b) *Voy a hacer la cama (por la tarde)*->desplazamiento temporal

No es aceptable con valor perifrástico en castellano el uso del verbo auxiliar *ir* en futuro. Así, el verbo auxiliar, aunque en sus usos independientes goce de todo su paradigma completo, en tanto auxiliar sólo presenta ciertas formas temporales, como presente o imperfecto de indicativo principalmente¹⁵. Este hecho parece indicar que la gra-

Prospectivo, concretamente el hecho de que cierto estado de cosas se dé en un intervalo temporal relevante para el que habla. En efecto, consideramos que la retención del rasgo de afectación del argumento interno en los verbos de desplazamiento, o al menos en el verbo *ir*, presupone la atribución de un estado de cosas o de una propiedad a un sujeto durante el intervalo de tiempo que focaliza el Tiempo del Foco».

¹⁴ Solo admisible en español y no en portugués.

– *Voy a ir a hablar con él*

– **Vou ir falar com ele*

¹⁵ Torrego (1999) aduce como ejemplo el verbo *ir* en su uso perifrástico *ir a + infinitivo*, cuyo matiz temporal perifrástico de futuridad inmediata sólo es factible en los tiempos de presente e imperfecto de indicativo y de subjuntivo, pero no, por ejemplo, en los tiempos de futuro.

matalización de esta perífrasis en español está en un estado más avanzado, pues restringe los tiempos verbales en el verbo auxiliar¹⁶.

* (9a) El irá a saber la verdad-> solo como verbo pleno, desplazamiento espacial

Sin embargo, sea en portugués de variante portuguesa o sea brasileña, se acepta esta posibilidad.

(9b) Ele irá saber a verdade = Ele saberá a verdade

Los estudios de campo a ambos lados del Atlántico para el español Bauhr (1989), Berschin (1987), Butragueño/Lastra (2008), Kany (1969), Matte Bom (2006), Moreno de Alba (1977), Ruiz Martínez (2004), Sedano (1992, 1994, 2006), Silva-Corvalán/Terre (1989), como para el portugués Oliveira (1985), Malvar (2003), Oliveira (2006), Polli da Silva (2005), Santos (2000), Silva (2002), parecen confirmar que el futuro morfológico aparece cuantitativamente menos en todos los casos¹⁷ que el perifrástico, que posee contextos sintácticos son cada vez más restringidos y específicos y que la posibilidad de alternancia con las formas perifrásticas es cada vez menor. Si añadimos que los grupos de edad más jóvenes lo usan menos y que es raro en la lengua hablada (excepto en la norma estándar del español peninsular), no es descabellado pensar que nuevas formas perifrásticas o no (presente de indicativo), ocuparán las funciones que antes poseía la forma sintética.

A nuestro modo de ver, esta tendencia, seguramente tiene que ver con razones muy parecidas a lo que provocó el colapso de la forma de futuro sintético *amabo* en latín¹⁸, es decir, dificultades estructurales

¹⁶ El portugués acepta además el condicional en el verbo auxiliar de la construcción perifrástica *ir+infinitivo* para expresar futuridad:

Iria falar com ele, mas não quer falar comigo

¹⁷ Solo en Almeida (1988) podemos ver un número de ejemplos superior del futuro sintético, en virtud de una concepción de prestigio lingüístico encubierto asociado a este forma como canónica del español culto peninsular.

¹⁸ Amén de las confusiones formales, fonéticas y morfológicas en la sustitución de la forma sintética del futuro latino *amabo*, hemos de tener en cuenta más aspectos, a saber, la tendencia a usar el presente por el futuro, *praesens pro futuro*, la existencia de procedimientos analíticos para expresar la futuridad en latín, coetáneos a la forma morfológica sintética; la apropiación por el subjuntivo de valores modales tipológicamente próximos. La pérdida de significantes por amalgama formal y la pérdida de significado por la competencia de otras formas también y la disminución de la nitidez de contornos expresivos provocó el colapso del futuro sintético que fue sustituido en todas

por desgaste formal de las formas sintéticas, dificultades semánticas como la pérdida de eficacia comunicativa en tanto expresión de la futuridad en base a una reinterpretación cíclica del concepto de futuridad definible en distintas maneras de percibir el futuro, sea como deseo, desplazamiento u obligación..., y la tendencia natural cíclica de refuerzo de la expresividad de la futuridad por medio de otras formas, suma de modalidad y futuridad, que sustituyen a las antiguas formas.

Los hablantes tienen en sus manos el destino de las lenguas y sus decisiones individuales o colectivas como la de la interpretación de la expresión de la futuridad por medio de otros ítems lingüísticos (construcciones perifrásticas frente al futuro sintético) están basadas en las necesidades comunicativas y en la verificación de su eficacia. El colapso del futuro no se debe a la *vejez* de la forma sino a las necesidades comunicativas de los hablantes independientemente de su edad evolutiva. El futuro sintético no disminuye su uso en virtud de razones estructurales, pueden contribuir (*supra*), sino por su escaso rendimiento para comunicar lo que el hablante quiere. En muchos actos de habla al emisor no le basta expresar futuridad, necesita *interpretar* el futuro. De este jaez, el hablante tiñe esa futuridad de ciertas connotaciones modales que determinan la elección de la forma usada y que descartan la forma sintética por ineficaz para comunicar lo que se pretende. La futuridad es interpretable como una obligación, como un deseo, como un desplazamiento, como una intención. En (10a) la futuridad se deslinda de cualquier contenido modal, sin embargo en (10b) y en (10c) no solo interesa expresar futuridad sino interpretarla como un contenido intencional (10b) u obligatorio (10c).

(10a) Saberei a verdade

(10b) Vou saber a verdade

(10c) Hei-de saber a verdade

Hay que decir, no obstante, que no siempre estas diferencias están marcadas y en muchos casos se neutralizan las formas expresando solo futuridad (12) o no son intercambiables (13) por aludir a momentos temporales diferentes de la futuridad.

las lenguas romances por formas perifrásticas ya existentes en el algunos casos con valores aspectuales-modales más o menos próximos a la futuridad o perífrasis de aspectuales de nuevo cuño que se fueron reciclando en aras de dar cabida a la expresión de la futuridad.

- (12a) Amanhã virá comigo
 (12b) Amanhã vai vir comigo
 (13a) Vou pegar o casaco e vou-me embora
 (13b) Pegarei o casaco e vou-me embora

Incluso en algunas variantes del castellano se ha borrado la variación entre el futuro sintético y el analítico en virtud de una gramaticalización muy avanzada de la forma analítica que ha pasado a ser la única forma de expresión de la futuridad. Según Anderson (1979) en ciertas variedades del español centroamericano (Ciudad de Panamá, regiones rurales de Méjico y El Salvador) se escucha la aglutinación de la perífrasis en las tres primeras personas: *yo vadormir, tu vadormir, él/ella vadormir*. Se trata de una gramaticalización extrema, dando lugar a un nuevo futuro sintético provocado por influencia de las lenguas indígenas (en este caso, existe un morfema no variable para expresar futuridad) o una deficiente enseñanza del castellano como segunda lengua en muchos casos.

En todo caso parece que estamos asistiendo a un cambio lingüístico en proceso, quizás dentro de un periodo evolutivo más amplio (Melis et alii, 2003), consistente en la sustitución de formas sintéticas por otras perifrásticas más adecuadas para los fines comunicativos que pretenden los hablantes. Los datos sociolingüísticos recogidos por diversos autores para el español (vid. supra) y para el portugués de Brasil (vid. supra) indican que es un cambio fuertemente asentado, con especial preponderancia en las capas de población más jóvenes, en cualquier registro y quizás en las últimas etapas evolutivas en la lengua hablada. Cumple muchas de las condiciones para que el cambio triunfe y las formas perifrásticas sustituyan a las sintéticas para expresar la futuridad e incluso otros valores modales propios del futuro morfológico. Si asistiremos a otro proceso similar de gramaticalización al de los futuros romances del castellano y del portugués solo el tiempo lo dirá, aunque tanto para el castellano (Anderson, 1979) como para el portugués hay indicios, como veremos, a continuación que parecen apuntar hacia la gramaticalización pero de una manera novedosa.

Perífrasis *ir a/ir +infinitivo*

En los trabajos de Bauhr (1989), Berschin (1987), Butragueño/Lastra (2008), Kany (1969), Moreno de Alba (1977), Sedano (1992, 1994, 2006), Silva-Corvalán/Terreí(1989) se apunta la posibilidad de

que en español hablado la forma perifrástica esté más extendida que la forma sintética en Hispanoamérica, al igual que el castellano peninsular con la única excepción de las Islas Canarias donde una peculiar noción de prestigio lingüístico Almeida (1998) facilitó la vitalidad de la forma sintética frente a la analítica y detiene, por lo menos según los estudios consultados, la emergencia de la forma analítica.

El corpus que Sedano (2006) reúne y a los que alude sobre el español escrito atendiendo a la variedad diatópica, parecen, en líneas generales, sostener la idea de que el discurso escrito favorece la conservación de la forma sintética frente a la perifrástica, siendo no obstante el número de apariciones menor.

Diversos autores como Bauhr (1989), Berschin (1987), Butragueño/Lastra (2008), Sedano (1992, 1994, 2006), Silva-Corvalán/Terrei (1989), parecen señalar que los contextos que indican posterioridad alejada del momento de la enunciación favorecen la presencia del futuro sintético, aunque en menor porcentaje que el analítico que aparece en cualquier contexto.

Bravo (2008) basándose en criterios aspectuales, afirma que esta perífrasis posee un valor aspectual prospectivo del que deriva el valor temporal que conecta la referencia temporal del auxiliar con otra siempre posterior. Así, para *ir (presente) + infinitivo* la conexión entre el presente especificado por el auxiliar con una situación posterior es la clave interpretativa de la que derivan todos los valores modales, semánticos y temporales. Del mismo modo *ir (imperfecto) + infinitivo* se asocia también a una situación posterior¹⁹.

Así, el factor definitorio de esta forma (Bravo, 2008, 378) es «el rasgo de significado característico de esta forma, el rasgo de conexión con el presente» del que derivan todos los demás valores y que lo diferencia del futuro sintético. Desde una perspectiva funcional y conforme la terminología de Rojo (1999): O+V/(VoO)+V (posterior al origen / simultaneidad al origen+posterioridad al origen). La forma *ir a+infinitivo* se caracteriza por un doble rasgo de posterioridad al *nunc* y uno de simultaneidad. Por su parte, la forma sintética *-ré O+V* no posee ninguna conexión con el punto de origen por lo que se percibe como eventual, arriesgada, inasible, es únicamente postero-

¹⁹ (Bravo, 2008, 376). En definitiva, con <*ir a + infinitivo*> se realiza una aserción sobre un intervalo de tiempo, presente o anterior al momento del habla, respecto del cual se predica un determinado estado de cosas. La característica principal de este estado de cosas afirmado o focalizado es el encontrarse asociado con una situación posterior.

ridad. La forma perifrástica cuando expresa futuridad atrae la posterioridad al punto de origen, de aquí que sea tomada como más certera, más segura por el hablante. Hay que apuntar que, no obstante, esta diferencia en muchos contextos se neutraliza.

(14a) Mañana te diré lo que sepa

(14b) Mañana te voy a decir lo que sepa

Según Bravo (2008, 378) «<ir a + infinitivo> puede expresar la misma información temporal que un futuro (cantaré o cantaría) solo si aparece, ya sea de forma explícita, ya de forma implícita a través del contexto, un modificador temporal que aporte esta información. Aunque esta condición es necesaria, no es determinante, ya que, incluso en presencia de un modificador <ir a + infinitivo> puede conservar su significado de perífrasis aspectual Prospectiva».

El otro factor decisivo, en nuestra opinión, es la irrupción del agente como núcleo generador del cambio lingüístico que supone la preferencia por las formas perifrásticas. En aquellas frases en las que el agente y el sujeto coinciden, el número de formas perifrásticas es mayoritario (Butragueño, 2008, Sedano, 2006). Amén de las causas intrínsecas a la lengua deberíamos considerar como el detonante necesario al hablante. Visto que el uso de las perífrasis por las formas sintéticas no es apenas un cambio propiciado por la búsqueda de la expresividad y la claridad y por la pérdida de significado de una forma, sino que el uso de una perífrasis en determinados contextos que expresan futuridad. Es una decisión pragmática en una búsqueda intencionada de la eficacia comunicativa.

En portugués ha surgido una nueva forma que acaba con la dualidad formas perifrásticas/formas sintéticas: *ir (futuro)+infinitivo*. A diferencia de las formas perifrástica en castellano *ir a+ infinitivo* O+ V / (VoO)+V, la perífrasis del portugués en futuro tiene una doble posterioridad con respecto al origen y parece haber diluido la conexión con el *nunc*, ese rasgo de simultaneidad O+ V / O+V. La necesaria conexión con el presente o con un punto anterior parece ser complicada de atribuir con absoluta certeza a falta de un estudio de un corpus significativo, aunque intuimos que queda cierto tenue hilo de unión, definitorio de las peculiares propiedades de esta forma perifrástica.

(15) Sabendo de antemão que os outros partidos *irão pedir*_a presença do ministro²⁰

²⁰ Público (30-01-2009) en www.clix.publico.pt.

Entonces, ¿cuál es el valor de esta forma? ¿Doble futuridad? ¿Es necesaria? Si lo fuese, ¿para expresar qué?

La conexión con el punto de origen o con otro punto anterior favorecería el uso perifrástico, pues la inconcreción inherente del futuro se ve modulada por la conexión con referentes temporales anteriores que propician el uso de la forma analítica. En cambio, la forma sintética ocupa el espacio de la futuridad plena no asumida por el agente, la virtualidad pura.

Como señalan muchos estudiosos como Oliveira (1985), Oliveira (2006), Vilela (1999), las formas sintéticas en portugués actual parecen relegadas, salvo en casos de la lengua escrita, a contener valores modales y no valores temporales de futuridad.

De hecho, los datos recogidos por los diferentes trabajos (*vid. supra*) son buena muestra de la preferencia por las formas perifrásticas tanto en Brasil como en Portugal, hasta el punto de relegar el futuro morfológico casi exclusivamente a la lengua escrita donde, ahí sí, indudablemente, esta neonata forma ocupa algunos de los espacios comunicativos que el futuro sintético ha perdido, como la lengua hablada coloquial y la lengua escrita no culta. Es precisa, pues, para abarcar valores para los que la forma sintética ya no servía y para los que la forma perifrástica en presente no se veía como adecuada comunicativamente. Tenemos que tener en cuenta también que en cualquier cambio lingüístico confluyen diversas causas no meramente comunicativas, pensamos que en esta mudanza tenemos que tener en cuenta las siguientes cuestiones propiciatorias:

- 1) Dificultad combinativa de las formas sintéticas con los pronombres personales (Mesoclisís). Pérdida de claridad. >Dificultades estructurales.

(16a) Preparar-te-ei o jantar.

Con errores en la combinación:

(16b) *Prepararei-te o jantar

Aspecto que la perífrasis soluciona en cada caso:

(16c) Vou preparar-te o jantar / vou te preparar o jantar.

- 2) Vitalidad de la forma perifrástica para expresión de la futuridad tanto en la lengua escrita como en la lengua hablada. Ineficacia comunicativa del futuro y pérdida de significado.
- 3) Remodelación cíclica de los tiempos de futuro en virtud de diferentes modos de acceso a la futuridad.

Estos condicionamientos provocaron la aparición de esta nueva forma en portugués, inédita, con este valor, en castellano: *Ir (en futuro)+infinitivo*.

Con esta nueva forma conseguimos evitar los problemas combinatorios causados por la forma sintética y conseguimos ampliar el espectro de variación de expresión de la futuridad, no hay una forma más segura y otra más difusa sino tres:

- Forma perifrástica con el verbo auxiliar en presente (*vou pedir*). Para futuros próximos al momento de la enunciación y con alta participación del agente, por tanto con un alto grado de cumplimiento en el futuro.
- Forma perifrástica con el verbo auxiliar en futuro (*irei pedir*). Para futuros más distantes del *nunc*, pero con una sutil conexión con el punto de origen lo que garantiza que acciones lejanas temporalmente o no definidas posean un alto grado de cumplimiento posterior. No obstante la doble posterioridad la aleja temporalmente del *nunc* siendo inadecuada para contener valores inminenciales o incoativo. Sin embargo, la implicación del agente y una sutil relación con un punto anterior en el presente como ancla temporal garantizan un alto grado de cumplimiento.
- Forma sintética (*pedirei*). Se usa para futuros distantes del *nunc* con una baja participación del agente lo que convierte la acción futura es más virtual que *irei+infinitivo* y menos comprometedor o menos asumible para el agente / sujeto / hablante.

De las dos formas primigenias, por extensión significativa, para precisar, por dificultades estructurales, por mejora de la expresividad, surge una tercera forma, término intermedio entre el futuro sintético y la perífrasis con el verbo auxiliar en presente, que parece avanzar ocupando progresivamente los espacios reservados para la expresión de la futuridad que antes poseía la forma sintética. A saber, contextos formales, la lengua escrita y expresión de virtualidad plena, solapándose ambas formas sin distinción en ciertos contextos:

(17a) As jornadas de Linguística terão lugar a 28 de Novembro de 2009

(17b) As jornadas de Linguística irão ter lugar a 28 de Novembro de 2009

De este modo, la forma sintética reduce su ámbito de uso, sobre todo a la lengua escrita culta y reducidamente a los usos orales cultos. Los valores temporales reducen drásticamente su uso, siendo preponderantes los modales.

Conclusiones

Según los estudios citados (*vid. supra*) el español hablado parece favorecer el uso de las formas perifrásticas mientras que las formas sintéticas se restringen al español escrito, estos mismos estudios indican que las formas analíticas tienen más vitalidad en el español de América que en el español peninsular, si bien en ambas orillas del Atlántico son la forma más usada cuantitativamente tanto en la lengua hablada como en la lengua escrita. No obstante, en España las formas sintéticas mantienen cierta vitalidad tanto en la lengua escrita como en la lengua hablada, quizás debido a la presión de la lengua estándar fijada en la educación y en los medios de comunicación. Parece que otros condicionantes lingüísticos determinan la preponderancia de las formas perifrásticas como las acciones futuras cercanas al *nunc* o aquellas en las que el agente tiene una participación decisiva. El futuro morfológico se usa en contextos en los que el agente se difumina y la condición de hipoteticidad de la acción futura se incrementa. La cercanía al momento de la enunciación en términos pragmáticos parece decisiva para optar por una forma o la otra.

En los trabajos de campo realizados tanto en Brasil y como en Portugal (*vid. supra*) indican que las formas perifrásticas predominan en la lengua hablada y avanzan en la lengua escrita, quizás, incluso, en mayor medida de lo que sucede en castellano. Incluso se ha desarrollado una nueva forma *irei+infinitivo*, desconocida en todo el ámbito del castellano, que pensamos que puede ocupar el espacio funcional que antes poseía la forma morfológica del futuro como expresión de una futuridad menos certera.

Aún así en contextos como (17) la forma *irei+infinitivo* transmite un valor propio diferenciado del de las forma perifrástica *vou+infinitivo* y del futuro morfológico *-rei*, posterioridad alejada del *nunc* pero conectada con él, valor presente en castellano pero sin una forma específica que lo exprese. La combinación de futuro morfológico, marcadores temporales y contexto parecen ser los útiles de los que el español se sirve para dar cabida a este valor. La particularidad del portugués, es haber creado una nueva forma perifrástica amén de dar cabida a ese valor de posterioridad de elevado grado de cumplimiento que va progresivamente ocupando los espacios para la expresión de la futuridad del agónico futuro sintético. Si este cambio deviene en un sistema dual perifrástico para la expresión de la futuridad con una gramaticalización de las formas analíticas o la triple distinción formal se conserva en base a criterios validez funcional, apenas o tempo o dirá/ irá dizer.

Bibliografía

- ALARCOS LLORACH, Emilio (1994), *Gramática de la lengua española*, Espasa Calpe, Madrid.
- ALMEIDA, Manuel y Marina Díaz (1998), «Aspectos sociolingüísticos de un cambio gramatical: la expresión de futuro». En *Estudios filológicos* 33, pp. 7-22.
- ANDERSON, Eric W. (1979), «The Development of the Romance Future Tense: Morphologization II and a Tendency Toward Analicity». *Papers in Romance* 1: 21-35.
- BAUHR, Gerhard. (1989), *El futuro en -ré e ir a + infinitivo en español peninsular moderno*, Acta Universitatis Gothoburgensis Gotemburgo.
- BALLESTER, Xaverio (2003), «Tiempo al tiempo de las lenguas indoeuropeas». En *Faventia* 25 (1), pp. 125-153.
- BARROSO, Henrique (1994), *O Aspecto Verbal Perifrástico em Português Contemporâneo. Visão funcional/sincrónica*, Porto, Porto Editora.
- BRAVO MARTÍN, Ana (1998), «Ir a+infinitivo: aspectos léxico-semánticos en la alterancia con el futurosimple». En *Interlingüística* 9, pp. 61-66.
- _____, (2008), *La perífrasis <ir a+infinitivo> en el sistema temporal y aspectual del español*. Tesis doctoral dirigida por Ignacio Bosque. Madrid Universidad Complutense. <http://eprints.ucm.es/8074/1/T30424.pdf>
- BERSCHIN, Helmut (1987), «Futuro analítico y futuro sintético en el español peninsular y colombiano». *LEA* 9: 101-110.
- BUTRAGUEÑO, P. M. / Lastra Y. (2008), «Futuro perifrástico y futuro morfológico en el corpus sociolingüístico de la ciudad de México». XV Congreso internacional de la ALFAL. Sección de Lingüística. Montevideo. Agosto de 2008.
- BYBEE, Joan L., William Pagliuca y Revere D. Perkins (1991), «Back to the future», en Elisabeth C. Traugott y Bernd Heine (eds.), *Approaches to Grammaticalization*, vol. II, Amsterdam: Benjamins, pp. 17-58.
- CARTAGENA, Nelson (1996), «La inestabilidad del paradigma verbal de futuro, ¿hispanoamericanismo, hispanismo, romanismo o universal lingüístico?», *Boletín de Filología*, Bd. XXXV, Santiago de Chile: Universidad de Chile: 79-100.
- _____, (1999), *Los tiempos compuestos*. In I. Bosque y V. Demonte (eds.), *Gramática descriptiva de la lengua española*, vol. II, Madrid, Real Academia Española, Espasa, 2935-2975.
- COSERIU, E. (1957), *Sobre el futuro romance*. en *Sincronía, diacronía e historia*, Madrid, Gredos, 1973 (2.^a ed.).
- DE GRANDA, Germán (1997), «Un fenómeno de convergencia lingüística por contacto en el quechua de Santiago de Estero. El desarrollo del futuro verbal perifrástico». Servicio de Publicaciones. Universidad Complutense. *Revista de Filología Románica*, n.º 14, vol. 1, pp. 28 1-289.
- FLEISCHMAN, S. (1982), *The future in thought and language*, Cambridge: University Press.

- GÓMEZ TORREGO, Leonardo (1999), *Los verbos auxiliares. Las perífrasis verbales de infinitivo*. En Ignacio Bosque y Violenta Demonte (eds.), *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, pp. 3323-3389.
- HERNÁNDEZ ALONSO, César (1996), *Gramática funcional del español*, Gredos, Madrid.
- HOPPER, P. J. / TRAUGOTT, E. (1993), *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KANY, Ch. E. (1969), *Sintaxis hispanoamericana*, Madrid, Editorial Gredos.
- KITOVA-VASILEVA, Dimitrova, María (1992), «Procesos analógicos en la evolución histórica del futuro». In *Actas del II Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*. Tomo I, Madrid, Pabellón de España, pp. 520-543.
- LONGO, Beatriz N. de O. (1998), «Perífrases verbais no português falado». *Revista Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos*. Vol. 2. N. 2 jul./dez. - 1998.
- MALVAR, Elisabete (2003), *O presente do futuro no português oral do Brasil*. Ottawa: University of Ottawa, (Tese de Doutorado).
- MATTE BON, Francisco (2006), «Maneras de hablar del futuro en español entre gramática y pragmática. Futuro, ir a+infinitivo y presente de indicativo: análisis, usos y valor profundo». En *RedELE Revista electrónica de didáctica / español lengua extranjera* 6. <http://www.mec.es/redele>.
- MEIER, H. (1965), «Futuro y futuridad», *Revista de Filología Española*, 48, 62-82
- MELIS, Chantal, Marcela Flores y Sergio Eduardo Bogard Sierra (2003), «La historia del español. Propuesta de un tercer período evolutivo». *Nueva Revista de Filología Hispánica*, 51, núm. 1, pp. 1-56.
- MORENO DE ALBA, J. G. (1977), «Vitalidad del futuro de indicativo en la norma culta de español hablada en México», *Anuario de Letras* 8: 81-102.
- OLIVEIRA, Fátima (1985), «O futuro em português: alguns aspectos temporais e/ou modais», *Actas do 1º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp. 353-373.
- OLIVEIRA, Josane Moreira de (2006), *O futuro da língua portuguesa. ontem e hoje: variação e mudança*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, In www.letras.ufrj.br/posverna/doutorado/OliveiraJM.pdf
- PEDRERO, R. (1993), «El futuro perifrástico en las lenguas indoeuropeas». *Revista de La Sociedad Española de Lingüística*, 23, 1, pp. 59-72.
- PENZLIEN TAFNER, Elisabeth (2007), «Como os manuais de português para estrangeiros tratam a expressão da futuridade?». *Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada*, v. 7, n. 1 Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. pp. 53-64.
- POLLI DA SILVA, Rita do Carmo (2005), *A expressão do tempo futuro – forma sintética x perífrase*. In <http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br/rita6.htm>
- ROJO, Guillermo (1974), *Perífrasis verbales en el gallego actual*, Verba, Anejo 2, Universidad de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.
- RUIZ MARTÍNEZ, Ana María (2004), «El futuro morfológico y el futuro perifrástico en la lengua hablada de Madrid». *Actas del VI Congreso de Lingüística General*, Santiago de Compostela, 3-7 de mayo de 2004 / coord. por Pablo Cano López, Vol. 3, 2007 Lingüística y variación de las lenguas), pp. 3735-3746.

- SANTOS, A. M. dos (1997), *O futuro verbal no português do Brasil em variação*. Brasília: UNB, (Dissertação de Mestrado).
- SANTOS, Josete Rocha dos (2000), *A variação entre as formas de futuro do presente no português formal e informal falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000 (Dissertação de Mestrado).
- SEDANO, M. (1992), «En torno a la selección entre el futuro en -ré y la perífrasis con ira + infinitivo». *Actas del Congreso Internacional de El Español (le América, LI, Santiago de Chile*, pp. 832-841.
- _____, (1994), *El futuro morfológico y la expresión ir a + infinitivo en el español hablado de Venezuela*. *Verba*, 21, pp. 225-240.
- _____, (2006), «Importancia de los datos cuantitativos en el estudio de las expresiones de futuro». En *Revista Signos* 39 (61), 283-296.
- SILVA, Ademar da (2002), *A expressão de futuridade no português falado*. Araraquara: UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica.
- SILVA-CORVALÁN, C. y Terrei I. T. (1989), «Notas sobre la expresión de futuridad en el español del Caribe». *flispanie Linguistics*, 2, pp. 123-154. 19
- VEIGA / Rojo (1999), *El tiempo verbal: los tiempos simples*. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Vol 2. Espasa-Calpe. Madrid.
- VILELA, Mário (1999), *Gramática da Língua Portuguesa*. Almedina. 2.^a Ed. Coimbra.
- ZAMORA VICENTE, Alonso (1967), *Dialectología española*, 2.^a Ed., Madrid. Gredos.

Estándar, variación y traducción en la lengua española

OSCAR DIAZ FOUCES
(Universidade de Vigo)

Resumo

This paper presents an overview of Neutral Spanish and Standard Spanish concepts and reflects on the role of Translation as a tool for analyzing linguistic variation, (the absence of) linguistic codification, and the rise of standard languages.

Palavras-chave: standard language, linguistic variation, neutral spanish, translation.

Lengua estándar y variación

Uno de los fenómenos que suelen acompañar a los procesos de modernización en las sociedades humanas es la configuración de lenguas estándar. Se trata, como es sabido, de variedades *teóricas*, a las que se supone desprovistas de marcas dialectales, identificadas con el registro culto, que sirven como modelo de corrección¹ al conjunto de los usuarios.

En general –después entraremos en matices–, se asume que la lengua estándar debe permitir la comunicación efectiva entre individuos de diverso origen y que tiene que servir de vehículo eficaz al progreso material. En efecto, la movilidad física o virtual; los intercambios de bienes tangibles y de conocimientos; la fundación de espacios urbanos y su ejercicio de atracción sobre el mundo rural;

¹ La caracterización original del concepto de «lengua estándar» se debe a los lingüistas del Círculo de Praga. V., por ejemplo, Garvin (1993).

la constitución de estructuras legales y burocráticas; y, en general, todos los procesos asociados a la modernización, tienen en la lengua estándar una herramienta esencial.

Decíamos que uno de los cometidos fundamentales de la lengua estándar es el de permitir la comunicación entre individuos, al delimitar –aunque no necesariamente de modo explícito– un conjunto de «instrucciones de (buen) uso». Por supuesto, ese conocimiento puede graduarse. Existen usuarios cuyo nivel de destreza es superior (los hablantes *cultos*). El hecho de que exista una sanción social para ejercitar de una forma determinada la capacidad humana del lenguaje es precisamente lo que atribuye a esa práctica un valor simbólico, en los términos apuntados por Pierre Bourdieu (1982). En este punto, conviene recordar que el valor está frecuentemente relacionado con la escasez. Del mismo modo que es previsible el aumento de precio de un bien de consumo a medida que escasee, el dominio culto de una lengua tendrá probablemente más valor cuanto menor sea el número de sus detentores.

Existen otros usuarios cuyos conocimientos se limitan al del conjunto de las normas más básicas que permiten reconocerlos como hablantes de esa lengua. La generalización del reconocimiento de esas «instrucciones básicas» entre el común de los hablantes en un dado territorio (a través de la enseñanza obligatoria, habitualmente) tiene, cuando ocurre, el efecto saludable de igualar a todos los individuos en el acceso a una serie de beneficios elementales, como la comprensión de sus derechos y deberes y, por lo tanto, la posibilidad de evitar la indefensión jurídica.

Los hablantes cultos conseguirán, además, interpretar y producir discursos adecuados a un número de situaciones sociales mayor y de más complejidad que los usuarios menos instruidos. Uno de los atributos de las lenguas estándar es la variación funcional y estilística: la existencia de diversos registros o niveles de lengua, capaces de satisfacer las necesidades específicas para los diversos temas, grados de formalidad y modalidades expresivas. La presencia de la variación funcional (que se define con respecto al «marco de referencia común») es, pues, un rasgo complementario al estándar. En realidad, y aunque pueda resultar paradójico, hablar de estándar solo tiene sentido porque existen otras formas de uso lingüístico que no quedan adscritas a esa categoría.

Corresponde, pues, a la lengua estándar la misión de delimitar fronteras simbólicas entre personas y entre grupos humanos en el seno de una comunidad lingüística. Y también, por supuesto, entre los

usuarios de lenguas diferentes. Que un grupo humano utilice una determinada lengua contribuye a delimitar fronteras simbólicas frente al resto de individuos que no la poseen. Frecuentemente, las fronteras administrativas y las fronteras representacionales coinciden, de tal modo que ambas tienden a retroalimentarse². Desde este punto de vista, correspondería a la lengua estándar un papel de mecanismo de cohesión social. Por supuesto, ese «cemento simbólico» resultará operativo (precisamente en virtud de su carácter simbólico) en la medida en que sea reconocido como tal por la comunidad humana a la que afecta.

La variación lingüística espacial representa, en cierta medida, la otra cara de la moneda de la estandarización. Del mismo modo que hemos relacionado a esta última con los procesos de modernización, la variación extrema es, frecuentemente, un atributo que caracteriza a las sociedades premodernas (en los casos extremos, a las sociedades primitivas, o incluso ágrafas), en las que no ha «cuajado» aún una forma de comunicación supradialectal. Algunos sociolingüistas se refieren incluso a la categoría atípica de *lenguas polinómicas*, como aquellas de las que no ha llegado a brotar un estándar (no, por lo menos, un estándar consensuado) y –lo que es más sorprendente– se considera que ese es su estado «natural». Lógicamente, se trata de situaciones inestables que amenazan siempre con la secesión. Y no es raro descubrir que los teóricos sitúan entre las características propias de este tipo de situación algunas de las que, como antes referíamos, se asocian frecuentemente a los procesos de modernización. Así, Leprêtre & Bañeres (1991) se refieren a la ausencia de una estructura urbana jerárquica, con centros capaces de hacer prevalecer un modelo de lengua, como uno de los rasgos asociados al carácter polinómico, cuyo ejemplo paradigmático (si no el único) es el del corso (v. Thiers, 1993). Salvando las (enormes) distancias, no podemos dejar de recordar que, a partir de unos presupuestos semejantes –aunque para objetivos bien diferentes– se expresa Lope Blanch (2001), a propósito del español:

² En realidad, especialmente en Occidente, las fronteras lingüísticas y las administrativas *tienden* a coincidir. Véanse si no los ejemplos de las tensiones continuas entre las comunidades valona y flamenca en Bélgica, las recurrentes convocatorias de consultas para la secesión del Quebec, en Canadá o –en un ejemplo mucho más drástico– obsérvese como la dinámica centrífuga de la antigua República Yugoslava tiende a dibujar en los Balcanes un mapa político cada vez más próximo del mapa lingüístico que subyacía.

Es evidente que en cada país hispanohablante existe una norma lingüística ejemplar, paradigmática, a la que los habitantes de cada nación tratan de aproximarse cuando de hablar bien se trata. Suele ella ser la norma culta de la ciudad capital: la madrileña para España, la bogotana para Colombia, la limeña para el Perú, etc. Éstas serían las normas ideales, o ejemplares, nacionales: española, colombiana, etc. Pero ¿existirá también una norma ideal *internacional* –española y americana–, una norma hispánica?

En los siguientes apartados intentaremos, precisamente, incidir en esa última pregunta: ¿existe *una* norma internacional de la lengua española?

Para empezar: ¿existe una lengua española estándar?

No dudamos de que el enunciado de este epígrafe podrá resultar polémico. En determinados círculos, incluso podría parecer ridículo y, en otros, directamente vejatorio. Intentaremos matizarlo a continuación.

La función unificadora de la lengua estándar ha actuado como una herramienta fundamental en la constitución de los modernos estados-nación. Como antes apuntábamos, no es extraño que las fronteras simbólicas y las fronteras políticas coincidan y se refuercen mutuamente. A nadie se le oculta, sin embargo, que existen algunas excepciones muy llamativas. Nos referimos, claro, a las llamadas «lenguas internacionales», aquellas cuyo uso se extiende más allá de las fronteras de un único país, alcanzando a varios de ellos, en ocasiones incluso en diversos continentes, como en el caso paradigmático del inglés, pero también los del portugués, el francés o el español. A pesar de que, por ejemplo, podamos referirnos a una única lengua portuguesa hablada en Portugal, en Brasil, o en Angola (con todos los matices)³, es evidente que podemos referirnos, en la práctica, a una norma brasileña y a una norma europea de la lengua portuguesa. Del mismo modo, parece claro que podemos citar, por ejemplo, una

³ El carácter de lengua oficial del portugués en determinados estados africanos no oculta, por supuesto, el multilingüismo real de los mismos, aunque se suela considerar a Angola, Mozambique, Santo Tomé, etc. como «países lusófonos», sin otro matiz. Lo mismo ocurre con respecto a las extensísimas comunidades de lengua aymara, azteca, misquita, etc. en los países latinoamericanos de lengua oficial española, cuyos derechos lingüísticos no siempre son reconocidos.

norma europea, una norma rioplatense, o una norma mexicana de la lengua española.

De acuerdo con Clyne (1992), consideramos oportuno hablar en estos casos de *estándares policéntricos*⁴. Con esa etiqueta haríamos referencia a la existencia, para una lengua dada, de varios estándares (habitualmente coincidentes con fronteras políticas) que, sin cuestionar en lo fundamental el carácter unitario de la misma, delimitan espacios normativos *complementarios* y *alternativos*. Serán complementarios en la medida en que no compitan por la hegemonía sobre el conjunto del dominio lingüístico y serán alternativos siempre que puedan ser reconocidos como usos legítimos de su propia lengua por cualquier hablante culto, independientemente del origen de este. En realidad, y con todas las prevenciones, podríamos aventurarnos a señalar que la condición policéntrica no deja de ser una suerte de «condición superpolinómica», en la que no existe un único (super)-estándar reconocido como válido.

Para continuar: la globalización y las nuevas reglas del juego

De entrada, no parece que la existencia de estándares *ad hoc* para el consumo interno de determinados espacios regionales tenga por qué hacer mella en el carácter unitario de la lengua. Por supuesto, ello dependerá de un conjunto de factores, sociales y políticos, de los que ahora no nos ocuparemos. No obstante, el proceso general de aceleración de los intercambios de bienes, físicos y simbólicos; de extensión del mercado al conjunto del ámbito planetario; y de alteración de las pautas de interacción comunicativa, al que conocemos como *globalización*, supone un cambio de escenario absolutamente radical, que no podemos por menos que tener en cuenta. La globalización significa la producción de bienes para imaginarios «consumidores globales» homogéneos o, en su defecto, la adaptación de los primeros para mercados regionales específicos.

Especialmente (pero no solo) en el caso de los productos digitales –la estrella del último cuarto de siglo, con la expansión de Internet–, la industria se ha organizado para diseñar criterios de «buen hacer» (*good practices*). Esos parámetros influyen tanto en el diseño de los productos que compiten en el mercado global, para simplificar su

⁴ V. también, para el caso español, Thompson (1992), Rivarola (2001).

adaptación posterior a los mercados particulares (el proceso conocido como *internacionalización*), como a la hora de marcar las pautas que debe seguir esa misma adaptación al consumo local (conocida por *localización*)⁵. Incluso han aparecido consorcios cuyo propósito es establecer los protocolos para garantizar que esos procesos se ejecuten eficazmente, como la *Localization Industry Standards Association* (LISA). En la misma dirección apuntan un buen número de recomendaciones del *World Wide Web Consortium* (W3C) o de la *International Standards Association* (ISO)⁶. El objetivo es siempre, por supuesto, garantizar un intercambio de productos y de servicios cada vez más eficaz, entre todos los consumidores potenciales.

La traducción es, sin duda, el componente esencial de la localización de productos, tal y como acabamos de definirla. Y no es por casualidad que las profesiones relacionadas con las industrias de la lengua han experimentado un espectacular avance en los últimos tiempos. De hecho, hemos asistido en Europa a la codificación académica de las licenciaturas de Traducción e Interpretación, e incluso las instituciones europeas se han interesado por intervenir en el diseño de los planes de estudios de un área que tiene ya un carácter estratégico⁷.

Para analizar: la traducción y el «español neutro»

Nos hemos referido al concepto de lengua estándar, al que habíamos caracterizado como un contrapunto de la variación, y hemos introducido la categoría de «estándar policéntrico», un atributo común de las lenguas internacionales, que implica la coexistencia de diversos estándares regionales. Ya podemos intuir que el carácter policéntrico, en realidad, supone una rebaja en la funcionalidad del estándar (o, por hablar con propiedad, de *los estándares*). En el mercado globalizado actual, la inexistencia de un estándar de carácter, precisamente, *global* y *unitario*, no parece ser una ventaja.

⁵ Los dos términos proceden del inglés: *internationalization* y *localization*. Suelen abreviarse como i18n y l10n, respectivamente. La cifra entre cada una de las dos letras representa a la cantidad de caracteres que median entre ambas (en inglés).

⁶ V. www.lisa.com, www.w3c.com y www.iso.org, respectivamente.

⁷ Cf. European Language Council (2003), y las informaciones sobre el *European Master's in Translation* que pueden consultarse en el sitio de la Dirección General de Traducción de la Comisión Europea indicado en la Bibliografía.

Las empresas dedicadas a los servicios lingüísticos son muy conscientes de esta circunstancia. Por lo menos, obliga a aquellas que están interesadas en distribuir eficazmente sus productos en los mercados locales a tomar una serie de decisiones, no siempre sencillas, como lo demuestra esta serie de consejos que apunta Graciela Morales (2007):

The bottom-line of all localization efforts is your budget: Can you afford to produce several variants of the same text in Spanish? If you are to produce just one version, you have two options: develop a neutral one, trying to cover all variants, or develop a variant-focused one, the most effective one in terms of economic issues or market distribution. This issue could be further defined by the very nature of the text you need to translate: Is it technical? Is it a marketing campaign? A legal contract? A healthcare piece, perhaps? Is it for online or print publications? And again, who is your target audience?

If you have already determined that the target audiences for your healthcare brochure are middle-aged, working women, living in Mexico – then it is easy. Just translate it into Mexican Spanish.

A legal contract from your company's headquarters that will be used throughout all your branch offices around the globe could be translated into one version of Spanish. However, then it must be reviewed by legal experts in each country, to verify appropriate terminology as well as legal clauses.

User manuals of a standard TV set-top or the instructions on how to assemble a wooden bench, require simple and clear-cut language. It can be translated using “neutral” Spanish, and be used everywhere.

The good news about localizing into Spanish is that you can count on a good base of skilled and well-trained vendors. Also, the Spanish language is diverse, but at the same time, it has a remarkable uniformity. Be aware, though, that depending on the words you choose when translating, text passages could become incomprehensible – or even plainly offensive – to some countries.

Conviene recordar que, en el caso de la lengua española, es tradicional considerar que su «unidad en la diversidad» la convierte en un bloque homogéneo, hasta el punto de que algunos autores se refieren sin empacho a una milagrosa competencia multidialectal de los consumidores. Técnicamente, esa característica la convertiría en un magnífico vehículo para la comunicación internacional, también para la comunicación mediada de todo tipo. Así, para Díaz-Nosty (2001):

Hoy se puede, proyectar en España, con éxito, una película mexicana, cargada de expresiones marginales, como *Amores Perros*, o una cubana como *Lista de Espera*, o ver de nuevo un culebrón venezolano,

sin que las prevenciones localistas se conviertan en elementos refractarios de la comunicación. Hay, pues, un mestizaje, un enriquecimiento a través de la diversidad que gira en torno de la palabra.

Podríamos aducir que, por supuesto, nada impide proyectar en el Estado español ese tipo de películas, aunque eso no significa que los espectadores consigan entender todos los diálogos, o en determinados casos, que les resulte cómodo seguirlos sin la ayuda de subtítulos. Más allá de las opiniones (y los deseos) personales, la realidad suele ser muy persistente a la hora de hacer patentes las diferencias y las preferencias de los consumidores. Con las reveladoras palabras de Zabala (2007: 2),

Estas diferencias saltan a la vista cuando se observa el hecho de que las opciones que ofrece el menú digital de los discos compactos de las películas para niños (por ejemplo, *Los increíbles*) incluyen cuatros tipos de doblaje: español neutro, español de España, español de Argentina y español de México.

Para un mexicano, la existencia de estas opciones es completamente razonable y muy necesaria, pues difícilmente podría escuchar un doblaje hecho en España o en Argentina, y ciertamente disfruta mucho (al menos en comparación con los otros) el doblaje hecho en español de México.

Quizás eso explique las vicisitudes de la práctica profesional real, como las que describe Castro Roig (1996: 1), a propósito de las preferencias de la productora Walt Disney con respecto al doblaje de sus productos al español:

Se doblaban en un español inteligible para cualquier hispanohablante; libre de localismos y lo más neutro posible. En algunas ocasiones llegaron a utilizarse acentos de diversos países para enfatizar el carácter de determinados personajes [...]. Desgraciadamente, desde el estreno de *La bella y la bestia*, Disney España decidió abandonar el proyecto de doblaje en español neutro, así que en este momento Disney saca dos versiones en español al mercado: la hispanoamericana y la española. La hispanoamericana –afortunadamente– es válida para toda Hispanoamérica, mientras que la española, tan sólo lo es para España.

La traducción de productos audiovisuales para el mercado, supuestamente homogéneo, de consumidores hispanófonos, es una fuente inagotable de contraejemplos a la supuesta (y sacrosanta) uni(cidad) de la lengua española. El más revelador es, sin duda, el hecho de que en la República Argentina llegara a ser dictada en 1986

una «Ley del español neutro», orientada a la industria local del doblaje, cuyo artículo 1 establecía que «El doblaje deberá ser realizado en idioma castellano neutro, según su uso corriente en nuestro país, pero comprensible para todo el público de la América hispanohablante». A pesar de que en 1991 la aplicación de esa ley fue suprimida por un decreto del Ejecutivo, parece obvio que no nos encontramos ante un asunto trivial.

Pero volvamos ahora sobre una etiqueta que aparecía en la cita anterior, la de «español neutro». ¿A qué se hace referencia con ella? Llama la atención, por cierto, que el artículo citado se refiera a un «castellano neutro, según su uso corriente en nuestro país», aunque no entraremos ahora a valorar esa curiosa redacción. Aparentemente, el español neutro sería una variedad artificial, desprovista de marcas locales, con vocación de funcionar como norma internacional para toda la comunidad hispanófono. Claramente, el español neutro –al que algunos autores, como López González (2003), llaman directamente *español internacional*–⁸ es un intento deliberado de superar los aspectos menos gratos del carácter policéntrico. Como antes habíamos anticipado, la economía globalizada rehuye a los grupos heterogéneos de consumidores. Por lo tanto, la unidad parece un buena estrategia para una lengua que fluctúa, como todas, en el mercado global. El español neutro sería así una especie de «estándar internacional práctico». Si más arriba nos hemos referido al carácter meramente teórico de la lengua estándar (entendida más bien como un desiderátum, una referencia, o si se prefiere, un prototipo) lo cierto que los usos lingüísticos reales actualizarían necesariamente esa referencia ideal, la *materializarían*. Cuando, como en el caso que nos ocupa, esa concreción tiene como escenario un marco internacional, las posibilidades más claras que se plantean son:

- Que una variedad concreta represente al conjunto. Una plasmación clara del tipo de objeción que suscita este tipo de alternativa es la siguiente cita de Alba Ovalle (2001):

En el caso del español, que es la lengua nacional de una veintena de países, proponer como estándar general la modalidad de prestigio propia de una región particular implica una valoración inaceptable que conduce a una selección imposible de realizar sobre una base válida desde el punto de vista lingüístico. Junto a su independencia política,

⁸ V. un repertorio de posibles designaciones en García Izquierdo (2006).

cada nación tiene, o se supone que tiene, autonomía cultural, lo que justifica aceptar la idea de que, en ciertos aspectos, la lengua estándar de un país puede, y debe, ser diferente a la de los otros.

- Que todas las variedades compitan sin más por los mismos espacios de uso.
- Que se genere una supravariación, artificial o espontánea (si es que la espontaneidad tiene cabida en este tipo de asuntos), diferente de todas las demás y, al mismo tiempo, capaz de representarlas. Este sería, aparentemente, el caso que describimos, el del «español neutro».

¿Y en qué consistiría, entonces, ese español neutro? A partir de un caso concreto, el del doblaje, Lía Petrella (1997) ha intentado sistematizar los rasgos más destacables de esa variedad artificial⁹. Para ilustrar, podemos citar algunas opciones prioritarias que recoge la autora para el ámbito léxico:

Por ejemplo: *periódico* (diario), *recordar* (acordarse de), *empacar* (hacer la valija), *maleta* (valija), *piscina* (pileta), *nevera* (heladera), *gafas* (anteojos), *enfadarse* (enojarse), *patata* (papa), *grifo* (canilla), *fregadero* (pileta de la cocina), *lavabo* (lavatorio), *sortija* (anillo), *cartera* (billetera), *darse prisa / apresurarse* (apurarse), *reportero* (periodista), *escaparate* (vidriera), *astuto* (vivo), *gasolina* (nafta), *cómo no* (por supuesto), *qué va* (negación).

Pero a veces encontramos una norma culta hispanoamericana, sobre todo mexicana: *bistec* (mexicana), junto a *filete* (madrileña) y no *bife* (argentina); *aguacate* (palta), *cacahuete* (maní), *cajuela* (baúl), *coyote* (zorro); venezolana: *plagio* junto a *secuestro*; *apartamento* (*piso* en España), *departamento* (en México y Argentina); *balacera* (tiroteo).

Desde luego, existiría también una serie de pautas morfosintácticas con el mismo propósito, como el uso de *tú* para la segunda forma del singular o la ausencia del *vosotros* para la segunda del plural (siempre con las respectivas formas verbales); la preferencia por el pretérito perfecto compuesto (aunque combinado con una menor presencia general de tiempos compuestos); orden SVO en oraciones interrogativas; preferencia del alomorfo *-ito* sobre *-illo* en los diminutivos, etc.

⁹ V., sin embargo, una crítica al listado de Petrella en Martín de Santa Olalla/Rodríguez Corral (2001: 828-829).

No obstante, conviene señalar que, a pesar de algunas opiniones optimistas (cfr. Gómez Font, 2006), el consenso sobre la existencia real de ese español neutro, tanto en la traducción audiovisual como en los medios de comunicación, parece aún lejos de alcanzarse. Hay incluso quien opina que se trata de una entelequia. En el diario argentino *La nación*, Lucila Castro (2004) nos muestra una perspectiva bastante prosaica del asunto:

En una entrevista que concedió el año pasado (...) Enrique Candiani, pionero del doblaje en México, lo dijo con todas las letras: para él el español neutro no existe. «Cuando llegamos a hacer doblaje, en 1955, traíamos una herencia dejada por el cine mexicano, que ya se había estado exponiendo por veinte o treinta años en otros países y automáticamente se convirtió en el español propio para la TV –explicaba–. Lo que hicimos fue un estudio de mercado. Los países estábamos acostumbrados al efecto sonoro del cine mexicano, por lo que la intuición nos guió [...] y optamos por introducir nuestra manera de hablar. Era un ejercicio que a muchos incomodaba, como los argentinos y chilenos, que no tardaron en protestar. Hicimos una revolución del español e incluso el gobierno español se aterrorizó y puso en aquella época un capital de 25 millones de dólares para que se redoblara el esfuerzo en toda España, para conservar su español, pero los latinos [hispanoamericanos] hacemos mejor uso del diccionario, mientras que los españoles lo han limitado y ellos reconocen esto».

Queremos hacer notar, por otra parte, que, a priori, *no hay nada* en ninguna de las variedades de la lengua española que la haga específicamente (in)útil para un determinado propósito, en una determinada localización geográfica. Incluso las connotaciones asociadas a determinadas pronunciaciones o elecciones léxicas tienden a cambiar de país a país. En realidad, esa inexistencia de «prejuicios universales» para todo el dominio es, seguramente, un síntoma de su diversidad y un indicador de la (im)posibilidad de conseguir patrones unificados de conductas lingüísticas para el conjunto de los hablantes (esto es, de un estándar internacional).

Un ejemplo curioso es el escaso rechazo que suscitaba la emisión de dibujos animados doblados en América Latina entre el público español de los años 60-80, que asumía sin problemas «un acento diferente» en los personajes de series como *Don Gato*, *Los Picapiedra* o *Super Ratón*. Otro caso similar es el que describe Mištinová (2007: 3), a propósito de la naturalidad con la que los cursos universitarios de español en Checoslovaquia asumían determinados rasgos extraños al español europeo, como «el seseo, la aspiración y pérdida de la *s* final,

la nasalización y el uso preponderante del pronombre *Uds.*. El motivo, que seguramente puede generalizarse a otros países que durante la Guerra Fría estaban alineados con el bloque soviético, tendría que ver con la notable presencia en los mismos de becarios, investigadores y lectores cubanos. En general, y para concluir con esta observación, todo parece indicar que una exposición continuada a diversas variedades parece ser un buen recurso para aumentar el *umbral de tolerancia* individual hacia las mismas, por supuesto, más allá de tópicos y folklorismos. En nuestra opinión (volveremos sobre ello en las conclusiones), esta es una vía sobre la que merecería la pena insistir.

El de la traducción audiovisual no es el único ámbito en el que el carácter policéntrico de la lengua española se revela, con todas sus consecuencias. Al margen de las teorizaciones sobre el llamado «español neutro», el Servicio de Español de la División de Traducción de la ONU, ya advertía hace años (en 1979) que

En el campo léxico nuestro idioma plantea otro problema que merece atención especial. Hablado en más de veinte países, sometidos a presiones culturales externas de distintas fuentes y de intensidad variable, es lógico que presente variantes dialectales marcadas. Este problema es, sin embargo, menor de lo que suele decirse, por lo menos a los efectos de la traducción documental. El inasible uso culto, al que ya nos hemos referido, es bastante más unitario de lo que puede ser en aspectos del habla más coloquial o familiar. En realidad, la fragmentación dialectal se ha dado siempre regionalmente dentro de cada país, o de un modo funcional, socialmente o profesionalmente, mientras que el idioma escrito por un ministerio en Buenos Aires, en México, en Madrid o en La Habana presenta más similitudes que discrepancias ininteligibles para una u otra área del idioma.

Y, en consecuencia, formulaba una serie de recomendaciones. Por cierto, a pesar de lo que podría deducirse de nuestra cita anterior de Díaz-Nosty (2001), no parece que hagan referencia a un tipo de vocabulario estrictamente coloquial (ni, seguramente, a aquel al que ese autor calificaba de «marginal»). Véanse algunas de ellas:

Con todo, el traductor de documentos de las Naciones Unidas no debe perder de vista que se dirige a un público multinacional y tiene que esforzarse por evitar usos marcadamente locales. Así, en España se traduce *national income* por *renta nacional*, probablemente por la más próxima influencia de Francia, mientras que en América Latina la versión suele ser *ingreso nacional*. El traductor español deberá renunciar a su uso en favor del uso mayoritario. Otro tanto ocurren con *cacahuete*, *plátano* o *patata*, que deberá sustituir por *maní*, *banana* o *papa*. El tra-

ductor rioplatense está habituado al uso local de *producto bruto nacional* por *gross national product*, frente a un uso mayoritario de *producto nacional bruto*. Deberá, pues, plegarse al uso mayoritario. Por las mismas razones, deberá evitar *diferendo*, en sentido de contencioso o *controversia*, vocablo éste preferido ya que se encuentra en la Carta de las Naciones Unidas. Lo mismo cabe decir de peculiaridades ortográficas que subsisten en áreas minoritarias (espúreo, prescripto, mejicano, son usos locales que deben abandonarse en favor de los mayoritarios *espurio*, *prescrito* y *mexicano*). *Plagio*, usado en México con el sentido de raptó o secuestro, no es directamente comprensible para otros hispanohablantes y lo mismo cabe decir, pasando a campos más influidos por la dependencia técnica, del también mexicano *cloche* por embrague (*cutch*) o del cubano *chucho* por interruptor (*switch*), o, volviendo a términos de uso menos especializados, del peruano *calato* por *desnudo* o del chileno *mantención* por *mantenimiento*.

Uno de los efectos colaterales de la tarea de selección de ese español neutro por parte de las personas que se dedican a la traducción, especialmente (pero no solo) cuando estos pueden llegar al gran público, es que operan, en la práctica, como *codificadores* de la lengua (Díaz Fouces, 2002). La premura de su trabajo obliga frecuentemente a este tipo de profesionales a realizar un esfuerzo ímprobo de adaptación de términos, de creación de neologismos, de naturalización de giros sintácticos, etc., para suplir las carencias en determinados ámbitos. Ciertamente, no parece que las Academias de la lengua española hayan dedicado, en los últimos tiempos, una atención prioritaria a producir glosarios y manuales de estilo, para orientar el desarrollo de ese español internacional en la comunicación y la traducción audiovisual, la científico-técnica o la localización de programas informáticos. Parece, más bien, que hubieran delegado esa responsabilidad en los profesionales de los servicios lingüísticos. Podríamos inferir eso mismo de esta opinión de M. Barros Ochoa (2001), nuevamente a propósito del servicio español de traducción de la ONU:

Otra característica importante del español empleado en las traducciones de las Naciones Unidas es que es el resultado de la labor de los traductores y terminólogos desde la fundación de la Organización, ya que son escasos los documentos redactados originalmente en español. Las referencias, sobre todo los documentos fundamentales, como la Carta de las Naciones Unidas, las resoluciones de la Asamblea General y los instrumentos internacionales, sientan precedente, y las expresiones que aparecen en ellas se perpetúan decenio tras decenio, aunque hayan quedado obsoletas en el idioma que se utiliza fuera de la ONU. Por otra parte, cuando surgen nuevos conceptos en el plano político o econó-

mico, por ejemplo, se hace necesario acuñar un equivalente. Así, el traductor se convierte en creador de unidades léxicas, mucho antes de que se generalice el uso de los neologismos correspondientes en otros medios. Hay una especie de memoria colectiva de las soluciones que se han dado a ciertos problemas de traducción. Es como si antes de redactar textos en español, los hablantes tuvieran que consultar varios libros para cerciorarse del uso de ciertas expresiones.

Por supuesto, esa aparente desidia tendría otro tipo de consecuencias, seguramente más preocupantes. Hemos afirmado que la inexistencia de material de apoyo generado por aquellas instituciones que debían producirlo (las Academias, fundamentalmente) deja en manos de los traductores la responsabilidad de ejercer como *custodes linguae*. La suma de sus decisiones actúa como *marco de referencia factual*, lo que significa, en la práctica, que estarían configurándose, a partir de sus actuaciones,

- Un *estándar (internacional) consuetudinario*, por la condición de modelo normativo que se desprende del uso reiterado de las mismas opciones por parte de profesionales socialmente legitimados.
- Un *estándar (internacional) carismático*, por el valor que tienen esas opciones entre el conjunto de los usuarios, por aparecer en documentos connotados positivamente, al estar relacionados con la modernidad y el progreso (la Ciencia y la Técnica, la comunicación internacional); con los mecanismos de control social (la Ley, el Derecho); o el ocio y la cultura (el cine, la televisión)¹⁰.

En lo que al primer aspecto se refiere, parece claro que, si alguien tiene la capacidad de influir sobre el trabajo de los traductores, tendrá también la capacidad de actuar como una *Academia (internacional) factual*. En el ámbito de la localización (García-Saavedra, 2005) nos encontramos con algún ejemplo muy ilustrativo (y también muy inquietante):

Es inevitable mencionar las medidas adoptadas por Microsoft en este campo, una empresa que ha creado departamentos de traducción, supervisión lingüística, manuales, guías de estilo, etc. con las reper-

¹⁰ Merece la pena poner en relación estos «tipos de estándar» con las propuestas de Otto Jespersen (1925).

cusiones que en la lengua tiene. En realidad, la acción de la empresa no sólo afecta desde el punto de vista económico, que es considerable, sino desde el punto de vista lingüístico, puesto que si nuestros clientes desean que sus productos sean compatibles con Microsoft, no nos quedará más remedio que acatar sus normas, nos gusten o no. Así, lo que parecía en principio una decisión comercial, se convierte en una decisión lingüística con mucha más importancia de lo que podía parecer en un principio y con mayor peso que el de la Real Academia o el Centro Virtual del Instituto Cervantes. No obstante, el traductor no siempre tiene la facilidad, ni mucho menos el tiempo (no olvidemos el fundamento de la traducción: «Para ayer») para poder encontrar o elegir el término español; además el inglés se introduce con facilidad y mucho antes de lo que podríamos pensar los usuarios se encuentran empleando términos en inglés sin que el traductor haya tenido la oportunidad de ofrecer una versión para dicho concepto y lo único que puede conseguirse es que ambos términos convivan (tal es el caso de e-mail/correo electrónico, router/enrutador, etc.)

Algunas consecuencias de esa «delegación» por parte de las academias del papel codificador que tienen atribuido son ciertamente curiosas. Un buen ejemplo es la forma que tuvieron los lingüistas de Microsoft de resolver el dilema que significaba tener que optar por el término español europeo (*el ordenador*) o el americano (*la computadora*) para referirse al aparato que en lengua inglesa recibe el nombre de *computer*, a la hora de designar uno de los iconos del escritorio del sistema operativo *MSWindows*. Como es bien sabido, optaron por utilizar *MiPC*. Martín de Santa Olalla / Rodríguez Corral, 2001: 830 señalan, correctamente, que el problema de esta elección es que las siglas PC se corresponden con el término inglés *Personal Computer*, con lo que la forma de resolver el pleito entre las diversas variedades del español ha sido, en realidad, optar por un anglicismo.

Conclusiones

A partir de los datos presentados, creemos que es posible extraer algunas conclusiones, así como algunas líneas de trabajo para el futuro. A la pregunta «¿existe un *único* estándar internacional de la lengua española?» podemos responder, probablemente, que no, con los matices que ya hemos visto y sobre los que ahora volveremos. En realidad, desde nuestro punto de vista, cabría empezar por preguntarse si sería posible. Sí que es cierto, no obstante, que están empezando a desarrollarse una *norma consuetudinaria* y una *norma caris-*

mática, de carácter internacional, para la lengua española. Entendemos que las características del llamado *español neutro* coinciden, ahora mismo, con la suma de las mismas. No obstante, los límites de su funcionalidad aún deben ser establecidos por el uso. Más aún: tomando en consideración el modo en el que se han originado, es razonable pensar que su principal atributo sea la *inestabilidad*.

Juzgamos que sería interesante que las instituciones investidas de la correspondiente legitimidad (académica y/o política) empezaran a evaluar ya las hipotéticas consecuencias de la falta de un estándar internacional regulado y, eventualmente, la forma de (re)conducirlas. El listado de propiedades y funciones de la lengua estándar sugerido por autores como P. Garvin (1993) podría ser un buen punto de partida para el análisis. En ese sentido, seguramente es posible (y deseable) una mayor implicación académico-institucional para limitar el papel codificador que se han arrogado, en la práctica, la costumbre y el mercado.

También parece deseable establecer los mecanismos para garantizar una exposición razonable de todos los usuarios hispanófonos a las diferentes variedades de la lengua española, para ensanchar su umbral de tolerancia. Correspondería, en este caso, a las autoridades culturales el diseño de políticas ambiciosas con ese propósito.

Las actividades de traducción en sentido amplio (incluyendo doblaje, subtulado, localización de programas informáticos y páginas de Internet...) son entornos privilegiados para observar la configuración *real* de las lenguas estándar, tanto si su ámbito demográfico es limitado (y concentrado), como si se trata de lenguas internacionales. En nuestro mundo globalizado, los flujos de información son (por el momento) multilingües y multiculturales. Los profesionales que participan en los mismos, como gestores o como simples intermediarios, son un colectivo necesitado de herramientas –prácticas y conceptuales– que una política cultural eficaz debiera ofrecerles o, cuando menos, orientar su desarrollo.

Bibliografía

- ALBA OVALLE, Orlando (2001), «El español estándar desde la perspectiva dominicana», in *II Congreso Internacional de la Lengua Española*. En línea: <<http://cvc.cervantes.es/obref/congresos/valladolid/>> [cons. 27.03.08]
- BARROS OCHOA, María (2001), «La traducción del español en la Organización de las Naciones Unidas (ONU)», in *II Congreso Internacional de la Lengua Española*. En línea: <<http://www.congresosdelalengua.es/valladolid/>> [cons. 28.02.08]

- BOURDIEU, Pierre (1982), *Ce que parler veut. L'économie des échanges linguistiques*, Paris, Librairie Arthème Fayard.
- CASTRO, Lucila (2004), «Neutro a la mexicana», *La nación*, miércoles, 8 de Diciembre de 2004. En línea: <http://www.lanacion.com.ar/archivo/Nota.asp?nota_id=661089> [cons. 28.20.08]
- CASTRO ROIG, Xosé (1996), «El español neutro», *Congreso anual de la American Translators Association*, Colorado Springs. En línea: <<http://www.xcastro.com/neutro.html>> [cons. 23.04.08]
- CLYNE, Michael (1992), «Pluricentric Languages – an Introduction», in Michael Clyne (ed.) (1992), *Pluricentric Languages. Different Norms in Different Nations*, Berlin-New York, De Gruyter, pp. 1-10.
- DIAZ FOUQUES, Oscar (2002), «La planificación de la mediación lingüística», in Oscar Diaz Fouques et al. (eds.), *Traducción i dinàmica sociolingüística*, Barcelona, Llibres de l'Index, pp. 85-110.
- DÍAZ-NOSTY, Bernardo (2001), «La radio y la lengua», in *II Congreso Internacional de la Lengua Española*. En línea: <http://cvc.cervantes.es/obref/congresos/valladolid/ponencias/el_espanol_en_la_sociedad/2_la_radio_en_espanol/diaz_b.htm> [cons. 25.04.08]
- European Commission. Directorate General for Translation, «European Master's in translation (EMT)». En línea: <http://ec.europa.eu/dgs/translation/external_relations/universities/master_en.htm> [cons 27.03.08]
- European Language Council (2003), «National Reports on the Training of Translators and Interpreters». En línea: <<http://www.fu-berlin.de/elc/tnp1/SP7NatReps.pdf>> [cons. 27.03.08]
- GARCÍA IZQUIERDO, Isabel (2006), «El español neutro y la traducción de los lenguajes de especialidad», *Sendebarr* 17, pp. 149-167.
- GARCÍA-SAAVEDRA VALLE, M^a Teresa (2005), «¿Traduces o localizas? La localización, futuro y presente de la traducción», in *I Congreso Internacional. El español lengua de traducción*. En línea: <http://www.esletra.org/Almagro/html/garcia_saavedra_corri_es.htm> [cons. 17.03.08]
- GARVIN, Paul L. (1993), «A conceptual framework for the study of language standardization», *International Journal of the Sociology of Language* 100/101, pp. 37-54.
- JESPERSEN, Otto (1925), *Mankind, Nation and Individual from a Linguistic Point of View*, Oslo, W. Nygaard.
- LEPRÊTRE, Marc & Jordi Bañeres (1991), «Correlats sociològics de les llengües polinòmiques», *Noves SL* 12.
- LOPE BLANCH, Juan Miguel (2001), «La norma lingüística hispánica», in *II Congreso Internacional de la Lengua Española*. En línea: <<http://cvc.cervantes.es/obref/congresos/valladolid/>> [cons. 27.03.08]
- LÓPEZ GONZÁLEZ, Antonio M. (2003), «La lengua internacional de los medios de comunicación: una convergencia de modelos lingüísticos», in *El español, lengua de mestizaje y la interculturalidad*. En línea: <<http://www.mepsyd.es/redele/biblioteca/asele/46.lopez.gonzalez.pdf>> [cons. 25.04.08]

- GÓMEZ FONT, Alberto (2006), «El español global en los medios de comunicación hispanos de los EE.UU. y en los grandes medios transnacionales», Ponencia para el Congreso conjunto de la SPD y la División de Portugés (PLD) de la *American Translators Association*. Las Vegas. En línea: <http://www.ata-spd.org/CongresosSPD/LasVegas2006/AlbertoGomezFont_EspaniolGlobalMedios.pdf> [cons. 25.04.08]
- MARTÍNEZ DE SANTA OLALLA, Aurora / Lucía Rodríguez Corral (2001), «Definición y aplicaciones del concepto de español neutro en la traducción», in Isabel de la Cruz (coord.) (2001), *La Lingüística Aplicada a finales del siglo XX. Ensayos y propuestas*, Universidad de Alcalá, pp. 827-832.
- MIŠTINOVÁ, Anna (2007), «La norma policéntrica del español y su aplicación en el contexto checo», in *FLAPE. II Congreso internacional: Una lengua, muchas culturas*, Granada, 26-29/09-2007. En línea: <www.mepsyd.es/redele/Biblioteca2007/FLAPEII/ComunicacionMistinova.pdf> [cons. 25.04.08]
- MORALES, Gabriela (2007), «Is there one Spanish for all your needs?», *tcworld* 4, 22. En línea: <http://www.tekom.de/index_neu.jsp?url=/servlet/ControllerGUI?action=voll&id=2196> [cons. 25.04.08]
- Naciones Unidas. División de Traducción. Servicio Español (1979), *Manual de instrucciones para los traductores*, Nueva York, Naciones Unidas.
- PETRELLA, Lila (1997), «El español 'neutro' de los doblajes: intenciones y realidades», in *Primer Congreso Internacional de la Lengua Española*. En línea: <<http://cvc-cervantes.com/obref/congresos/zacatecas/television/comunicaciones/petre.htm>> [cons. 12.02.08]
- RIVAROLA, José Luis (2001), «Sobre variedades y normas del español en el marco de una cultura lingüística pluricéntrica», *II Congreso Internacional de la Lengua Española*. En línea: <<http://cvc.cervantes.es/obref/congresos/valladolid/>> [cons. 27.03.08]
- THIERS, Ghjacumu (1993), «Language contact and Corsican polynomia», in Rebecca Posner / John Green (eds.) (1993), *Trends in Romance Linguistics and Philology*, Berlin-New York, De Gruyter, pp. 253-270.
- THOMPSON, R. W. (1992), «Spanish as a pluricentric language», in Michael Clyne (ed.) (1992), *Pluricentric Languages. Different Norms in Different Nations*, Berlin-New York, De Gruyter, pp. 45-70.
- ZAVALA, Lauro, (2007), «La traducción en el cine», *El Blog de Incluir. Instituto para la Inclusión Social y el Desarrollo Humano*. En línea: <<http://incluir.files.wordpress.com/2007/08/traduccionenelcine10-p.doc>> [cons. 25.03.2008]

Variantes lingüísticas en los diccionarios: ¿Sistematización o intuición del lexicógrafo?

ÁLVARO IRIARTE SANROMÁN
(Universidade do Minho)

Resumo

The use of labels in lexicography has never been rigorous. It responds more to the intuition of lexicographers. But that does not mean that its use is arbitrary. The labeling system is always useful to the user and, in general, to the lexicographic description of a language, because it simplifies the *continuum* that the lexicon is, in which we find degrees of “familiarity” or grades of “colloquiality”. It forces the lexicographer to have to choose between, for example, ‘dialectal’ or ‘popular’, between ‘poetic’ or ‘formal’, or to decide whether to label or not to label a specific meaning, for example the mark ‘biology’.

Palabras-chave: lexicography, lexicographic label, language variety.

Tanto en los llamados diccionarios normativos, preceptivos o prescriptivos (que tienen una mayor preocupación por los aspectos puristas o normativos de una lengua) como en los diccionarios descriptivos o diccionarios de uso (con menor preocupación normativa o purista), solemos encontrar «marcas» o «etiquetas» que los autores de diccionarios utilizan para informar sobre cierta particularidad de uso de una unidad léxica.

Estas marcas, o etiquetas, pueden presentarse en forma de abreviatura (cuya forma puede variar de un diccionario para otro):

<i>Biol.</i>	<i>fam.</i>	<i>infantil</i>	<i>despect.</i>	<i>ant.</i>	<i>anglic.</i>
<i>Bot.</i>	<i>pop.</i>	<i>inf.</i>	<i>eufem.</i>	<i>arc.</i>	<i>fr.</i>
<i>Argent.</i>	<i>vulg.</i>	<i>jerig.</i>	<i>hum.</i>	<i>neol.</i>	<i>galic.</i>
<i>Cat.</i>	<i>argot</i>	<i>juvenil</i>	<i>irón.</i>	<i>desus.</i>	<i>ingl.</i>

<i>cat.</i>	<i>elevado</i>	<i>lit.</i>	<i>laud.</i>	<i>usual.</i>	<i>lusit.</i>
<i>coloq.</i>	<i>form.</i>	<i>poét.</i>	<i>pey.</i>	<i>fig.</i>	<i>port.</i>

o en su forma plena (esto último cada vez más frecuente en los diccionarios modernos):

BIOLOGÍA	VULGAR	LITERARIO	ANTICUADO	FIGURADO
BOTÁNICA	ARGOT	POÉTICO	ANTIGUO	ANGLICISMO
ARGENTINA	ELEVADO	DESPECTIVO	ARCAICO	FRANCÉS
CATALUÑA	FORMAL	EUFEMÍSTICO	ARCAÍSMO	GALICISMO
CATALÁN	INFANTIL	HUMORÍSTICO	NEOLOGISMO	INGLÉS
COLOQUIAL	INFORMAL	IRÓNICO	DESUSADO	LUSITANISMO
FAMILIAR	JERINGONZA	LAUDATORIO	USUAL	PORTUGUÉS
POPULAR	JUVENIL	PEYORATIVO	POCO USADO	

Por cierto: es curioso este ir y venir de formas plenas (en los primeros diccionarios), formas abreviadas (en lo que podemos llamar diccionarios tradicionales) y de nuevo formas plenas (en los nuevos diccionarios y diccionarios electrónicos).

Me gustaría hablar aquí de los problemas que plantea al lexicógrafo el registro de lo que solemos llamar «variantes», o, tal vez sería más apropiado decir, de varias facetas del mismo problema: la inexistencia de fronteras claras entre las diferentes categorías con que los lingüistas o los lexicógrafos intentan encasillar eso que podemos llamar variantes o usos. Esto es, el problema de la acotación, que es el término usado por María Moliner para lo que hoy solemos llamar etiquetas o marcas.

El problema es evidente si pensamos en las variantes diastráticas (o sociales), etiquetadas con marcas como COLOQUIAL, FAMILIAR, POPULAR, VULGAR, TABÚ; las variantes diafásicas (o expresivas), con marcas como POÉTICO, LITERARIO, INFORMAL, FORMAL, ELEVADO, LENGUAJE INFANTIL, LENGUAJE JUVENIL, ARGOT; variantes connotativas (o de uso), con marcas como IRÓNICO, HUMORÍSTICO, DESPECTIVO, PEYORATIVO, EUFEMÍSTICO, INSULTANTE.

Estas marcas de nivel, registro y estilo (adecuación de una palabra o expresión pluriverbal a una situación comunicativa concreta) son, en la práctica, muy difíciles de distinguir. Así, escribe Fajardo (1996: 43):

«La adscripción de muchas de estas marcas a un determinado grupo es problemática, así mientras A. REY (1967) clasifica la marca *fam.* entre las diastráticas, COSERIU (1981) incluye lo *fam.* entre las variedades diafásicas, es decir, entre los estilos de lengua.»

señalando inmediatamente después que «En toda la lexicografía española no hemos encontrado ninguna definición de marcas tan abundantes como *fam.*» (*ibidem*).

De hecho, los lexicógrafos tenemos un problema, que podríamos llamar de indefinición:

a) a la hora de categorizar: diafásica/ diastrática, dialectal/ vulgar, etc.

Como señala Fajardo (1996: 34), «las marcas de nivel de uso, de corrección y de estilo suelen implicarse mutuamente, de manera que lo *vulgar* se identifica con lo *incorrecto*, lo *popular* con lo *informal* o con lo *coloquial*, lo *coloquial* con lo *familiar*, etc.»

b) dentro de las propias categorías: no todos coincidiríamos en aplicar las mismas etiquetas a las mismas palabras o acepciones: ¿TABÚ, VULGAR, COLOQ., FAM.? Es decir: es más una cuestión de grado que de ser o no ser.

c) con las acepciones no marcadas: En principio, deberíamos suponer que la palabra o acepción no etiquetada en un diccionario también está marcada, significando, esta ausencia de marca, que la palabra o acepción forma parte de lo que podríamos llamar léxico común estándar (esto es, es una forma «no coloquial», «no figurada», etc.). La inexistencia de etiquetas es (o debería ser) también una marca. Pero compárese esta entrada en el diccionario de la Porto Editora:

escaravelho *s. m. (zool.)* nome vulgar extensivo a alguns insectos coleópteros, da fam. Dos Escarabeídeos; *escarabeu*; o m. q. **bicho-carpinteiro**; ponta de marfim antes de ser trabalhada; ...

escarabeu *s. m. o m. q.* **escaravelho**.

Un usuario menos prevenido podría interpretar que ambas formas son igualmente utilizadas en portugués, o peor aún, que la forma *escaravelho* es un término de la ZOOLOGÍA y la forma *escarabeu*, no marcada, es una palabra del registro común.

En este sentido, un buen banco de pruebas para examinar el uso de estas etiquetas es el diccionario bilingüe:

comisura [komi'sura] *s.f.* ANATOMIA Comissura (ponto de junção dos bordos de uma abertura, no corpo); *La comisura de los labios*: A comis-

sura dos lábios. • **C~ de los labios:** COLOQ., FAM. Canto da boca, comisura (CULTO) dos lábios; *Tienes saliva en la comisura de los labios:* Tens saliva no canto da boca.

En realidad, el léxico no es un fenómeno discreto sino un *continuum* en el que podemos encontrar grados de «familiaridad», de «coloquialidad», etc. Más aún, muy frecuentemente el etiquetado va a depender de la intuición del lexicógrafo, de criterios totalmente subjetivos o incluso de «prejuicios» del lexicógrafo (que dependen de la edad, origen, ideología, etc.). Otras veces es una cuestión de pura inercia o tradición lexicográfica.

De hecho, el uso de estas etiquetas nunca ha sido riguroso y coherentemente sistematizado:

«Norri (1996: 26) denuncia la poca atención que a este aspecto se le presta en las introducciones de los diccionarios, atención limitada fundamentalmente a las marcas abreviadas en las correspondientes listas.» (Carriscondo Esquivel, 2001: 57, nota 101).

Existe bastante disparidad en el uso de estas etiquetas o marcas en los diccionarios, pero, curiosamente, sí hay coincidencia en la necesidad de marcar ciertos usos o variantes léxicas, como también señala este mismo autor (*ibidem*).

El sistema de etiquetado, aunque adolezca de imprecisión, o incluso aunque se tilde de poco científico o poco riguroso, es siempre útil para el usuario y, en general, para la descripción lexicográfica de una lengua, porque simplifica ese *continuum*, como, en general, hace la lingüística moderna en otras áreas (y como en general hace cualquier ciencia). Esto obliga al lexicógrafo a, pura y simplemente, tener que elegir entre una de las etiquetas (o la «no-etiqueta»), por ejemplo, entre DIALECTAL o VULGAR o entre POÉTICO y FORMAL, etc.

María Moliner era consciente de ello, y escribía, refiriéndose a la extensión del *Diccionario de uso del español*, al tipo de palabras que el DUE debería recoger:

«...desgraciadamente, no es posible aquilatar la medida del desuso de las palabras y, así, resultan envueltas en el mismo trato las palabras eruditas o científicas, las que se usan corrientemente en algunas regiones o se oyen en ambientes rurales y las totalmente desaparecidas del habla desde hace mucho tiempo (pues la acotación “ant.” que se respeta en todos aquellos casos en que figura en el D.R.A.E. no es de fiar), no cabe duda de que se presta un gran servicio a los lectores desta-

cando con caracteres preponderantes el léxico activo, aquél que se encuentra a diario usado en periódicos, revistas, libros de ensayo y obras de imaginación de ambiente general.» (Moliner, 1990: XXV).

Pero hay otras variantes cuyo etiquetado también plantea problemas al lexicógrafo y que quizás sean menos evidentes. Por ejemplo, las marcas tecnolectales (o de especialidad), como BIOLOGÍA, CULINARIA, etc.

Las marcas tecnolectales (o de especialidad)

El problema principal que se plantea el lexicógrafo es cuándo dejar de marcar como tecnolectal un término o acepción. Ya habíamos adelantado el problema cuando hablamos del ejemplo de comisura:

comisura [komi'sura] *s.f.* ANATOMIA Comissura (ponto de junção dos bordos de uma abertura, no corpo); *La comisura de los labios*: A comisura dos lábios. • **C~ de los labios**: COLOQ., FAM. Canto da boca, comisura (CULTO) dos lábios; *Tienes saliva en la comisura de los labios*: Tens saliva no canto da boca.

¿Cuándo deberemos marcar, en portugués, *comisura* como término de especialidad, como palabra culta, y cuándo no deberemos hacerlo? Intentaré mostrar cómo esto no es tan evidente como parece.

Nadie criticaría el hecho de que la entrada **dicotiledóneo**, por ejemplo, aparezca etiquetada con la marca *Bot.*:

dicotiledóneo, a.

(De *dicotiledón*).

1. adj. *Bot.* Se dice de los vegetales cuyo embrión tiene dos cotiledones. U. t. c. s.

2. f. pl. *Bot.* Clase del subtipo de las Angiospermas, constituida por plantas que tienen dos cotiledones en su embrión; p. ej., la judía y la malva.

ORTOGR. Escr. con may. inicial.

3. f. pl. *Bot.* Una de las dos clases en que, en la antigua clasificación, se dividían las plantas cotiledóneas.

ORTOGR. Escr. con may. Inicial.

DRAE on-line [consultado en abril de 2008]

Pero, sin embargo, ya tendríamos algunas reservas ante las siguientes etiquetas, en las entradas **encina** o **haba**:

encina *f. Bot.* Árbol de la familia de las cupulíferas...

haba *f. Bot.* Planta herbácea, anual, leguminosa, con tallo erguido...

(RAE – *Diccionario manual e ilustrado*)

Estas dudas se verían disipadas, al menos en parte, ante la presencia de una segunda acepción, por ejemplo:

encina *f. Bot.* Árbol de la familia de las cupulíferas... || Madera de este árbol.

Aunque, en el caso de haba, podríamos también afirmar que, si se etiqueta la acepción «planta», también se debería etiquetar la acepción «semilla»:

haba *f. Bot.* Planta herbácea, anual, leguminosa, con tallo erguido... || Fruto y semilla de esta planta.

(RAE – *Diccionario manual e ilustrado*)

Ninguna de estas acepciones, etiquetada con la marca *Bot.* en el *Diccionario manual e ilustrado* de la RAE, es etiquetada en el DRAE, lo que podríamos considerar normal, o correcto:

encina.

(Del lat. vulg. *ilicīna*).

1. f. Árbol de la familia de las Fagáceas, de diez a doce metros de altura, ...
2. f. Madera de este árbol.

DRAE on-line

haba.

(Del lat. *faba*).

1. f. Planta herbácea, anual, de la familia de las Papilionáceas, con tallo erguido,...
2. f. Fruto y semilla de esta planta.
3. f. Simiente de ciertos frutos, como el café, el cacao, etc.
4. f. Nódulo de composición distinta en una masa de piedra.
5. f. Bulto pequeño en forma de **haba** en el cuerpo del animal.
6. f. Cabeza del miembro viril.
7. f. *Ingen*. Trozo de mineral más o menos redondeado y envuelto por la ganga, que suele presentarse en los filones.

8. f. *Veter.* Tumor que se les forma a las caballerías en el paladar, inmediatamente detrás de los dientes incisivos.

~ **de ...**

DRAE on-line

Sin embargo, bajo el lema **haba**, el DRAE recoge dos acepciones etiquetadas con marcas tecnolectales:

haba.

(Del lat. *faba*).

...

7. f. *Ingen.* Trozo de mineral más o menos redondeado y envuelto por la ganga, que suele presentarse en los filones.

8. f. *Veter.* Tumor que se les forma a las caballerías en el paladar, inmediatamente detrás de los dientes incisivos.

DRAE on-line

Pero, ¿no debería recoger también, además del uso no marcado, la acepción correspondiente al área de conocimiento de la botánica?

Y al contrario, en la entrada **cáncer**, ¿no debería el DRAE recoger una acepción no especializada de la palabra? (por cierto, cada vez menos usada en el ámbito restringido de la medicina, debido a su valor excesivamente genérico):

cáncer.

(Del lat. *cancer*).

1. adj. Dicho de una persona: Nacida bajo el signo zodiacal de Cáncer. *Yo soy cáncer, ella es piscis.* U. t. c. s.

2. m. *Med.* Enfermedad neoplásica con transformación de las células, que proliferan de manera anormal e incontrolada.

3. m. *Med.* Tumor maligno.

DRAE on-line

Podría alguien pensar que no sería necesario porque, en la práctica, estaríamos ante la misma acepción. Pero no es así.

Fijémonos en el siguiente ejemplo de un diccionario bilingüe, donde se recoge varias acepciones de *huevo*, por ejemplo, como 'alimento', dentro del marco de referencia de lo que podemos llamar lenguaje cotidiano, como 'célula', dentro del marco de referencia de la Biología, etc.:

huevo [(g)weBo] s.m. 1 Ovo [de galinha]; *Hicimos muñecos con cáscaras de huevos*: Fizemos bonecos com cascas de ovos. 2 CULINÁRIA

Ovo [de galinha, salvo especificação]; *Una tortilla con dos huevos*: Uma omelete com dois ovos. **3** Ovo [de ave, de réptil, de insecto, de peixe, etc.]; *Cuando pensamos en huevos, generalmente pensamos en huevos de gallina*: Quando pensamos em ovos, geralmente pensamos em ovos de galinha. **4** BIOLOGIA Ovo (célula que resulta da fecundação dos gâmetas); *El embrión procede de la división celular del huevo*: O embrião procede da divisão celular do ovo. **5**. VULGAR, TABU Tomate (testículo); *A ver si quieres que te pegue una patada en los huevos*: Vê lá se queres que te dê um pontapé nos tomates! ...

Diccionario de Espanhol-Português (Porto Editora, 2008)

Recoger las dos acepciones, la del uso no marcado y la acepción marcada como tecnolectal puede parecer irrelevante en este caso, dado que nos encontramos (salvo en la última acepción) con el mismo término y el mismo equivalente (sin variantes en la lengua de partida y en la lengua de llegada). Pero situarnos en un marco de referencia o en otro tendrá consecuencias no sólo a nivel semántico sino también a nivel sintagmático.

A nivel sintagmático, o combinatorio, porque las diferentes acepciones de la palabra seleccionarán frecuentemente lexemas diferentes en sus combinaciones léxicas. Así, por ejemplo, las combinaciones que puede formar el lexema correspondiente a la 2ª acepción de *huevo* (CULINARIA) no coincidirán, al menos en su totalidad, con las que puede formar el lexema correspondiente a la 4ª acepción de *huevo* (BIOLOGÍA):

huevo (CULINARIA)

batir huevos
clara de huevo
comer huevos
docena de huevos
escalfar huevos
galladura del huevo
huevo estrellado
huevo frito
 etc.

huevo (BIOLOGÍA)

eclosión del huevo
esporulación del huevo
escisión del huevo
formación del huevo
germinación del huevo
huevo incubado
huevo segmentado
núcleo del huevo

Más evidente debería ser, creo, que cualquier alteración en el etiquetado de las variantes tecnolectales implicará un cambio en el tipo de definición utilizado.

Sin embargo, la práctica lexicográfica no siempre acompaña esta evidencia, llegando incluso, a veces, a utilizar definiciones de tipo

científico para definir una acepción o uso cotidiano de una palabra y viceversa, mezclando criterios, o verdades científicas con verdades empíricas o conocimiento popular. Wierzbicka ya alertaba en 1985 que:

«In studying the structure of everyday concepts (such as cup) we want to see how they are related to other everyday concepts. We will not achieve this by translating these concepts into a scientific language. The everyday concept of purple (color) can be understood if we explicate it in terms of other everyday concepts such as red and blue, not in terms of wave length or in terms of neurophysiological processes.» (Wierzbicka, 1985: 49).

Compárese, en este sentido, las definiciones de la palabra **dia** (en la acepción de «período de 24 horas») que encontramos, por ejemplo, en el *Dicionário* de la *Porto Editora*:

dia s. m. tempo que decorre entre o nascer e o pôr do Sol (dia natural); (*astr.*) tempo que decorre entre duas passagens superiores consecutivas do Sol no mesmo semimeridiano (dia solar verdadeiro); tempo que decorre entre duas passagens superiores consecutivas do Sol médio no mesmo semimeridiano (dia solar médio); tempo que decorre entre duas passagens inferiores do Sol médio no mesmo meridiano (dia civil, que começa 12 h antes da passagem superior do Sol e termina 12 h depois); período de cada rotação da Terra (dia sideral natural); tempo que decorre entre duas passagens superiores do ponto vernal no mesmo semimeridiano (dia sideral convencional); [...].

Porto Editora

Falta, en este diccionario, una definición de la palabra *dia* (en su acepción de período de 24 horas) correspondiente al sentido que la palabra tiene en su uso cotidiano (por lo tanto, sin ninguna etiqueta de uso tecnolectal), además de la acepción correspondiente al área de conocimiento de la Astronomía. Esta definición no será la misma que la definición científico-terminológica de la acepción marcada con la etiqueta ASTRONOMÍA. Es, por ejemplo, la definición que encontramos en el *Dicionário* de *Vilela*:

día [...] n. m. [...]

S. 1. *Dia*, sentido 1, designa um período de tempo de vinte e quatro horas (das zero à meia-noite)...

Vilela: Dicionário do Português Básico

Sin embargo, quiero alertar (aunque no podré detenerme en ello) que el uso, en los diccionarios de lengua, de este tipo de etiquetas

correspondientes a dominios de conocimiento tipo ANATOMÍA, BIOLOGÍA, BOTÁNICA, DERECHO, ECONOMÍA, FILOSOFÍA, MEDICINA, ZOOLOGÍA, etc. no tiene por que suponer un tratamiento terminológico o enciclopédico de una palabra o de una acepción. Su función será informar sobre el cambio de marco de referencia (esto es, de variante, en el sentido que estamos usando aquí), con las implicaciones semánticas y combinatorias que eso implica, como acabamos de ver.

Las marcas diatópicas, o geográficas y extranjerismos

Podría pensarse que el registro lexicográfico de las variantes geográficas plantearía menos problemas a los autores de diccionarios que las provocadas por las marcas de nivel de uso, de corrección y de estilo (*vulgar, popular, informal, coloquial, familiar*). Pero no es así. Me limitaré también aquí a exponer algunos problemas:

1. En la lexicografía del español se suele identificar, demasiado frecuentemente, la variante no marcada con una supuesta variante estándar peninsular. Y estoy aquí haciendo también autocrítica en lo que se refiere a mi práctica lexicográfica.

2. Se utilizan criterios extralingüísticos para delimitar estas variantes: las fronteras administrativas (regionales o nacionales), que rara vez coinciden con las fronteras lingüísticas (Carriscondo Esquivel, 2001: 68).

3. La inclusión, o no, de formas provenientes de otras lenguas peninsulares o amerindias (y me refiero ahora, evidentemente, a la lexicografía en español). Así, por ejemplo, hasta qué punto podemos considerar que son préstamos, en español, formas vascas, gallegas, o catalanas como:

morriña.

(Del gall. port. *morrinha*).

1. f. coloq. Tristeza o melancolía, especialmente la nostalgia de la tierra natal.

albariño.

(Del gall. *albariño*, variedad de uva blanca y vino que se fabrica con ella).

1. m. Vino blanco afrutado, originario de Galicia.

abertzale.

(Del vasco *abertzale*, patriota).

1. adj. Dicho de un movimiento político y social vasco y de sus seguidores: Partidario del nacionalismo radical. Apl. a pers., u. t. c. s.

ertzaintza.

(Voz vasca).

1. f. Policía territorial dependiente del Gobierno autónomo del País Vasco español.

DRAE on-line

Generalitat (cat.; pronunc. [yeneralitát]) f. Nombre del gobierno autónomo catalán y valenciano. Ó Generalidad.

nova cançó (cat.; pronunc. [nóva cansó]) f. Movimiento musical de los años sesenta formado por intérpretes que cantan en catalán

Maria Moliner: DUE

etc.

Y viceversa, relativamente al etiquetado de extranjerismos, ¿cuándo se puede considerar que una palabra ha dejado de ser un extranjerismo? En este sentido, en 1988, ya señalaba Seco (1987: 89): «...la confusión de algunos lexicógrafos de nuestro siglo, que catalogan como americanismos voces como *chocolate* tan sólo porque su étimo es americano y sin tener en cuenta que su empleo pertenece al español general».

Pero no sólo se plantean problemas dentro de la propia categoría. También aquí podemos encontrar problemas debido a la ausencia de una frontera clara entre las diferentes categorías e incluso entre diccionario e enciclopedia. Por ejemplo, etiquetas como AMÉRICA o BRASIL, que en principio serán usadas para marcar variantes diatópicas, como puede ser el caso, en portugués, de *carona* (BRASIL) vs. *boleia* (PORTUGAL), muchas veces servirán también para dar información de tipo enciclopédico, ya que informan más sobre la existencia de una determinada *cosa* o *concepto* que sobre las formas lingüísticas utilizadas en diferentes lugares. Abundan los ejemplos en los diccionarios. Estos son del *Dicionário* de la *Porto Editora*:

(brasil)

abará, açã, amboré, brancarão, cancheiar, capangueiro, capinação, caracarã, dendê, duriango, ema (et passim).

Un caso especialmente interesante: la marca FIG.

El caso de la marca FIG en los diccionarios es especialmente interesante (aunque estoy tal vez llevando un poco el agua a mi molino,

que muele especialmente harinas relacionadas con cuestiones de combinatoria léxica).

Muchas veces, algunas acepciones de adjetivos o de verbos que, junto con un sustantivo, forman una colocación (una combinación léxica restringida) son descritas lexicográficamente como acepciones o sentidos figurados (o impropios, o translaticios), cuando, en rigor, son acepciones cuyo valor sólo es actualizado cuando esta palabra se combina con otras palabras (muchas o pocas, pero siempre en número limitado).

Un ejemplo de ello podrían ser colocaciones con los lexemas *fuerte* o *cuna*. Hasta su 21ª edición, aparecían registrados en el DRAE, como acepciones figuradas, sentidos que, en general, serán siempre actualizados en combinación con otros lexemas como en *vino fuerte*, *café fuerte*; *cuna del surrealismo*, *cuna de Cervantes*:

fuerte

...

14. fig. Muy vigoroso. *Vino, tabaco*, FUERTE.

cuna

4. fig. Patria o lugar de nacimiento de alguno.

5. fig. Estirpe, familia o linaje. *De humilde, de ilustre cuna*

6. fig. Origen o principio de una cosa.

DRAE (21ª ed.)

Compruébese como, en las nuevas ediciones ha desaparecido esta etiqueta (aunque se mantiene como acepciones valores que, en rigor, estas palabras sólo adquieren en combinación con otras):

fuerte.

(Del lat. *fortis*).

...

9. adj. Dicho de un color o de un sabor: intenso.

...

14. adj. Muy vigoroso y activo. *Vino, tabaco fuerte*.

cuna¹

4. f. patria (II lugar, ciudad o país en que se ha nacido).

5. f. Estirpe, familia o linaje. *De humilde, de ilustre cuna*

6. f. Origen o principio de algo.

DRAE on-line

Como indica Alonso Ramos (1993: 169), más interesante que presentar variaciones de un sentido figurado del lexema, será hacerlo como casos de combinatoria léxica restringida, con valores diferentes según el lexema con el que combine, es decir, presentarlos como «distintos lexemas del mismo vocablo, con distintas propiedades semánticas, morfológicas, sintácticas y léxicas» (*ib.*), lo que no implica negar el origen metafórico de muchas de las combinaciones léxicas idiosincrásicas de cada lengua o incluso del étimo latino. Al final volveré brevemente a esta cuestión.

Veamos una muestra de acepciones registradas como figuradas cuyo valor, en realidad, sólo es actualizado cuando esa palabra se combina con otras. Tomo ejemplos (que ya he utilizado en otros lugares) de los diccionarios *Porto Editora*, *Aurélio* y *Caldas Aulete* y no del DRAE, que, como ya hemos indicado, a partir de su 22ª edición ha suprimido la etiqueta FIG. en estas acepciones:

cabeça, *s. f.* [...] (*fig.*) autor; chefe; dirigente; capital; metrópole; frente de um cortejo; inteligência; tino; raciocínio; ... (PE): **cabeça de família**;

coração, *s. m.* [...] (*fig.*) sensibilidade moral; consciência; coragem; ânimo; valor; memória; amor; piedade; parte mais central; ... (PE):

coração da cidade, coração do país;

despertar *v. tr.* [...] (*fig.*) estimular; activar; dar origem a; ... (PE): **despertar a curiosidade**;

febril, *adj.* 2 *gén.* [...] (*fig.*) exaltado; violento. ... (PE): **atividade febril**;

ferrenho, *adj.* [...] (*fig.*) inflexível; duro; intransigente; decidido. ... (PE): **vontade ferrenha**;

figadal, *adj.* [...] (*fig.*) profundo; íntimo; intenso. ... (PE): **ódio figadal**;

raiz, *s. f.* [...] 7. Fig. Germe, princípio, origem. ... (A): **raiz do mal**;

reinar *s. m.* [...] (*fig.*) dominar; imperar; estar em voga; grassar; folgar; divertir-se; haver; existir; ... (PE): **reinar o silêncio, reinar o descontentamento**;

seio, *s. m.* [...] (*fig.*) ventre, útero, coração, parte recôndita; ambiente; ... (PE): **no seio do partido, no seio do catolicismo**;

semear *v. intr.* [...] *v. tr.* (*fig.*) espalhar; disseminar; juncar; fomentar; propalar; ocasionar; fazer propaganda de; dar publicidade a; preparar o aparecimento de; ... (PE): **semear o descontentamento, semear a indignação, semear a inquietação**;

semente, *s. m.* [...] (*fig.*) gérmen; causa; origem; ... (PE): **semente da discórdia**;

vivo, *adj.* [...] (*fig.*) cheio de vivacidade; perspicaz; sagaz; ágil; travesso; buliçoso; engraçado; persistente; intenso; forte; marcado; visível; distinto; esperto; (PE): **vivo interesse**.

A veces, los diccionarios explicitan la base de la colocación (la palabra a la que se le aplica la acepción supuestamente figurada) con la que combina el colocativo (el lexema en esa acepción supuestamente figurada). Normalmente la base de la colocación se presenta en los diccionarios entre paréntesis o, en la propia definición, a través de expresiones como «se dice de», «referido a», «aplicado a», etc., como en los ejemplos siguientes (en caso de no aparecer entre paréntesis, subrayamos la *base de la colocación* dentro de la definición):

abemolado, *adj.* ... 4. (Fig.) Suave, doce [voz, som]: A voz de Monte Alverne trovejava; a de Sampaio trinava como um gorjeio *abemolado*. ... (CA)

afogado *Adj.* ... 6. Diz-se da blusa ou vestido fechado até o pescoço (por oposição a *decotado*) ... (A)

alcandorado, *adj.* ... (*fig.*) empolado (estilo). (PE)

aprofundar, *v. tr.* (*fig.*) estudar (um assunto) minuciosamente. (PE)

arranhar, *v. tr.* ... (*fig.*) tocar mal; conhecer imperfeitamente; ... (PE)

arranhar, *v. tr.* ... 4. Tocar mal (um instrumento de música). 4. (Fig.) Falar mal (uma língua); saber pouco e superficialmente (uma arte ou ciência). 4. ... (CA)

Ya en los años cincuenta, Julio Casares llamaba la atención sobre este tema del uso de la etiqueta FIG.:

«precisar en qué casos está bien empleada la abreviatura *fig.*, que tanto se prodiga en los diccionarios un poco a la buena de Dios» (Casares, 1992: 108).

«Porque no es razón suficiente para etiquetar un sentido como figurado el hecho de que la relación que se establece entre este sentido y el supuesto sentido primitivo de esa palabra sea metafórica. Es evidente que muchos de los sentidos originarios de las palabras latinas que hoy utilizamos en las lenguas románicas han desaparecido, quedando como sentido literal lo que originalmente podría haber sido un sentido figurado. Pensemos, por ejemplo, en el caso de *madera* (<MATERIAM, 'matéria') o en el ejemplo que cita Casares: *persona* (<PERSONAM, 'máscara, personagem, papel'). Es evidente que en estos casos no podemos hablar de sentidos figurados una vez que ya desaparecieron de las lenguas neolatinas los "sentidos rectos originales" que puedan servir de contraste» (Casares, 1992: 109).

¿Qué etiquetas deberíamos usar y para qué información?

Parece claro que este tipo de etiquetas aplicadas a las variantes lingüísticas recogidas en los diccionarios parte, en la mayoría de los casos, de la intuición del propio lexicógrafo.

Hay, a pesar de todo, intentos de clasificación sistematizada de los diferentes tipos de etiquetas lexicográficas (no necesariamente del mismo tipo a que la lexicografía tradicional nos ha acostumbrado) correspondientes a los diferentes contextos o variantes de uso, como la de Hartmann (1983), que establece variantes correspondientes a nueve contextos de uso diferentes.

El propio autor reconoce que distinguir entre un tipo u otro muchas veces es difícil:

«Where does a group sociolect end and a special-purpose register begin? Is the (constantly changing) language of the drug addict, for example, a social, functional, or situational variety, and how does it vary by region?» (Hartmann, 1983: 115).

Los nueve tipos de contextos y las correspondientes variantes establecidas por Hartmann (1983: 111) son los siguientes:

- a) Idiolectos: hábitos lingüísticos del individuo
- b) Actos de habla: la función o intención retórico-comunicativa
- c) Registro: usos específicos del lenguaje
- d) Estilo: variaciones formales deliberadas (estructurales o textuales)
- e) Sociolectos: hábitos lingüísticos de un grupo social
- f) Dialectos: hábitos lingüísticos de un área geográfica
- g) Estadios de lengua: variaciones diacrónicas
- h) Norma estándar: normas culturalmente favorecidas
- i) Criollos: cambios interlinguales.

a) Idiolectos: hábitos lingüísticos del individuo

Dudamos de la pertinencia de registrar en el diccionario cualquier tipo de uso individual de la lengua, salvo, evidentemente, aquellos que de alguna manera ya fueron lexicalizados o integrados en el patrimonio lingüístico común.

Cuando afirmamos que el diccionario deberá ser un repositorio de algunas muestras de los sentidos que las palabras adquieren en determinados contextos, no entendemos «muestras» como usos individuales.

Sin embargo, forzando un poco, podríamos incluir en este algunas frases célebres, como: *Apártate de mí, Satanás* (de la Biblia), *Pienso, luego existo* (Descartes), así como eventuales usos particulares de autores literarios consagrados.

b) Actos de habla: la función o intención retórico-comunicativa

Podemos encontrar algunos ejemplos en la lexicografía tradicional de etiquetas que informan al usuario del diccionario sobre el uso de un determinado enunciado desde el punto de vista comunicativo. Piénsese por ejemplo en expresiones como *usado para*, etc.). Pero esa información debería ser mucho más pormenorizada, indicando, que una determinada palabra o construcción, sirve, por ejemplo:

– para establecer lingüísticamente relaciones sociales (saludar, despedirse, invitar, pedir, rechazar, agradecer, etc.): *¡Hola!; ¿Te apetece?, Con permiso; ¡Muchas gracias!; ¡No hay de qué!; ¡Perdón!;* etc.

– para pedir o dar informaciones o establecer relaciones lingüísticas (iniciar una conversación, establecer turnos de palabra, pedir información, pedir informaciones lingüísticas, etc.): *Estimado amigo; ¿Verdad?; ¿Cómo estás?; Atentamente;* etc.

– para realizar acciones comunicativas (hacer cosas, mandar hacer cosas, expresar obligación, pedir un consejo, dar una orden, llamar la atención, pedir autorización, negarse a, amenazar, etc.): *¿Se puede?; ¡Adelante!; Puedes [+ inf.]; ¿Te espero?; ¡Déjame!; ¡Date prisa!;* etc.

– para expresar sentimientos, gustos, opiniones, actitudes (expresar alegría, antipatía, admiración, indiferencia, pena, dolor, preocupación, miedo; preguntar sobre gustos o preferencias, expresar o pedir opiniones, estar o no estar de acuerdo, etc.): *Te equivocas; ¡Me encantó...!; Me gustas mucho; ¡Te quiero!; No estoy de acuerdo; Me encuentro mal;* etc.

– etc.

c) Registros: usos específicos del lenguaje

Se refiere a la información sobre áreas de conocimiento o de especialidad, usos tecnolectales, etc., que tradicionalmente aparecen etiquetadas en los diccionarios con marcas como *BIOLOGÍA, BIBLIA, CULINARIA, NÁUTICA*, etc. y a la que ya nos hemos referido.

d) Estilo: variaciones formales deliberadas (estructurales o textuales)

Se trata de información sobre nivel, registro y estilo, que tradicionalmente aparecen etiquetadas en los diccionarios con marcas como COLOQ., POÉTICO, ARGOT, etc. y a la que también ya nos hemos referido.

e) Sociolectos: hábitos lingüísticos de un grupo social

Se refiere a la información sobre variaciones sociolingüísticas y etnolingüísticas, que tradicionalmente aparecen etiquetadas en los diccionarios con marcas como ARGOT, FAM., INF., POP., etc. y a la que también ya nos hemos referido.

f) Dialectos: hábitos lingüísticos de un área geográfica

Son lo que llamamos variedades diatópicas, tal vez las que aparecen registradas de una manera más abundante y sistemática en la lexicografía tradicional, quizá debido a la fuerte tradición de los estudios dialectológicos preestructuralistas y estructuralistas. Nos referimos a etiquetas como: REG., ARGENTINA, ASTURIAS, etc.

g) Estadios de lengua: variaciones diacrónicas

Será también la fuerte tradición filológica la que explica la gran dedicación a este tipo de trabajos de cariz histórico en todas las lenguas de cultura. Como sabemos, las variantes diacrónicas se registran en los diccionarios con etiquetas como ARC., ANTIGUO, NEOLOG., etc.

h) Norma estándar: normas culturalmente favorecidas

Una pronunciación, acepción, combinación o locución que se considere estándar, en principio, estará caracterizada en los diccionarios justamente por la ausencia de etiquetas, como ya hemos dicho.

i) Criollos: cambios interlinguales

Además de las posibles políticas lingüísticas (o de ausencia de las mismas), el papel del diccionario es altamente simbólico en el proceso de normalización de las lenguas. Un diccionario puede tener un papel fundamental en la construcción de una nueva norma estándar, a partir de determinadas variedades dialectales, diacrónicas, sociolingüísticas, etc., así como de fenómenos de interferencia y de substitución lingüística.

Conclusión

El uso de marcas o etiquetas en lexicografía responde más a la intuición de los lexicógrafos que a una sistematicidad estricta, lo que no quiere decir que su uso sea arbitrario y por eso inútil para el usuario. Prueba de ello es al excelente éxito de las llamadas folksonomías, o folksonomías (o etiquetado colaborativo, etiquetado social, indexación social), utilizadas en Internet, en sitios de enlaces (como del.icio.us), de fotos (como Flickr), de música (como last.fm), etc., que no corresponden a un plan previamente estructurado, sino que son utilizadas libremente por los usuarios, ¡y funcionan!

Referencias bibliográficas

- ALMEIDA, Costa J. e A. SAMPAIO E MELO (1998), *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora; 8.^a edição, revista e ampliada.
- ALONSO RAMOS, M. (1993), *Las Funciones Léxicas en el modelo lexicográfico de I. Mel'chuk* (tesis de doctorado), Madrid: UNED.
- AULETE, F. J. Caldas (1987), *Dicionário da Língua Portuguesa Caldas Aulete*. Rio de Janeiro: Editora Delta. 5.^a edição brasileira, revista, actualizada e aumentada por Hamílcar de Garcia e Antenor Nascentes.
- CARRISCONDO ESQUIVEL, F. M. (2001), *La lexicografía en las variedades no-estándar*. Jaén: Universidad de Jaén.
- CASARES, J. (1992), *Introducción a la lexicografía moderna*, Madrid: C.S.I.C. [1950].
- FAJARDO, A. (1996), «Las marcas lexicográficas: concepto y aplicación práctica en la lexicografía española», em *Revista de Lexicografía*, III (1996-1997), 31-57.
- FERREIRA, A. Buarque de Holanda (1999), *Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- HARTMANN, R. R. K. (1983), «On Specifying Context. How to Label Contexts and Varieties of Usage», em Hartmann (ed.) (1983), 109-119.
- HARTMANN, R. R. K. (ed.) (1983), *Lexicography: Principles and Practice*. London: Academic Press.
- IRIARTE SANROMÁN, A. (coord.) (2008), *Dicionário de Espanhol-Português*. Porto: Porto Editora.
- MOLINER, M. (1990), *Diccionario de uso del español*. Madrid, Gredos.
- RAE (1989), *Diccionario manual e ilustrado de la lengua española*, 22.^a edición, Madrid, Espasa-Calpe.
- RAE (1992), *Diccionario de la lengua española*, 21.^a edición, Madrid, Espasa-Calpe.

- RAE (2001), *Diccionario de la lengua española*, 22.^a edición, versión *on-line* (<http://www.rae.es/rae.html>).
- SECO, M. (1987), *Estudios de lexicografía española*. Madrid: Paraninfo.
- VILELA, M. (1991), *Dicionário do Português Básico*. Porto: Edições Asa.
- WIERZBICKA, A. (1985), *Lexicography and Conceptual Analysis*. Ann Arbor, MI: Karoma.

Recensões

FREIXEIRO MATO, XOSÉ RAMÓN (2005). *Os marcadores discursivos. Conectores contraargumentativos no galego escrito*, A Coruña, Área de Filoloxías Galega e Portuguesa da Universidade da Coruña, 283 páginas.

Este volume constitui o número três das monografias publicadas pela *Revista Galega de Filoloxía* (RGF) da Universidade da Corunha, uma publicação da Área de Filologias Galega e Portuguesa que já vai fazer uma década e que portanto também vai ter proximamente 10 números publicados, como corresponde à sua periodicidade anual. Os seus conteúdos tratam nomeadamente sobre temas lingüísticos relativos ao galego e ao portuguê, de modo que se procura um equilíbri, nem sempre possível, no uso das duas normas lingüísticas. A RGF também edita uns monográficos, de periodicidade diferente mas que aspira a ser igualmente anual, que desenvolvem temas que, pelo seu tamanho, não poderiam ter cabida na antecitada revista. Todos eles, até ao momento, se basearam em aspectos do galego –os pronomes demonstrativos, o idioma no limiar da sua renascença, o género gramatical–, embora a última monografia seja uma compilação de *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII* (Souto Cabo, 2008) que está a despertar grande interesse na Galiza e em Portugal.

A monografia que agora queremos comentar é, como dissemos, a que leva o número três e que se intitula *Os marcadores discursivos. Conectores contraargumentativos no galego escrito*, da autoria do Prof. Dr. Xosé Ramón Freixeiro Mato. Do rigor com que esta obra foi realizada parece ser sinónimo o facto de ter sido galardoada com o prestigioso Prémio da Crítica da Galiza na modalidade de investigação em 2006. Temos de notar que não é a primeira vez que Freixeiro Mato dá a lume trabalhos de grande importância no âmbito da filologia galego-portuguesa, como é o caso deste sobre o qual vamos falar, mas também é autor de uma completa e actual *Gramática da Lingua Galega* em quatro volumes (I, *Fonética e*

Fonoloxía; II, *Morfosintaxe*; III, *Semántica*; e IV, *Gramática do Texto*), que conheceu, em 2006, a sua segunda edição. E, se aquele trabalho soube colocar o galego ao mesmo nível do que outras línguas próximas quanto à transcendência de uma gramática dessas características, *Os marcadores discursivos...* principiam sucessivamente um dos caminhos que ainda não tinham sido explorados nos estudos de linguística galega, mas que contam, no concerto europeu, com uma notável bibliografia. Na realidade, podemos retrotrair o embrião deste trabalho precisamente ao volume IV da sua *Gramática*, que também supus, no momento da sua aparição, em 2003, uma verdadeira notícia na filologia galega, pois era a primeira vez que a linguística do texto era tratada como tal no marco da língua própria da Galiza.

Após uma nota preliminar em que se marcam os objectivos do trabalho e a metodologia que se vai seguir, *Os marcadores discursivos...* começam com o primeiro capítulo, que, na verdade, resulta ser uma introdução geral (pp. 7-12). Nesta assinalam-se algumas dificuldades para a definição, delimitação e classificação das unidades linguísticas denominadas «marcadores discursivos» e insere-se o seu estudo no âmbito da linguística textual, ao passo que também se constata as lacunas ainda existentes ao respeito na língua portuguesa e se dá conta da ausência quase total de trabalhos centrados no estudo de tais unidades em galego. A obra resulta ser, portanto, o primeiro estudo sistemático sobre os marcadores discursivos nesta língua, e felizmente inaugura um âmbito de pesquisa que ainda não tinha sido percorrido.

O livro consta de duas partes bem diferenciadas: uma primeira de carácter teórico sobre os marcadores discursivos em geral, que abrange os três primeiros capítulos, e uma segunda sobre o estudo destas unidades em galego (capítulos 4, 5 e 6). Ou, se quiséssemos, mesmo poderíamos assinalar três secções, pois a segunda é susceptível de se perceber em duas partes: primeiramente, compreende um estudo dos marcadores discursivos em galego, com os problemas de interferência que a presença dominante do espanhol provoca; e, em segundo lugar, finaliza com um extenso tratamento dos conectores contra-argumentativos no galego escrito. Vejamos isto mais pormenorizadamente.

Assim, se o capítulo 1 é de carácter introdutório, o dois leva por título «Perspectivas teóricas para o estudo dos marcadores discursivos» e abrange as páginas 13-51; nele analisam-se três contributos importantes para o estudo dos marcadores discursivos: a pragmática conversacional de Grice (1975), a teoria da relevância (Sperber & Wilson, 1986) e a teoria da argumentação na língua (Anscombe & Ducrot, 1994). Relativamente à primeira, após uma análise sintética do princípio cooperativo e das máximas conversacionais, examinam-se as implicaturas conversacionais e as convencionais, para concluir, com base na diferença entre o dito e o implicado, que a pragmática conversacional de Grice abriu o caminho para o estudo dos marcadores discursivos por as implicaturas convencionais se fundamentarem na função dessas unidades linguísticas (p. 21), segundo pondera Freixeiro Mato.

Quanto à teoria da relevância, cujos traços gerais também são abordados, considera-se que o contributo mais importante para a análise dos marcadores discursivos é a sua caracterização semântico-pragmática como unidades de significado procedural que guiam a obtenção das inferências precisas para a correcta interpretação dos enunciados; consoante afirma o próprio autor, os processos

inferenciais que conduzem a esta «están guiados por certas palabras que restrinxen o número de posibles interpretacións, sendo os conectores as máis importantes delas e ocupando, por tanto, a centralidade na teoría da relevancia» (p. 32).

A respeito da teoría da argumentación na língua, Freixeiro Mato acha que realiza importantes achegas para o estudo dos marcadores discursivos a partir de conceptos como a orientación argumentativa, a forza argumentativa, as escalas e os topos, bem como a teoría polifónica da enunciación e a suficiencia argumentativa; na sua versión da década de 80 do pasado século, os conectores argumentativos são considerados como os elementos que possibilitam a consecución de um efeito argumentativo debido às restricións de encadeamento que impoñen sobre a interpretación dos enunciados unidos por eles; no seu desenvolvemento da década de 90, apesar do deslocamento da base da argumentación para os topos e da extensión da argumentación ao ámbito da palabra, o autor pondera que «os conectores conservaron o carácter de elementos centrais da teoría» (p. 51).

O capítulo 3 («Os marcadores discursivos», pp. 53-83) revisa algumas das máis importantes propostas de definición, delimitación, caracterización e clasificación destas unidades (Pons, Schiffrin, Redeker, Fraser, Briz, Martín Zorraquino, Montolío, Portolés, Blakemore, Vilela, Koch, etc.), com as dificultades e inclusive contradicións que presentan umas e outras perspectivas, por veces também num mesmo autor ou autora, o que vem a demostrar os problemas para definir e delimitar com precisión este tipo de elementos, bem como indicar a sua relación, por exemplo, com outros, como os advérbios extrafrásicos (Vilela, 1999: 245). O autor acaba por achar em Portolés (2001) uma proposta prudente, clara e convincente de definición e clasificación dos marcadores discursivos: são unidades lingüísticas invariáveis que, sem terem uma función sintáctica dentro da cláusula, guiam o proceso inferencial que se produz na comunicación e possibilitam assim a adecuada interpretación do texto; podem classificar-se em estruturadores da información (comentadores, ordenadores, digressores), conectores (aditivos, consecutivos, contra-argumentativos), reformuladores (explicativos, rectificativos, de distanciamento, recapitulativos), operadores discursivos (de reforço argumentativo, de concreción, de formulação) e marcadores discursivos de controle de contacto.

No capítulo 4 («Os marcadores discursivos em galego», pp. 85-170), depois de uma procura de referências a estas unidades na tradición lingüística galega, o autor adopta (e adapta) a clasificación anterior para tentar ordenar e fixar as formas destas unidades com base no galego escrito, para o qual acode a um extenso corpus de textos literários que comprende desde a época medieval até à actualidade. O problema máis grave que o galego apresenta neste ámbito da expresión lingüística, como em tantos outros, mas neste de forma muito especial, é a constante e intensa interferência do espanhol, língua tecto que ameaça gravemente o futuro e a autoctonia da língua galega. Por isso é que o autor se vê obrigado a tratar neste capítulo casos tão importantes como a generalización do espanholismo *bueno* não só nos usos discursivos do galego oral como também no escrito desde finais do século XIX até à segunda metade do XX, e outras interferências em marcadores de origem verbal como *é decir, o sea, vamos a ver*, etc., e em operadores escalares como *misimo, hasta/hastra* ou *incluso*, por exemplo, deixando os conectores para os dois últimos capítulos. Em todos os casos Freixeiro Mato procura documentar a sua atestação escrita e portanto datar o momento em que se detecta o início da

interferência castelhanizadora, com referências ao português como elemento relevante para contrastar a legitimação ou não de uma forma galega determinada.

O capítulo 5 caracteriza-se pela sua concisão («Os conectores em galego», pp. 171-181) e define e classifica o grupo dos conectores como termo hipónimo de marcador discursivo, a se deter unicamente nos conectores aditivos e consecutivos. Serve em certa medida de preâmbulo ao último, de que falaremos mais abaixo, e, pela sua brevidade, e dado que, consoante dissemos, preludia a parte final, talvez teria de figurar como uma introdução ao capítulo 6. Ou, se calhar, do nosso ponto de vista, quiçá deveria constituir uma entidade de seu e ser ampliado, pois marca uma certa descompensação na extensão a respeito do resto dos capítulos. De qualquer modo, cumpre perfeitamente os seus objectivos, que são, por um lado, definir os conectores, e, por outro, classificá-los.

No sexto capítulo, o mais extenso de todos, em que se tratam os conectores contra-argumentativos (pp. 193-261), estabelecem-se quatro secções: a primeira centra-se nas formas *mais*, *pero*, *pro* e *porén*; por seu turno, a segunda estuda outros conectores que também introduzem argumentos fortes, como os advérbios marcadores *non obstante*, *sen embargo* e *nembargante(s)*, os conectores que exprimem a noção de preferência (*antes (ben)*, *ora (ben)*, *máis ben*) e outras formas como *así e todo*, *con todo*, *aínda así*, *no entanto*, *iso sí*, *emporiso*, *en troca* ou *en troques* e outros parentéticos de contraste; a terceira trata dos conectores que introduzem argumentos fracos, como *aínda que*, *anque*, *a pesar de (que)*, *pese a (que)* e outros de carácter concessivo; finalmente, a quarta e última parte estuda os supressórios de relevância (*de todas as maneiras*, *de todos os xeitos*, etc.). Em cada caso analisam-se tanto aspectos funcionais como formais, sempre na procura das formas autóctones e na atestação dos possíveis casos de interferência; assim, por citarmos um ilustrativo exemplo, o autor concede preferência a *mais* antes que a *pero*, forma esta que, a pesar de ser originariamente galego-portuguesa, com pronúncia oxítona (*peró*), quase tem suplantado modernamente a outra possibilidade, *mais*.

A nosso ver, todo o livro representa no seu conjunto um trabalho de inegável valor, pois supõe uma rigorosa actualização do discurso sobre a língua galega que nunca até ao momento tinha inspirado trabalhos como este. Mas também as secções dedicadas à interferência do espanhol encerram por si próprias um especial interesse ao irem clarificando uma situação decerto complexa e ao irem dando soluções para o aminoramento progressivo de tais influxos. Pelas páginas d'*Os marcadores discursivos...* navega-se com muito bons ventos na procura da eliminação de todos esses elementos que danam perigosamente a vida do galego e, após a leitura, a singradura acaba com sucesso. Esse firme anseio está presente noutras obras do autor e podemos citar algum exemplo ao respeito, como é o caso dos quatro volumes da sua já aflorada mais arriba *Gramática da Língua Galega* (2006), os quais, para além de fazerem uma exaustiva descrição do galego moderno, proporcionam valiosas recomendações na propedéutica de melhorar o uso da língua.

A obra termina com uma ampla secção de referências bibliográficas e com o desenvolvimento das abreviaturas empregadas para os textos escritos (pp. 263-283), em que se recolhem as obras citadas ao longo do trabalho. Uma olhada tanto à bibliografia linguística quanto às obras utilizadas como produtivos exemplários permite verificarmos a harmoniosa maridagem entre aqueles contributos clássicos da linguística e os trabalhos mais recentes, e, de igual modo, entre textos consa-

grados da literatura galega e obras mais actuais, todas elas, as primeiras e as segundas, usadas muito rendivelmente no desenvolvimento do labor pesquisador de Freixeiro Mato.

Do mesmo jeito, também deve ser salientado o seu completo sistema de chamadas a rodapé, pois constitui outro dos acertos da obra. Nele, estabelece-se um diálogo com as obras de referência sobre as diversas matérias tratadas ao longo do texto, expõem-se os diferentes pontos de vista dos autores ou das autoras, facilita-se informação para quem quiser aprofundar nalguns aspectos expostos, achegam-se opiniões contrastadas, etc. A documentação que se oferece nas notas a rodapé, portanto, resulta destacável não só pela quantidade de dados que contém, mas também pela constante procura do máximo rigor nas pesquisas e do máximo confronto de impressões à volta do comportamento de tão singulares elementos como são os marcadores discursivos.

Ainda, um outro aspecto que quereríamos pôr em relevo assenta no modelo de língua em que foi redigida a obra. Com um registo linguístico cuidado e pulcro, claro e ágil, assistimos a uma verdadeira vontade de estilo nordeada para as preferências por determinado léxico e para as construções morfossintácticas genuínas do galego, as quais, no seu conjunto, contribuem eficazmente para a identificação entre galego e português e para a recuperação de tais características na actual língua galega: referimo-nos ao uso do futuro do conjuntivo, à utilização do infinitivo flexionado, à próclise do pronome átono com infinitivos quando regidos por preposição, etc. Estamos diante, portanto, de uma obra que não só facilita uma completa descrição sobre os marcadores discursivos, nomeadamente os contra-argumentativos, mas também serve como estímulo na direcção que, a nosso ver, deve tomar o galego (culto), sempre na procura de um cada vez mais necessário achegamento a si próprio, isto é, à sua projecção internacional denominada português.

Em definitivo, podemos afirmar que *Os marcadores discursivos. Conectores contraargumentativos no galego escrito* enforma tanto um estudo teórico de carácter geral sobre os marcadores discursivos como uma análise particularizada destas unidades – nomeadamente dos conectores contra-argumentativos – na língua galega e uma firme proposta de formas recomendáveis ou rejeitáveis num modelo de galego comum e culto liberado de interferências castelhanizadoras e, por isso mesmo, mais próximo do português. Estamos certos de que a obra virará uma referência fundamental nas pesquisas sobre a linguística textual e que constituirá uma muito forte base para investigações futuras. Parabéns, pois, para os estudos de filologia e de linguística galego-portuguesas por este contributo do Prof. Dr. Xosé Ramón Freixeiro Mato, e parabéns, igualmente, para quem quiser aprofundar no complexo funcionamento dos marcadores discursivos, em especial os contra-argumentativos, pois tem cá um contributo caracterizado pelo rigor pesquisador com que foi feito.

Referências

- ANSCOMBRE, J.-C. & DUCROT, O. 1994. *La argumentación en la lengua*. Madrid: Gredos.
- GRICE, H. P. 1975. «Logic and conversation». In P. COLE. & MORGAN, J. L. (orgs.), *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. New York: Academic Press (pp. 41-58).
- FREIXEIRO MATO, X. R. 2006². *Gramática da Língua Galega*. Vol. I. *Fonética e Fonoloxía*. Vol. II. *Morfosintaxe*. Vol. III. *Semántica*. Vol. IV. *Gramática do Texto*. Vigo: A Nosa Terra.
- PORTOLÉS, J. 2001. *Marcadores del discurso*. Barcelona: Ariel.
- SOUTO CABO, J. A. 2008. *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*. Monografía n.º 5 da *Revista Galega de Filoloxía*. A Coruña: Área de Filoloxías Galega e Portuguesa da Universidade da Coruña.
- SPERBER, D. & WILSON, D. 1986. *Relevance. Communication and Cognition* (Oxford: Basil Blackwell).
- VILELA, M. 1999. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.